

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS,
EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Pâmela Pongan

DO PÚLPITO AOS LARES: O JORNAL *ATÉ QUE...* DA
DIOCESE DE PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO NO
EPISCOPADO DE DOM AGOSTINHO (1985-2013)

Passo Fundo
2023

Pâmela Pongan

DO PÚLPITO AOS LARES: O JORNAL *ATÉ QUE...* DA
DIOCESE DE PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO NO
EPISCOPADO DE DOM AGOSTINHO (1985-2013)

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutora em História sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

Passo Fundo
2023

CIP – Catalogação na Publicação

P796d Pongan, Pâmela
Do púlpito aos lares [recurso eletrônico] : o jornal *Até que...* da
Diocese de Palmas-Francisco Beltrão no episcopado de Dom Agostinho
(1985-2013) / Pâmela Pongan. – 2023.
5 MB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.
Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo,
2023.

1. Igreja Católica. Diocese de Palmas-Francisco Beltrão (PR). 2.
Imprensa. 3. Sartori, Agostinho José, Bispo, 1929-2012. I. Heinsfeld,
Adelar, orientador.
II. Título.

CDU: 981.62

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Pâmela Pongan

DO PÚLPITO AOS LARES: O JORNAL *ATÉ QUE...* DA DIOCESE DE PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO NO EPISCOPADO DE DOM AGOSTINHO (1985-2013)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutora em História sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

Aprovada em 28 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Marta Rosa Borin
(UFSM)



Prof. Dr. Carlos Antônio Bonamigo
(UNIOESTE)



Profa. Dra. Gizele Zanotto
(UPF)



Prof. Dr. Alessandro Batistella
(UPF)



Prof. Dr. Adelar Heinsfeld
(UPF)

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa é resultado de quatro anos de trabalho, demonstrando o que podemos chamar de “parto”, resultado de determinadas escolhas que fizemos ao longo da vida, às vezes dolorosas, mas, em sua totalidade, gratificantes e enriquecedoras. Porém, não sentimos tais “dores” sozinhos, as dividimos com alguém que está ao nosso lado, aqueles que “não precisavam estar aí, mas estão”. Estes nos ajudam das mais variadas formas, desde escutar nossas reflexões até nos permitir momentos de distração, para que as esqueçamos momentaneamente - algo que, por mais que não pareça, é produtivo. Assim, agradeço a todos que, cada qual a seu modo, proporcionou condições para que esta pesquisa se tornasse realidade. Dos quais, destaco alguns nomes que merecem ser lembrados:

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Gilmar e Íria, e meu irmão Gabriel, que me ajudaram com seu incentivo e por me proporcionarem condições emocionais e materiais para que eu seguisse os caminhos da História.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adelar Heinsfeld, pela confiança depositada, pela luz que foi ao longo deste período e por acreditar em minha pesquisa. Grata sou, pela acolhida, por sempre ter um gesto generoso e uma palavra amiga. Obrigada por ter me corrigido quando necessário, sem nunca me desmotivar. Eterna gratidão!

Sou grata, ainda, a minha amiga e irmã de pesquisa, Kalinka de Oliveira Schmitz, com quem compartilhei tantas preocupações, aflições e reflexões, além de suas incansáveis leituras desta pesquisa ao longo da elaboração deste trabalho que, aliadas à amizade, à prontidão e aos ensinamentos que me proporcionou neste período, me auxiliaram nesta caminhada.

As professoras Dra. Gizele Zanotto e Dra. Marta Rosa Borin, por suas reflexões e indicações pontuais na banca de qualificação, meus sinceros agradecimentos e admiração.

Aos tantos colaboradores desta pesquisa, entre os quais destaco o Bispo Diocesano Dom Edgar Xavier Ertl, por me permitir a pesquisa no arquivo da Cúria Diocesana de Palmas, e as funcionárias do local, Sueli Bigaton e Jaqueline Hoffmann do Nascimento pela solicitude e prestatividade.

E por último, não sendo menos importante, à CAPES, pela concessão da bolsa, a qual tornou esse trabalho possível. A todos, minha eterna gratidão!

A interpretação, diremos, é o trabalho de pensamento que consiste em decifrar o sentido oculto no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação, implicados na significação literal

– Paul Ricoeur

RESUMO

Na região Sudoeste do Paraná, por 28 anos, circulou em grande escala de alcance regional um jornal de cunho religioso, o “*Até que...*” (1985 – 2013), pensado e organizado pelo segundo bispo da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, Dom Agostinho José Santori, com distribuição mensal em todo o território diocesano. Assim, suas primeiras medidas foram orientadas e influenciadas pelo Concílio Vaticano II e pela Ditadura Militar brasileira, o que resultou em resistência de partes conservadoras da Igreja, principalmente por sua inclinação com Teologia da Libertação. Assim, a presente pesquisa tem por objetivo analisar os discursos presentes nesse jornal produzido pela Diocese, vinculado à Igreja Católica, em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, ao mesmo tempo em que procura entender, com o uso das metodologias de Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin e a Análise do Discurso, de Patrick Charaudeau, como a mídia constrói e reproduz esse discurso como verdadeiro, embasado nos princípios religiosos, ao se portar como uma referência além do campo terreno, se apresentando como materialização dos desejos e ensinamentos divinos, transitando através do discurso, entre os campos divino e terreno, para se estruturar e se manter quanto fonte de informação, ao mesmo tempo que propaga ideias e valores com finalidades ligadas a instituição e a seu administrador. A escolha deste tema, considerou a relação do político com o âmbito religioso, onde buscou-se perceber como a Igreja – na figura de Dom Agostinho - utilizou de suas mídias impressas para transmitir seu lado político e seu ideário social, buscando manter sua hegemonia na região sudoestina, embasada nos valores e dogmas cristãos, considerando sua ampla circulação. Através da análise dessas fontes, poderemos perceber e refletir de que maneira este impresso apresentava as questões regionais, nacionais, religiosas, e, principalmente, a opinião expressa do bispo diocesano. Desta forma, identificou-se o uso dos impressos como sinais de presença da Igreja diocesana na região, sendo o meio pelo qual circularam as posições da Igreja e do bispo, buscando influenciar o pensamento e o comportamento dos leitores. Consolidando, assim, o poder da Igreja Diocesana, enquanto orientadora de seus fiéis, se fazendo próxima, ao estar em todas as comunidades e nos lares da região, ao mesmo tempo que reforça a figura de Dom Agostinho quanto agente político regional.

Palavras-chave: Diocese de Palmas – Francisco Beltrão; Igreja Católica; Imprensa; Jornal Até Que...; Política.

ABSTRACT

In the Southwest region of Paraná, for 28 years, a religious newspaper, “Até que...” (1985 – 2013), circulated on a large scale with regional reach, conceived and organized by the second bishop of the Diocese of Palmas – Francisco Beltrão, Dom Agostinho José Santori, with monthly distribution throughout the diocesan territory. Thus, its first measures were guided and influenced by the Second Vatican Council and the Brazilian Military Dictatorship, which resulted in resistance from conservative parts of the Church, mainly due to its inclination towards Liberation Theology. Thus, this research aims to analyze the discourses present in this newspaper produced by the Diocese, linked to the Catholic Church, in its political, economic, and social aspects, at the same time that it seeks to understand, with the use of Content Analysis methodologies, by Laurence Bardin and Discourse Analysis, by Patrick Charaudeau, how the media builds and reproduces this discourse as true, based on religious principles, when acting as a reference beyond the earthly field, presenting itself as the materialization of divine desires and teachings, transiting through discourse, between the divine and earthly fields, to structure and maintain itself as a source of information, while propagating ideas and values with purposes linked to the institution and its administrator. The choice of this theme considered the relationship between the political and the religious scope, where we sought to understand how the Church – in the figure of Dom Agostinho – used its printed media to transmit its political side and its social ideals, seeking to maintain its hegemony in the Southwest region, based on Christian values and dogmas, considering its wide circulation. Through the analysis of these sources, we will be able to perceive and reflect on how this printed matter presented regional, national, and religious issues, and, mainly, the expressed opinion of the diocesan bishop. In this way, the use of printed matter was identified as a sign of the presence of the diocesan Church in the region, being the medium through which the positions of the Church and the bishop circulated, seeking to influence the thoughts and behavior of readers. Thus, consolidating the power of the Diocesan Church, as a guide for its faithful, becoming close by in all communities and homes in the region, while reinforcing the figure of Dom Agostinho as a regional political agent.

Keywords: Diocese of Palmas – Francisco Beltrão; Catholic church; Press; Newspaper Até Que...; Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da situação de comunicação	34
Figura 2 – Esquema sobre a atuação da PASCOM nas comunidades católicas.....	61
Figura 3 – Frei Agostinho José Sartori.....	87
Figura 4 – Brasão Episcopal de Dom Agostinho José Sartori.....	88
Figura 5 – Capa no exemplar número 1 do Informativo Diocesano	112
Figura 6 – Equipe de redação do Informativo Diocesano	113
Figura 7 – Capa do Informativo Diocesano, diante do pleito eleitoral.....	114
Figura 8 – Capa do Informativo Diocesano, edição que inaugura o uso de desenhos	115
Figura 9 – Capa da primeira edição do Jornal Até Que.....	118
Figura 10 – Chamada para renovação das assinaturas do Até Que.....	120
Figura 11 – Distribuição da coluna Palavra do Bispo na estrutura do jornal	121
Figura 12 – Box Informe-se na estrutura do jornal	122
Figura 13 – Farmácia de Deus – plantas medicinais, por Ir. Cirilo Korbes	122
Figura 14 – Roteiros Temáticos.....	123
Figura 15 – Charge 1	124
Figura 16 – Charge 2	125
Figura 17 – Charge 3	125
Figura 18 – Chamada para renovação de assinaturas Até Que.....	128
Figura 19 – Relação de Assinaturas por paróquia	128
Figura 20 – Nova estrutura da capa nos anos 90	130
Figura 21 – Comparativo das capas do Jornal <i>Até Que</i>	131
Figura 22 – Capa e última página da edição pré-mudanças	132
Figura 23 – Capa e última página da edição pós-mudanças.....	132
Figura 24 – Nova capa Até Que... ..	133
Figura 25 – Equipe editorial	135
Figura 26 – Nova divisão das colunas dos Bispos, pós-posse de Dom José.....	136
Figura 27 – Nova estruturação da capa do periódico	139
Figura 28 – Edição especial pelo falecimento de Dom Agostinho	140
Figura 29 – Edição em homenagem a Dom Agostinho.....	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Eixos temáticos e categorias	142
Tabela 2 – Levantamento quantitativo da tiragem dos impressos conforme números apresentados na estrutura dos impressos	149
Tabela 3 – Categorias do Eixo Temático Política	153
Tabela 4 – Levantamento quantitativo das categorias em sua apresentação na estrutura do jornal	153
Tabela 5 – Categorias do Eixo Temático Socioeconômica	221
Tabela 6 – Levantamento quantitativo das categorias em sua apresentação na estrutura do jornal	222

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação de Assinaturas do Jornal Até Que..., de 1985 à 2013	141
Gráfico 2 – Levantamento dos Colunistas do Jornal Até Que..., de 1985 à 2013.....	145
Gráfico 3 – Levantamento dos eixos temáticos conforme sua abordagem nas edições do Até Que... (1985-2013)	146
Gráfico 4 – Levantamento das abordagens nas edições do Até Que... por categorias (1985-2013)	147
Gráfico 5 – Levantamento quantitativo das subcategorias Economia e Sociedade na estrutura do jornal.....	222

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Diocese de Palmas em sua constituição inicial.	79
Mapa 2– Diocese de Palmas após a divisão em duas sedes, sendo a constituição atual – Plano Diocesano da Ação Evangelizadora.	105
Mapa 3 – Localização da região Sudoeste do Paraná.....	111

LISTA DE SIGLAS

CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CF - Campanhas da Fraternidade
PASCOM - Pastoral da Comunicação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório
EISPAL – Escola de Integração Social de Palmas
ASSESSOAR – Associação de Assuntos, Orientação e Assistência Rural
MST - Movimento dos Sem Terra no Sudoeste
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CEB’S – Comunidades Eclesiais de Base
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FACEPAL - Faculdades Reunidas de Administração Ciências Contábeis e Econômicas de Palmas
FACIPAL - Faculdades Integradas de Palmas.
ONU - Organização das Nações Unidas
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
FHC – Fernando Henrique Cardoso
PT – Partido dos Trabalhadores
CPEA - Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos
FAFI - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
UNIVALE - Universidade Estadual Vale do Iguaçu
FACE - Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória
FUNESP - Fundação de Ensino Superior de Pato Branco
FACIBEL - Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão
PUC - Pontifícia Universidade Católica
UNICS - Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná
VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu
FAF - Faculdade da Fronteira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. A IGREJA CATÓLICA E A COMUNICAÇÃO.....	37
1.1 A comunicação da Igreja Católica pós Concílio Vaticano II	37
1.1.1 <i>A Inter Mirifica e seus desdobramentos</i>	42
1.2 A Comunicação Católica na América Latina e no Brasil	49
1.2.1 <i>A CNBB e a comunicação na Igreja Católica brasileira</i>	56
1.3 A imprensa católica enquanto fonte e objeto histórico.....	62
1.4 A chegada e a institucionalização da Igreja na região Sudoeste do Paraná	69
2. DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI E O IMPRESSO DIOCESANO	81
2.1 Quem foi José Benito ou Frei Agostinho?.....	81
2.1.1 <i>O Bispo Dom Agostinho José Sartori</i>	88
2.1.2 <i>O bispado de Palmas e as demandas políticas e eclesiais</i>	94
2.2 As duas sedes Diocesanas: Palmas – Francisco Beltrão.....	105
2.3 A Comunicação Diocesana.....	108
2.4 O Jornal “ <i>Até Que...</i> ”: os bastidores entre produção e distribuição.....	117
2.4.1 <i>Para o novo milênio, um novo Até Que</i>	130
2.4.2 <i>Contribuições do Até Que... para o Sudoeste em 28 anos de circulação</i>	142
3. O DISCURSO POLÍTICO NO <i>ATÉ QUE</i>	151
3.1 Discursos Políticos	151
3.1.1 <i>Políticas Públicas: A questão agrária</i>	154
3.1.2 <i>Questões indigenistas</i>	161
3.1.3 <i>Questões trabalhistas</i>	168
3.1.4 <i>Política Internacional: Relações Internacionais</i>	177
3.1.5 <i>Política Internacional: Conflitos</i>	185
3.1.6 <i>Direitos Humanos</i>	191
3.1.7 <i>Política Nacional: Abordagens sobre a política interna</i>	196
3.1.8 <i>Eleições e Constituinte</i>	208
4. O DISCURSO SOCIOECONÔMICO NO <i>ATÉ QUE</i>	221
4.1 Discursos Socioeconômicos	221
4.1.1 <i>Economia Internacional</i>	223
4.1.2 <i>Economia nacional e regional</i>	229
4.1.3 <i>Problemas sociais e educacionais</i>	240

<i>4.1.4 Meios de Comunicação</i>	252
CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	266
FONTES E LOCAIS DE PESQUISA.....	282

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação, principalmente a imprensa, enquanto fonte e objetos de pesquisa historiográfica, são um caso recente na História, sendo resultado da transformação provocada pela “rebelião” promovida contra a metodologia da historiografia tradicional. Esta, instigou o historiador a uma nova relação com suas fontes, tornando-as passíveis de interpretação sob diversas perspectivas, deixando de ser restrita aos eventos políticos e sociais das classes dominantes. Nesse conceito, o cotidiano social passa a ter importância, fazendo emergir fontes que permitam visualizar e compreender a vivência e a organização coletiva de determinados grupos em um espaço e tempo.

Por estar presente em todos os momentos das sociedades, retratando dos grandes eventos aos pequenos acontecimentos de uma região, estado ou país, os meios de comunicação, com destaque para a imprensa, se apresentavam como uma valiosa ferramenta para o historiador.

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (Stephanou, 2001, p. 45).

Assim, o historiador precisa conhecer e compreender o todo da sua fonte, para interpretá-la da melhor forma. Pois, ao escolher a imprensa como fonte, é fundamental ao pesquisador considerar os métodos jornalísticos adotados pela equipe responsável na concepção destes materiais, visto que, “o texto é uma narrativa intencional, uma produção de sentido, não um conjunto de verdades” (Barbosa, 2008, p. 89).

Desta forma, cabe ao historiador analisar não somente a matéria principal de sua pesquisa, mas todas que compõem as edições que lhe interessam, contemplando não somente o texto, mas a disposição gráfica, estrutura, organização das páginas, equipe editorial, redação e composição do material publicado. Estabelecendo, assim, uma interpretação do conteúdo material e discursivo, levando em consideração as contingências políticas e sociais do momento de produção do impresso, bem como uma análise individual do sujeito que escreveu a matéria.

Segundo Rémond (1996), a imprensa não deve estar alheia ao cotidiano e a realidade social. Pois, ao ignorar os impulsos, os ânimos sociais, os interesses e até os desinteresses, haveria uma observação abstrata. Por isso, o autor alerta sobre cautela que se deve ter ao atuar na análise de imprensa:

O estudo das relações de poder, conflitantes e convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e as Instituições de poder, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas. A história política sabe hoje melhor que outrora o partido que pode tirar do estudo de pequenas comunidades não políticas – todos esses pequenos universos merecem ser estudados pelas decisões e influências políticas que os compõem, porque na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país (Rémond, 1996, p. 224-225)

Diante da expansão das fontes e objetos na pesquisa histórica, as mídias passam a ser integradas de forma crescente, variando entre jornais locais, regionais, diários, revistas, fotografias, cinema, rádio, entre outros, que carregam uma infinidade de possibilidades. Desta forma, a relação estreita entre História e mídias nas últimas décadas, tem contribuído de forma significativa para o conhecimento histórico das sociedades, em seus diferentes aspectos.

A imprensa se tornou uma ferramenta valiosa para o historiador, pois “é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc.” (Zicman, 1985, p. 90).

Para Cruz e Peixoto, os jornais desempenham:

[...] no fomento à adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação; na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos, etc.; na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social; pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento; no alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade; na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo; na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas (Cruz; Peixoto, 2005, p. 257).

A imprensa registra, comenta e participa da história, permitindo ao historiador compreender a trajetória dos homens ao longo do tempo (Capelato, 1988). Estes aspectos demonstram o campo de ação da imprensa e sua influência na vida e na realidade política, social, cultural e econômica de uma sociedade. Robert Darnton (1996) apresenta essa questão na prática, ao analisar impresos no contexto da Revolução Francesa (1789 – 1799), destacando que estes não só registraram e narraram os fatos, mas atuaram ativamente nos processos e conjunturas.

Nesta perspectiva, a área da comunicação social foi e ainda permanece sendo uma ferramenta essencial para a Igreja Católica, pois permite difundir seus ideais e sua doutrina, bem como suas ações. Todavia, é necessário uma cautela diante do que é apresentado sobre a Igreja, assim como pelo que é propagado pela própria instituição.

Visto que,

Meios de comunicação de massa, além de serem sinais de presença da Igreja, são estratégias por onde circulam objetivos, proposições e posições, disputas e conflitos e modos de enraizamento desta instituição junto a determinados grupos ou junto à sociedade em geral. Portanto, nestes espaços travam-se diálogos constantes em torno da Igreja, de sua ideologia e de sua cultura e, também, as formas com que esta cultura pode circular ampla e constantemente pelas malhas sociais. Além disso, alguns veículos de informação de posse da Igreja surgem em conjunturas marcantes de determinados períodos da história do Brasil ou da região em que está inserida, como em caso diocesano, com o intuito de nela se posicionar e intervir respondendo aos desafios que são colocados por estas conjunturas, como também para responder a questões internas da própria instituição. E a mídia é, sem meias palavras, um veículo produtor e disseminador de informação e de cultura; age como amplo formador de opinião, pautando-se pelos seus interesses, mas também tentando conciliá-los com interesses gerais (Tosta; et. al., 2007, p. 02).

Outro ponto importante a se considerar é o vínculo inelutável entre o campo religioso e o campo do poder. Como aponta Bourdieu, a religião, em seu caráter ideológico, é entendido como “a prática e política de fazer absoluto o relativo e da legitimação do arbitrário” contribuindo assim à “imposição dissimulada de princípios de estruturação de percepção e de pensamento do mundo e, em particular, do mundo social” (Bourdieu, 2004, p. 45). À vista disso, o autor se concentra em associar o aparato religioso com a formação social, corroborando que a “estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas” propende a expor-se quanto instrumento de imposição e legitimação da dominação, contribuindo para assegurar a dominação de uma classe sobre outra, para a “domesticação dos dominados”. Nesse sentido, Bourdieu defende que “el campo de las tomas de posición ideológicas reproduce bajo una forma transfigurada el campo de las posiciones sociales” (Bourdieu, 2001, p. 94).

Desta forma, o campo religioso não se restringe a ações exclusivamente religiosas, mas age conforme interesses ideológicos, adentrando no campo do poder, movido pela “necessidade de legitimação das propriedades associadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social” (Bourdieu, 2004). Essa motivação ideológica refere-se:

[...] a espera de que uma mensagem sistemática seja capaz de dar sentido unitário à vida, propondo a seus destinatários privilegiados uma visão coerente do mundo e da existência humana, e dando-lhes os meios de realizar a integração sistemática de sua conduta cotidiana. Portanto, capaz de lhes fornecer justificativas de existir como existem, isto é, em uma posição social determinada (Bourdieu, 2004, p. 85-86).

Como afirmou Hervieu-Léger, a concepção de isolar o religioso do todo social e reduzir “a religião a uma função única: o de consagrar, sancionando e santificando, a ordem social como estrutura de relações estabelecidas entre os grupos e classes” (Hervieu-Léger, 2006, p.

93) é limitante. Até porque os espaços são porosos, não se limitando a apenas uma instituição ou conceito, mas se relacionando conforme suas ações e ideologias. Assim, a utilidade do conceito de campo religioso não pode se restringir ao estudo de relações institucionais, particularmente o modelo católico, sem falar nos riscos advindos de uma sedimentação dos posicionamentos católicos em um conservadorismo constituído como um *a priori* que tornaria impossível conceber a existência histórica de movimentos como o da Teologia da Libertação, por exemplo.

Nesse sentido, com a expansão de mídias católicas como forma de propagação de sua doutrina e proximidade com os fiéis, que vivenciam uma nova realidade social, a partir da inserção dos meios de comunicação no cotidiano e nas relações humanas, se percebe uma politização do discurso religioso (Burity, 2006). Moldando uma expansão dos campos de atuação dos líderes religiosos, que vão além dos altares, utilizando estes veículos como práticas de atuação.

A Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, desde sua concepção, foi marcada pela diversidade cultural de seus fiéis, resultado da colonização da região Sudoeste do Paraná. Abrangendo uma grande extensão territorial de 18.719 km², teve seu início marcado pela dificuldade de comunicação e locomoção entre os padres e o bispado. Com o passar do tempo, esses obstáculos foram sendo superados, enquanto a Igreja se firmava como referência e guia para questões cotidianas, religiosas, econômicas, sociais e culturais.

É para esta realidade que Dom Agostinho José Sartori é enviado, após ser nomeado o segundo bispo da Diocese de Palmas, em 1970. O frei capuchinho de 42 anos de idade chegou à região e começou a dar forma à igreja diocesana, organizando-a de forma a atender as carências não só religiosas de seus fiéis, mas pensando neles em seu todo, abordando os aspectos sociais, políticos e culturais. Ademais, via seu episcopado para muito além do espiritual ao estabelecer relações com líderes regionais e estaduais, buscando melhorias na região, em diversas áreas, sendo destaque as questões da educação, da terra e sociais, preocupando-se com os marginalizados e carentes, além de ter uma grande preocupação com a comunicação, deixando à tona sua inclinação com a Teologia da Libertação.

Neste contexto, Dom Agostinho José Sartori, com o objetivo de informar e formar os fiéis sudoestinos voltou a maior parte de seu episcopado à escrita e composição de dois impressos, que percorreram a região ao longo de sua administração, o *Informativo Diocesano* (1975 – 1977), e posteriormente o seu tão sonhado jornal diocesano, o “*Até que...*” (1985 – 2013), sendo este último, o foco desta pesquisa.

O *Até Que...*, de posse da Igreja Diocesana, foi criado com intuito de intervir e se

posicionar diante dos problemas político-sociais e espirituais, além de responder a questões internas da própria instituição. Portanto, nesse espaço estabelem-se diálogos constantes em torno da dogmática e valores cristãos, questões teológicas, assuntos políticos, economia nacional e internacional, além de problemáticas sociais, os quais foram cuidadosamente analisados e compõem as reflexões apresentadas nesta pesquisa. Sendo este, o único impresso, que abrangeu toda a região Sudoeste do Paraná, tendo sua distribuição mensal por 28 anos.

Presume-se, nesta tese, que a concepção e manutenção do impresso diocesano quanto fonte de informações diante de acontecimentos pontuais, mas também, como propagador de posicionamentos e valores, defendidos pela Igreja Católica e pelo Bispo Diocesano, o torna uma ferramenta de poder institucional em relação a região. Pois, apresenta uma unidade discursiva, já que independente de quem assina a matéria, se mantém a base ideológica, não havendo contraposições em suas edições ou formações discursivas.

Nesta tese, o objeto são os discursos presentes nas edições do *Até Que...*, ao longo de toda a sua longevidade, nas temáticas política, social e econômica, considerando que um jornal religioso teria por finalidade assuntos ligados a doutrina e as ações da Igreja Católica, porém, não é o caso deste, que aborda diferentes temáticas, desde política internacional, nacional, regional até problemáticas sociais e econômicas. Assim, analisaremos suas formações discursivas, seus conflitos, incongruências e hesitações, buscando compreender como esses discursos representam os ideais de interesse do Bispo Diocesano e da instituição, ao mesmo tempo que são propagados com o intuito de moldar essas opiniões no leitor.

Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar as abordagens políticas e sociais presentes nos impressos diocesanos, buscando compreender como estes idealizaram interferir na construção do pensamento dos fiéis sudoestino. A escolha deste tema, considerou a relação do político com o âmbito religioso, a partir do princípio que “[...] estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta” (Rémond, 1996, p. 444).

Dentre as justificativas para a pertinência deste estudo estão: a necessidade de perceber como a Igreja utilizou de suas mídias impressas para transmitir seu lado político e seu ideário social. Pois, “assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim, os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros, como motivação, chegar ao poder” (Rémond, 1996, p. 444), nesse sentido, a Igreja diocesana de Palmas buscou manter sua hegemonia na região Sudoeste, visando construir uma sociedade embasada nos valores cristãos e em sua doutrina, propagando-a através de seu jornal, acessível a todos os fiéis em toda a região.

Com este estudo, através da análise dessas fontes, poderemos perceber e refletir de que maneira estes impressos, que alcançavam toda a região Sudoeste, apresentavam as questões regionais, nacionais, religiosas, as opiniões dos fiéis e, principalmente, a opinião expressa do bispo diocesano.

Ao considerar que durante esse período ocorria um processo de construção das cidades e formação da população do Sudoeste, oriunda de uma colonização recente a partir da Colônia Agrícola Nacional General Osório¹ (CANGO), a partir de 1948, percebe-se explicitamente a necessidade de uma análise acerca de quais elementos influenciaram nesta construção e formação. Portanto, quais são as ideias disseminadas nesse período? Qual a contribuição deste jornal impresso diocesano na formação política e cultural dos habitantes da região Sudoeste do Paraná?

Ao propormos essa análise dos discursos presentes nas páginas do jornal diocesano *Até Que...*, realizou-se um estudo de campo, acessando o acervo da Cúria Diocesana de Palmas, onde estão todas as edições do jornal, encadernadas em ordem cronológica. Estes tiveram suas matérias fichadas e separadas conforme a temática que aborda. Posteriormente, devido ao grande volume de material, se fez a seleção e levantamento das matérias que iam compor essa pesquisa, considerando a sequência cronológica e a manutenção da formação discursiva. Buscando assim, identificar os discursos e sua aproximação ou distanciamento com o posicionamento do impresso, representando aspectos importantes na construção desses discursos de legitimação do pensamento e dos ideais defendidos pela Igreja Católica, aqui representados e materializados por Dom Agostinho e pelos demais membros diocesanos, ao mesmo tempo que trazem seus próprios posicionamentos para as páginas do jornal.

Assim, estes discursos que compõem o impresso, são, em parte, uma extensão dos sermões, que não estão mais restritos aos altares e/ou momentos de encontro para orações. Mas sim, transpassaram as paredes das igrejas, indo ao encontro dos seus fiéis, a partir da visualização das mídias como ferramentas úteis para os fins de interesse, não só da Igreja Católica, mas também das demais religiões.

Com o uso destes novos espaços, os líderes religiosos dão aos seus discursos novas possibilidades, alcançando números expressivos através dos impressos, da rádio e, posteriormente, da televisão. A partir dessa nova configuração, os discursos que já tinha por base uma mistura de Político e Religioso, ganham mais um adendo, o Discurso Midiático, pois

¹ A CANGO foi criada em 1943, como uma estratégia da política de colonização denominada “Marcha para o Oeste”, a qual visava à ocupação dos espaços pouco habitados, mediante a doação de lotes de terras aos colonos que migraram para a região Sudoeste do Paraná (Cattelan; Castanha, 2016).

passa a ser transmitido sem limites através das mídias, sendo acessível a todos, indo além dos sujeitos que buscavam escutá-lo.

É importante frisarmos que o discurso não se resume a linguística, pois ao ser inserido do campo das ciências humanas, como a História, ele ganha perspectivas mais amplas, indo além da materialidade da linguagem. Entretanto, o discurso, é em sua essência, “um conjunto de enunciados organizados de maneira interacional e orgânica” (Ducrot, 1984, p. 393). Mas, que ao se tornar objeto de análise, deixa emergir as significações que o compõem.

Nesta acepção, o discurso é:

[...] um fenômeno social complexo, multifacetado, que nasce a partir do diálogo entre discursos diversos. Constituiu-se no âmbito do já-dito e, ao mesmo tempo, é orientado para o discurso-resposta que é solicitado a surgir. Todo discurso responde a outros dizeres e, por conseguinte, é tecido heterogeneamente por uma diversidade de vozes (posições sociais, ponto de vista) mais ou menos aparentes. Entre o discurso e o objeto, entre o discurso e a personalidade do falante interpõe-se um meio flexível, muitas vezes difícil de ser penetrado, de discursos de outrem, de discursos alheios sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema. O discurso, desse modo, configura-se a partir de um entrelaçamento de interações sociais complexas, pois em todos seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Nesse processo, a materialização do discurso pressupõe a inscrição valorativa de um dado locutor, a posição de um sujeito frente a outros discursos. Em outras palavras, o discurso existe na forma de enunciados concretos de determinados falantes, sujeitos do discurso que se constituem dialógica e historicamente. Logo, o discurso é constitutivamente ideológico, dialógico e histórico. Os enunciados, segundo finalidades determinadas, interlocutores definidos, tempo e espaço próprios, concretizam-se em gêneros do discurso em esferas sociais de atividade humana. (Flores, 2009, p. 84).

Sendo assim, o discurso não pode ser compreendido sem considerarmos a sua concepção e base. Ou seja, não há como ser analisado desconsiderando seu contexto. Pois, o discurso emerge através de grupos compostos por sujeitos com interesses em comum, que se organizam a partir destes, o que o torna ideológico (Voloshinov, 1926). Desta forma, o onde, quando, por quem, como e por quê se tornam pontos importantes sobre o discurso, já que definem sua produção e, por consequência, sua finalidade.

Indo além da parte de criação, também é imprescindível a linguagem presente no discurso. Já que, um discurso não é obra exclusiva de seu emitente, mas traz consigo partes de outros discursos acessados e que influenciaram o autor em questão. O que nos leva ao ponto acima mencionado, sobre a base ideológica das construções discursivas.

Do ponto de vista discursivo, as palavras, os textos, são partes de formações discursivas que, por sua vez, são partes de formação ideológica. Como as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em conjuntura dada, assim é que se considera o discurso como fenômeno social. (Orlandi,

1987, p. 158)

Assim, para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, analisaremos os discursos presentes no impresso diocesano sem esquecermos de relacioná-los ao meio em que foram produzidos. Por isso, vamos conhecer um pouco mais da Diocese e o personagem Dom Agostinho José Sartori, bem como a região Sudoeste, para ser possível uma análise ampla e profunda. Partindo do princípio que o discurso carrega pontos das ideologias e do contexto social que fora exposto.

Os discursos enquanto unidades transfrásticas estão submetidos a regras de organização vigentes em um grupo social determinado: regras que governam uma narrativa, um diálogo, uma argumentação; regras relativas ao plano de texto; regras sobre a extensão do enunciado etc. [...] o discurso é orientado, e isso não ocorre apenas porque o mesmo é concebido na perspectiva de um interlocutor, mas também porque os discursos se inserem linearmente no tempo, construindo-se a partir de uma finalidade e se dirigindo a algum lugar (Maingueneau, 1998, p. 52).

Ao analisar a fonte, o historiador precisa ir contra o equívoco simplista de achar que, na pesquisa em jornal, terá uma noção total do contexto em que pesquisa, pois mesmo com um perfil traçado, o jornal possui sua própria pluralidade de pessoas, de pensamentos e de posicionamentos nem sempre convergentes e de fácil percepção no seu interior.

Neste sentido, deve-se ter ciência de que um impresso, independentemente de seu perfil, está envolto em esquemas de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado.

Por isso, compete ao historiador “os questionamentos às fontes para extrair um significado, retirando de sua linguagem os elementos capazes de representarem determinado momento histórico” (Sosa, 2007, p. 17). Não apenas os elementos do momento histórico são importantes, mas buscar captar também quais são os elementos de interesse do próprio jornal. Fazer uma análise de seu discurso é imprescindível, pois o jornalismo, ao selecionar e transmitir a notícia procede a uma manipulação do conhecimento apreendido pelo público leitor.

Neste contexto, surgem variadas metodologias de análise de fonte jornalística, entre as quais optamos para esta pesquisa pela metodologia da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, de 1977, que se trata de “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes)

extremamente diversificados” (Bardin, 2016, p. 15) e muito utilizado no estudo de análise da imprensa.

A análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Caracteriza-se, assim, como um método de tratamento da informação contida nas mensagens (Meiréles; Cendón, 2010, p. 78).

Aliado a metodologia de Bardin, utilizamos o modelo de análise do discurso de Patrick Charaudeau. Este, afirma que o sentido de um discurso advém das circunstâncias sociopolíticas e ambientais do emissor e dos receptores, para quem o discurso é destinado. Por isso, recomenda que se estabeleça uma linha entre o sentido discursivo e o sentido linguístico, considerando ao longo do processo, o ponto de vista de quem emite e de quem recebe as mensagens, o que gera, por consequência, a interpretação dos enunciados discursivos que a constituem.

Uma lingüística do discurso integra na sua análise as condições de produção do ato de linguagem e, ao fazê-lo, ela constrói um objeto multidimensional que opera numa relação triangular entre o mundo como real construído, a linguagem como form-sentido em difração, e um sujeito (eu/tu) intersubjetivo em situação de interação social (Charaudeau, 1999, p. 32).

Enquanto a primeira permite abordagens quantitativas e qualitativas, contribuindo para lutar contra a evidência de um saber subjetivo, para superar as incertezas advindas de visões pessoais do pesquisador e ir além das aparências, a segunda trabalha a linguística do discurso, sob a ótica de quem emite, recebe e interpreta o enunciado.

Para fazer uso da Análise de Conteúdo, “é necessária a criação de categorias relacionadas ao objeto de pesquisa. As deduções lógicas ou inferências que serão obtidas a partir destas serão responsáveis pela identificação das questões relevantes contidas no conteúdo das mensagens” (Meireles; Cendón, 2010, p. 78). Assim, a análise de conteúdo ao mesmo tempo que permite descobertas, pela sua função heurística, possibilita a confirmação ou negação das hipóteses ou proposições, por meio da análise sistemática de provas que poderão ser verificadas.

A definição das categorias é um momento crucial deste processo, pois elas são como uma espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. É, portanto, um método taxonômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (Bardin, 2016, p. 43).

Para fazer as descobertas, confirmações e inferências é necessário realizar a descrição dos conteúdos e tirar “partido do tratamento das mensagens que manipula para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo” (Bardin, 2016, p. 45).

O analista trabalha com palavras que, isoladas, podem atribuir relações com a mensagem ou possibilitar que se faça inferência de conhecimento a partir da mensagem. A leitura do pesquisador responsável pela análise não é, portanto, uma leitura à letra, mas o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano (Bardin, 2016).

Em sua avaliação, um conjunto de categorias boas apresentam as seguintes características: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade. Sendo que “um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos” (Bardin, 2016, p. 150).

Este instrumental metodológico polimorfo e polifuncional caracteriza-se fundamentalmente como um *exercício de desocultação* fornecendo-nos uma melhor “descrição” dos textos e permitindo-nos avançar para além das significações primeiras dos discursos e escapar dos perigos da compreensão espontânea (Zicman, 1985, p. 94).

A metodologia de Bardin se organiza em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2016).

Torna-se importante ressaltar que para fins desta pesquisa, adotou-se sequência de passos para realização da análise de conteúdo preconizada por Bardin (2016), tendo em vista que se forem seguidas com rigor, poderão conduzir a resultados profícuos e confiáveis. Assim, a análise de conteúdo permite se distanciar de uma historiografia ingênua, com crença na transparência de dados.

Já na Análise de Discurso, todo o ato social é um ato de interação. Assim, ele propõe uma estrutura em três níveis: sentido comunicativo, sentido situacional e sentido linguístico. O sentido comunicativo – os vocábulos e enunciados discursivos são interpretáveis no momento em que se relacionam com o exterior e quando se adiciona um significado social; o sentido situacional – este nível se ocupa do espaço externo, sendo o ato de linguagem determinado em razão de sua finalidade, identidade do sujeito, comando do saber e a sua dimensão temporal; o sentido linguístico – também denominado como sistema semiótico, se desenvolve à medida que é construída uma visão simbolizada. O enunciador deve satisfazer as condições de legitimidade, credibilidade e de conquista para elaborar um texto.

Diante disso, o que interessa para o autor é o uso social da linguagem, isto é, como a língua, enquanto trabalho simbólico forma um sentido e interage com o homem e sua história. Neste sentido, a proposta de Charaudeau (1992) é construir um contrato de comunicação que vai sofrer variações conforme o tempo e conteúdo sociocultural. As condições desse contrato também dependem do modo de como é criado o universo do discurso, no processo comunicacional. Que elementos são utilizados para seduzir, interagir, através do uso da linguagem.

Nesta concepção, o autor estabelece três condições que fundamentam a fala: saber-denominada; reconhecimento do saber; poder do sujeito - denominado reconhecimento do poder; competência do sujeito - denominado reconhecimento do saber fazer: a credibilidade. O domínio do saber é o lugar em que circulam os discursos da verdade e crença. Domínio de discurso, no que tange ao conhecimento sobre o mundo. Esse saber vai contribuir para legitimar a fala do sujeito, seu direito a palavra. O poder do sujeito diz respeito aos indivíduos numa sociedade, visto que, como atores sociais, não são seres únicos e simples. Eles participam das relações, desempenham vários papéis, a fim de lhes permitir adquirir status específicos. Com relação à competência do sujeito, o duplo reconhecimento que dá ao sujeito falante uma legitimidade de saber e poder não é inteiramente suficiente para estabelecer o direito à fala. É preciso ter um outro reconhecimento, que vai lhe permitir julgar o sujeito competente em sua ação de sujeito que comunica. Outra proposta apresentada pelo autor citado é quanto ao desempenho argumentativo. Entende-se por argumentação, a forma como o discurso é organizado. O sujeito que argumenta tende a expressar com convicção, com o objetivo de persuadir e modificar o comportamento do interlocutor. Este sujeito está no centro do conjunto de disposições tomadas para fazer crer algo.

Charaudeau (2001) destaca que o discurso não deve ser assimilado à expressão verbal de linguagem, pois “o discurso ultrapassa os códigos de manifestação linguageira na medida em que é o lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou seus vários códigos semiológicos” (Charaudeau, 2001, p. 24).

Nesta perspectiva, o discurso se molda na interação, se constituindo como um fato social. Todavia, o termo social neste caso, vai além do contexto e das classes que compõem a sociedade, mas engloba também as interferências culturais, as mentalidades, as memórias e outros discursos que o precederam. Ou seja, o contexto, é tudo que se encontra externo ao texto, ao mesmo tempo que influencia tudo que está presente nele.

Desta forma, além da historicidade e da interdisciplinaridade do discurso, há ainda seu caráter ideológico. Entretanto, é importante conceituar, que para a Análise de Discurso,

ideologia vai além da alteração da realidade, mas representa as ideias e a visão de mundo de cada grupo socialmente organizado, através das quais se questiona, pensa e caracteriza a realidade e a sociedade. Assim, o discurso concretiza ideologias, apontando essas ideias, memórias, imaginários e significações, mesmo que de forma semiótica.

Nesse sentido, a “ideologia é uma estrutura mental – as linguagens, os conceitos, imagens do pensamento e os sistemas de representação – empregada por diferentes classes e grupos sociais para dar sentido, definir, figurar e dar inteligibilidade à maneira como a sociedade funciona” (Hall, 1996, p. 26).

Nesta perspectiva, o discurso corresponde a esses conjuntos de indivíduos, conservando suas concepções de sociedade e de mundo. Desta forma, o discurso político-religioso se destaca pela sua assimetria, entre o processo de produção até sua receptividade, partindo do princípio em que é concebido, oscilando entre o espiritual e o terreno. Pois, enquanto a produção, constituída pelo clero e leigos autorizados da Igreja, sendo representantes de Deus, discursa em nome do espiritual, a sua receptividade se mantém no plano terreno, que é composto pelos fiéis.

Assim, “esses dois planos são afetados por um valor hierárquico, por uma desigualdade, uma vez que o celebrante reproduz a voz de Deus, que é imortal, eterno, onipotente, onipresente, onisciente, enquanto os ouvintes são mortais e passageiros” (Orlandi, 1996, p. 240).

Essa ação, o autor chama de “ilusão de reversibilidade”, o que vai ser um ponto importante para a formação discursiva religiosa. Pois, esta pode acontecer em duas vertentes: do plano espiritual para o terreno, a partir do viés de que Deus distribui seus atributos com a humanidade, através de milagres e dádivas. Ou, ao contrário, quando é o sujeito que se volta a Deus, seguindo seus mandamentos e respeitando Suas vontades e Sua Palavra, como um bom filho.

Nesse sentido, o discurso tem uma linguagem simbólica, já que a sua voz se dá por seus líderes, o que a torna autoritária, já que não é questionável, sendo embasada por normas e preceitos da instituição, com pés nos dois planos. Por isso, a formação discursiva vai ser um ponto chave para a conquista de novos fiéis e na manutenção dos já devotos.

Na visão de Charaudeau, esse discurso religioso presente nas mídias se relaciona diretamente com a competência do poder: “O discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder, quanto mais seja, pela autoridade que o saber lhe confere” (Charaudeau, 2007, p. 62). Deste modo, o político e o religioso não podem ser separados, mas analisados e observados em conjunto, identificando as características que os diferenciam. Pois, o discurso religioso, traz em suas linhas faces e interpretações da sociedade, em seus diferentes tópicos. Visto que, as

instituições religiosas se encontram conectadas com as instituições e as discussões estruturantes da sociedade.

Na percepção de Foucault:

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas e séculos. Mas, coloca o princípio da articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais (Foucault, 1997, p. 82).

Assim, os discursos são ferramentas de análise de aspectos da sociedade, isso porque carregam em si diferentes concepções e ideologias que o construíram. Nesse sentido, o discurso se caracteriza por ser “uma espécie de comunicação na e pela distância” (Ricouer, 1990, p. 93). Sendo, a distância entre a produção e a recepção, uma prática no discurso religioso. Isso, porque esse espaço se constitui de assimetrias nas relações que as concebem.

Essa discordância retoma o conceito de Orlandi (1987), que compreende o discurso religioso a partir do terreno e do espiritual, considerando que a Igreja e/ou a religião falam em nome de Deus, Ser Supremo, enquanto seus receptores são os fiéis, sujeitos terrenos.

Porém, uma regra é clara, o espiritual e o terreno não podem trocar de lugar. Ou seja, o espiritual tem como emissor o padre ou pastor, enquanto o terreno escuta e coloca a mensagem em prática. Assim, esse último não tem lugar como emissor em relação ao outro, pois o poder se encontra no locutor de Deus. “Há regras estritas no procedimento com que o representante se apropria da voz da Deus: a relação do representante com a voz é regulada pelo texto sagrado, pela Igreja, pelas cerimônias” (Orlandi, 1987, p. 245). Constituindo assim, uma relação simbólica e definida.

Dada a forma da representação da voz, e dada a assimetria fundamental que caracteriza a relação falante/ouvinte no discurso religioso, mantém-se a distância entre o dito de Deus e o dizer do homem, ou seja, há uma separação (diferença?) entre a significação divina e a linguagem humana, separação essa que deriva da dissimetria entre os planos (Orlandi, 1987, p. 245).

Desta maneira, se materializa a superioridade e a autoridade da religião. Pois, embasa seu discurso na figura Suprema do Sagrado, que por “natureza” é maior e superior ao humano. Sendo assim, um discurso político, pois abrange relações de poder.

Como a dissemetria se mantém, é preciso que os homens, para serem ouvidos por Deus, se submetam às regras: eles devem ser bons, puros, devem ter mérito, ter fê, etc. É preciso, pois, que eles assumam a relação da dualidade, a relação com o Sujeito

diante do qual a alma religiosa se define: esses sujeitos, para serem ouvidos, assumem as qualidades do espírito, qualidades do homem que tem fé (Orlandi, 1987, p. 247).

Nesse sentido, há uma relação de troca de favores, onde a instituição religiosa conecta o sujeito ao Ser Supremo, mas exige, em contrapartida, a obediência deste diante dos princípios da Igreja. Em razão disso, a ligação do discurso religioso com o político é tão próxima, pois ambos falam por alguém com autoridade suficiente para punir ou gratificar o indivíduo, a partir de seu respeito, obediência e adesão.

Essa autoridade e poder da Igreja perante a sociedade, se apresenta de forma oculta (Foucault, 1979). Ou seja, a instituição mantém uma postura de orientadora, maquiando sua ação de poder, norteando ideias, comportamentos e valores, mas sem impor de forma direta. Isso repassa aos fiéis uma falsa sensação de escolha, se manifestando como uma simples interação ou cuidado por parte da Igreja com seus “filhos”.

Sendo essa postura da Igreja, quanto responsável pelos fiéis, tanto na questão de salvação das almas, tanto como orientadora perante os conflitos internos e externos dos sujeitos, que veem na religião um norte de ação, que a torna uma instituição de poder. Nesse sentido, todo discurso proferido pela instituição ou em nome da religião, é a efetivação desse poder. Foucault (1996), afirma nessa questão, que a formação discursiva religiosa aponta hábitos a serem adotados ou mantidos pelos indivíduos, expondo ritos e características próprias da instituição.

Por essa ação, não há discurso pessoal imparcial de alguém com ligação com a religião, pois mesmo sua opinião apresentando-se como pessoal, vai trazer influências da ideologia da Igreja, que mesmo inconscientemente, faz parte da postura e do pensamento do indivíduo. Assim, se desenha o poder da Igreja diante da sociedade, se infiltrando de forma individual nos sujeitos, moldando seus costumes, orientando suas atitudes e induzindo sua postura em relação os diferentes aspectos, indo do religioso ao político e social. Sendo isso, o que nos trouxe a essa pesquisa.

Pois, é esse olhar, iniciado por Foucault, que nos permite analisar o poder da instituição religiosa proferido através do discurso e da ação dos indivíduos que a representam, sendo condutores de uma igreja particular, como é o caso de Dom Agostinho na comunidade diocesana de Palmas – Francisco Beltrão. Todavia, não podemos ignorar os efeitos do trabalho dos padres e leigos, que tem uma proximidade maior com os fiéis, tanto fisicamente quanto fraternalmente, sendo agentes desse poder também.

Pensando a partir de Bourdieu, Pereira (2008, p. 94) aponta que “os padres fazem parte de um campo de luta pela manutenção simbólica da vida privada e a orientação da visão de

mundo, colocando em prática, na sua ação, definições concernentes à cura do corpo e da alma”. Nesta visão, é através do controle do domínio desses bens simbólicos, que a Igreja exerce seu poder, tornando o devoto servil à instituição, tanto em suas ações quanto em seus pensamentos.

E, partindo da teoria de Foucault, que Maingueneau defende que “é por sua formação discursiva e não pelos seus temas que se define a especificidade de um discurso” pois, “o discurso é construído diante do que o ‘outro’ pode integrar e por ele ser integrado” (Maingueneau, 2008, p. 84). Desta forma, ao conceber um discurso, o emissor não fala somente aos seus pares, mas alcança também seus oponentes, sendo assim, um campo de batalha onde os conflitos tomam corpo diante dos posicionamentos prós e contras, oriundos tanto do emissor quanto dos receptores.

Sendo assim, para a Análise de Discurso, são as inserções do texto nas formações discursivas que determinam seu sentido, indo além da sua simples relação com o contexto. Pois, a formação discursiva se constrói a partir de uma conjuntura e de uma ideologia, que determinam o que e como deve ser falado, orientando o sentido de cada expressão, palavra ou terminologia presente.

Para Charaudeau há o valor de verdade (“ser verdadeiro”) e o efeito de verdade (“acreditar ser verdadeiro”). Enquanto o primeiro se ampara na comprovação e “se realiza através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem (mesmo que seja ele quem a tenha construído)” (Charaudeau, 2004, p. 49), remetendo a um saber erudito fundador; o segundo, se embasa na convicção através de uma crença. Sendo necessário ao emissor utilizar da arte do convencimento para que o receptor veja a mensagem como uma “verdade”, mesmo ela sendo apenas uma construção discursiva intersubjetiva. “O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de ‘credibilidade’, isto é, aquilo que determina o ‘direito à palavra’ dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida” (Charaudeau, 2004, p. 49). Desta forma, a “verdade” se encontra no efeito que o discurso expõe e não propriamente nele. Sendo através dele, que os sujeitos estabelecem sua conexão com a sociedade, delimitada num “crer ser verdade”. Esse “acreditar ser verdadeiro” (crença) entra em tensão com um “ser verdadeiro” (verdade).

Nesta perspectiva, esta pesquisa tem por campo da discursividade o jornal *Até Que...*, considerando-o como um espaço político-religioso, cujas formações discursivas e enunciativas disputam, delimitando-se em regiões do mundo discursivo. Disputa essa, que retrata as contradições presentes ao longo de toda a história do impresso, em que seus discursos, mesmo que tendo a mesma função social e ideológica, se divergem em relação aos sentidos, assumindo

uma postura antagônica em determinados momentos diante de certas temáticas.

Então, é partir dessa teorização, que nos permite visualizar o uso do “poder coercitivo” por parte da Igreja para com seus fiéis, que de forma ideológica, indireta e simbólica, molda os sujeitos conforme suas regras. Isso, tanto pelo discurso falado, quanto pelas formações discursivas presentes em seus impressos e materiais de formação, o que nos remete ao nosso objeto de pesquisa.

Nesse caso, o poder está vinculado a uma ação próxima, pois acontece a partir símbolos, rituais ou eventos que vão estimulando e colocando em prática o controle da instituição em relação a seus membros.

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 1979, p. 08).

Portanto, a religião, além de seu caráter de formadora identitária cultural, possui seu lado quanto instituição de poder em uma sociedade, usando do discurso para propagar e expandir sua doutrina e normativas sociais, políticas e religiosas, sendo uma força ideológica no pensar, no sentir e no fazer dos fiéis. Por isso, as mídias, foram para a Igreja uma ferramenta útil de expandir sua visibilidade e alcançar um maior número de pessoas, além de se manter próximo dos já devotos.

Assim, a partir desta perspectiva, a tese é composta por quatro capítulos, tendo em todos uma base em fontes primárias, acessadas no Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas, com acesso público, que nos permitiram analisar a construção da Diocese, alguns aspectos regionais, bem como todo o olhar do Dom Agostinho, considerando que o arquivo mantém documentos pessoais, eclesiais e de cunho político do bispo. Desta forma, no Capítulo I, vamos abordar a relação da Igreja Católica com os meios de comunicação a partir dos documentos finais do Concílio Vaticano II, buscando identificar e analisar as transformações que essa relação causou no seio do catolicismo, principalmente no viés político.

Isto pois, a Igreja Católica Apostólica Romana é uma instituição com amplo poder de promover e induzir a cultura, tendo grande influência ideológica na sociedade, porém, diante dos constantes progressos tecnológicos que modificaram a ação das mídias, a instituição se deparou com uma série de dificuldades em se adaptar e se inserir neste novo contexto, traçando estratégias e pensando em formas de manter seu poder e sua influência, buscando usar esses

veículos a seu favor, como ferramentas de evangelização, catequização e de fazer política, difundindo suas ideologias e princípios sociais, morais, religiosos e éticos.

Desta forma, a relação entre a Igreja e a comunicação, é marcada por várias discussões e posicionamentos da instituição em relação a esta, até chegar à inclusão desta em sua ação pastoral, sendo utilizada na defesa e difusão de seu dogmatismo.

O capítulo ainda propõe uma análise aprofundada acerca da chegada da Igreja na região, desde a sua inserção, institucionalização e organização, seguindo ordem cronológica dos fatos para melhor compreensão de sua evolução dentro do processo de colonização do Sudoeste.

Desde sua colonização, a região Sudoeste do Paraná sofreu influências diretas da Igreja Católica, que através dos missionários, os quais tinham por objetivo catequizar os indígenas e caboclos, estabeleceu-se quanto instituição e atuou na reformulação dos costumes e condicionamentos do cotidiano de gerações que por essas terras passaram, projetando o modelo moderno de desenvolvimento, baseando-se na afirmação do homem como sujeito produtivo e religioso, sustentada pelo arcabouço doutrinário do catecismo.

Diante das dificuldades encontradas com as práticas das crenças populares oriundas dos caboclos, que passaram a se fundir com tradições católicas repassadas pela catequese e pelos padres, através das vivências cotidianas, a Igreja Católica, de início, estabeleceu-se como uma mistura destas. Para superar esse catolicismo popular, investiu em mais padres para atender o maior número de fiéis em todas as localidades, estabelecendo relações com mais proximidade, intimidade e confiança. Assim, chegaram à região as congregações religiosas, que se espalharam dos sertões às vilas, fazendo visitas frequentes e fundando capelas ao longo de todo o território.

Desta forma, logo a Igreja Católica se expandiu e superou o catolicismo popular, estruturando-se politicamente como Igreja e se regionalizando através da criação de inúmeras paróquias ao longo de todo o Sudoeste, impondo unilateralmente os valores do seu catolicismo, articulando-se com um caráter hierárquico e centralizador com atuação regional. Esta formulação vai resultar na elevação da Prelazia de Palmas em Diocese, em 14 de janeiro de 1958 pela Bula "*Quoniam Venerabilis Frater*" do Papa Pio XII.

Nesse contexto, no Capítulo II, vamos conhecer Dom Agostinho José Sartori, visualizando-o como humano, administrador diocesano e comunicador, destacando suas ações durante seu episcopado na Diocese de Palmas-Francisco Beltrão, região Sudoeste do Paraná. Tendo um dos episcopados mais longos da história da Igreja do Brasil, por trinta e cinco anos ele promoveu ações de extrema relevância para a região, que serão abordadas e analisadas, buscando compreender seus objetivos e consequências para os fiéis sudoestinos.

Nesse sentido, buscou-se identificar e compreender a influência deste personagem na sociedade sudoestina, quanto líder político e religioso regional, destacando suas ações que atingiram de forma direta os habitantes desta região, tendo seus resultados sentidos ainda hoje. Como o caso, da divisão da Diocese em duas sedes, caso único no Brasil, mas que foi aprovado e permanece em uso até os dias atuais. Sendo, a partir de 1987, Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, sob justificativa de melhor atender os fiéis considerando a grande extensão geográfica que compõem a área de atuação diocesana.

Em seguida, aborda as ações voltadas a comunicação, estabelecidas por Dom Agostinho, desde suas preocupações até a instalação de mídias de posse diocesana. Além, de apresentar os bastidores do impresso, analisando sua equipe editorial, sua disposição e organização material, produção de matérias, temáticas abordadas, número de exemplares por edição, ou seja, todos os dados técnicos e quantitativos que caracterizaram e permitiram a propagação e a expansão dos impressos ao longo de toda a região.

Através da análise dessas fontes, poderemos perceber e refletir de que maneira este impresso, que alcançavam toda a região Sudoeste, apresentavam as questões regionais, nacionais, religiosas, as opiniões dos fiéis e, principalmente, a opinião expressa do bispo diocesano².

A partir destas questões, se conceberá o Capítulo III, com o intuito de analisar e compreender quais foram os discursos e ideias abordados no Jornal *Até Que...*, elaborado e distribuído pela Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, enquanto fontes de informação e formação para a população do Sudoeste do Paraná, no viés político. Levando em consideração a influência interna, os discursos publicados e as ideias apresentadas pelo bispo diocesano Dom Agostinho.

Nesse sentido, elencaremos trechos sociodiscursivos sobre as categorias e subcategorias políticas estabelecidas, ao mesmo tempo que buscamos entender como o jornal diocesano construiu e reproduziu essas abordagens.

Da mesma forma se constitui o Capítulo IV, que traz a análise das abordagens de viés socioeconômicos. Elencando as influências internas, os discursos publicados e as ideias apresentadas pelo bispo diocesano Dom Agostinho e dos demais emissores que compõem o material, buscando reconhecer quais os discursos repassados para a população do Sudoeste do Paraná, no campo econômico e social. Assim, a descrição e análise das formações discursivas,

² Todavia, é válido ressaltarmos que essa pesquisa tem por foco analisar os discursos propagados pela Igreja e pelo Bispo Diocesano de Palmas – Francisco Beltrão, e não a recepção desse material pelos leitores.

visa identificar os interesses institucionais e políticos divergentes.

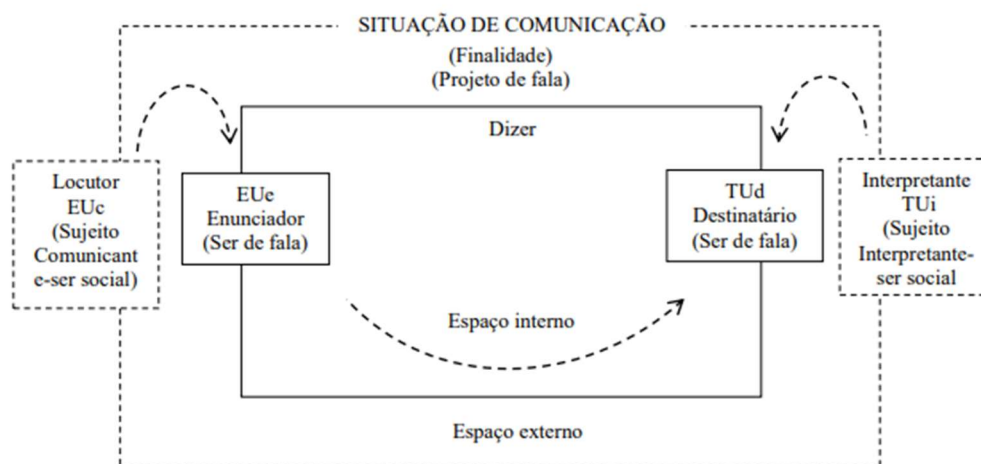
Os discursos nos meios de comunicação impressos se tornam, acima de sua essência, um discurso de cunho midiático, ao terem por finalidade acontecimento para apresentar e comentar, visando um grupo consumidor. Por isso, para que tenha êxito em sua atuação, a organização responsável depende de estratégias e contratos pré-estabelecidos e com objetivos traçados.

Desta forma, há, o que Charaudeau (2014), chama de contrato de comunicação. Aqui, o ato de comunicar sofre interferências das práticas sociolinguageiras do grupo social ao qual pertence, assim como é resultado das circunstâncias de sua produção, financiamento e interpretação. Ainda, segundo o autor, esse contrato é resultado das condições de troca (questões externas) e das conjunturas discursivas consequentes (questões internas), sendo moldada a partir da reação própria a essas questões.

Nesse sentido, para se visualizar e compreender quem fala, é essencial considerar os fatores preexistentes ao discurso em questão e identificar os dados presentes no ato da linguagem momentâneo. Assim, se presume que os sujeitos saibam distinguir a competência linguística presente no ato de linguagem do outro, sendo o contrato de comunicação uma proposta que o EU faz ao Tu buscando convivência.

Todavia, Charaudeau (2006), ressalta que a análise de um discurso escrito não conta com a expressividade oral como meio de estudo, o que não permite caracterizar o tom da enunciação, mas as expressões utilizadas podem dar algumas pistas. Assim, através da esquematização recomendada por Charaudeau (2014), podemos partir para uma identificação dos sujeitos do ato de comunicação, bem como os elementos que constituem a instância de produção e a instância de recepção:

Figura 1 – Esquema da situação de comunicação



Fonte: Charaudeau, 2014, p. 52

Neste esquema, temos o Locutor (EUc) e o Interpretante (TUi) enquanto agentes externos. O primeiro, se refere ao jornal diocesano *Até Que...*, que dispõe da autoridade do poder diante do que será ou não publicado, da mesma forma que estabelece que as publicações sejam conforme o posicionamento ideológico do impresso. Já o Interpretante representa o leitor que realmente tem acesso ao jornal e faz as leituras, não apenas aqueles que só o assinam, mas não absorvem os discursos.

Nesse sentido, o locutor causa um efeito discursivo no interpretante. Porém, este também é independente do locutor, por ser capaz de produzir sua própria interpretação diante do enunciado.

Dentro desta relação, temos o Enunciador (EUe), que age de forma interna, escrevendo os textos, voltando toda sua ação ao Destinatário (TUD), que corresponde ao público intencionado, a partir do traçamento de perfil dos já assinantes e dos que poderão ser.

Assim, neste estudo de caso, temos por Destinatários os fiéis vinculados a Igreja Católica na Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, que tem interesses em receber as orientações religiosas a partir de seu líder, o Bispo Diocesano. Mas também, há o envolvimento de outros Enunciadores, que mantém a regra de serem vinculados a instituição.

Nas construções discursivas, teremos a abrangência de textos argumentativos opinativos de cunho narrativo, com elementos de domínio enunciativo e descritivo, com base do posicionamento pessoal do emissor e do jornal.

Mas, seja oral ou escrito, o discurso permanece sendo uma ligação entre a instância do poder com a instância cidadã. Podendo ser determinada pela afetividade ou pela racionalidade,

como no caso da Igreja Católica, onde o poder se estabelece a partir de sentimentos do indivíduo com o Sagrado do que pela racionalização da doutrina.

Nesta perspectiva, Charaudeau (2010), aborda as estratégias do discurso, esquematizando a intenção do indivíduo no processo de elaboração de uma formação discursiva, estabelecendo as possibilidades de sentidos a serem despertados, podendo ser de sedução ou persuasão, através do uso de estratégias de credibilidade (*ethos*), legitimação e emoção (*pathos*). Sendo, a partir dessa estrutura, que se realiza o convencimento no campo racional (*logos*),

Deste modo, “para surtirem efeito, os *ethé* dependem da conjugação das estratégias empregadas pelo ator político com certa demanda social (vaga e inconsciente) por *ethos*, de forma que esta última possa reconhecer-se no espelho que lhe é mostrado” (Charaudeau, 2006, p. 183). Ou seja, o *ethos* tem o domínio das representações sociais, mas são as questões políticas que o permitem, ou não, ter um poder social, mesmo diante do seu caos interno, já que seus componentes podem se apoiar ou se contradizer, enquanto coexistem.

Para o autor, os discursos racionais são compostos, primeiramente, pelos *ethos* da identificação e da credibilidade, enquanto os demais compõem o afetivo (Charaudeau, 2006). Sendo assim, o discurso político, bem como o religioso, utiliza como afirmadores a apresentação própria enquanto competentes, virtuosos e com postura de seriedade.

Por isso, ao fazer a análise de um discurso, o pesquisador deve estabelecer seu *corpus* selecionando textos que tenham algo em comum, mas que principalmente, falem por uma questão que os subordina, devendo se atentar aos seus fatores linguísticos, sociais e psicológicos. Sendo necessário, ainda, considerar suas variantes e suas constantes, para conseguir determinar sua finalidade e tipologia.

É essa construção passo a passo, que possibilita “realizar uma análise centrada na descoberta dos jogos de significação psicossocial dos atos de linguagem que se trocam numa comunidade sociocultural” (Charaudeau, 1996, p. 40).

Logo, essa abordagem nos permite analisar as estratégias adotadas pelo jornal *Até Que...*, quanto ambiente de produção discursiva política religiosa, através de seus editores, que orientados pelo administrador diocesano e jornalístico, Dom Agostinho, emitem suas mensagens a partir da ideologia Católica. Assim, faremos uma análise interpretativa destas formações discursivas, por meio do levantamento dessas estratégias nas matérias selecionadas.

Entretanto, cabe ressaltar, que devido ao grande volume de material, oriundos dos 28 anos de jornal, esclarecemos que não faremos a análise pontual de todos os textos, mas se atentaremos as temáticas propostas, sendo política, econômica e social, lembrando que a

teológica, está inserida nessas, já que por ter cunho religioso, mantêm por essência a ideologia católica em seus discursos. Assim, se estruturará a investigação e compreensão dos discursos presentes no impresso diocesano, com foco nos proferidos pelo Bispo Dom Agostinho José Sartori.

1. A IGREJA CATÓLICA E A COMUNICAÇÃO

A expansão das mídias e as transformações tecnológicas no campo comunicacional, alteraram a forma da sociedade se relacionar, agir e se comunicar. Indo além, ao revolucionar o comportamento dos indivíduos e das instituições, incluindo a Igreja Católica Apostólica Romana. Diante deste novo cenário social, entra a primeira parte desta pesquisa, que vai buscar compreender a posição da Igreja Católica em relação a Comunicação. Assim, neste capítulo, vamos buscar nos documentos pontifícios, no Magistério da Igreja, na Santa Sé e em suas publicações, as referências que estabeleceram a relação da Igreja Católica com a comunicação social e seus veículos de informação, a partir do Concílio Vaticano II, buscando identificar e analisar as transformações que essa relação causou no seio do catolicismo, passando pelo CELAM e pela CNBB, com enfoque no Brasil.

Nesta perspectiva, buscaremos identificar e assimilar o posicionamento, as influências e as inclinações que nortearam as perspectivas e as ações da Igreja sobre a comunicação. Todo esse caminho é necessário para uma compreensão mais detalhada e ampla desta relação, que vai resultar diretamente na comunicação estabelecida por Dom Agostinho José Sartori, como prioridade de ação eclesial na região Sudoeste do Paraná, no que tange a criação do jornal *Até Que...*, objeto desta pesquisa.

Em seguidas, abordaremos nosso espaço, no caso a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, desdobrando suas particularidades, desde a sua fundação até a chegada de Dom Agostinho José Sartori, segundo bispo e personagem importante nesta pesquisa.

1.1 A comunicação da Igreja Católica pós Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II foi o 21º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado no dia 25 de dezembro de 1961, pelo Papa João XXIII, e aberto por ele próprio no dia 11 de outubro de 1962, sendo considerado um dos mais importantes eventos do século XX, marcando a passagem da Igreja da Contra Reforma e da Cristandade para a “modernidade”, buscando uma construção identitária cristã, abrindo oficialmente diálogos bilaterais com outras denominações religiosas, principalmente com anglicanos, ortodoxos, luteranos e metodistas.

O Concílio Vaticano II costuma ser caracterizado, sobretudo, por seu caráter pastoral, apesar de não ter se limitado a esse. Iniciado em 1962 sob o papado de João XXIII, com o comparecimento de cerca de 2.600 bispos de todo o mundo, introduziu uma série de mudanças nas normas de culto, mas também teve resultados significativos no compromisso ecumênico.

Lindberg (2008) afirma que no século XX a discussão em torno da afirmação da singularidade de Cristo foi reavivada, “uma repetição da controvérsia ariana da primitiva Igreja” (Lindberg, 2008, p. 231), o que suscitou a questão da relação entre os cristianismos entre si e com as demais religiões.

Nas questões pastorais e doutrinárias, o Concílio buscou afirmar:

A renovação da imagem da Igreja como “povo de Deus”, uma comunidade de fé, de sacrifício, de prece e de amor; a renovação da liturgia pela introdução das línguas vernáculas em vez do latim, obrigatório nos cultos; maior participação da congregação, inclusive permitindo aos leigos o contato com o cálice na comunhão; o reforço das funções dos bispos e do colégio de bispos, de modo que, em comunhão com o Papa, os bispos trabalhem juntos na direção da Igreja e na apresentação do ofício papal mais como um serviço do que como uma direção (Lindberg, 2008, p. 224-225).

Neste contexto, a proposta de renovação da Igreja que o Vaticano II vai justamente assumir, seguindo as orientações do Papa João XXIII, que desejava uma Igreja aberta ao mundo contemporâneo, aos cristãos não-católicos e ao mundo dos pobres, parte de uma nova abordagem do mundo. O mundo, “as realidades terrestres”, a sociedade humana, dentro da teologia dos sinais dos tempos, conforme Boff (1967), é compreendido, agora, como “lugar teológico” não sendo, pois, realidades estranhas à Igreja. O mundo faz parte de sua própria definição como lugar de sua auto-realização e de sua missão. O que vai colocar sob a ótica da Igreja, a realidade dos meios de comunicação, que passam a fazer parte da sociedade e de suas relações.

Entretanto, essa mudança não vai gerar uma modernidade no olhar da Igreja. Isso, porque, o conceito de modernidade na Igreja é complexo, pois tanto a Igreja quanto a Modernidade possuem múltiplas dimensões, que não podem, simplesmente, serem reduzidas em pontos fechados e conceitos precisos. Nesse sentido, Gumbrecht (1998) conceitua como *modernização dos sentidos*, onde diferentes concepções de modernidade se sobrepõem. Se “como cascatas, esses conceitos diferentes de modernidade parecem seguir um ao outro numa sequência extremamente veloz”, observá-los nos possibilitam visualizar como “se cruzam, como seus efeitos se acumulam e como interferem numa relação múltipla de reciprocidade” (Gumbrecht, 1998, p. 09).

Assim, a Igreja, ao longo dos anos, construiu diferentes significações para a modernidade, discursando sobre uma aproximação com esta, ao mesmo tempo que mantinha uma distância. Pois, temáticas oriundas da modernização social são vistas como desafiadoras para o catolicismo, que busca conservar-se longe de bruscas transformações, como vai ser o

caso da comunicação social.

Essa mudança, segundo Brandão (1988), permitiu uma ampla visualização e compreensão das variações das “personalidades” que compõem o “ser católico”, tal como a dos campos sociais que conservam essas identidades (Libanio, 1984).

Entretanto, as mudanças oriundas do Vaticano II não estabeleceram um rígido rompimento com a organização da Instituição até então vigente, com o passado em si, como também não tendeu a ver o presente como um abandono da sua visão sagrada, dos seus valores e posicionamentos, tendo um recomeço transformador.

Obviamente que a Igreja não se tornou campo revolucionário, porém, as mudanças exigiram da instituição posturas mais abertas ao diálogo, demandando um olhar efetivo para os problemas concretos da realidade do católico, deixando para segunda instância a preocupação com a forma como os ritos eram praticados. No caso da comunicação, não foi diferente, estando presente nas discussões e tendo seu espaço nas novas ações da Igreja.

O próprio Concílio é mencionado no jornal *Até Que...*, em uma coluna assinada pelo Bispo Diocesano, na qual este solicitou aos fiéis a necessidade que “mantenham vivo espírito do Concílio”, pois “a herança daquela assembleia ecumênica é decisiva para contribuir e instaurar, no mundo, essa fraternidade universal que responde a vontade de Deus” (*Até Que...*, 2003, p. 02).

Algumas edições mais tarde, em novembro de 2003, ele retorna ao assunto, em uma matéria intitulada *Globalização – previsão do Concílio Vaticano II*. Nele, Dom Agostinho apresenta trechos do documento final do Concílio, a constituição pastoral *Gaudium et Spes*, e passagens bíblicas para embasar a teoria de que a Igreja já havia refletido sobre os perigos e os benefícios da globalização na sociedade.

Quarenta ano atrás, a Igreja, por singular Dom da Providência divina, revela para o mundo que a humanidade experimentaria uma fase nova na sua história, na qual profundas e rápidas transformações sociais e culturais ocorreriam, atingindo assim, a vida religiosa e leiga, se estendendo por toda a terra (*Até Que...*, 2003, p. 04).

Dentre essas mudanças mencionadas, temos as evoluções tecnológicas em relação a comunicação, e suas interferências nas relações humanas e institucionais na sociedade, que afetou a ação pastoral da Igreja Católica. Isso, porque, na sequência ele afirma:

Sentimos quanto Igreja e quanto sociedade, aquilo que a *Gaudium et Spes* nos alertava: ‘que o novos e mais perfeitos meios de comunicação social permitem o conhecimento dos acontecimentos e a rápida e vasta difusão dos modos de pensar e de sentir, o que, por sua vez, dá origem à repercussão em cadeia’(GS, n.6). É devido

o aumento dos múltiplos meios de comunicação entre as nações, vai se descobrindo como uma só comunidade, o que tem por resultado que aquilo o homem noutro tempo esperava das forças superiores, os alcance hoje por seus próprios meios (Até Que..., 2003, p. 04)

Mesmo após quarenta anos do Concílio, seus desdobramentos e reflexões sobre a Igreja, a sociedade e a comunicação, vão estar presentes nos discursos apresentados no impresso da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão. Isso, porque Dom Agostinho, quanto adepto das mudanças propostas no Concílio, utiliza dos meios de comunicação de sua administração com a finalidade de “ministrar aos fiéis o conhecimento da doutrina social, o catecismo, a política do Evangelho e orientá-los diante da nova sociedade que se molda rapidamente, mantendo vivo o espírito do Concílio e iluminados pela luz de Cristo” (Até Que..., 1987, p. 02).

A partir das mudanças políticas, tecnológicas, sociais, culturais e científicas que todo o mundo estava vivenciando na metade do século XX, a Igreja, com o Concílio, passou a questionar, refletir e discutir sobre essa nova realidade, buscando estabelecer novas formas de evangelização e de relação com a sociedade no todo. Nesta perspectiva, entra os meios de comunicação, que passam a ser visualizados pela Igreja como universo a ser explorado, pois se tornaram parte do cotidiano dos sujeitos, sendo assim, uma ferramenta interessante para propagar os valores cristãos e ficar próximo dos fiéis.

A Igreja Católica, inserida nesse quadro social de profundas transformações, intensifica seu interesse pelo universo comunicacional e busca aprofundar-se nas reflexões conceituais sobre a comunicação e ainda busca dinamizar sua prática comunicacional, ora como questionadora das funções sociais da comunicação, ora como usuária dos meios para a propagação de seus princípios e valores. (Silva, 2010, p. 12)

No Concílio emerge a necessidade do *aggiornamento*³, visando atualizar alguns princípios católicos diante da nova realidade social, sendo assim, a tentativa da Igreja de adaptação à sociedade contemporânea, incluindo, também, a busca por “acertar o passo” em relação a comunicação.

É interessante considerarmos que até a primeira metade do século XX, o cotidiano dos católicos eram “minuciosamente prescritas pelo papado”, o que, mesmo nos tempos atuais, “ainda se obstina em manter princípios, quaisquer que sejam as práticas, e em impor a ética elaborada em Roma, ao passo que os milhões de cristãos da América Latina e de outros lugares

³ Termo italiano, que significa "atualização". Palavra considerada central e base do objetivo geral do Concílio Vaticano II.

do mundo têm experiências diferentes nascidas de pressões implacáveis” (Vincent, 1992, p. 410), que lhes são impostas pelo seu dia a dia.

Porém, Rosado-Nunes (2004), afirma que ainda não temos como traçar o quanto essa voz da Igreja ainda permanece ecoando na forma de viver dos fiéis, influenciado suas ações, mesmo que de forma inconsciente, ao ressoar sua dogmática, valores e doutrina. Afinal, a Igreja permaneceu na postura de não “enxergar o caráter decisivo das práticas na elaboração da teoria que as articula e é por ela confirmada ou refutada” (Certeau, apud, Luneau, 1999, p. 415).

Pois,

A religião tem a função de agregar os indivíduos à sociedade, servindo enquanto um instrumento de controle social, de manutenção da ordem, funcionando como um código moral, um modelo a ser seguido por seu adeptos, dando ênfase enquanto valor agregado, à regularidade para a sociedade, possibilitando uma reflexão de homem para além de si mesmo (Monte, 2009, p. 252).

Essa função e ação social da religião no seio da sociedade e em seus indivíduos, resultou em pesquisas sobre a coesão social que estas possibilitaram.

Na perspectiva de assegurar a coesão social e a integração dos indivíduos na coletividade, ressalta o papel social da religião. Para Durkheim, ela preserva e dá forma expressiva a sentimentos que alimentam normas e valores, fundamentais na sociedade e, através dos ritos, consolida-os na consciência dos indivíduos. Entre religião e sociedade instaura-se uma sinergia: de uma lado, as crenças religiosas sacralizam as normas de comportamento vigentes, fornecendo-lhes uma legitimação definitiva e inapelável, que favorece o autocontrole dos indivíduos e a adoção de medidas repressivas contra os que se desviam. Além disso, os ritos suscitam e exprimem atitudes que reforçam o temor e o respeito para tais normas: desse modo, a religião fornece uma sólida base para o controle social das tendências desviantes, sublimando os impulsos perigosos para a estabilidade da sociedade. Por outro lado, a sociedade sustém a religião, porque o sistema de símbolos religiosos não é outra coisa senão a sacralização dos sentimentos morais existentes em uma dada sociedade. A conclusão é que a religião sempre terá futuro, porque é uma coisa só com a sociedade da qual faz parte (Martelli, 1995, p. 68).

A partir disso, a complexidade da religião é extensa, sendo quase indecifrável traçar suas essências e raízes na sociedade, pois é reflexo das modificações sofridas pelas transformações sociais que moldaram a sociedade e os indivíduos, e, por consequência, a instituição.

Assim, segundo Rosado (2007), é a partir dos ritos, cerimoniais e simbologia religiosas, que as sociedades estabelecem uma unidade, sendo uma representação de comunicação. Seja esta com seus pares ou com sua divindade.

Diante desta relação Igreja e Comunicação, Martino afirma que,

Ao menos no Ocidente, a Igreja parece ter estado sempre ligada à comunicação. De transmissão oral dos ensinamentos em praça pública, o modelo adotado, por exemplo, no início do Cristianismo, e que parece ter sido um dos responsáveis pela expansão dessa doutrina até complexa mediação eletrônico-tecnológica utilizada por várias igrejas na atualidade, é difícil imaginar a religião fora dos ambientes midiáticos existentes em cada época (Martino, 2016, p. 90).

Nesta perspectiva, é difícil pensar em uma sociedade sem a religião, e esta sem a comunicação, mesmo diante das transformações tecnológicas que a humanidade vivenciou e segue presenciando. Pois, analisar uma sociedade a partir de sua comunicação, no caso desta pesquisa pela imprensa, “contribuiu para compreender e interpretar as práticas sociais” (Martino, 2016, p. 25).

Com o avanço da tecnologia, a comunicação, através de seus veículos, modificou a sociedade, tanto em suas relações institucionais quanto pessoais, inclusive o comportamento da Igreja. Já que essas inovações afetam todo o corpo social, que mais cedo ou mais tarde, adentraram a esse novo mundo.

Desta forma, para melhor compreendermos a importância e as consequências do impresso diocesano na região Sudoeste do Paraná, seguiremos construindo essa base que nos leva a visualizar a comunicação dentro da Igreja Católica, pois essa relação vai possibilitar, posteriormente, as ações do *Até Que...* Assim, com o Concílio, traçou-se movimentos de entendimento entre esses dois campos, que serão embasados na encíclica *Inter Mirifica*.

1.1.1 A *Inter Mirifica* e seus desdobramentos

Na nova realidade constituída a partir da globalização, as mídias passaram a fazer parte da vida cotidiana das pessoas, sendo quase improvável viver alheio a elas. A partir dessa revolução tecnológica, a Igreja compreendeu que a comunicação não podia mais ter por finalidade, exclusivamente, a divulgação de sua doutrina.

Pelo contrário, a instituição católica percebeu as vantagens dessa inserção no espaço midiático, passando a se inserir e acompanhar as tendências tecnológicas, buscando aperfeiçoar os métodos de se comunicar. Pois, esse campo concede uma inclusão nesta nova sociedade, com baixo investimento e exibição frenética.

A Igreja Católica percebe a necessidade da utilização da comunicação para a disseminação da boa mensagem, em contraposição ao mal difundido pela sociedade. E passou a utilizar as tecnologias dos meios de comunicação como um campo de batalha (Puntel, 2010, p. 25).

Durante o Concílio Vaticano II, os meios de comunicação foram institucionalizados, como instrumentos de ação da Igreja Católica. Desta nova postura discutida e refletida, durante o Concílio, nasce a encíclica *Inter Mirifica*, que abordou os meios de comunicação, estabelecendo orientações e regras para seu uso, publicado em 1963.

O documento inicia abordando o porquê de a Igreja tornar a comunicação algo relevante a ser refletido durante o Concílio e incluí-la nas questões a serem repensadas e consideradas pela instituição em suas ações posteriores.

[...] merecem especial atenção os meios que atingem não apenas indivíduos isolados, mas a multidão no seu conjunto, toda a sociedade humana. Destacam-se entre eles a imprensa, o cinema, o rádio, a televisão e outros do mesmo gênero, que se denominam meios de comunicação social. A Igreja, como mãe, sabe que esses meios, se usados corretamente, prestam um enorme serviço ao gênero humano, dão eminente contribuição para o lazer e o cultivo dos espíritos e ajudam a propagar e a tornar mais consistente o Reino de Deus. Mas, sabe também que esses mesmos meios podem ser usados contra os propósitos do Criador e contribuir para a degradação dos seres humanos. A Igreja sofre ao constatar que os males que afligem a sociedade em que vivemos são, muitas vezes, decorrência do mau uso desses meios (Inter Mirifica, [1963] 2003, p. 70).

Assim, a encíclica aborda a necessidade de se orientar os fiéis sobre o uso correto das mídias, sendo esta uma responsabilidade da Igreja, considerando que a comunicação é essencial para a sociedade. Entretanto, alerta que é de suma importância fornecer formações que auxiliem os indivíduos a questionar e analisar as informações presentes nesses veículos de comunicação, já que estes têm mecanismos que possibilitam influenciar de forma direta e indireta os sujeitos.

Porém, não podemos visualizar essa nova postura como a simples aceitação da mídia e de sua importância na sociedade por parte da Igreja, pois se vendo alheia as mudanças sociais causadas pelo desenvolvimento e utilização de tecnologias, a Igreja vê na apropriação dos meios de comunicação e no uso a seu favor, a oportunidade de não ficar para trás na realidade que o mundo se encontrava. Assim, “a Santa Igreja reconhece que estes instrumentos, retamente usados prestam ajuda valiosa ao gênero humano, posto que contribuem eficazmente para unir e propagar e afirmar o reino de Deus [...]” (Inter Mirifica, [1963] 2003, p. 71).

Assim, a encíclica foi um divisor de águas nesta relação.

Foi a primeira vez que um Concílio ecumênico da Igreja abordou o assunto comunicação, dando independência ao tema dentro da Igreja. Fez também um avanço em relação aos documentos anteriores, ao conferir à sociedade o direito à informação (Inter Mirifica, n. 5), à escolha livre e pessoal, em vez de censura e da proibição (Inter Mirifica, n. 9). Além de reconhecer que é dever de todos contribuir para a formação das dignas opiniões públicas (Inter Mirifica, n. 8), o decreto assume os instrumentos de comunicação social como indispensáveis para a ação pastoral. E ordena o Dia Mundial da Comunicação, o único indicado por um Concílio da Igreja (Puntel, 2010,

p. 45)

Nesta visão, a Igreja passa a incentivar e patrocinar veículos de comunicação de posse da instituição, além de enviar membros do clero para estudos específicos de organização, uso, técnica e composição de materiais para essas mídias, que iam de rádio, televisão, impressos, até produções cinematográficas.

Assim, a Igreja passa a utilizar os meios de comunicação como ferramentas para persuadir a opinião pública, promovendo seu dogmas, valores e doutrinas éticas e morais.

A Igreja Católica praticamente reduziu sua apreciação das novas realidades ao julgamento que delas fazia sob a ótica da moralidade. Mais ainda: o clero assumiu como missão interferir no processo, formulando projetos de controle moral sobre esta mesma opinião pública (Soares, 1998, p. 72).

Notoriamente, esse novo olhar da Igreja em relação a comunicação foi impulsionado pelas mudanças ocorridas na sociedade. Assim, mesmo deixando algumas lacunas nessa discussão, o documento deu um novo espaço para essa temática dentro do catolicismo, tornando a comunicação um elemento necessitante de atenção e ação na missão da Igreja, tanto como ferramenta de evangelização, pois é parte essencial na vivência social.

Com o fim do Concílio, é evidente que a Igreja passa a ver na comunicação uma ferramenta útil para sua missão, alterando significativamente suas ações, sendo o *Inter Mirifica* a marca deste processo. Para complementar essa postura e apresentar as conclusões das discussões, após o Concílio, Papa Paulo VI, publica em 1971, a Instrução Pastoral *Communio et Progressio*.

Com uma linguagem leve, o documento propõe um diálogo com as tecnologias comunicacionais, complementando o *Inter Mirifica*, apresenta uma postura mais coerente com a realidade social, tendo um caráter mais pastoral e menos normativo, como o seu antecessor. Em seu corpo, o texto apresenta um otimismo em relação a comunicação.

A presente instrução pastoral, que corresponde a um voto no concílio, desenvolverá princípios de doutrina e orientações pastorais, mas apenas nas suas linhas básicas, devido a continua evolução e progresso a que está sujeita esta matéria, não descerá a aplicações de pormenor; tais aplicações só poderão ser feitas em função das circunstâncias particulares de tempo e lugar. A comunhão e o progresso da convivência humana são os fins primordiais da comunicação social e dos meios que emprega: a imprensa, o cinema, o rádio e a televisão. Com o desenvolvimento técnico destes meios, aumenta a facilidade com que maior número de pessoas e cada um em particular pode ter acesso a eles; aumenta também o grau da penetração e influência na mentalidade. A Igreja encara estes meios de comunicação como —dons de Deus, na medida em que segundo intenção providencial, criam laços de solidariedade entre os homens, pondo-se assim a serviço da sua vontade salvífica (*Communio et*

Progressio, [1971] 2003, p. 83).

O documento aborda a opinião da Igreja Católica diante dos meios de comunicação, se atentando as características de cada veículo, respeitando a liberdade de expressão. “A liberdade de comunicação é necessária para que a opinião pública possa exercer sua função dialogal de modo a que no ambiente social a voz de todos seja ouvida” (Silva, 2010, p. 45).

Entretanto, não deixa de mencionar os perigos das mídias, sob a ótica do catolicismo, ao questionar: “Quem pode ignorar os perigos e os prejuízos que estes nobres instrumentos podem causar a cada pessoa e à sociedade, quando não são empregados pelo homem com sentido de responsabilidade, com reta intenção, e de conformidade com a ordem moral objetiva?” (Communio et Progressio, [1971] 2003, p. 83).

Este nos leva a um questionamento: diante dos perigos e prejuízos que os meios de comunicação causam no ser humano, ao influenciarem a mentalidade, afetando o modo de pensar e agir dos sujeitos, não teria estes efeitos a própria comunicação católica? Como considerá-la benéfica e sem persuassão, se ela traz consigo uma base de doutrinas e valores morais? Aqui entra nossa pergunta chave da pesquisa, pois o impresso diocesano, como todos os meios de comunicação católicos, não tinham apenas por finalidade difundir sua doutrina, mas inspirar suas crenças, ideologias e valores para além de seus altares e pastorais. Assim, esse estudo foca em compreender essa ação e suas consequências na região determinada.

Nesta perspectiva, expressa, ainda, a responsabilidade da Igreja em formar os fiéis e seus membros do clero, inserindo uma prática pastoral “da” comunicação e “na” comunicação (Puntel, 2012), para um uso consciente dos meios de comunicação. Sendo “possível verificar no documento a presença da progressiva insistência na formação e competência para a comunicação como eixos fundamentais no pensamento e na prática da Igreja Católica na sociedade midiaticizada” (Silva, 2010, p. 117).

A Igreja inicia o século XXI publicando sobre comunicação. O documento *Ética nas comunicações sociais*, de 2000, reafirma a ética esquecida na prática da comunicação, porém, embasa suas considerações nos princípios morais e éticos exclusivos do catolicismo, ignorando que cada meio de comunicação tem suas ações determinadas pelos seus princípios particulares e individuais. Utiliza ainda, de passagens bíblicas para exemplificar e orientar como os meios de comunicação podem transformar a comunicação social em um bem comum para toda a sociedade, estabelecendo princípios éticos próprios de sua doutrina.

A abordagem da Igreja aos meios e comunicação social é fundamentalmente positiva, encorajadora. Ela não se limita simplesmente a julgar e condenar; pelo contrário,

considera que esses instrumentos são não só produtos do gênio humano, mas também grandes dádivas de Deus e verdadeiros sinais do tempo. [...] Embora os atos de comunicação, com frequência, tenham consequências involuntárias, são as pessoas que escolhem usar os *mass media* para finalidades positivas ou negativas, de modo reto ou incorreto (Ética nas Comunicações Sociais, 2000, p. 231).

Em sua conclusão, o documento faz uma reflexão sobre as transformações nas relações humanas dentro da cultura da tecnologia comunicacional, principalmente com a expansão da internet. “A comunicação social pode reunir as pessoas em comunidades de simpatia e de interesse comum. [...] também podem ser usados para separar e isolar” (Ética nas Comunicações Sociais, 2000, p. 248).

No final dos anos 90, a expansão da internet e as inovações nos, já conhecidos, meios de comunicação, trouxeram à tona uma nova organização social e comportamental do sujeito na sociedade. A nova tecnologia inaugurou novas formas de relações e interações pessoais, econômicas, políticas e sociais, propagando com rapidez as informações e facilitando as transmissões de aspectos religiosos e culturais.

Novamente, a Igreja precisou de adaptar para se inserir neste ambiente virtual, utilizando-o como meio de aproximação, interação e comunicação com os fiéis. “O espaço virtual com suas características próprias e, ainda em processo de identificação, torna-se um ambiente ‘livre’ para a manifestação de ideias, intercâmbio cultural e suporte para a aquisição de conhecimento” (Gobbi; Pires, 2011, p. 49).

Diante da popularização da internet, a Igreja publica um novo documento, *Ética na Internet*, em 2002, apontando os princípios éticos necessários para o bom uso desta nova tecnologia. “O documento está dividido em partes contedísticas, que oferecem aspectos de relevância quanto à reflexão sobre os princípios éticos e sugestões para alcançar determinações, inclusive regulamentares, em vista do bem comum” (Puntel, 2012, p. 18).

Diante do impacto nos novos veículos de comunicação na formação social, a autora afirma:

Mesmo no que diz respeito ao news media, a Igreja começa a expressar-se com mais clareza a respeito do impacto que eles têm na construção social, tanto que a Igreja passa a refletir sobre a comunicação não mais de forma restrita ou somente como “meios” ou “instrumentos” isolados a serem usados ou dos quais precaver. Mas refere-se a um “ambiente”, no qual estamos imersos e do qual participamos. Trata-se de uma cultura. A cultura midiática (Puntel, 2008, p. 131).

Nesta perspectiva, a Igreja adota o uso das mídias em sua ação pastotal, indo além de somente difundir o catolicismo, mas induzindo a opinião pública a partir de seus valores e princípios. Estabelecendo através destes veículos, uma aproximação com os indivíduos, sejam

católicos ou não, ao se fazer presente em todos os meios de comunicação.

Ainda, diante da expansão da internet, em fevereiro de 2002, o Papa Bento XVI publica o documento *Igreja e Internet*, apresentando a visão da Igreja sobre a utilização desse meio de comunicação. Neste já se abordou a internet como ferramenta de evangelização, trazendo algumas orientações de como melhor utilizá-la para este fim, além de estipular como de suma importância no seio da igreja, a promoção de formações para membros do clero e leigos sobre o ciberespaço, vendo-o como ambiente principal das relações sociais na sociedade moderna.

Assim, a Igreja entra no novo milênio estabelecendo uma ligação direta com a sociedade midiaticizada, desenvolvendo meios para a evangelização e catequização através da internet, partindo da “escuta aos ‘sinais dos tempos’, pela valorização da continuidade da obra da criação através das invenções da inteligência humana” (Puntel, 2010, p. 58).

Desta forma, recomendou ao longo de todo o texto

[...] que as pessoas, em todos os âmbitos da Igreja, lancem mão da Internet de maneira criativa, para assumirem as responsabilidades que lhes cabem e para ajudarem a Igreja a cumprir a sua missão. Na perspectiva das inúmeras possibilidades apresentadas pela Internet, não é aceitável hesitar timidamente, por medo da tecnologia ou por algum outro motivo (Igreja e internet, 2002, p. 262).

A Igreja assume que precisa se inserir nesta nova realidade da internet, a partir de estudos, para melhor compreender essa nova ferramenta do mundo da comunicação, pois necessita se manter próxima dos fiéis, se comunicando com eles por vários canais. Mas neste caso, o foco principal serão os jovens, que aos olhos da igreja, deveriam ter uma base sobre como fazer bom uso deste recurso, conforme os princípios cristãos, já que estavam totalmente vinculados nele.

Assim, as mídias passam a ser aliadas da Igreja Católica, que as utiliza como instrumentos de legitimação e fortalecimento social. Principalmente, por conseguirem atingir um número maior de pessoas, através destes.

Posteriormente, no pontificado de Bento XVI, houve um passo histórico para a Igreja de Roma, quando o pontífice criou, em 2012, um perfil no Twitter, visando se aproximar dos jovens e manter a Igreja próxima das tecnologias comunicativas. O perfil, em questão de poucos meses, chegou a quase dois milhões de seguidores. Após esse passo, se deu partida a um processo de expansão da Igreja nas redes, através de sites e perfis em redes sociais das arquidioceses, dioceses, paróquias e pastorais, bem como de líderes religiosos.

Em um mundo gradativamente mais conectado, era inviável para a Igreja permanecer alheia à internet e as redes sociais, bem como das novas formas de se relacionar e se comunicar

que ela instituiu. Assim, a instituição passou a utilizá-la como uma nova ferramenta de interação com os católicos de todo o mundo, tanto para evangelizar e catequizar, como para se aproximar dos jovens, visando inseri-los no catolicismo.

Após a renúncia de Bento XVI e com a eleição de Francisco, a Igreja volta a abordar as comunicações sociais. Nos primeiros anos de seu pontificado, Papa Francisco criou a Secretaria para a Comunicação da Santa Sé, em 2015. Esta tem como função controlar e realizar toda a comunicação da Santa Sé, sendo responsável pela livraria, editora, rádio, jornal, site, televisão e redes sociais do Vaticano, além de cuidar da sala de imprensa, da internet e do setor de fotografia da Santa Sé e do pontífice.

A Secretaria, segundo consta no Estatuto, trabalha em língua italiana e responde ao atual contexto comunicativo caracterizado pela presença e pelo desenvolvimento da mídia digital, pelos fatores da convergência e da interatividade. Esse novo ecossistema exige uma reorganização dos órgãos vaticanos e das entidades relacionadas com a Santa Sé, face à integração e gestão unitária. (Publicado..., 2016).

Esta reestruturação na Cúria Romana em relação as comunicações sociais solidifica as ações da igreja sobre os meios de comunicação, iniciada com o reconhecimento da internet como ferramenta de evangelização e a inserção da instituição na nova estrutura de relação e comunicação entre os indivíduos e a sociedade contemporânea que utiliza do ciberespaço para estabelecer e aproximar linguagens e culturas, bem como, a partir dessa aproximação da Igreja, ser ambiente de construção, discussão e vivência da fé cristã católica.

Diante da inserção da Igreja no ciberespaço, através da expansão da internet, Sbardelotto afirma:

Se o catolicismo, especificamente, com sua estrutura de caráter performativo, já tem um potencial de incorporar a diversidade, ao se posicionar em uma arena pública como a internet e suas redes, coloca-se em uma encruzilhada ainda mais complexa de discursos outros, inclusive que não lhe pertencem e escapam (Sbardelotto, 2017, p. 69).

Com essa expansão das mídias, a sociedade sofre modificações em suas formas de pensar, agir, relacionar e interagir. Pois, a influência destas novas tecnologias no cotidiano social vai além de permitir a comunicação entre indivíduos, que se encontram distantes fisicamente.

Defronte a essa nova realidade, as instituições e os indivíduos passaram a usufruir destes veículos, tanto como meio de interação quanto como troca de informações. Segundo Voloshinov (2017), além de integração e interação social, as mídias possibilitam um alcance e

uma exposição imensuráveis.

Ainda, segundo o autor, esse mundo virtual, ocasionou uma mudança nas relações e fortificou a individualidade. Ao mesmo tempo, que proporciona poder para aquelas que sabem se comunicar e se posicionar neste ambiente.

Para a Igreja Católica, as mídias foram ferramentas importantes de poder sobre a opinião pública, bem como de acesso aos fiéis protestantes e aos adeptos do catolicismo. Pois, esse campo midiático é democrático, aceita tudo e todos, e por isso, se constrói um pluralismo religioso mesmo no ciberespaço.

Diante disso, a instituição católica percebe a necessidade de saber se portar e comunicar nesse meio, sabendo aproveitar cada oportunidade para alcançar seus objetivos e manter seu poder social. Assim, o diálogo entre a Igreja Católica e as mídias, vai contribuir para modificações no agir social e religiosos do catolicismo, tendo suas ações voltadas exclusivamente para o contato com os indivíduos.

Por isso, a Igreja vai se organizar muito além da Santa Sé, estruturando a comunicação nas igrejas particulares, onde esse poder terá maior influência no cotidiano dos sujeitos. Nesse sentido, partiremos para uma compreensão desta relação na América Latina e, posteriormente, ao Brasil, para analisarmos com maior base, a concepção e a finalidade dos impressos na Diocese de Palmas – Francisco Beltrão.

1.2 A Comunicação Católica na América Latina e no Brasil

Com a mudança no posicionamento da Igreja em relação à comunicação em sua ação pastoral, esta passou a considerar a utilização da comunicação como uma forma de se aproximar dos indivíduos e de retratar a América Latina considerando suas culturas, buscando eliminar o descrédito que havia em relação a esse povo, pois são países considerados de terceiro mundo, sendo resumidos as suas questões políticas e econômicas internas e externas.

Neste contexto, destacaremos os documentos elaborados pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), criado em 1955, pelo Papa Pio XII, com o objetivo de unir as forças da Igreja na América Latina. Sendo assim, um órgão que unifica as vinte e duas Conferências Episcopais Nacionais, com objetivo de manter em comunhão toda a Igreja Católica latino-americana, sendo destinado à pesquisa, formação e reflexão nesta região, seguindo os princípios e orientações da Igreja de Roma.

O CELAM é o encarregado de articular a Conferência do Episcopado Latino-Americano, que acontecem em intervalos de 11 à 15 anos, sendo convocada sempre pelo Papa.

Estas conferências têm o objetivo de unir o episcopado latino-americano para realizarem uma profunda análise e reflexão sobre a ação pastoral e a realidade em que a Igreja se encontra em seus respectivos países.

Assim, analisaremos estes documentos das cinco conferências realizadas até o momento, buscando identificar o pensamento da Igreja Latino-Americana sobre a comunicação, para traçarmos o caminho da relação Igreja e comunicação no contexto da América Latina, sendo os documentos: Rio de Janeiro, de 1955; Medellín, de 1968; Puebla, em 1979; Santo Domingo, em 1992; finalizando com o de Aparecida, de 2007.

A primeira Conferência do Episcopado Latino-Americano, foi realizada no Rio de Janeiro em 1955, sendo a oficialização do nascimento do CELAM, mas também, já visando a discussão de preocupações do episcopado latino-americano sobre a realidade da Igreja no período. Nesta, foram tópicos primários: a preocupação diante da urgência de enfrentamento das instituições antagonistas à Igreja; a necessidade de intensificar o clero; a inclusão da realidade social de cada país na ação pastoral da Igreja local, visando um atendimento total dos fiéis; e, a preocupação com a expansão de outras religiões em toda a América Latina.

O documento final da Conferência apresenta a postura do episcopado latino-americano em relação a comunicação, pois, cabe lembrar, neste período a Igreja já havia iniciado a mudança de sua postura repreensiva diante dos meios de comunicação, passando a visualizados como ferramentas úteis para a evangelização. Sendo assim, o documento defende a utilização dos variados meios de comunicação para propósitos religiosos, afirmando a necessidade de formação técnica e específica sobre comunicação para o clero e leigos, visando um acompanhando dos profissionais, para que utilizem esses veículos de informação de forma correta, segundo os princípios morais da Igreja, além de estabelecer a expansão da Rádio Vaticano, buscando recurso para o alcance desta em todos os países da América Latina.

É válido ressaltar que este documento, bem como a Conferência, precedem o Concílio Vaticano II, tendo assim, a realidade social como base para essa postura da Igreja. No documento, os meios de comunicação são apresentados como uma forma de afirmação e fortalecimento da Igreja na América Latina, entretanto os resultados da Conferência não foram sentidos com intensidade, não tendo muitas contribuições na ação da Igreja nesta região.

É bem verdade que o CELAM nasceu antes do Concílio, nos anos 50, e realizou sua primeira conferência-geral no Rio de Janeiro em 1955. Mas é verdade também que essa conferência-geral realizada no Rio não deixou marcas maiores na Igreja do continente a não ser a própria existência do CELAM (Manzatto, 2006, p. 3).

Na segunda Conferência Episcopal, em Medellín, Colômbia, em 1968, buscou-se mudanças na Igreja latino-americana, conforme os caminhos traçados pelo Concílio, que visou uma Igreja próxima ao povo. “A reflexão dos bispos orientou-se para a busca de forma de presença mais intensa e renovada da Igreja na grande transformação da América Latina, à luz do Vaticano II” (Dariva, 2003, p. 487). Assim,

Se a Conferência do Rio de Janeiro havia dito apenas algumas palavras sobre a situação de vida do povo e sobre a organização social, e isso no final do documento, Medellín faz o caminho inverso: parte da realidade social, serve-se de o conhecido método ver-julgar-agir e aproxima a Igreja da vida do povo crente (Manzatto, 2006, p. 5).

Em Medellín a comunicação fez parte dos pontos centrais discutidos pelo episcopado, sendo mencionada em diversos momentos do texto do documento final, além de ter um capítulo próprio. No geral, a Conferência retomou a visão apresentada no *Inter Mirifica*, ressaltando a importância e a influência dos meios de comunicação no cotidiano dos indivíduos, reforçando a necessidade de uma formação para o desenvolvimento de uma consciência crítica, pois reconhece que a comunicação é um elemento essencial na sociedade, interferindo diretamente nas relações sociais, podendo assim, ser útil para a evangelização ao contribuir na promoção e propagação dos princípios cristãos em toda a América Latina.

Para o episcopado latino-americano, segundo o documento, os meios de comunicação carecem de ser empregados “como instrumento para dar maior visibilidade de si mesma, através da divulgação de notícias, ações pastorais, reflexões e, principalmente, pela leitura crítica dos acontecimentos na perspectiva dos valores e olhares do pensamento cristão”. (Klering, 2012, p. 346). Por isso, orienta sobre a necessidade de os membros do clero e leigos terem conhecimento nessa área, para atuarem nos meios de comunicação, ajudando a torná-los vetores da mudança social, política, econômica e cultural que os países latino-americanos tanto ansiavam e necessitavam.

O trabalho de formação, no que se refere aos usuários da comunicação social, estender-se-á às pessoas de todas as condições sociais e de modo particular aos jovens, para que conheçam, valorizem e apreciem esses meios fundamentais pelos quais se expressa o mundo contemporâneo, desenvolvendo seu sentido crítico e sua capacidade de tomar responsabilmente suas próprias decisões (Documento de Medellín, [1968] 2003, p. 494).

No entanto, a Igreja tinha consciência que os meios de comunicação estavam ligados a certos grupos sociais e/ou pertenciam a estes, que tinham interesses em manter a situação e o poder em que estavam na sociedade, usando-os da forma mais conveniente e oportuna para seus

objetivos. “Muitos desses meios estão vinculados a grupos econômicos e políticos, nacionais e estrangeiros, interessados em manter o status quo social” (Documento de Medellín, [1968] 2003, p. 492).

Ressaltando, ainda, que “as mídias têm um papel fundamental como mediadoras entre os grupos sociais [...]. Ocorre que, com a colonização das mídias e a partidarização de interesses políticos e econômicos que as envolvem, elas não têm cumprido este papel” (Cunha, 2016, p. 31).

Diante dessa conjuntura, a Igreja expõe um desejo de expandir a comunicação católica para a América Latina, visando atingir principalmente às minorias, utilizando de temáticas sociais, econômicas e políticas em suas pautas pastorais, buscando essa aproximação com o povo. “O ano de 1968 produziu um corte na história da Igreja Latino-americana, corte em favor das classes oprimidas, dos operários e camponeses, de grupos marginalizados” (Dussel, 1981, p. 229).

Neste encontro, se reafirma o que a Igreja defendeu na encíclica *Inter Mirifica*, afirmando que as mídias deveriam ser utilizadas para “promover a mudança social e ser usadas na evangelização” (Puntel, 2010, p. 122). Isso reflete, que a Igreja Católica da América Latina buscou manter-se conforme as orientações do Vaticano pós-concílio.

Assim, a Conferência de Medellín apresenta uma comunicação mais voltada ao população latino-americano, como expressão da comunidade sobre os problemas sociais que enfrentam, porém é somente na terceira conferência que essa postura vai aparecer de forma mais organizada e madura. Todavia, nos onze anos de intervalos entre as duas conferências, a Igreja latino-americana manteve uma ação pastoral voltada para os problemas sociais do continente.

Em 1979, realizou-se a terceira Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Puebla, México. Esta retomou as discussões da conferência de Medellín em relação a comunicação, entretanto, definiu uma maior atenção da Igreja com as questões sociais enfrentada por seus fiéis, dando ênfase ao cuidado que deveria ter com os mais pobres, iniciando uma aproximação com a Teologia da Libertação.

O período que vai de Medellín a Puebla corresponde à época do nascimento e início da sistematização da Teologia da Libertação, a reflexão teológica tipicamente latino-americana que, embora situada em seu contexto, teve repercussões mundiais. Influenciando na forma de fazer a teologia da Igreja no mundo inteiro e também nas perspectivas pastorais decorrentes dessa reflexão (Manzatto, 2006, p. 07).

Puebla vai ser influenciada enfaticamente pela Teologia da Libertação, que se expandia

em toda a Igreja, tendo no episcopado latino-americano muitos adeptos, estabelecendo assim, o compromisso de uma Igreja voltada aos mais pobres, adotando uma ação pastoral que auxiliasse no combate das injustiças e dos problemas sociais.

No que tange a comunicação, o documento de Puebla nomeado *A evangelização e a comunicação social na América Latina*, retoma as discussões já apresentadas no documento de Medellín, defendendo uma comunicação católica que considere a realidade social, desde seus problemas até suas possíveis soluções. Desta forma, “[...] a comunicação grupal, reforçada por Medellín e Puebla, tornou-se a atividade principal na comunicação da América Latina. Ela provinha dos meios audiovisuais para alcançar os objetivos de evangelização e de conscientização para uma mudança social” (Puntel, 2012, p. 34).

O texto considera, ainda, sobre o cuidado quanto aos meios de comunicação, alertando sobre a manipulação ideológica e de fatos que estes fazem visando o controle da opinião pública e a continuidade de seu poder e sua condição na sociedade, bem como a manutenção da condição social existente em toda a América Latina. Neste contexto, o documento, além de reforçar a necessidade de fornecer formação técnica para membros do clero e leigos sobre comunicação social, defende que a Igreja tenha seus próprios veículos de comunicação, que serão voltados para uma aproximação com os mais pobres e para a exposição de problemas sociais.

Conhecida a situação de pobreza, marginalização e injustiça em que estão imersas grandes massas latino-americanas e de violação dos seus direitos humanos, a Igreja, no uso de seus próprios meios, deve ser cada dia mais a voz dos desamparados, apesar dos riscos que isto implica. [...] devemos denunciar o controle desses meios de comunicação social e a manipulação ideológica que exercem os poderes políticos e econômicos, que se empenham em manter o status quo e até em criar uma ordem nova de dependência-dominação. (Documento de Puebla, [1979] 2003, p. 501-505).

O documento destaca que essa forma de comunicação tem por objetivo despertar nos sujeitos um sentimento de compromisso e de pertença a comunidade social e de fé, por isso, deve ser constante, clara, direta e acessível, utilizando uma linguagem popular, evitando assim, incompreensão e obstáculos na comunicação. Portanto, “a Igreja, sem rejeitar os meios de comunicação, enfatiza o uso da comunicação popular ou comunicação de grupo como uma alternativa que leva em conta um processo dialógico e participativo de comunicação” (Puntel, 2010, p. 123).

Posteriormente, em 1992, acontece a quarta Conferência em Santo Domingo, República Dominicana, que abordou e publicou sobre a temática *Comunicação Social e cultura*, centralizada nas novas formas de evangelização. O documento retoma e defende as conclusões

do documento de Puebla, no que se refere a comunicação e a questões sociais, reforçando o cuidado com os mais pobres e mantendo o apoio a Teologia da Libertação.

Em seus oito capítulos voltados para a comunicação, o texto apresenta a permanência da postura da Igreja adotada em Puebla, que vê com bons olhos os meios de comunicação e suas possibilidades em prol da catequização, evangelização e propagação dos princípios católicos, abandonando de vez o olhar repreensivo sobre as mídias. Entretanto, isso não significa que não há críticas e preocupações por parte da Igreja, que ainda se atenta aos perigos da comunicação, como a influência ideológica, a alienação e a falta de análise crítica dos indivíduos diante das informações veiculadas. Pois, “embora o documento não avance além da originalidade de Medellín e Puebla sobre a comunicação social na América Latina, demonstra uma preocupação em dar impulso a uma eficaz ação educativa e a um decidido empenho para a moderna comunicação” (Puntel, 2010, p. 125).

Novamente a preocupação com a necessidade de formação sobre a criticidade em relação aos meios de comunicações e suas informações está presente, assim como esteve nos três documentos das conferências anteriores. Santo Domingo defende o potencial da mídia como ferramenta de evangelização, porém reconhece a carência e a limitação por parte da Igreja nesses meios.

Essa presença escassa da Igreja nos meios de comunicação na América Latina, vai ser pauta do discurso inaugural feito pelo Papa João Paulo II. O pontífice afirmou como “importância de primeira grandeza, devendo intensificar a presença da Igreja no mundo da comunicação, que há de ser certamente uma de vossas prioridades” (João Paulo II, 1993, p. 29).

Nesta perspectiva, “nas linhas pastorais, os bispos propõem estímulo e apoio a iniciativas de preservação da identidade cultural e de diálogo autêntico; articulação da comunicação de massa com a comunitária e grupal e o esforço da Igreja para possuir seus próprios meios” (Klering, 2012, p. 353).

Por fim, a Conferência de Santo Domingo, vai discutir a manipulação e a influência dos meios de comunicação por grupos econômicos e políticos, que utilizam destes para “agredir” a dignidade e a moral humana. Obviamente, que a Igreja, não vê os veículos midiáticos de sua posse como influenciadores de opinião e comportamentos dos indivíduos. Mas, pelo contrário, se vê como impelida a ajudar e orientar os sujeitos, diante deste perigo.

A preocupação de aprimorar, investir e ter posse dos meios de comunicação, bem como, o incentivo e a composição de pastorais de comunicação ao longo de toda a Igreja latino-americana, vai guiar as discussões da quinta e última Conferência Episcopal, realizada no Brasil, mais especificamente em Aparecida, no Estado de São Paulo, em 2007.

O encontro abordou com ênfase a comunicação social, destacando os meios de comunicação como ferramentas de grande valia para a Igreja diante dessa nova realidade tecnológica amparada na cultura midiática, dando ênfase na instalação, capacitação e prática das pastorais de comunicação em todas as instâncias da Igreja latino-americana.

Obviamente, a Igreja mantém seu discurso de atenção em relação a revolução tecnológica e sua influência na sociedade, pois esta não só introduziu novos meio de comunicação na sociedade, mas configurou novas formas de relações e ações no cotidiano dos indivíduos.

O documento de Aparecida retoma o tema, nos números 491-500. Fala de novos areópagos e centros de decisão, entre os que enumera como ambientes onde tradicionalmente se faz cultura: o mundo da comunicação, a construção da paz, o desenvolvimento e a libertação dos povos, sobretudo, as minorias, a promoção da mulher e das crianças, a ecologia e a proteção da natureza (Gomez, 2008, p. 16).

Neste contexto, o episcopado latino-americano estabeleceu como de responsabilidade da Igreja o acompanhamento, a formação e a valorização dos profissionais das mídias, para que façam uso destes meios da melhor forma possível conforme os princípios e a moral católica. O documento analisou e destacou as influências da Internet na sociedade, buscando formas de utilizar essa tecnologia em ascensão em prol dos objetivos do catolicismo. Defendendo, desta forma, que “a internet, vista dentro do panorama da comunicação social, deve ser entendida na linha já proclamada no Concílio Vaticano II como uma das maravilhosas invenções da tecnologia” (Documento de Aparecida, 2007, p. 220), destacando os pontos positivos deste recurso para a Igreja e alertando para o perigo do uso indiscriminado deste.

Ao dissertar sobre a comunicação social, o documento de Aparecida se atenta a necessidade de considerar as diferentes culturas presentes nos países latino-americanos, tanto na ação dos meios de comunicação de posse da Igreja, como na composição e atuação da pastoral de comunicação, para que haja sempre “a serviço da evangelização da cultura, através de diferentes meios” (Klering, 2012, p. 357).

Desta forma, os meios de comunicação deixam de ser vistos como meras ferramentas de difusão de informações e mensagens, mas assumem um papel, para a Igreja latino-americana e, posteriormente, para toda a Igreja Católica, de instrumentos que permitem a ampliação do diálogo inter-religioso e intercultural na sociedade. Assim, o documento de Aparecida reforça a importância da Pastoral da Comunicação, designando a esta, a responsabilidade se torna os veículos de informação católicos mais eficazes e atuantes na propagação da fé e princípios do catolicismo, e como ponte da relação Igreja e Sociedade.

Nesta perspectiva, o documento aponta que as ações pastorais na Igreja latino-americana priorizem a comunicação social, utilizando e/ou estando a frente de meios de comunicação, quanto formas de aproximação, evangelização e catequização dos indivíduos.

Assim, fica nítido que os meios de comunicação sempre estiveram entre as preocupações do CELAM, sendo abordados nas cinco conferências, como ferramentas úteis na ação pastoral, sendo meios de evangelizar, catequizar e difundir a doutrina e a moral católica. Neste caminho, a Igreja ampliou sua compreensão sobre as mídias, abandonando a visão técnica, e adotando uma postura estratégica e crítica, tornando-as instrumentos para alcançar seus objetivos.

Notoriamente, termos esse conhecimento sobre a forma que a Igreja da América Latino trabalhou a comunicação, nos dará um norte para compreender a política de comunicação adotada por Dom Agostinho. Isso, considerando que as decisões do CELAM, influenciaram diretamente a postura adotada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em relação as mídias. O que, conseqüentemente, vai ser visualizado nas ações do Bispo de Palmas – Francisco Beltrão, já que este participava ativamente da Conferência e acatava suas orientações, como veremos posteriormente.

1.2.1 A CNBB e a comunicação na Igreja Católica brasileira

Neste afunilamento da comunicação e Igreja Católica, que nos embasará na análise e compreensão da ação comunicativa da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, temos que adentrar em como a comunicação vem sendo pontuada na organização eclesial da Igreja do Brasil. Esta, que é representada e orientada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que é “corretamente percebida hoje como o único legítimo e mais alto porta-voz da Igreja Católica no país” (Cava; Monteiro, 1991, p. 23).

Assim, ao se atentar a comunicação, a CNBB buscou acompanhar e orientar o uso dos meios de comunicação de inspiração católica, através de documentos normativos sobre a comunicação e com a criação da Comissão Episcopal para a Comunicação, que orienta e avalia as mídias católicas e suas abordagens, traçando os caminhos a serem percorridos pela comunicação católica no Brasil, “convidando para o planejamento pastoral, apontando a necessidade da formação de Pastorais de Comunicação; e suscitando a imagem de Jesus como o Supremo comunicador” (CNBB, 1997, p. 01).

A CNBB foi idealizada pelo ainda Pe. Hélder Câmara, em meados dos anos 40, quando este apresenta ao Núncio Apostólico, que é o representante diplomático da Santa Sé no Brasil,

Dom Carlo Chiarlo, e ao secretário de Estado do Papa Pio XII, o Monsenhor Giovanni Battista Montini, que anos depois se torna o Papa Paulo VI, o projeto de criação de “um organismo cujos serviços pudessem tornar mais fortes os laços entre o episcopado brasileiro” (Alves, 1979, p. 63).

Diante da concepção da CNBB, Dom Agostinho, afirmaria anos mais tarde, que:

A CNBB deu início à tarefa de criar espírito de comunhão e unidade pastoral do episcopado brasileiro, esparsos por um vasto território de 8.500.000km². Pode-se imaginar o gigantismo exigido por esta tarefa. Reunir e colocar em clima de diálogo tantos bispos e criar neles a disposição para a Pastoral de Conjunto constituía, como constitui, ainda, enormes desafios, vencidos progressivamente por iniciativas de diversas índoles e por esforços, os mais variados (Até Que..., 2002, p. 02).

A CNBB tinha por responsabilidade reestabelecer o caráter eclesial da Igreja no Brasil, visando avigorar a importância desta na sociedade, portanto, “essa reestruturação, que tinha fins administrativos, visava também nítidos objetivos ideológicos e políticos” (Alves, 1979, p. 64). Pois, a Igreja ainda tinha uma significativa preocupação diante da sua perda de visibilidade e de voz na estrutura político-social ao longo do tempo no país.

Em 1962, com a realização da quinta Assembleia da CNBB, no Rio de Janeiro, atendendo a um pedido do Papa João XXIII, inicia-se o processo de regionalização da instituição. A solicitação do pontífice foi tratada com um plano emergencial, já que pedia resultados imediatos de ações pastorais diretamente ligadas a realidade da igreja no seu ambiente particular de atendimento.

Assim, através da convocação do Plano de Emergência, fundou-se os sete secretariados regionais, estabelecendo a regionalização da Igreja, o que era necessário para um país como o Brasil. Pois, somente com essa nova organização, a CNBB passou a considerar a realidade das regiões mais interioranas, o que permitiu que a Igreja brasileira traçasse suas ações, deixando de lado modelos de inspiração europeia, além de ir além das regiões metropolitanas brasileiras, assumindo suas próprias referências internas.

No plano, tomava-se por base a realidade do país no campo socioeconômico, político e religioso, para depois propor soluções. [...] É difícil avaliar os resultados práticos do Plano de Emergência [...], mas o certo é que ele colocou a Igreja do Brasil, pela primeira vez, numa atitude de trabalho conjunto e planejado (Beozzo, 1993, p. 41).

Desde sua fundação, a CNBB sofreu diversas transformações em sua organização, estrutura e estatuto, sendo composta hoje de dezoito regionais, além de inúmeros secretariados e subdivisões. Entre as quais está a Regional Sul II, que é composta pela Diocese de Palmas –

Francisco Beltrão, da qual o Dom Agostinho foi secretário por dois mandatos. Ponto que nos permite visualizar como essas orientações terão um peso nas escolhas do Bispo, pois ele era referência para região, devido ao cargo e ao poder que vai ter.

No jornal *Até Que...*, em novembro de 2002, Dom Agostinho vai destacar a ação da CNBB na sociedade brasileira:

É impossível escrever a história da Igreja e do Brasil sem referir-se ao papel desenvolvido pela CNBB, pois, desde o seu início ela esteve sempre comprometida com a solução dos grandes problemas referentes à população brasileira, não só os de índole religiosa, mas também os relativos aos direitos civis da população. Ela se fez “voz dos sem voz e sem vez” durante anos, principalmente nos anos do regime de exceção (*Até Que...*, 2002, p. 02)

Claro que como membro ativo, com posição de destaque, se espera um discurso de defesa da entidade, dando ênfase ao seu papel norteador da ação eclesial em seus diferentes aspectos na sociedade brasileira. Isso, reforça, que nas decisões tomadas pelo Bispo de Palmas – Francisco Beltrão, houve influência das orientações da CNBB, incluindo seu diretório sobre a comunicação católica e social do Brasil, que vai ser colocada em prática por Dom Agostinho.

Assim, desde sua criação, a instituição sempre manteve uma preocupação com a comunicação, tanto interna quanto externa, buscando meios de interagir e se aproximar dos fiéis católicos brasileiros, através da veiculação de seus eventos, atividades pastorais, assembleias, decisões e orientações, pelos mais diversos meios de comunicação. Assim, a CNBB, desde sua criação, foi “basicamente como uma agência destinada a facilitar o intercâmbio de informações entre os Bispos do Brasil” (Cava; Monteiro, 1991, p. 22).

Essa ação, em relação a comunicação, ficou a cargo da Comissão Episcopal de Opinião Pública, criada em 1962, que tinha por objetivo viabilizar a comunicação dentro da Igreja, defendendo que esta estivesse presente em todas as arquidioceses e dioceses brasileiras, além de orientar a prática de algumas organizações voltadas a comunicação, buscando norteá-las conforme os princípios do catolicismo e das normativas da Santa Sé sobre o meio comunicativo, tendo como anseio a construção de uma opinião pública favorável a instituição e a suas ações.

Nesta perspectiva, a Comissão foi pensada e estruturada visando meios de intervir e influenciar diretamente a formação de opinião dos indivíduos sobre diferentes assuntos de interesse social, político e religioso.

Obviamente, que em relação a comunicação, a CNBB, como nas demais áreas, seguia como norte os documentos e as orientações emitidas pela Santa Sé e pelo Papa, portanto, com a conclusão do Concílio Vaticano II, as renovações a serem implementadas foram adotadas pelo

episcopado brasileiro, incluindo as que envolviam a comunicação.

Uma das primeiras alterações, foi a mudança na estrutura e dos estatutos internos da CNBB, alterando a organização das subdivisões e dos setores da instituição, como a Comissão Episcopal de Opinião Pública que foi renomeada e reordenada como Setor Meios de Comunicação Social. Essa nomenclatura foi estabelecida pelo Vaticano, no documento *Inter Mirifica*, afirmando que “expressões como técnicas de difusão, instrumentos audiovisuais, *mass media* ou comunicação de massa, não exprimiam adequadamente as preocupações, os desejos e as perspectivas da Igreja” (Dariva, 2003, p. 68).

Cabe ressaltar que mesmo as transformações propostas pelo Concílio terem encontrado resistência na ala conservadora da Igreja, tanto no Brasil como em todo o mundo, grande parcela do episcopado brasileiro integrante da CNBB, se mostraram favoráveis e adeptos desse novo ciclo do catolicismo, passando a traçar caminhos para inseri-las em sua ação pastoral.

Uma prática pastoral paradigmática da Igreja no Brasil com a comunicação se deu com a realização anual da Campanha da Fraternidade (CF), iniciada pela CNBB na década de 1960, permanecendo até os dias atuais. “Seu formato, constitui sem dúvida uma blitz das comunicações de massa, capaz de ser orquestrada somente em uma sociedade que possui uma sofisticada tecnologia de comunicação e marketing” (Cava; Monteiro, 1991, p. 32).

As Campanhas da Fraternidade vão ter papel importante nas edições do jornal *Até Que...*, pois para Dom Agostinho, estas “propõem uma reflexão anual séria e comprometida sobre os problemas que preocupam e afligem o povo brasileiro” (Até Que..., 1986, p. 02). Como veremos posteriormente, as ações eclesiais do Bispo Diocesano dão prioridade aos problemas sociais que flagelam os indivíduos sudoestinos, o que vai de encontro as propostas da CNBB ao estabelecer a CF. Por isso, as temáticas abordadas pela CF, ocuparão grande espaço nas edições do jornal diocesano, ao longo do ano, como abordaremos mais à frente.

Diante desta relação satisfatória com os meios de comunicação, emerge no seio da Igreja o impasse se “deveria ou não construir sua própria rede de comunicações, competitiva e comercialmente viável, incluindo serviço radiofônico nacional, instalações e equipamentos para a transmissão e a produção” (Della Cava, 1991, p. 33). Pois, a instituição perdera significativamente o espaço e a voz dentro das grandes mídias brasileiras.

Em 1997, a CNBB realizou a 35ª Assembleia Geral do Episcopado Brasileiro, com a temática *Igreja e Comunicação rumo ao novo milênio*, em que analisou a realidade da comunicação na e da Igreja, planejando caminhos, ações e orientações pastorais a serem realizadas.

Esse projeto vai se concretizar com a expansão da Pastoral da Comunicação por todas

as regiões do país, se organizando de forma regional, provincial, diocesana e paroquial. Essa realidade atual, vai marcar o ápice da relação Igreja – Comunicação no Brasil. No presente, a Igreja utiliza de inovadores arranjos voltados a comunicação, dispondo de emissoras de rádio, editoras, emissoras de televisão, websites, entre outras mídias, de posse de congregações religiosas ou de instituições leigas adeptas aos princípios católicos, que têm total independência das normativas estabelecidas pela CNBB.

Entretanto, no início desse processo, seguindo até os dias atuais, há o impasse entre adotar na Pastoral da Comunicação amadores ou profissionais da área comunicativa, dividindo, inclusive, as lideranças religiosas. Pois, ter profissionais requer remuneração e reconhecimento do comunicador como tal, enquanto o amador realiza a função dentro da ação leiga, sendo reconhecido apenas como agente de pastoral, sem remuneração e com formação sendo realizada, exclusivamente, pela própria Igreja, tendo como base somente as orientações estabelecidas pela instituição.

A estruturação e implantação da Pastoral da Comunicação (PASCOM) na maioria das paróquias, em todas as regiões do país, marcou um novo ciclo na relação Igreja – Comunicação no Brasil, pois ao transformá-la em pastoral, tornou-a um campo a ser explorado pelo lado missionário da Igreja, colocando-a em evidência, passando a estabelecer métodos de atuação e de inserção neste campo dos meios de comunicação.

A PASCOM foi concebida como um órgão voltado para pensar e colocar em prática a comunicação da Igreja em níveis paroquiais, diocesanos, provinciais e regionais, sendo composta por agentes leigos voluntários, sem formação acadêmica ou técnica na área, mas que realizam o trabalho conforme as orientações da Igreja com os equipamentos por ela disponibilizados. Na prática, podemos afirmar que a PASCOM exerce uma função parecida com a assessoria de imprensa, pois cabe a ela divulgar, cobrir e registrar eventos, administrar e alimentar as redes sociais, ser a ponte entre a igreja e a imprensa local, além de produzir todo o material utilizado em divulgações.

A pastoral da comunicação deverá estabelecer programas de formação das lideranças para entender o fenômeno da comunicação, o conhecimento de novas mídias, suas influências e impactos na vida social e cultural do indivíduo, promover a formação de presbíteros e diáconos, incentivar o uso dos meios de comunicação, fomentar o diálogo entre a fé a cultura e garantir recursos humanos e econômicos para desenvolver o trabalho (Puntel, 2007, p. 132).

Nesse sentido, é a ponte entre os feitos da Igreja e a sociedade em geral, “através dos meios como boletins, jornais, programas de TV, internet e o diálogo com a cultura, nos meios

com a formação e a capacitação de profissionais, na interação com a comunidade e diante dos meios que consiste em trabalhar a questão espiritual e na promoção da ética” (Puntel, 2007, p. 133).

Para melhor compreensão destas finalidades internas e externas da PASCUM na Igreja, Puntel (2007, p. 135), elaborou um esquema que retrata a atuação desta nas comunidades católicas.

Figura 2 – Esquema sobre a atuação da PASCUM nas comunidades católicas



Fonte: Puntel, 2017, p. 137.

Há, ainda, uma intensificação de formações voltadas aos agentes e aos leigos, em geral sobre a comunicação, onde se “requer uma mudança de mentalidade para entrar em sintonia com as pessoas na linguagem do cotidiano, perpassadas pela cultura da mídia (Corazza, 2016, p. 15), sendo necessário ir além do técnico, visando uma formação completa, embasada no pensamento crítico, que permita visualizar a comunicação como um processo social e não apenas resumido aos meios de comunicação, assim “a proposta é de uma comunicação que vá além da aprendizagem e dos elementos técnicos, próprios do fazer midiático, e tenha em conta as condições para uma comunicação dialógica (Corazza, 2016, p. 55), processo que ainda não se tem previsão de acontecer, até porque a Igreja também se utiliza dos meios de comunicação para seus interesses e objetivos, como qualquer outra instituição em posse destes veículos.

Todavia, atualmente, a Igreja Católica, através da Comissão Episcopal para a Comunicação, permanece voltada para a criação, manutenção e êxito das equipes de PASCUM espalhadas pelo país.

Obviamente, os rumos tomados pela comunicação na Igreja do Brasil estão, diretamente, relacionados as posturas de atuação e de orientação adotadas por seus assessores da área de comunicação, tanto em nível nacional (CNBB), como em suas subdivisões regionais.

Através deste resgate histórico da relação Igreja e Comunicação no Brasil, ficou visível

o caminho percorrido pela comunicação na Igreja, sendo guiado pelos parâmetros e conceitos estabelecidos pelo Vaticano, bem como, pelo CELAM e pela CNBB, trazendo importantes e significativos detalhes, pois a postura adotada pela Igreja variou em cada período da história.

Neste sentido, esta pesquisa se dedica a comunicação realizada pela Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, sob a liderança de Dom Agostinho José Sartori, através do impresso *Até Que...* (1985 – 2013), que circulou em toda a região Sudoeste do Paraná, buscando analisar e compreender seu caráter teológico, político e social. Este, que foi estruturado, a partir das orientações da Igreja Católica sob a comunicação, tendo parte teórica costurada por todas essas discussões abordadas neste capítulo. É essa base, que por hora pode ter aparentado ser tão distante do foco desta pesquisa, que vai nos permitir visualizar todos os aspectos que nortearam a concepção do impresso e suas diretrizes de ação.

1.3 A imprensa católica enquanto fonte e objeto histórico

Chegando próximo do foco principal desta tese, é válido refletirmos sobre o imprensa católica quanto fonte de uma pesquisa histórica. Isso, porque,

[...] a imprensa católica é uma espécie de termômetro da vitalidade da comunidade eclesial em cada uma das épocas históricas significativas. Através de uma leitura crítica dos periódicos se toma o pulso da atuação da Igreja, de suas posições e se pode contar com dados preciosos e diversificados para uma interpretação objetiva da participação dos católicos na vida da sociedade brasileira (Lustosa, 1983, p. 11)

Ao longo da história, como já vimos, a imprensa católica no Brasil transitou entre mentalidades, ideologias, postura e projetos eclesiais diferenciados, visando combater tudo aquilo que havia na sociedade que se posicionasse contra a doutrina e os princípios católicos, se preocupando em, através de seus veículos de informação, formar e orientar os fiéis. Pois, cabe ressaltar que a “imprensa católica não se limita no simples fato de jornais serem feitos por católicos, nem simplesmente no fato de tratarem de temas sobre a doutrina e a vida da Igreja” (Lustosa, 1983, p. 29), mas sim em seu uso quanto instrumento de expansão e consolidação de uma missão que vai além de evangelização e catequização, tendo por objetivo traçar e impor valores, pensamentos e comportamentos que a Igreja considera oportuno no momento.

Partindo desta perspectiva de propagar o catolicismo e sua mensagem entre as nações, combater as ideias, doutrinas e meios de comunicação classificados como ímpios, promovendo e consolidando uma mentalidade cristã na sociedade, firmada nos valores e princípios católicos vigentes em cada período e em cada Diocese ou paróquia, conforme a liderança eclesial do local

e sua base de ação, é que surgiram inúmeros veículos de comunicação no decorrer do século XX, especialmente jornais, estruturados nos alicerces do catolicismo. O jornal *Até Que...* está entre ele.

Considerando o alto custo de produção e manutenção destes impressos, os bispos iniciam um processo de convocação dos fiéis para fazerem parte desta missão, sendo incentivadores e patrocinadores dos produtores da “boa imprensa”. Um exemplo desta convocação é um discurso proferido por Dom Adauto Aurélio de Miranda Henrique (1855 – 1935), Arcebispo da Paraíba, conhecido nacionalmente por defender a “boa imprensa” em combate a “má imprensa”, sendo fundador do periódico semanal *A Imprensa*, em 1897.

O que gastaríamos criminosamente com a assinatura de maus jornais, com cinemas ruins e romances estruídos e de todo emprestáveis, reservamo-lo à boa imprensa, assinando jornais católicos, comprando bons livros que são outros tantos fiéis amigos e cooperando generosamente para as festas do dia da boa imprensa. Quem assina um jornal católico pratica duas obras salutareis: beneficia a si mesmo e a família, com o mais saudável nutrimento, e ampara uma causa santa, mantendo, com seu concurso, uma empresa que tudo merece pelos seus fins. Porque são os assinantes, em suma, quem sustenta o jornal (Henrique. In: Lustosa, 1983, p. 91)

Este pensamento vai se propagar entre os bispos do Brasil, embasando o surgimento de impressos de posse e coordenação diocesanas, que tem seus fiéis assinantes como mantedores, como é o caso dos jornais da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, alvos desta pesquisa.

Ao buscar compreender uma determinada sociedade é importante considerarmos as relações de poder, suas tradições, costumes e pensamentos que a permeiam, pois, a história “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída e dada a ler” (Chartier, 1990, p. 16). Assim, os indivíduos e cada grupo social tem sua forma de enxergar e interpretar o mundo, mesmo que os modos predominantes de pensar e agir na sociedade sejam determinados por grupos detentores de poder, que estabelecem regras e modos de comportamento social.

Entre esses grupos que disseminam modos de agir e pensar na sociedade, destacam-se as instituições religiosas, a imprensa, o Estado e a escola. Estes, segundo Foucault, se apropriam do discurso como forma de poder.

Supondo que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimento que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade (Foucault, 2006, p. 08).

Assim, o discurso é um mecanismo de estabelecer na sociedade os princípios do grupo

que o propaga, o que permite ao historiador, conhecer e analisar uma certa sociedade a partir de seus pressupostos e pensamentos, materializados na imprensa, considerando que “a mensagem transmitida é uma forma de poder, bem como de controle social” (Foucault, 2006, p. 10).

Todavia, a consideração e a análise do discurso na pesquisa historiográfica a partir da utilização da comunicação social e seus veículos de informação como fonte e objeto de pesquisa histórica teve seu início em meados de 1970. Porém, mesmo havendo um reconhecimento da importância das mídias na análise do contexto social em determinado local e período, houve resistência por parte da maioria dos historiadores, principalmente em relação aos impressos que estavam em seu auge de circulação.

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (Luca, 2005, p. 112)

No início do século XX, os historiadores brasileiros adotaram duas posturas em relação a utilização e análise dos meios de comunicação quanto fonte e objeto de pesquisa histórico. “Com desprezo, ao considerar os periódicos como fontes suspeitas, portanto sem validade; ou com enaltecimento, ao encarar o jornal como repositório da verdade, considerando as notícias como relatos fidedignos dos acontecimentos registrados” (Capelato, 1988, p. 18). Estas posições passaram a ser criticadas ainda na segunda metade do século XX, entrando em decadência junto com a “noção de documento como espelho da realidade, da verdade e da objetividade” (Capelato, 1988, p. 19).

Ainda na década de 1970, a comunicação social recebe novas perspectivas como fonte de pesquisa, através dos olhares da Nova História, que direcionaram os novos caminhos da historiografia, transformando não só o modo de fazer história, mas renovando os métodos de análise e crítica sob os documentos, além de ampliar os horizontes documentais e as temáticas de pesquisa.

Com a terceira geração dos Annales, a renovação marxista e principalmente as

contribuições de Michel Foucault, a historiografia abre-se à proposta de novos objetos, problemas e abordagens. A interação com outras ciências humanas e a expansão do campo de possibilidades de pesquisas dos historiadores, fruto da renovação temática, segundo de Luca (2005), trouxeram contribuições metodológicas importantes para a História, além de forçar o historiador a repensar as fronteiras de sua própria disciplina, assim como a própria concepção e análise crítica dos documentos.

Esta ampliação das temáticas e abordagens contribuiu para a expansão do universo das fontes, e a comunicação que antes era tida como fonte suspeita e sem credibilidade, passou a ser considerada como um material de pesquisa valioso e uma das principais fontes de informação e pesquisa histórica, permitindo ampliar os horizontes para novas reflexões e problemáticas nos conhecimentos sobre as sociedades do passado.

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (Capelato, 1988, p. 21).

Dada a importância e a ampliação do uso da comunicação e suas possibilidades como objeto e/ou fonte de pesquisa histórica, novos posicionamentos e metodologias frente a ela tornaram-se necessárias reconhecendo sua historicidade e problemáticas.

Acompanhando tais transformações, a imprensa se mostrou uma importante ferramenta para o trabalho do historiador. Mas, acima de tudo, o historiador deve buscar compreender a sua fonte para melhor interpretá-la. Barbosa (2008), aponta a questão das duas “temporalidades”, ou seja, entre a imprensa que relatou o acontecimento no momento em que este aconteceu e o historiador que o reinterpreta no futuro.

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a *verdade* dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (Barbosa, 2008, p. 87).

Ainda, conforme a autora, tanto o jornalista quanto o historiador realizam reinterpretações; a diferença é que o primeiro acredita estar construindo a história do presente, e o segundo acredita estar, com a sua reinterpretação do passado, entendendo o hoje (Barbosa, 2008, p. 88).

Assim, ao selecionar um meio de comunicação como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou de sua omissão. Então, o historiador, consciente da forma de concepção do texto jornalístico, pretende manter um constante diálogo com sua fonte para poder melhor compreender o passado que quer reconstruir. “O jornal é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas” (Capelato, 1988, p. 21).

De acordo com Espig (1998), o historiador está obrigado a ter esse cuidado porque a imprensa não informa a história; não adianta retirar dados referentes à sua pesquisa das páginas do jornal e considerar seu trabalho concluído; “Sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas que possibilitem uma leitura mais competente, através da qual se possa desvendar cuidadosamente o que é importante dentro de determinado assunto” (p. 274).

Segundo Rémond (1996), a imprensa não pode ser estranha à vida real. Seria uma interpretação abstrata não levar em consideração as paixões, os impulsos, as motivações morais, até mesmo os desinteresses, e que, propriamente falando, desencarnam. Porém, o autor deixa o alerta, que ao trabalhar com a análise de imprensa deve-se tomar cuidado, pois,

O estudo das relações de poder, conflitantes e convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e as Instituições de poder, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas. A história política sabe hoje melhor que outrora o partido que pode tirar do estudo de pequenas comunidades não políticas – todos esses pequenos universos merecem ser estudados pelas decisões e influências políticas que os compõem, porque na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país (Rémond, 1996, p. 224-225)

Com a ampliação do conceito de fonte, os estudos históricos passam a incorporar de forma crescente os meios de comunicação como fonte e objetos de pesquisa histórica, variando entre jornais locais, regionais, diários, revistas, fotografias cinema, rádio, entre outros, que carregam uma infinidade de possibilidades. Desta forma, a relação estreita entre História e Imprensa nas últimas décadas, tem contribuído de forma significativa para o conhecimento histórico das sociedades, em seus diferentes aspectos.

Nesta perspectiva, “a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de

intervenção na vida social” (Capelato; Prado, 1980, p. 19). Pois, analisar a imprensa, especialmente os jornais, que são o foco desta pesquisa, permite compreender e reconhecer que estes veículos são meios utilizados por determinados grupos em tentativa de ditar normas, comportamentos e valores para os demais em determinados segmentos da sociedade. Entretanto, isso não garante que todos os grupos seguirão o que é apresentado pela imprensa, pois cada grupo social tem suas particulares e especificidades.

Desta forma fica evidente a importância de a História analisar os impressos quanto fonte e objetos de pesquisa, pois explora o que há escrito nas linhas e também nas entrelinhas, examinando a intensa e diversificada pluralidade que compõe a sociedade, em seus aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos, presentes nas páginas dos periódicos, que são um repositório de memórias sociais, permitindo conhecer e compreender determinado grupo social em seu espaço e tempo.

Assim, “a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (Capelato, 1988, p. 13), permitindo identificar e entender como determinados grupos sociais visualizavam, pensavam, apresentavam e discutiam sua realidade em relação a todos os aspectos que compõem a sociedade (político, social, cultural e econômico) e como isso influenciou sua história.

Por ser uma peça importante na propagação de padrões e normas de pensamento, o jornal pode ser considerado um agente produtor e difusor da indústria cultural (Bahia, 1990). Deste modo, o jornal é concomitantemente um sujeito e um objeto da história, pois pode ser considerado elemento das permanências e modificações da sociedade ao longo do tempo, ao mesmo tempo que serve como objeto e fonte de pesquisa de diferentes sociedades em todos os seus aspectos. Assim, a imprensa pode ser vista “[...] como um suporte fundamental de memória, como monumento – documento, no sentido de que além de refletir o que se passa no mundo, também guarda nas páginas impressas o próprio mundo, a imprensa passa a reproduzir uma visão de mundo” (Barbosa, 2007, p. 32).

Neste pensamento, os jornais podem ser identificados como reconstrutores do corpo social, pois remodelam o tempo e o espaço, construindo e guardando nossa memória. Todavia, por serem sujeitos ativos na formação da história, são, ainda, formadores de opinião, construindo e reproduzindo um amplo e diversificado conjunto de pensamentos por meio de seus editoriais.

Bourdieu aponta que “uma trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo. Essa objetivação resulta em uma trajetória, que diferentemente das biografias comuns, descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor

em estados sucessivos do campo literário” (Bourdieu, 1996, p. 30). Neste sentido, pode-se alternar os termos escritor e literário por intelectual e científico, sem causar alteração no sentido da definição.

Se o campo está em permanente mudança, a trajetória social é o movimento dentro de um campo de possíveis transformações, definido estruturalmente, mesmo que as estratégias e os movimentos individuais sejam ao acaso. Assim, “toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (Bourdieu, 1996, p. 32). Mas essa reconstituição parte do ponto de vista externo ao biografado, parte do ângulo de visão de quem reconstitui o campo como espaço social no qual essa biografia se delinea.

O sentido, ou sentidos, de cada ato do agente ou de um grupo social, só ganha solidez sociológica quando relacionado com os estados pelos quais passou a estrutura do campo enquanto espaço relacional dos postos, posições e disposições dos agentes dentro desse campo em cada momento. A vantagem desta proposta metodológica é que os agentes sociais podem ser estudados em processo, quanto a suas histórias de vida, ações sociais e políticas, após alguma mudança significativa em seu grupo social.

Nesta perspectiva, os periódicos podem ser considerados agentes ativos na formação social, sendo viável inseri-los na tese do poder simbólico, de Bourdieu. Pois, a Igreja, na região Sudoeste, detinham o que Bourdieu chama de “poder simbólico”, ou seja, a capacidade de mobilizar pessoas sem a necessidade de coersão econômica ou física. Para o autor, este poder pode constituir:

[...] o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (Bourdieu, 1989, p. 14)

Dentro desta visão, a imprensa se torna valiosa no fortalecimento de uma determinada sociedade, na proporção que concebe sistemas simbólicos com objetivo de impor modos de agir e de pensar, normas de comportamento e modelos de convivência em determinado corpo social e espaço. Por isso, ao analisar um jornal, devemos levar em consideração toda a sua produção, pois “abordar o texto jornalístico como produto é perceber a existência de grupos que o produzem, permeados por interesses pessoais e coletivos” (Willian Junior, 2007, p. 76). Assim, conseqüentemente, o periódico trará os preceitos e os ideais de quem o produz, visando

propagá-los socialmente. Desta forma, se faz necessário compreender como os impressos, no episcopado de Dom Agostinho, se colocou face à práxis cotidiana, como negociou sentidos e produziu práticas culturais.

Ao pesquisar um determinado espaço e tempo na história tendo como fonte e objeto um jornal, o historiador conseguirá identificar permanências e modificações, pois essas transformações se fazem presentes nas páginas dos periódicos, dando a imprensa um espaço quanto fonte de informação e produtora de conteúdos simbólicos que transpassam a vivência de diferentes corpos sociais.

A imprensa não apenas recebe o reflexo da sociedade, mas também projeta sua própria luz sobre ela. Assim, o estudo da imprensa é o estudo do diálogo entre os grupos que produzem um determinado periódico, os outros grupos com os quais estes interagem, e o contexto histórico da sociedade na qual esse diálogo/embate se trava (William Junior, 2007, p. 78).

Deste modo, os jornais podem ser compreendidos como agentes ativos na construção da história da sociedade, permitindo visualizar as transformações ocorridas ao longo do tempo. Através da análise dos periódicos, tanto como fonte quanto como sujeito, é possível identificar as conceituações e as expressões sociais que estes apresentam em suas páginas. Isto permite que os impressos se estruturam como uma fonte importante para os estudos historiográficos, pois são um instrumento social de poder, manipulado por determinado grupo, que elabora um sistema simbólico, que norteia como a sociedade irá se estruturar.

1.4 A chegada e a institucionalização da Igreja na região Sudoeste do Paraná

A região Sudoeste do Paraná, localizada entre a margem esquerda do Rio Iguaçu e o Oeste Catarinense, estendendo-se até a fronteira com a Argentina, e abrange, atualmente, segundo o IBGE (1990), 40 municípios. Composta por duas áreas distintas: a dos Campos de Palmas (Palmas, Honório Serpa, Clevelândia, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha) e a região das matas (Francisco Beltrão, Pato Branco, Chopinzinho, Dois Vizinhos – estendendo-se até a fronteira com a Argentina – Capanema, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, entre outros), caracteriza-se pelo caráter bastante heterogêneo, tanto em sua natureza quanto em sua formação social. Tendo sua ocupação a partir dos Campos de Palmas, a formação social de ambas as áreas se fez de forma diversificada. Enquanto a região dos campos teve seu desenvolvimento marcado pela presença predominante de duas classes, os “peões” e os fazendeiros, a região das matas teve uma formação mais diversificada, composta por pequenos

comerciantes, artesãos e pequenos agricultores. Esta região entrou no cenário geopolítico a partir de 1609, com a formação das reduções jesuíticas e, conseqüentemente, a vinda de bandeirantes em busca dos indígenas para comercializá-los em São Paulo.

São os problemas geopolíticos, o comércio de carne e a precariedade de transporte e comunicação que vão determinar a expansão ocupacional e produtiva dos Campos de Palmas, já conhecidos pelas suas excelentes condições para tais atividades, além da região ser o acesso mais direto e econômico para a feira de Sorocaba, em São Paulo, que comercializava de tudo na época. Assim, a ocupação da região se deu primeiramente por questões econômicas, iniciada pelos caboclos, e continuada pelos migrantes de matriz europeia.

O Sudoeste, se construiu assim: uma região pujante de grandes relevâncias econômicas, sociais, religiosas, políticas e culturais, conseqüências da sua formação heterogênea, e, principalmente, pela forte influência religiosa da Igreja Católica, onde destaca-se José Benito Sartori, o Dom Agostinho, que por 35 anos conduziu como pastor a região sudoestina, organizando-a de forma a atender as carências, não só religiosas de seus fiéis, mas pensando neles em sua totalidade. Foi uma figura marcante, sendo que influenciou outros líderes para desenvolver essa região, o que é perceptível até hoje.

A obra de René Rémond, “*Por uma História Política*”, possibilitou o retorno deste gênero histórico que por décadas foi posto à margem da construção historiográfica, não sem razão, pois foi preciso revisitar seus objetos de pesquisa, fontes e métodos, já que antes a história política era vista, conforme afirma Remond (2003, p. 18), como “factual, subjetivista, psicologizante, idealista”, reunindo “assim todos os defeitos do gênero de história [...]”. Isto porque ela era uniformemente narrativa, escrava do relato linear, uma obra mais próxima da literatura do que do conhecimento científico. Portanto, ao invés da exaltação aos grandes personagens históricos de abordagens de outrora, a História Política revista por Rémond e seus demais autores sugere trabalhar com os mais variados temas, como o processo eleitoral, partidos políticos, a opinião pública, mídia, intelectuais e suas ideias políticas, discursos, além de problematizar as biografias de protagonistas políticos.

Nesta perspectiva da História Política, a partir uma pesquisa documental de fonte primária nos documentos presentes no arquivo da Cúria Diocesana de Palmas, Jornais Regionais, Cartas Pastorais, Livros Tombo, Arquivo Pessoal de Dom Agostinho e documentos históricos da cidade de Palmas, vamos apresentar o Jornal diocesano *Até Que...*, analisando seus discursos e sua postura, nos aspectos políticos, econômicos, culturais e religiosos. Destacando, que esse era organizado por Dom Agostinho, que é o personagem principal, buscando compreender como o impresso influenciou direta e indiretamente na região Sudoeste.

Para conhecermos o território desta pesquisa, vamos retornar ao início da presença da Igreja Católica em Palmas, que deu-se com o Padre Ponciano José de Araújo, que, segundo Melz (1993), no dia 02 de fevereiro de 1832 renunciou à função que ocupava de Vigário Encomendado para assumir como catequista dos bandeirantes e dos índios dos Campos de Palmas, nomeação feita por Dom Manoel J. Almeida, bispo de São Paulo.

Quando, em 1836, o Padre Ponciano José de Araújo, componente da bandeira de José Joaquim Ferreira dos Santos, se estabeleceu nos Campos de Palmas, olhou o calendário do dia 06 de agosto. Era, justamente, a festa da Transfiguração do Senhor ou, popularmente, a festa do Senhor Bom Jesus. E ficou confirmado: o Padroeiro seria este, com o acréscimo: da Coluna (Mendes; Rodrigues; Filho, 2002, p. 135).

A partir de sua chegada, já se iniciaram os trabalhos de evangelização dos Campos de Palmas. Os resultados foram positivos e o número de fiéis só aumentava, o que resultou na elevação dos Campos de Palmas, em 1843, à condição de Capela Curada, sob a Vara Eclesiástica de Guarapuava. Com essa condição, Palmas recebe seu primeiro Capelão, o Padre Manoel Cabeças. (Mendes; Rodrigues; Filho. 2002).

A partir da conquista do benefício de ser provisionada com seus próprios livros paroquiais em 14 de fevereiro de 1843, Palmas começa a registrar sua própria história. Um exemplo é o 1º Livro de Registros de Batizados, que registra o primeiro batizado realizado em 27 de abril de 1843, além de outras informações fornecidas pelos livros paroquiais, como o primeiro casamento de brancos feito em 21 de outubro de 1843 e o primeiro casamento de escravos realizado em 06 de novembro de 1843.

Neste período, Palmas pertencia à Diocese de São Paulo, mas seu atendimento era realizado primeiro pelos padres de Ponta Grossa e Guarapuava, o que resultava na demora e dificuldade dos padres para atender espiritualmente os moradores dos campos e fazendas.

Nesse período, o povoado local era visitado raras vezes pelos vigários de Castro, Palmeira e Guarapuava, até que em 28 de fevereiro de 1855, o presidente da Província do Paraná, Zacarias Goes de Vasconcelos sancionou a lei nº22, que já havia sido aprovada pela Assembléia Legislativa, e que elevava a Capela Curada do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas à categoria de Freguesia. Por essa época foi construída também a primeira Igreja na região, que ficava próxima ao local onde hoje está a Catedral de Palmas (Melz, 1993, p. 11).

Na mesma lei nº 22, o presidente da Província já determinava a aquisição de um terreno para servir de sede para a nova Freguesia, além da criação da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Coluna, que abrangia um território de mais de 50 mil km², compreendido entre os rios Iguaçu e Uruguai até a Barra do Rio Negro. Neste período, a região contava, segundo o censo, com

sete mil almas. Os devotos logo se encarregaram da imagem do Senhor Bom Jesus, que foi trazida de Paranaguá. “O primeiro Vigário de Palmas foi o Padre Francisco Pimenta, que esteve em Palmas, em 1856” (Mendes; Rodrigues; Filho, 2002, p. 135). Considerando um mapa moderno, podemos definir a extensão da paróquia de Palmas neste período: “Suba o Rio Iguaçu até Porto União; pelo Rio do Peixe, desça até o Rio Uruguai, perto de Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul; de lá, acompanhe a descida deste até encontrar a Argentina; pelos limites, seguir até o ponto de partida, isto é, o Iguaçu” (Bamberg, 1979, p. 24).

Em 13 de abril de 1877, pela Lei Provincial nº 484⁴, Palmas foi elevada à categoria de Vila, sendo denominada Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas, constituindo assim um município autônomo.

O primeiro Livro Tombo da Paróquia de Palmas, elaborado em 1883, pelo vigário Padre Aquiles Saporitti, faz um pequeno resumo dos acontecimentos da instalação da Igreja de Palmas.

Existia uma capela e uma matriz, que estava em construção ainda. Havia entre a capela e a matriz duas praças. Dentro da capela e ao seu redor foram enterradas muitas pessoas. Mais tarde, fez-se uma nova capela. Depois, já bem velhinha, passou-se a construir uma terceira, de material, na frente da velha. Para a construção da nova Igreja foi nomeada, pelas autoridades provinciais do Paraná, uma comissão construtora. Os alicerces da construção foram plantados em 1877, tomando a comissão sua gerência apenas em 1881 (Livro Tombo I – 1879/1887, Paróquia Senhor Bom Jesus da Coluna, p. 12).

“Em 27 de abril de 1892, pela Bula ‘*Ad Universas Orbis Ecclesias*’, do Papa Leão XIII, Palmas passou a pertencer à Diocese de Ponta Grossa” (Mendes; Rodrigues; Filho, 2002, p. 136). Em 11 de fevereiro de 1898, após a Proclamação da República, foi realizada a primeira visita pastoral feita por Dom Jayme Camargo de Barros, que abriu o primeiro livro de crismas, mesmo não realizando nenhuma. Ficou encarregado ao Padre Solano Schmitt ministrar o sacramento da crisma, a partir de 17 de junho de 1906, em toda a região compreendida entre Rio do Peixe até o Rio Iguaçu. Para cumprir o que lhe foi designado, o Padre Solano andou 235 dias a cavalo, realizando 2.383 crismas, estas conferidas em crianças de um mês de idade até idosos de 80 anos, pois não se sabia quando o padre passaria novamente na região, havendo assim, crianças que receberam os sacramentos do batismo e da crisma na mesma celebração, conforme registros no Livro 01 de Crismas da Paróquia de Palmas.

Só para se ter uma ideia das caminhadas a cavalo que o vigário tinha de empreender,

⁴ Documento presente na pasta de Documentos Históricos no Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

podemos citar o mapa utilizado na época, com as seguintes dimensões: Rumo Norte – por Covó e Mangueirinha – 11 léguas; Rumo Oeste – por Clevelândia, Campo Erê, Barracão (Campina do Américo) – 30 léguas; Noroeste – até Chopinzinho – 16 léguas; Sul – Xanxerê, Chapecó (Passo dos Índios), Passo Bormann até Goyo En – 23 léguas; Sudoeste – por Limeira (Cruzeiro), Joaçaba, Marcelino Ramos – 30 léguas; Leste – General Carneiro (Iratim), Jangada, Porto União, União da Vitória (Nossa Senhora das Vitórias) até Matos Costa – 30 léguas; Até Rio Negro – 56 léguas. Obs: Uma légua equivale a aproximadamente 6 km (Melz, 1993, p. 12).

Até 1903, a Freguesia de Palmas era atendida por padres seculares que, em número de um ou dois no máximo, percorriam a região visitando as capelas existentes.

Este primeiro período se caracteriza pela “dispersão”, pois a realidade do sertão, a falta de transporte e de meios econômicos e políticos, impossibilitaram a formação e ampliação do número de capelas, mesmo porque os caboclos se encontravam dispersos no mato, andando com as tropas de gado ou mesmo mudando de lugar seguidamente, o que praticamente impossibilitou uma catequização mais sistematizada, dentro dos moldes romanos (Diel, 2004, p. 53).

Os padres viviam em condições tão precárias economicamente, que a maioria acabou optando por realizar outros trabalhos profissionais enquanto percorriam o território, deixando as atividades eclesiais em segundo plano, até optarem pelo abandono desta. Assim, “os padres migravam para outras atividades profissionais, tais como a política, o comércio, fazendas, ou então, eram contratados por alguma irmandade ou confraria para prestarem serviços religiosos como funcionários” (Diel, 2004, p. 55).

Nesta realidade, destacaram-se as congregações religiosas, que desde sua fundação, possuíam fazendas, colégios, instituições e escravos que lhe davam autonomia e autossuficiência perante o Estado e aos demais dentro da Igreja. É a partir da chegada da Congregação dos Franciscanos, em 1903, que a Igreja Católica realmente se institucionaliza na região, organizando a “nucleação” dos fiéis nas capelas, além de instituir a catequese semanal, as congregações femininas, os colégios religiosos, as grandes construções, enfim, “a consolidação do modelo do catolicismo romanizado” (Diel, 2004, p. 53).

Os Franciscanos, por serem em um número maior de padres, passaram a visitar a região em todo o seu abrangente, fazendo parada em todas as localidades, estabelecendo uma relação direta e próxima com os fiéis.

Este território, até então, pertencia a Lages, Santa Catarina, o que fez com que em 17 de janeiro de 1927, pela Bula “*Inter Praecipuas*”, do Papa Pio XI, Palmas passasse à jurisdição da Diocese de Lages – SC; porém, com a construção da estrada de ferro Rio Grande do Sul – São Paulo, passando por União da Vitória, nos anos de 1930, aliado à criação da Província Eclesiástica do Paraná, levantou-se um estudo sobre a possibilidade de desmembramento da

região, o qual resultou na decisão papal expressa na Bula, que criou a Prelazia de Palmas e a confiou à Província dos Franciscanos de São Paulo (Mendes; Rodrigues; Filho, 2002). A Bula Pontificia restringiu o território de mais de 50 mil km² da antiga paróquia, abrangendo agora apenas uma área total de 35.507 km².

A 09 de dezembro de 1933, pela Bula “*Ad Maius Christifidelium Bonum*”, do Papa Pio XI, foi criada a Prelazia de Palmas. O território abrangido pela Prelazia era o município de Clevelândia e todo o sudoeste do Paraná, Chapecó e o Extremo Oeste de Santa Catarina e parte de União da Vitória e Pinhão (Mendes; Rodrigues; Filho, 2002, p. 136).

Segundo o Código de Direito Canônico – Cân 370, “a Prelazia territorial ou abadia territorial é uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo Diocesano” (1987, p. 67).

No ano de sua criação, a Prelazia não tinha mais que 40 mil almas, apenas uma igreja em alvenaria, quatro de madeira, nove padres, um colégio de religiosas, 30 capelas provisionadas e 50 pousos de missões, além de seis toldos⁵ de índios. Segundo Melz (1993), Palmas, mesmo já sendo cidade, não tinha mais que mil habitantes, pois apresentava franca decadência por conta do fracasso no mercado da erva mate em 1929. Clevelândia tinha cerca de 600 habitantes e Chapecó 300. Dom Antônio, bispo da Diocese de Ponta Grossa, descreveu sua visita à Prelazia de Palmas.

A viagem foi a nosso pedido enquanto possível abreviada, durou um pouco mais de dois meses [...]. O sertão é vasto, ainda pouco povoado. O trabalho de catequese dos sertanejos exige zelo e abnegação, já pela extensão das viagens, já pelo pouco ou nenhum interesse de alguns em ouvir as poucas lições do catecismo que se lhes pode ministrar e o pouco caso em receber os santos sacramentos. Entretanto, um apostolado esforçado e perseverante, como já se verificou dia a dia, pode colher não poucos frutos nesta seara do Senhor. A catequese das crianças e dos adultos ministrada já diretamente e já por intermédio de catequistas e a administração dos santos sacramentos é a obra principal dos sacerdotes que como missionários vão percorrendo o extenso interior da Paróquia (Livro Tombo III – 10917-1953, Paróquia Senhor Bom Jesus da Coluna, p. 24-25).

Esse relato descreve a realidade da região em que estava localizada a Prelazia, o sertão pouco povoado, com a população dispersa. Porém, ele não menciona os colonos. Esse abandono

⁵ Toldos, também conhecido como Reservas Indígenas, são as terras ocupadas pelos índios. Segundo a Constituição Federal, no parágrafo primeiro do artigo 231, estas terras são aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. (BRASIL, 1988)

no qual se encontrava o sertão foi motivo de preocupação de Dom Antônio, que defendia que as visitas esporádicas e curtas, realizadas uma vez ao ano para ministrar sacramentos, “não seria suficiente para criar no caboclo uma forte consciência religiosa moderna e romanizada” (Livro Tombo III – 1917-1953, Paróquia Senhor Bom Jesus da Coluna, p. 24-25), permitindo a produção de um catolicismo que ele chama de doméstico, ligado aos santos, benzeduras e romarias.

Para administrar a região da Prelazia, nomeou-se o Monsenhor Frei Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello, em 12 de dezembro de 1936. Este, ao chegar, faz uma breve apresentação do território, quanto a sua localização e abrangência:

No Estado do Paraná, os municípios de Palmas e Clevelândia, no Estado de Santa Catarina, o município de Xapecó. A sede da prelazia, Palmas, fica no Estado do Paraná, ao sul do Estado, a 18 km da divisa com Santa Catarina e 350 km de fronteira da Argentina. A Prelazia começa a leste, no rio Jangada e se estende num percurso de 500 km, até a fronteira Argentina; ao norte, se estende desde o rio Iguaçu até o rio Uruguai (Mello, 1942, p. 01).

No ano de sua criação, a Prelazia de Palmas contava com 35.000 almas atendidas por três padres, que registraram 10.550 comunhões e 17.580 crismas (*Relatorium Administrationes Parochialis* – Arquivo da Cúria Diocesana De Palmas, 1933).

Monsenhor Frei Carlos Eduardo ainda relata que a população aumentou desde a criação da Prelazia em 1933, contando agora com 96.021 almas, divididas etnograficamente em 4.772 brasileiros atribuídos, 66.794 brasileiros caboclos, 23.855 colonos de descendência estrangeira e 600 índios. “Os moradores quase exclusivamente são brasileiros. Há descendentes de italianos, poloneses, ucranianos, alemães. A esmagadora maioria são colonos ou caboclos brasileiros” (Mello, 1942, p. 03).

As distâncias a serem percorridas pelos padres eram enormes, sendo em lombo de cavalo ou de burro, às vezes de barco, pois a maior parte das estradas era intransitável de automóvel. “De Palmas a União da Vitória eram 150 km; a Jangada, 124 km; a Clevelândia, 54 km; a Xaxim, 102 km; a Chapecó, 132 km; a São Carlos, 195 km, e a Barracão, fronteira com a Argentina, 250 km.” (Diel, 2004, p. 64). Isso porque todas as estradas da Prelazia eram, em sua maioria, de mato, carreiros e picadas, que só podiam ser percorridas no lombo de um animal.

No final de 1947, Monsenhor Carlos recebe a nomeação para bispo da Prelazia de Palmas, tomando posse solene em 14 de março de 1948. Com isso, já surgiram movimentações e discussões a respeito da prelazia ser elevada a bispado. Por isso, logo a população e os responsáveis à frente da prelazia, juntamente com Monsenhor Carlos, passaram a realizar

aquisições de patrimônios necessários ao bispado, criando assim, condições para a implantação da diocese. (Mendes; Rodrigues; Filho, 2002).

Enquanto realizava suas visitas pastorais ao longo de sua Prelazia, Monsenhor Carlos Eduardo dividiu a região em três realidades distintas: a zona de campanha, a zona da mata e a zona da colônia, que se distinguem não só geograficamente, mas religiosamente também.

A zona da campanha era uma faixa larga de campos sobre o divisor das águas dos rios Uruguai e Iguaçu, correndo de leste a oeste em quase toda a extensão da Prelazia, que segundo Dom Carlos (Mello, 1942, p. 08) era composta por “fazendas de criação de gado, a léguas de distância uma da outra; [...] a população é fazendeiros e seus agregados que vivem com olhos pregados na criação e o que de perto se relaciona com ela”.

Já a zona de mato, ou sertão, principia o lugar onde os campos descambaram para os dois rios, Uruguai e Iguaçu. Nela, segundo Dom Carlos (Mello, 1942, p. 08), “vive o caboclo, em míseros ranchos de tábuas lascadas e chão de barro socado, ocultos dos grtões e entre frinchas das árvores, rodeadas de suas minúsculas lavouras para o gasto”.

Por fim, a zona colonial são as margens desses dois grandes rios, em que se estabeleceram os colonos oriundos do Rio Grande do Sul. Sobre as colônias, Dom Carlos relata:

Nas colônias, o lavrador ergue sua casa bem arrumada, após os primeiros anos de rude labutar; planta a roça ali perto de casa, faz a colheita em grande escala, leva o produto ao mercado, movimentando assim o comércio e atraindo a indústria, sem o que a colônia nem poderia subsistir. E este comércio, por sua vez, incentiva à maior produção, e a indústria bosqueja as suas primeiras tentativas na extração da madeira, no beneficiamento do fumo, do trigo, do arroz, da uva, de tudo, no fabrico de tijolos e telhas, na produção de banha animal e congêneres, no aproveitamento do leite e derivados, na confecção de crina vegetal, e, nos últimos tempos, na extração da celulose, fomentando de sua parte o comércio, revertendo em maior desenvolvimento da agricultura e, com isso, em crescente progresso da indústria mesma (Mello, 1942, p. 08).

Estas formas de vida distintas aproximam e afastam os moradores de cada zona. Pois, enquanto na campanha as casas são muito distantes, no mato já há um maior contato entre os moradores, por mais que as casas ainda sejam distantes. Destaca-se, assim, a colônia, onde as casas são mais próximas, já desenhando uma ideia de vila.

São muitos habitantes, escondidos pelo mato que está cheio de gente, mas sem ligação física entre si, e isso exige do padre um trabalho cansativo de encontrá-los e buscar aproximá-los como irmãos.

Sobre essas relações humanas, Dom Carlos destaca que

A vida da campanha é individualista, particularista, concentrada no âmbito dos

afazeres peculiares de cada fazenda para si; é um feudo, sem precisão do seu vizinho. No mato, há a convivência da boa vizinhança, de ajuda mútua, mas sem interpenetração dos interesses dos moradores. Nas colônias, a própria maneira de viver e os objetivos desta vida entrelaçam os interesses e as atividades de todos, sem o que a colônia pereceria, obrigando a uma vida de mútua relação, originando assim a formação de povoados, futuras vilas e cidades, obrigando a construir estradas para escoamento dos produtos e aquisição do material da indústria, fazendo o colono depender do comerciante e do industrial, o comerciante prender-se a ambos e o industrial precisar tanto de um como do outro para poder subsistir (Mello, 1942, p. 09).

Há, ainda, insulados entre essas três zonas, os últimos indígenas. Estes vivem não mais como sua cultura natural e nem de forma “civilizada” como os demais habitantes da região, mas, sim, perdidos entre sua cultura e a que se apresenta diante deles. “O índio, porém, é a eterna criança que nada faz nem pensa fazer, porque continua agarrada à mãe natureza sem nada querer senão o que esta mãe, boa ou má, lhe dá” (Mello, 1942, p. 10). Neste trecho fica nítida a visão preconceituosa do bispo em relação aos indígenas, já que os vê como seres não civilizados. Havia, ainda, a realidade da cidade, ou seja, pequenos núcleos urbanos, onde se proliferava a “promiscuidade, o espiritismo e principalmente a maçonaria” (Diel, 2004, p. 71).

Nesta realidade, Auras descreve o que a religião representava para essa população sudoestina, considerando que as crenças caboclas se fundiam com as práticas da Igreja romana:

A religião é o único apanágio deste povo: frente à insegurança e a violência do cotidiano, ela traz a proteção das forças sagradas; frente à impossibilidade de articular respostas coerentes e abrangentes às contradições vividas, ela representa um conjunto de certezas fundamentais. Face a um contexto histórico que procura negar até o estatuto de homem ao sertanejo, a práxis religiosa lhe garante a possibilidade de construir sua identidade – pela religião ele reproduzia conhecimentos antigos e pela religião ele criava novos conhecimentos, capazes de significar seu dia a dia (Auras, 2001, p. 48-49).

Essa mistura entre as crenças populares oriundas dos caboclos, que acreditavam em deuses ligados à natureza, com ação de curandeiros e benzedeadas, com as crenças católicas, passadas pelo catecismo e já praticadas pela maioria dos migrantes, resultaram numa vivência de fé típica do sudoestino, que tentou ser combatida pelos padres a partir da organização da Igreja, sendo os padres mais próximos dos fiéis e a catequese estabelecida em todas as localidades dentro da região. Essa religiosidade popular, chamada de rústica por Queiroz, que predominou na região entre os caboclos, foi assim descrita por ele:

A religião rústica regional tem, pois, um papel, antes de mais nada, social. Seu segundo atributo é ser utilitária. Com efeito, o culto ao santo, a festa, a novena, as orações têm por objetivo assegurar a boa vontade dos seres sobrenaturais e uma retribuição. A relação religiosa básica entre os homens e o sobrenatural é o “do ut des”: dou para receber em troca. (Queiroz, 1976, p. 94)

A religiosidade cabocla é resultado de uma mestiçagem⁶, de um sincretismo influente e resistente que pelas elites dominantes sempre foi visto pejorativamente. A religião oficial e o Estado sempre viram e encararam com desconfiança o sincretismo que ameaçava enfraquecer o culto católico e dominante. Desta forma, a religiosidade popular cabocla sempre foi vista como marginal e combatida como superstição, em relação ao qual se desenvolveu uma série de preconceitos, como o presente na afirmação de Luz:

[...] o catolicismo português, o animismo do índio e o fetichismo do negro, fundindo-se na alma do caboclo, criaram uma religiosidade que ainda hoje está em fase de um monoteísmo mal compreendido, muitas vezes deformado por heresias terríveis e que está impregnada de misticismo estúpido, pronto a desbancar para o fanatismo. Sua religião é politeísta, pois, para ele cada santo, um mais que o outro, possui poderes divinos. Idólatra, o caboclo adapta a sua religião a sua psique atrasada, aceitando facilmente as exterioridades do culto da Igreja, mas, não podendo, pela sua incapacidade psicológica para a abstração, apropriar-se da pura doutrina católica (Luz, 1952, p. 67).

Esse autor reúne em sua obra uma ladainha de preconceitos em relação ao caboclo, afirmando ainda, que a religiosidade popular cabocla está cheia de credices absurdas, superstições pueris, de tabus, pois teme o lobisomem, conhece casos mal-assombrados, interpreta sonhos, recorre a sortistas e adivinhos, carrega amuletos, receia o “quebrante”, trata-se com benzeduras, consulta curandeiros e, principalmente, acredita em feitiçaria.

Já o historiador Hoornaert, julga a religiosidade popular cabocla pela perspectiva histórica dos excluídos e pobres. Segundo este autor, esta seria uma defesa da coesão popular diante das forças de opressão. “Temos que encarar o catolicismo popular como defesa da dignidade popular diante da ameaça da cultura dominante” (Hoornaert, 1974, p. 106).

A análise de Hoornaert foi mais ampla, abrangendo um mundo além do dominante e oficial. “O primordial diante de tudo isso é que a religiosidade popular criou um catolicismo próprio” (Hoornaert, 1974, p. 118), pouco ortodoxo aos olhos das classes dominantes e da ortodoxia da Igreja. Este catolicismo produziu frutos autênticos, respeitando a dignidade humana e a singularidade da cultura cabocla.

Neste contexto, nas prioridades do clero estabelecido na região, estava a introjeção dos novos elementos religiosos e sociais, buscando assegurar o contato entre o catolicismo popular

⁶ Esta análise não pode ser ingênua, pois esta foi a forma que negros e índios encontraram para resistir as pressões dos dominantes que assumiram o culto católico como o oficial e o impuseram à todas as classes, obrigando negros e índios a assumirem há força o catolicismo romano para serem aceitos na sociedade e garantirem seu espaço como cidadãos. (Hoornaert, 1974).

e o oficial, pondo os religiosos institucionais em contato direto com os fiéis dispersos pelo sertão, exercendo com estes a intensa vivência religiosa com missas, terços, sacramentos, catequese e novenas. O que, com o tempo, vai resultar na influência do sudoestino pelo padre, pois passa a “reconhecer sua autoridade religiosa, sujeitando-se a sua orientação, mesmo que no cotidiano o padre esteja ausente” (Diel, 2004, p. 99).

Desta forma, logo a Igreja Católica se expandiu diante do catolicismo popular, se paroquializando ao longo de todo o território, impondo unilateralmente os valores do seu catolicismo. Após se estabelecer em toda a abrangência da prelazia, não demorou para ser elevada à Diocese. Em 14 de janeiro de 1958, pela Bula “*Quoniam Venerabilis Frater*”, do Papa Pio XII, Palmas foi elevada à Diocese, dividindo o território abrangido até então pela prelazia, sendo agora dioceses distintas entre os territórios do Estado do Paraná e do Estado de Santa Catarina, pois foram criadas a Diocese de Palmas e, também, a Diocese de Chapecó.

Em 14 de março deste ano vae (sic) ser instalada a DIOCESE DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DOS CAMPOS DE PALMAS, pelo Exmo. E Revmo. Sr. DOM ARMANDO LOMBARDI, DD. Núncio Apostólico, em nome e como Embaixador de SUA SANTIDADE O PAPA JOÃO XXIII. Acompanharão S. Excia. Nosso (sic) faustoso ato o Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano Dom Manoel da Silveira D’Elboux, todos os Exmos. Srs. Bispos da Província Eclesiástica do Paraná, vários outros Srs. Bispos, o Exmo. Sr. Governador do Estado com os Membros do seu Governo e muitas outras pessoas gradas. Convida-se a todos os amigos da vetusta cidade paranaense a comparecer à momentosa efeméride nos fastos do Paraná, que colocará PALMAS na alta categoria de Diocese da Santa Igreja de Cristo (Mendes; Rodrigues; Filho, 2002, p. 410).

Mapa 1 – Diocese de Palmas em sua constituição inicial.



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão – PR (Fotografia realizada pela autora).

Com isso, Dom Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello torna-se o primeiro bispo diocesano de Palmas, tendo sua posse em 11 de abril de 1958. Este faleceu em 07 de fevereiro de 1969 no Palácio Diocesano, residência oficial do bispado, construída por ele, aos 66 anos de idade, após dedicar 33 anos à região Sudoeste.

O segundo bispo de Palmas foi Dom Agostinho José Sartori, nomeado e empossado em 1970, personagem desta pesquisa, que administrou a Diocese de Palmas até o ano de 2005, sendo responsável pela divisão desta em duas sedes e pela ação comunicativa, como veremos posteriormente, permanecendo por 35 anos à frente da Igreja Católica da região Sudoeste do Paraná.

2. DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI E O IMPRESSO DIOCESANO

Tendo em consideração o que vimos anteriormente sobre as discussões ocorridas no âmbito religioso, temos neste capítulo a aplicação de tais discussões e ideias, no nosso espaço delimitado para a pesquisa.

Neste capítulo vamos conhecer Dom Agostinho José Sartori, visualizando-o como humano, administrador diocesano e comunicador, destacando suas ações durante seu episcopado na Diocese de Palmas-Francisco Beltrão, região Sudoeste do Paraná. Tendo um dos episcopados mais longos da história da Igreja do Brasil, por trinta e cinco anos ele promoveu ações de extrema relevância para a região, que serão abordadas e analisadas, buscando compreender seus objetivos e consequências para a população sudoestina.

Ao assumir suas funções episcopais, em 1970, Dom Agostinho já se preocupou com as situações que exigiam uma atenção especial, imprimindo desde cedo suas características administrativas, que foram além de atividades religiosas e pastorais, mas de importância social, cultural e política, dentre as quais daremos um enfoque especial à comunicação. Analisaremos suas ações através da imprensa, onde expressava suas opiniões, tanto religiosas e espirituais, como políticas, sociais e econômicas, de forma parcial e direta, não demonstrando receios ou medos.

Este, foi um dos pontos importantes de seu episcopado, por isso o despertar desta pesquisa, pois criou e esteve à frente de meios de comunicação pertencentes e mantidos pela Diocese. Estes tinham por objetivo informar e formar os fiéis sobre temas relevantes de âmbito social, político e espiritual, entre os quais destaca-se o *Informativo Diocesano* (1975-1977) e o *Jornal Diocesano Até que...* (1985-2013), o último objeto desta pesquisa.

Assim, este capítulo tem por objetivo caracterizar este impresso diocesano, considerado o jornal de maior relevância e com grande número de assinantes na região Sudoeste do Paraná, pois mesmo sendo jornal de posse e cunho religioso, trouxe em suas páginas questões de diversos aspectos sociais, políticos e culturais.

2.1 Quem foi José Benito ou Frei Agostinho?

José Benito Sartori, posteriormente seria Dom Agostinho José Sartori, nasceu em Linha Bonita, município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 1929. Filho de Antonio Sartori e Dosolina Rech Sartori, naturais de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, sendo o décimo filho de onze irmãos.

Ainda na infância, mudou-se com sua família para Distrito de Ouro, também município de Capinzal. Lá, frequentava a paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, onde conheceu Frei Constantino, pároco de Capinzal, membro da ordem dos Capuchinhos, com qual criou laços de afeição e amizade (Sartori, 2008), participando da comunidade eclesial.

Em 13 de abril de 1939, aos nove anos de idade, José foi levado para o Seminário da Ordem dos Capuchinhos por Frei Constantino, por vontade de seus pais, sendo o momento da despedida dramático e doloroso, conforme descreve em seu diário pessoal⁷ a lembrança:

Agarrado a saia da mãe, naquele momento não queria ir, mas não me atrevi a chorar. Era a palavra do pai que valia. E seu Antonio dizia: “Você vai! Homem não chora.” Mas no fundo sabia que o pai não fazia muito empenho da ida ao seminário, talvez por ele pudesse ficar, mas era chegada a hora e deveria ir, pois era o maior sonho da mãe (Sartori, 1940, s/p).

A viagem até o Seminário foi longa, Linha Bonita passou a ser apenas lembrança e saudade. Primeiro, uma viagem longa pelas estradas rurais até Capinzal, depois a viagem de trem com duração de dois dias e meio, na qual havia mais seis meninos na mesma situação. Acompanhados por Frei Inácio, encarregado por Frei Constantino para levar os meninos, seguiram até o Seminário Menor dos Capuchinhos, na cidade de Boitiatuba, próxima da capital paranaense.

No ano de 1938, Curitiba ainda era uma cidade pequena, e a vida era pacata. Não havia muita vitalidade no Seminário, por estar onde estava. As novidades não chegavam e quando chegavam eram truncadas. Havia um esforço para preservar a educação religiosa. O contato com o mundo exterior, principalmente o feminino, era muito dificultado. Mas, o menino Benito gostou de tudo o que viveu. Ele se sentia em casa, desde sempre. Ficaram para trás as lágrimas, os medos, as inseguranças, um mundo novo se descortinava para ele e ele queria vivê-lo (Nazaro, 2011, p. 30).

Segundo o próprio menino em seu diário, a mãe era a única pessoa que queria sua ida ao seminário, enquanto os outros membros da família, mesmo católicos e muito religiosos, não faziam questão de incentivar sua ida. Ele, mesmo com relutância, foi, e por fim acabou gostando da vocação escolhida. Já o pai, sempre que o visitava, dava-lhe a opção de voltar para casa (Sartori, 1940, s/p.).

Após cursar até a terceira série do Ensino Fundamental, na época conhecido como Primário, na escola municipal de Linha Bonita, o menino prestou uma prova de admissão, ao entrar no Seminário, e foi matriculado direto na quinta série, no Colégio das Irmãs, que ficava

⁷ Arquivo pessoal pertencente à família de Dom Agostinho José Sartori, tendo seu acesso permitido para esta pesquisa.

localizado ao lado da Igreja. Ali, ele estudou durante todo período em que permaneceu no Seminário Menor. José, assim, demonstrava ser “um menino muito inteligente para sua idade” (Nazaro, 2011, p. 29). Ainda neste período escolar, ele iniciou os estudos das línguas estrangeiras obrigatórias como Latim, Grego e Francês, conforme apresenta seu currículo escolar⁸.

Quanto ao tempo contrário ao escolar, o menino descreve em seu diário que dedicava seu tempo ao “teatro, recreação, vôlei, futebol, basquete e academias culturais” (Sartori, 1940, s/p.). Destacou-se no vôlei, participando em campeonatos esportivos representando o time do seminário, sendo uma atividade que realizava com seu irmão mais velho Vinicius, que também ficou no Seminário Menor, porém por pouco tempo após a chegada do irmão caçula.

No final do ano de 1940, recebeu no Seminário Menor um pequeno cartão datado de 10 de abril de 1940, com a estampa de um anjo e assinado por Frei Constantino, pároco de Capinzal, o mesmo que três anos antes o buscara em casa e o levava para a sua nova vida religiosa. Este comunicava o falecimento de sua mãe, da qual não pode se despedir, pois a dificuldade na comunicação e a distância fez com que a notícia chegasse semanas após o sepultamento.

Rio Capinzal, 10/04/1940

Meu querido Benito,

Terás tido conhecimento da morte de sua mãe. Ela morreu de cancro no peito que em pouco tempo a levou. Porém, teve uma morte serena. Recebeu todos os Sacramentos e teve um enterro, não obstante a chuva e o barro, concorridíssimo. Reze por ela. Uma das últimas palavras me disse: “Muito desejaria ver o Benito, porém que Deus aceite este meu sacrifício para ele continuar bom, virtuoso e assim um dia ser sacerdote. Tanto queria vê-lo sacerdote, que lá do céu possa contemplá-lo a celebrar a Primeira Missa. Meu querido Benito perdeu a Mãe, mas adquiriu uma protetora, porque ela santamente viveu e mais santamente morreu. Te envio a cinta e a pasta para dentes. Quando precisar de alguma coisa é só me avisar. Reze por mim.

Frei Constantino. (Arquivo da Cúria Diocesana)

Com apenas onze anos de idade, José leu este pequeno cartão e o guardou, juntamente com a saudade da mãe que partiu, deixando-o solitário diante do sonho do sacerdócio, que era compartilhado pelos dois. A partida da mãe foi citada em seu diário apenas em uma frase alguns meses depois: “Sempre fica a marca cravejada de lágrimas da saudade, mas essa mesma marca nos impulsiona adiante” (Sartori, 1940, s/p.). E assim José seguiu seu caminho.

No mesmo ano, formou-se no Ensino Fundamental e, no ano seguinte, mudou-se para o Seminário Santo Antonio, localizado na capital Curitiba, para cursar o Científico. Neste

⁸ Presente nos Arquivos da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão.

período, José já havia decidido seu caminho, sonhando com o sacerdócio, marcando sua adolescência pela “busca do trabalho dedicado a Deus” (Nazaro, 2011, p. 30). Por isso, em 23 de dezembro de 1944, José Benito Sartori transfere-se, por decisão própria, para o Noviciado dos Padres Capuchinhos, localizado na cidade de Boitiatuba, local em que havia, ainda pequeno, iniciado seus estudos. Nesta congregação, fez no dia seguinte à sua entrada, a sua Profissão Religiosa Temporânea, sobre a qual afirmou em seus escritos pessoais: “Esperava o sacerdócio com um afã, desejava ser padre, esperava como uma graça de Deus e era” (Sartori, 1944, s/p.).

No ano de 1946, entrou no Convento das Mercês, na mesma Ordem, localizado também na cidade de Curitiba, e iniciou os estudos seminarísticos, voltados a sua formação enquanto religioso, cursando o Estudo Filosófico e Estudo Teológico, formando-se em 1954. Neste período, em 15 de agosto de 1952, ele recebeu de Dom Manuel da Silveira D’Elboux, Arcebispo de Curitiba, a Primeira Ordem do Presbiterato, que “confirmava a vocação do pequeno menino catarinense e realizado, aos vinte e dois anos, seu grande sonho de tornar-se Padre” (Nazaro, 2011, p. 31). Agora, como padre, adotou o nome de Agostinho por sugestão de amigos, sobre o qual ele escreveu: “É uma espécie de transformação da personalidade, a gente quase deixa de ser o que era para ser um novo homem” (Sartori, 2008, p. 03).

Ordenado aos vinte e dois anos de idade, destacou-se no meio eclesial, pois tinha a idade menor do que a exigida pela Igreja para ordenação, sendo justificado como consequência de sua dedicação.

[...] havia uma idade estabelecida para o sacerdócio, sendo ele ainda mais novo do que estava previsto poderia ter que esperar. No entanto, acabou sendo dispensado de um ou dois anos das obrigações do Seminário e foi ordenado mais novo do que as normas permitiam. Dom Agostinho diz sentir um “sadio orgulho” por isso. Pois essa dispensa tornou-se motivo de alegria e orgulho humilde (Nazaro, 2011, p. 39).

Agora, nomeando-se Frei Agostinho, permaneceu próximo do Arcebispo Dom Miguel, da Arquidiocese de Curitiba, ajudando a organizar a Igreja no Paraná com os movimentos que passaram a se levantar dentro da Igreja, que seriam solucionados pelo Concílio Vaticano II. Este, que foi o 21º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado no dia 25 de dezembro de 1961, pelo Papa João XXIII, e aberto por ele próprio no dia 11 de outubro de 1962. Foi considerado um dos mais importantes eventos do século XX, marcando a passagem da Igreja da Contra-Reforma e da Cristandade para a modernidade.

Deste período, ele recorda em seu diário pessoal:

Foi um tempo muito tenebroso e sofrido, um tempo de revoltas de padres contra a Igreja e, ainda havia os que fossem contra Dom Manoel. Havia padres que queriam que os bispos se pusessem exclusivamente a favor dos pobres, achavam que era preciso modificar a Igreja, criar uma Igreja para pobres, liderados por clérigos mais radicais. Dom Manoel sofria com isso, sofria de insônia pensando nos problemas da Igreja. Contudo, me coloquei ao lado dele, apoiando-o, pois ele tinha um coração paterno e amigo (Sartori, 1955, s/p.).

Nos anos seguintes a sua ordenação, Frei Agostinho passou a lecionar no próprio Convento das Mercês a disciplina de Teologia Moral para as turmas iniciantes do curso, além de ser professor de Filosofia no Seminário Menor, em Curitiba. Depois, foi transferido para a cidade de Irati, estado do Paraná, onde assumiu como Vice-Reitor do Seminário Santa Maria e, também, lecionou Teologia. “Ele continuou ministrando aulas até 1958, quando foi para Roma” (Nazaro, 2011, p. 55).

Ao final de 1956, retornou para Curitiba e assumiu a função de vigário da Paróquia das Mercês, organizando uma Pastoral de atendimento às crianças, estimulando-as a participar da Igreja, sendo orientador espiritual e conselheiro destas, que com o tempo passaram a encher as missas que Frei Agostinho presidia. Deste período quanto vigário, lembra em seu diário pessoal:

Tudo o que fazia era com solicitude, com amor, sem pretensões maiores. Nunca pensei que não devia ter sido padre, apesar de ter havido momentos de solidão, de crise e até mesmo um frequente desentendimento entre os frades, afinal são todos seres humanos e isso pode acontecer. É natural que existam ideias diferentes, ciúmes, inveja (Sartori, 1957, s/p.).

Apesar dos problemas, Frei Agostinho se prendia aos bons acontecimentos, ao carinho que os fiéis lhe dedicavam e à pastoral das crianças, cuja qual dedicou a maior parte de seu tempo. Porém, em 09 de outubro de 1958, foi enviado a Roma para cursar o Mestrado em Direito Canônico na Pontifícia Universidade Gregoriana. Sobre o envio a Roma, descreve em seu diário: “Nunca expressei desejo de ir para Roma, mas era um dos poucos que falava bem o latim e o italiano” (Sartori, 1958, s/p.).

Roma era a sede de um dos colegiados internacionais da Ordem dos Capuchinhos, local em que eram ofertados diversos cursos voltados à Teologia, Filosofia, História, Dogmas e Organização da Igreja, além do curso em Direito Canônico.

Quando ele foi para Roma, o curso que faria lá fora pré-estabelecido. Foi destinado a cursar Direito Canônico. Seus superiores haviam feito a indicação. Como ele sempre tinha se dado muito bem em seus estudos no Direito Canônico, talvez tenha sido uma das causas da indicação e também porque ele dominava o italiano e o latim. Para ele, as duas línguas eram uma facilidade no cotidiano de estudos (Nazaro, 2011, p. 61).

Entretanto, para Frei Agostinho, o motivo principal do seu envio para tal curso era “a necessidade que a Província dos Capuchinhos do Paraná tinha de ter alguém que entendesse de Direito Canônico e repassasse o conhecimento para os demais” (Sartori, 1958, s/p.). Sendo o Direito canônico “o conjunto de leis e regulamentos feitos ou adotados pelos líderes da Igreja, para o governo da organização cristã e seus membros” (Código de Direito Canônico, 1987, p. 05), deu ao Frei Augustinho a possibilidade de atuar nos Tribunais Eclesiásticos da Igreja e interferir em questões que envolvam as leis católicas.

Descreve, ainda, em seu diário que seus dias iniciavam com a oração e depois eram totalmente preenchidos com os estudos teóricos e práticos, desde a teoria dos clássicos do Direito às práticas teológicas de oração envolvendo um todo. Mas, recorda que uma vez por semana havia uma noite de folga, a qual usava para conhecer alguns lugares europeus, dos quais destaca como inesquecíveis a Capela Cistina, a Igreja de São Pedro, o dia que conheceu o Papa e quando acompanhou o enterro do Papa Pio XII (Sartori, 1960, s/p.).

Em seus escritos pessoais do período que esteve em Roma, Frei Agostinho lamentou não ter encontrado nenhum de seus colegas de estudos após o término do curso, pois “havia tantos e de tantos lugares diferentes, cada qual foi para um determinado lugar e não houve mais oportunidade de nos encontrarmos” (Sartori, 1961, s/p.).

Frei Agostinho retornou de Roma em 28 de fevereiro de 1961, se estabelecendo novamente em Curitiba, onde foi:

Professor de Filosofia; Professor de Moral e Direito Canônico; Vice-Reitor do Seminário da Ordem; Reitor dos Teólogos; Reitor do Instituto Teológico de Curitiba; Secretário e Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) do Paraná; Subsecretário do Regional do Sul 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Ministro Provincial dos Capuchinhos da Província dos Estados de Paraná e de Santa Catarina (PRESC) (Nazaro, 2011, p. 55).

Frei Agostinho tinha gosto pelo conhecimento e pela leitura, tendo uma ampla biblioteca pessoal, que abrangia desde os pensadores católicos, santos, até pensadores e filósofos ateus e contrariantes da fé católica. Lia, também, títulos de grandes referências da psicologia, parapsicologia, história, teologia, maçonaria, sociologia, antropologia, além de possuir os impressos de leis nacionais e internacionais⁹.

Exerceu todas essas atividades desde seu retorno para o Brasil até sua nomeação episcopal em 16 de fevereiro de 1970, após ser indicado por diversos Bispos que conheciam o

⁹ Obras presentes no Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas, organizados conforme original, mantendo todos os traços marcados por Dom Agostinho.

trabalho eclesial que realizou nas paróquias por onde passou e nas diversas instituições religiosas que fez parte.

Ele diz que soube de vários bispos que estavam a seu favor, falavam sobre ele de forma positiva. Entre eles, ele lembra Dom Armando que era Bispo de Toledo, Dom Inácio – Superior Provincial dos Capuchinhos, mas quem verdadeiramente influenciou, se é que isso existiu, ele não sabe dizer (Nazaro, 2011, p. 71).

Frei Agostinho estava em viagem no Estado de São Paulo, quando foi comunicado que havia sido nomeado para assumir o episcopado, diretamente da Nunciatura¹⁰. De início, reagiu de forma negativa, “foi uma emoção, foi medo, sensação de insuficiência, incapacidade para exercer o episcopado. Foi algo grandioso. No começo não quis aceitar” (Sartori, 2008, p. 234). Porém, o Núncio, ao ver a resistência do padre, lhe deu o prazo de uma semana, “ele me autorizou a consultar alguns padres, nos quais eu depositava mais confiança. Eles me disseram que eu deveria aceitar” (Sartori, 2008, p. 234).

Assim, dezoito anos após a sua ordenação sacerdotal, Frei Agostinho José Sartori tornou-se Bispo da Diocese de Palmas, em 1970, onde permaneceu até o ano de 2005, tendo um dos bispados mais longos da história da igreja no Brasil.

Figura 3 – Frei Agostinho José Sartori



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas-Francisco Beltrão – PR.

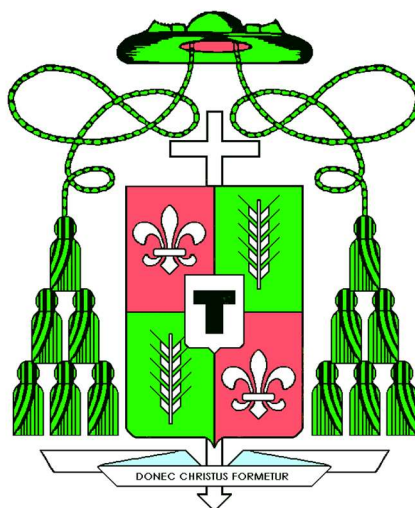
¹⁰ Uma nunciatura apostólica é um alto nível das missões diplomáticas da Santa Sé, equivalente a uma embaixada. Seu titular, o núncio apostólico, é, portanto, como um embaixador da Santa Sé no país a que foi designado. (Fonte: Site Oficial do Vaticano: www.vatican.va).

2.1.1 O Bispo Dom Agostinho José Sartori

Frei Agostinho foi ordenado bispo em 26 de abril de 1970, na cidade de Curitiba, tendo como sagrante principal Dom Umberto Mozzoni, Núncio apostólico do Brasil, e sagrantes assistentes: Dom Geraldo Pellanda e Dom Pedro Fedalto, após ser nomeado Bispo pelo Papa Paulo VI, com apenas 41 anos de idade, sendo considerado entre os bispos ainda jovem para a função.

Somente em 14 de julho de 1970, o agora denominado Dom Agostinho, tomou posse na Catedral do Senhor Bom Jesus da Coluna, na cidade sede de seu bispado Palmas, apresentando aos seus fiéis o lema: “*Donec Christus Formetur*”, em português quer dizer “Até que Cristo seja formado em vós” (Gl 4,19). Quanto ao seu brasão de armas episcopal, tinha como elementos centrais: a prioridade, sendo o despertar de novas vocações, a obediência ao Papa, um símbolo de recordação da ordem dos Capuchinhos a qual pertence, o serviço total à Igreja, e o símbolo maior de uma flor-de-lis num campo vermelho, significando que “o Bispo continuará, na Diocese, o papel de salvador de Cristo, tendo por si todo o brasão a finalidade que Cristo se concretize, se forme em cada alma cristã” (Nazaro, 2011, p. 68).

Figura 4 – Brasão Episcopal de Dom Agostinho José Sartori.



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas-Francisco Beltrão – PR.

A celebração de posse contou com a participação de inúmeros padres e religiosas da diocese de Palmas e de outras próximas, além de vários bispos vindos de diferentes regiões do estado do Paraná e de Santa Catarina, e de “grande quantidade de fiéis que tornaram a Catedral

pequena para a celebração do ato” (Nazaro, 2011, p. 77). Pelo grande número de participantes, “houve missa campal na Praça Bom Jesus, em frente à Catedral. Antes, saiu do Palácio da Coluna um cortejo que se dirigiu à Catedral, formado pelos Bispos e Padres presentes, que acompanhavam Dom Agostinho” (Nazaro, 2011, p. 77).

Assim, Dom Agostinho assumiu a liderança do povo católico do Sudoeste do Paraná. Como apresenta Celestino Munaro¹¹, padre diocesano e braço direito do bispo, que tinha por função registrar o que acontecia na Diocese de Palmas:

Um primeiro e grande desafio, sendo que vários candidatos, antes de Dom Agostinho, já haviam renunciado a pastorear esta porção desafiadora da Igreja, naqueles tempos. Era uma Igreja de periferia, como o Bispo costumava dizer. Abandonada por tudo e por todos. As atenções dos governos chagavam no máximo até o Rio Iguazu (Munaro. In: Sartori, 2008, p. 220).

Desde o início de seu bispado, Dom Agostinho mostrou-se extremamente interessado aos assuntos sociais do município de Palmas e de toda a região, principalmente diante das dificuldades que se apresentavam no cotidiano de sua administração.

Quando Dom Agostinho chegou a Palmas, em 1970, havia apenas um pequeno trecho de asfalto que ia de Pato Branco a Três Pinheiros, na BR 277. Em Palmas, um pequeno gerador, localizado no Rio Chopim, fornecia energia elétrica para a cidade (as lâmpadas, quando acesas, mais pareciam tomates). Soma-se a precariedade das estradas e suas distâncias. Dificuldades para o bispo e também para os sacerdotes e lideranças se reunirem, seja em Palmas ou na região. Havia também dificuldade de comunicação pelo telefone, pois muitas paróquias não o tinham. Se hoje achamos as distâncias longas até a cidade de Palmas, imaginem de Bituruna a Capanema, que era percorrida frequentemente nos seus 450 km (Munaro. In: Sartori, 2008, p. 221).

Essas dificuldades marcaram os primeiros anos de episcopado de Dom Agostinho, que passou a buscar alternativas de modificar essa realidade, inclusive criando relações com políticos estaduais. Como ele mesmo relembra, a Diocese de Palmas estava em condições econômicas difíceis, após as grandes dívidas feitas por Dom Carlos para a construção dos seminários, além das consequências sociais da Revolta dos Posseiros, ainda presentes na sociedade sudoestina:

Quando cheguei, tive a impressão que a Diocesana de Palmas estava mais ou menos no fim do mundo. Era uma semana de muita chuva, em 14 de junho de 1970. Palmas era uma pequena cidade. Tinha, na época, quatro mil habitantes na cidade e nove mil

¹¹ Padre Celestino sempre acompanhava Dom Agostinho em suas atividades, sendo responsável por descrever os acontecimentos diocesanos, tanto que seus escritos foram arquivados juntamente com os escritos pessoais de Dom Agostinho, por ordens do próprio bispo. Alguns de seus escritos estão anexados na obra de Dom Agostinho no texto citada.

em todo o município. Um mês depois que cheguei, aconteceram violências e assassinatos. A casa estava deteriorada quase por completo. Havia muitas dívidas. Mas contei com a ajuda do governador Paulo Pimentel. Ele mandou um avião de Curitiba trazer uma ajuda. Ajudou, mas não foi o suficiente. Aos poucos, fomos pagando o que devíamos. A impressão que eu tive é que saí da cidade para ir ao mato. Palmas era separada das outras cidades (Sartori, 2008, p. 234).

Diante desta realidade que se apresentava, principalmente na questão de comunicação e deslocamento, Dom Agostinho teve que deixar no passado as tecnologias de transporte e de comunicação que utilizava na capital, tendo que se adaptar à realidade da região interiorana e periférica que lhe era apresentada.

Em suas recordações, ressalta na memória as estratégias de comunicação que teve que adotar para conseguir se manter próximo de todas as capelas e de todos os sacerdotes espalhados pela região, que abrangia 18.719km², com 29 paróquias, 63 sacerdotes e meio milhão de habitantes para orientar e conduzir.

Assim, tudo se dava em cima de quatro rodas. Somente três paróquias possuíam telefone. Não havia correio. Então, eu nem sabia se os padres recebiam as cartas convocando para as reuniões, que eram realizadas em diversos locais. Poderia comparar as dificuldades da época com as enfrentadas atualmente pelas dioceses da Amazônia, com estradas precárias, mesmo geograficamente a Amazônia sendo maior. Tivemos que atravessar rios no lombo de cavalos. Havia essas dificuldades que não eram pequenas (Sartori, 2008, p. 235).

Ele ainda ressalta os resquícios presentes na sociedade sudoestina devido à Revolta dos Posseiros¹² ocorrida em 1957, na época, ainda episcopado de seu antecessor Dom Carlos, porém, intrigas e dificuldades oriundas do conflito ainda se faziam presentes nas questões sociais de algumas cidades e paróquias, afinal “Dom Carlos muitas vezes teve de desviar a estrada para não ser apanhado por jagunços, o presidente da paróquia de Mariópolis foi assassinado por inimigos políticos. Padres e o próprio bispo fugiram da morte mais de uma vez” (Sartori, 2008, p. 235).

Ainda durante seu episcopado, Dom Agostinho enfrentou o período de êxodo, quando o sudoeste paranaense recebeu muitos imigrantes oriundos dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Eram tempos de muito “reboiço” e movimentações. As terras ainda nem todas estavam regulamentadas e tituladas pelos GETSOP, que fez uma verdadeira reforma

¹² A Revolta dos Posseiros, foi um levante realizado por colonos e posseiros iniciado em 10 de outubro de 1957, como forma de repúdio aos sérios problemas de colonização da região que se estabeleceu entre posseiros, colonos, companhias de terras grileiras, e os governos federal e estadual. Este resultou na expulsão das companhias de terras, dos jagunços e a conquista do título de propriedade para os posseiros. Tratou-se de um raro conflito agrário em que posseiros saíram vitoriosos (GOMES, 2005).

agrária na região. Havia muito crescimento da população, pleiteavam-se novos municípios e com eles a solicitação, junto à autoridade eclesiástica, da criação de novas paróquias (Sartori, 2008, p. 222).

Ainda, sobre os migrantes, abordou sobre a intereção entre eles e a ação da Igreja:

[...] Vieram da terra em que nasci, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, terra que trouxe para cá não só a renovação de todo o solo, de toda a afeição da terra, mas também a própria religião [...]. E cada um de nós se lembra ou ouviu falar dos pais, quando se decidiram de deixar a casinha lá no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina. E quando aqui chegaram o padre os acolheu. Que o bispo é aquele que os orientou. Que a Igreja Católica é aquela que acolheu como grande família. Foi a marcha da saída do Egito, para uma terra de promessas. E Deus será o Deus que caminha ao longo dos anos que virão. Deus também espera alguma coisa de nós. Não só porque nossos pais e avós foram tão bons, não só porque conservaram a fé, às vezes sem a presença e falta de padres. Não só porque caminharam por duros caminhos e sempre com o terço nas mãos ou com a oração da noite em família, lembrando-se de pedir a chuva ou o sol, e agradecendo tudo o que brotava da terra e do coração do homem, mas também nós próprios assumindo o que deverá chegar para o futuro. O começo foi com pouca gente e hoje passa de meio milhão no Sudoeste. O Deus que nos multiplicou, multiple também sobre nós a sua graça. (Sartori, 1983, p. 01)

Nesta reflexão sobre convívios migrantes, a Igreja Católica é evidenciada como instituição ativa e direta no processo de formação da região Sudoeste. Segundo tal linha, a Igreja foi responsável por acolher e dirigir as práticas religiosas a partir da potencialização da fé, proporcionada pelas ações dos padres e do bispo, que teriam acolhido e orientado os migrantes nesta nova realidade. A religiosidade dos migrantes, segundo ele, foi capaz de sobreviver mesmo sem a orientação direta dos sacerdotes que trabalhavam na região.

Outro ponto importante a se destacar, é que nessa afirmação, Dom Agostinho demonstra a capacidade de mobilização simbólica da instituição na medida em que:

Localiza todos os acontecimentos a coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece uma memória que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade. Em relação ao futuro, estabelece um quadro de referência comum para a projeção das ações individualistas (Berger, 2006, p. 140)

Assim, para atender essa população restrita de sacerdotes, solicitou ajuda de diversas congregações que enviaram padres, missionários e religiosos que assumiram novas paróquias e capelas, além de estimular a criação de novas escolas religiosas e seminários para despertar vocações.

Dom Agostinho se desdobrava na busca de soluções, insistindo junto às congregações religiosas e missionárias para que o socorressem. Foi assim que a diocese de Palmas deu um pulo em poucos anos para 46 paróquias e 2 reitorias, além de oito

congregações que até hoje estão estabelecidas na região (Sartori, 2008, p. 222).

Neste contexto, a Igreja ainda estava no processo de conversão dos caboclos. Pois esses eram considerados supersticiosos e fáceis de assustar. Quando os caboclos não vendiam suas terras para os colonos, esses os afugentavam de formas muito curiosas. Segundo Renk (1997), os colonos esperavam determinados dias da semana ou datas religiosas que envolvessem certa mística, amarravam a corvos panos banhados com líquido inflamável e soltavam para que sobrevoassem os acampamentos dos caboclos. Os caboclos prontamente saíam das terras, amendrotados e pensando ser o “fim do mundo”.

Para a Igreja era impossível aceitar a religiosidade popular cabocla, pois ela não se comporta dentro dos padrões oficiais, porém impor outro sistema de valores também não é possível, pois o caboclo não se cala. A solução encontrada pelos padres foi “folclorizar essas manifestações religiosas caboclas” (Diel, 2004, p. 98).

“Diante da tosca armação, coberta de santos e santinhos, cheio de bugigangas, enfeites, no oratório da casa do caboclo, iluminado por alguemas velas primitivas feitas de cera bruta, está o sacerdote. E o caboclo, na ‘boca da noite’, ao escurecer, principia a reza da novena” (Diel, 2004, p. 94)

A novena é a forma de devoção mais estimada pelo povo. “Sem novena dificilmente se tocará a sensibilidade do inculto morador do mato, sem ela a atividade sacerdotal perderia todo o efeito” (Sartori, 1972, p. 02). Assim, a novena se tornou quase que obrigatória para o padre, que após a ausência de aproximadamente um ano, convoca o povo para uma reza na noite. É na novena que o povo, de forma direta, age conforme os preceitos do catolicismo oficial, mesmo que de um jeito bem popular, pois venera santos, ouve rezas, canta e, principalmente, se entrega a devoção pela Virgem Maria. As rezas aconteciam cada noite em uma casa, “todos ficam de pé ao lado da parede. Fora ficam os homens, do outro lado as mulheres” (Diel, 2004, p. 95).

Essa ambiguidade entre a religiosidade popular cabocla e o catolicismo oficial romanizado se manifesta diariamente nas atividades dos padres, que têm noção do problema. Estes não contrariam logo de início essa religiosidade popular, mas se utilizam de alguns elementos desse catolicismo para se aproximar e ir integrando gradativamente os elementos do catolicismo romano.

Na introjeção dos novos elementos religiosos e sociais é que está localizada a reforma que a Igreja católica irá fazer diante do catolicismo caboclo. A pastoral da desobriga assegurava o contato entre o catolicismo oficial e o popular, pondo os agentes religiosos institucionais em contato com as grandes massas populares dispersas pelo sertão. No entanto, esses contatos eram esporádicos, mas de intensa vivência religiosa

com novena, terço, missa, batizado, casamento e eucaristia. Além disso, a visita do padre passou a ser motivo de festa, pois reuniam todos os vizinhos e compadres. (Arquivo Provincial Franciscano, pasta Palmas/Crônicas, estante 426, p. 07)

Desta forma, o caboclo passa a receber influência do clero, reconhece sua autoridade religiosa e sujeita-se a sua orientação, mesmo que no cotidiano o padre esteja ausente. Segundo Oliveira (1985), as visitas eram suficientes para garantir a unidade religiosa do todo social, embora os sujeitos atribuíssem significados diferentes àquelas propostas pela Igreja.

Buscando superar essas superstições caboclas, Dom Agostinho não se demora a “espalhar” a Igreja Católica pela região. “Há muitos casos de paróquias que surgem antes mesmo da fundação dos municípios” (Schreiner, 2002, p. 92). Essa rápida construção das capelas foi consequência de um trabalho direto e eficiente de articulação da diocese com a população de que era necessário à “igrejinha” para que o padre de fizesse presente com mais frequência, além de ser necessário um local para a realização de cultos e terços. A paroquialização criou uma dimensão reducionista e desqualificadora em relação ao catolicismo popular, e conseqüentemente, a decodificação dos seus valores, impondo de forma unilateral os valores do catolicismo romano.

“A Igreja era sinal de que a comunidade estava se reunindo, se organizando, se congregando em torno de algo que lhes era comum” (Beozzo, 1997, p. 279). Certamente, a Igreja era um local de sociabilidade. Assim, a Igreja se constituía como “propriedade do povo, pois foi por ele construída e entre a comunidade e o padre não se interpõe nenhuma outra autoridade social” (Beozzo, 1997, p. 279).

Na administração eclesial de Dom Agostinho, o capital social da Igreja proporcionava aos padres e, principalmente ao bispo, enorme prestígio social, por serem detentores da salvação e palavra divina. Por esses atributos, detinham o que Bourdieu chama de “poder simbólico”, ou seja, a capacidade de mobilizar pessoas sem a necessidade de coersão econômica ou física. Para o autor, este poder pode constituir:

[...] o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (Bourdieu, 1989, p. 14)

Neste sentido, os indivíduos não são “tabuas rasas”, mas sujeitos da história e, por tal condição, constituídos em processualidade social. Os sujeitos sociais estão permanentemente tensionando ou sendo tensionados por códigos, comportamentos e ações. Assim sendo, se faz

necessário compreender como o bispado de Dom Agostinho se colocou face à práxis cotidiana, como negociou sentidos e produziu práticas culturais.

Por isso, vamos buscar analisar e compreender esse episcopado que, cujo bispo, carregava em si uma preocupação em transformar a sociedade, acreditando no poder da educação. “Acreditava que formando cidadãos, profissionais cristãos, a partir de uma educação cristã, poderia interferir na construção de uma nova sociedade” (Sartori, 2008, p. 223).

Assim, investiu na construção de escolas que atendiam os variados níveis, seminários, faculdades, cursos de formação para leigos, além de estimular a formação continuada dos sacerdotes, encaminhando um grande número para cursar mestrado em Roma.

Tinha preocupação ainda com a comunicação social, vendo-os como poderosos instrumentos de evangelização e informação. “Nutriu um desejo muito grande da Igreja em adquirir emissoras de rádio, utilizar melhor a televisão e outros meios” (Sartori, 2008, p. 224). Nesse desejo, comprou e fundou mais de cinco emissoras de rádio espalhadas ao longo de toda a região, fundou os jornais *Informativo Diocesano* e *Até que...*, além de utilizar outros meios de comunicação, conforme a situação exigisse.

Quanto às questões sociais, priorizou os “pobres, marginalizados, crianças, famintos, doentes, velhos, pois acreditava que a ação pastoral deveria contemplar a realidade social” (Sartori, 2008, p. 224), estabelecendo pastorais e instituições que atendessem cada caso específico de forma total. Também “convocava sindicalistas, prefeitos, vereadores, profissionais liberais e debatia, com eles, soluções para o povo sofrido” (Sartori, 2008, p. 224).

Assim, em 24 de agosto de 2005, comunicou a sua renúncia, tornando-se bispo emérito desta mesma diocese, que em 09 de dezembro de 2005 deu posse ao seu novo administrador episcopal Dom José Antonio Peruzzo.

Dom Agostinho José Sartori faleceu em 06 de junho de 2012, no Hospital São Lucas, na cidade de Pato Branco, após ser diagnosticado com importante baixa do nível de consciência, devido à sequelas provenientes da doença de Alzheimer e Parkinson. Seu corpo foi velado em Pato Branco, Francisco Beltrão e em Palmas, onde foi sepultado no Cemitério Municipal e, posteriormente, transladado para a Cripta dos bispos na Catedral de Palmas.

2.1.2 O bispado de Palmas e as demandas políticas e eclesiais

Dom Agostinho José Sartori assumiu a Diocese de Palmas em um momento extremamente delicado, tanto no aspecto religioso quanto político. A Igreja havia finalizado há pouco o Concílio Vaticano II, o que desencadeou tensões nas relações sociais e políticas na

Igreja em nível de Brasil e no Paraná, tensões essas que exigiram demandas na administração eclesial de Dom Agostinho. Pois havia um embate entre os conservadores e os que progressistas, como no caso do Bispo Diocesano, que vê como benéficas as alterações propostas no Concílio.

Ao assumir a Diocese de Palmas em 14 de junho de 1970, Dom Agostinho estava ciente das dificuldades políticas que encontraria. Também tinha noção que a diocese herdada de Dom Carlos tinha uma formatação complexa diante de uma região que enfrentava graves problemas sociais. Porém, o novo bispo partilhava de uma forma mais intensa a realidade desta parte da Igreja que lhe era confiada, pois era filho de imigrantes italianos, nascido em uma região marcada pela migração e pela disputa por terras, sendo assim, um lugar que a terra tinha muita importância, principalmente para os colonos. Assim, pode-se cogitar que a sua escolha como administrador dessa diocese foi pensada levando em consideração essas contingências.

Neste contexto, Dom Agostinho estava cheio de uma inspiração de renovação e parecia estar convicto do papel da Igreja nestes novos tempos pós-concílio. Sempre defendeu que a instituição Igreja não poderia se mostrar alheia aos problemas e à realidade que a cercavam. “Em um quadro de tensões cada vez mais exacerbadas, deixar os católicos sem uma orientação seria abandoná-los a uma série de contingências que representavam um enorme perigo para a instituição e para a religiosidade dos indivíduos que resguardava” (Sartori, 1972, s/p)

Obviamente, essa necessidade de orientar os fiéis católicos de forma mais ampla não se deu somente da Diocese de Palmas, mas em toda a Igreja, iniciada há alguns anos antes, na conturbada década de 1960, quando Dom Agostinho ainda era Frei. Neste período em que as tensões políticas no Brasil aumentavam, a Igreja também acenou para novos tempos com a convocação do Concílio Vaticano II (1962-1965), que teve de lidar com as diferentes posições defendidas pelos religiosos sobre como deveria se conduzir e as ações que seriam adotadas pela Igreja a partir de então, pois “houve uma série de inclinações políticas, algumas muito radicais” (Wanderley, 1985, p. 43).

Durante os anos 60, houve diversos processos políticos e religiosos de grande repercussão no país. Tanto na sociedade quanto na Igreja se construiu a ideia de que haveria um perigo comunista rondando o Brasil. No Paraná, essa tendência anticomunista defende uma intervenção civil-militar no cenário político, o que se materializa com a eleição do major do exército Ney Braga (1961-1965) para governador do Estado, tendo em sua campanha um apoio de uma parcela da Igreja estadual. Outras questões que se encontravam em debate na Igreja eram pensadas com certo cuidado, evitando brechas para qualquer aproximação ou relação com o temido comunismo.

No início dos anos 60, a grande preocupação era a situação do Brasil, o avanço das ideologias comunistas e seus consequentes perigos. O tema da reunião de 1960 foi a Reforma Agrária. Em 1962, foram tratados os temas do sindicalismo rural e da orientação política. Em 1963, os bispos pediram que na Quaresma, se tratasse da Doutrina Social da Igreja. Falaram também da Mobilização Estadual contra o Analfabetismo, MECA e da casa própria. (Chiquim, 2005, p. 268)

O episcopado paranaense publicou em 31 de março de 1964 o “Manifesto do Episcopado Paranaense”, um documento com críticas à situação política do país naquele momento, defendendo a soberania das instituições e a liberdade de ensino, além de manifestar severas críticas ao comunismo em relação a sua suposta capacidade de “degradar a instituição familiar e as instituições brasileiras” (Boletim Eclesiástico, 1964, p. 19). E, no dia seguinte à publicação de tal manifesto, se instaura no Brasil a ditadura militar.

Tal ação teve em seu início total apoio da Igreja, o que proporcionou a emergência de um modelo de governo e de poder que tão logo se utilizou de táticas severas e infelizes para manter o controle sobre a população diante das atividades políticas. O principal argumento para se legitimar foi o de combate as “ideologias perniciosas”, ou seja, ao comunismo, além da necessidade de se manter a ordem, justificativas que permitiram ao governo cometer uma série de ações opressoras.

Tão logo a Ditadura Militar ter se iniciado, membros do clero se tornaram vítimas dessas medidas, o que resultou com que parte da Igreja começasse a tecer críticas ao novo governo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹³ se lança como liderança dessa manifestação, causando desentendimentos entre os bispos e o governo militar. A fração do clero que assumiu discursos e práticas de organização vistas como “perigosamente progressistas”, confundidas até com ligações à ideologia comunista, pioraram ainda mais as tensões entre o governo e a Igreja.

Até a década de 1950, a Igreja brasileira mantinha uma aliança explícita com o Estado e com os seus propósitos políticos. Todavia, durante a década de 60, mas, sobretudo, a partir de 1970, frações do clero católico, pautados nas constantes violações dos direitos humanos, nas perseguições políticas, na tortura e, sobretudo, amparados pela opção pelos pobres, rompem com a estrutura do Estado e passam a ser uma das principais vozes das causas dos movimentos sociais brasileiros. (Lowy, 2000, p. 70)

¹³ Em 1º de Abril de 2014, ao se completar 50 anos do Golpe Militar no Brasil, a CNBB emitiu uma declaração intitulada “Por tempos novos, com liberdade e democracia”. O texto, assinado pela Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), alerta as “gerações pós-ditadura para que se mantenham atuantes na defesa do Estado Democrático de Direito”. Os bispos lembram “os 21 anos que fizeram do Brasil o país da dor e da lágrima” e reafirmam “o compromisso da Igreja com a defesa de uma democracia participativa e com justiça social para todos”. Além de assumirem a culpa e se desculparem com os brasileiros, pelo apoio inicial ao golpe, disponível em <https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia/> (CNBB, 2014)

Na Igreja paranaense, as transformações se tornaram mais significativas a partir de 1964, com a criação da sede da CNBB no Paraná em 30 de setembro deste mesmo ano, a CNBB Regional Sul II, com sede em Curitiba e abrangia todo o estado do Paraná. O primeiro subsecretário foi Frei Agostinho José Sartori que, cinco anos mais tarde, assumiria a Diocese de Palmas. Este “desde o início demonstrou vontade de estar próximo à base e conhecer, a fundo, a realidade das Igrejas particulares” (Chiquim, 2005, p. 269). Sua principal preocupação foi implementar uma base sólida que proporcionasse condições de ajuda e ação aos fiéis católicos que enfrentavam problemas, tanto sociais quanto eclesiais, que se apresentavam de modo grave ao longo do Estado. Suas primeiras medidas foram implementar as transformações propostas no Concílio Vaticano II, enfrentando a resistência de partes conservadoras da Igreja.

A nova práxis da Igreja em relação com o mundo parte da consciência da Igreja de fazer parte na história como povo de Deus: “o povo de Deus e a humanidade, na qual ela se insere, prestam-se serviços mútuos. De tal maneira que a missão da Igreja se manifesta como religiosa, e por isso mesmo, humana no mais alto grau” (*Gaudium Et Spes*, 2000, p. 11). A Igreja não é, a priori, uma coisa diferente do mundo. Não se pode partir, como mostra a *Gaudium et Spes*, da Igreja e do mundo como duas realidades completas em si mesmas, para depois ver como relacioná-las.

Trata-se de uma verdadeira revolução eclesiológica operada pelo Concílio Vaticano II. Passa-se de Igreja sociedade perfeita a Igreja mistério e sacramento (LG, I); de Igreja identificada com a hierarquia a Igreja povo de Deus (LG, II); de uma Igreja eclesiocêntrica a uma Igreja servidora e profundamente atenta aos sinais dos tempos (GS, 4,11,44); de uma Igreja triunfalista a uma Igreja pecadora que caminha como peregrina rumo à escatologia (LG, VII); de uma Igreja que identifica a católica como a única Igreja de Jesus, a uma Igreja que reconhece que a Igreja de Jesus “subsiste” na católica, mas que há elementos verdadeiramente de salvação nas outras Igrejas e denominações cristãs (LG, 15); de uma Igreja que considera as outras religiões simplesmente como obra do maligno e que a Igreja é a única tábua de salvação, a uma Igreja que reconhece elementos da graça do Espírito em todas as religiões (LG, 16) e busca um diálogo inter-religioso com elas; de uma Igreja universal identificada com Roma a uma valorização das Igrejas particulares ou locais; de uma Igreja ocidental e europeia a uma Igreja com consciência de universalidade; de uma Igreja que vinha a longo tempo de uma atitude defensiva diante do mundo moderno à uma Igreja em diálogo com ele, e que se abre à realidade que a circunda e a transcende e, mais que isso, se torna parceira de todos os homens e mulheres de boa vontade na construção de um mundo novo e identifica-se com as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias de toda a humanidade, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem (GS, 1). Passa-se do anátema ao diálogo, leva-se a sério o progresso humano, reconhece-se a autonomia da criação, buscando a transfiguração do mundo rumo ao Reino definitivo de Deus (Almeida, 2005, p. 177)

Obviamente que a Igreja não se tornou campo revolucionário, porém, as mudanças

exigiram da instituição posturas mais abertas ao diálogo, demandando um olhar efetivo para os problemas concretos da realidade do católico, deixando para segunda instância a preocupação com a forma como os ritos eram praticados. No caso do Paraná, esses problemas estavam concentrados mais precisamente no campo, em decorrência da forma como se deu a ocupação populacional do Estado até a década de 1960.

A discussão em relação aos problemas da terra, principalmente em relação aos resultados da questão agrária ocorridos nos governos de Moisés Lupion (1947 – 1951) e Bento Munhoz (1951 – 1955), deveria ser parte das preocupações da Igreja, pois os fiéis precisavam sentir que a Igreja estava ao seu lado. Assim, segundo Chiquim (2005, p. 269-272), os bispos paranaenses decidiram se manifestar em apoio aos agricultores, principalmente os de origem migrante, que vieram ao Paraná atraídos pela busca de terras, mas se viram envolvidos em negócios escusos com as Companhias Colonizadoras, pois se viram sem a posse e sem o direito sob terra, buscando dar respostas à situação e mostrar que a Igreja estava ao lado dos agricultores prejudicados. Sendo sua porta-voz, realizaram nos dias 24 a 27 de junho de 1965 a Marcha dos Bispos pelo Oeste do Paraná, que foi uma cavalgada dos bispos pela região Oeste do Paraná, iniciando em Foz do Iguaçu, passando em Santa Terezinha, São Miguel, Medianeira, Céu Azul, Cascavel, terminando em Toledo. Mesmo que o trajeto não tenha sido percorrido em sua totalidade a cavalo, a Marcha cumpriu seu trajeto estabelecido.

Nesta perspectiva, o slogan do segundo bispado de Palmas tem na característica missionária seu maior predicado, adotando as medidas pós-concílio como chave e modelo do novo “ser” Igreja. Em uma de suas primeiras cartas pastorais, Dom Agostinho apresenta o que chama de “nova auto definição da Igreja”:

A Igreja sempre se sentiu missionária por uma necessidade vital e em obediência ao mandamento explícito do Cristo Ressuscitado, do qual é o “hoje” histórico e o “agora pascal”, preparando a humanidade toda para o “hoje eterno”. Sem dúvida, porém, que depois do Concílio houve um aprofundamento teológico nessa dimensão missionária, que tem o sabor duma autêntica autodefinição. Pois, a Igreja Peregrina é por natureza missionária. A atuação missionária continua e desdobra a missão do próprio Cristo. É na encarnação do Verbo Missionário do Pai e no Pentecostes, sua razão e causa de ser e se explicitar no tempo. (Sartori, 1974, p. 02)

Esse caráter missionário representa dentro da linguagem teológica a perpetuação da Igreja no mundo, consolidado na sucessão dos tempos históricos. Assim, na visão de Dom Agostinho, o amadurecimento histórico da Igreja proporcionou a ela a capacidade de autovisualização, dando-lhe compreensão e bases para essa nova forma de ser. Desta forma, o Concílio Vaticano II foi a expressão desse processo, permitindo uma reorganização

significativa da teoria e da prática da Igreja, a mudança “de uma Igreja que se considerava única, perene e infalível, para uma Igreja, que a partir da auto-observação e reflexão eclesial, se viu em processo histórico como peregrina, competitiva e missionária” (Sartori, 1974, p. 05).

Nesta visão, o trabalho missionário se tornou mais viável e amparado durante o segundo bispado. A região Sudoeste se encontrava mais estruturada, o que permitiu à diocese realizar um acompanhamento das atividades eclesiais e das realizadas pelos leigos de forma mais próxima. Para isso, houve a utilização dos canais de comunicação que chegaram à região em meados dos anos 70, como estradas adequadas, carros a serviço do clero, telefone, rádio, entre outros.

Esta ampliação das bases de comunicação aliada ao planejamento pastoral, dentro da realidade organizacional da sociedade sudoestina, foi a ação encontrada por Dom Agostinho para manter o fiel católico na direção diocesana. Assim, os planos pastorais visavam incorporar os leigos na estrutura da Igreja, tornando-os agentes religiosos que deveriam obrigatoriamente “deter certo domínio sobre um determinado conjunto de códigos internos ao campo religioso, construir círculos de discussão e evangelização comunitária” (Sartori, 1975, p. 07), investindo assim, no que o bispo chama de “formação de lideranças”. Aos padres, caberia classificar as vivências dos leigos e considerar se eram espiritualizadas a ponto de assumirem tal atividade, além de orientarem e acompanharem as atividades realizadas pelos leigos autorizados.

Essa inserção dos leigos como lideranças na Igreja se tornou possível a partir das modificações ocorridas com o Concílio Vaticano II, que no capítulo IV da *Gaudium et Spes*, tratou exclusivamente da ação dos leigos na Igreja. Neste, abrem-se novas perspectivas para a missão e participação, a partir do Batismo, que se deixa reger pelo sacerdócio de Cristo, assim, segundo Neves (1987), a partir do Batismo, é conferido a todos os fiéis a capacidade para as coisas sagradas e para o exercício da missão comum de todo o povo de Deus.

Ao acentuar a graça batismal e, com ela, “o princípio teológico dos elementos comuns entre clero e leigo: unidade, solidariedade, igualdade fundamental no âmbito da existência cristã” (Libânio, 2004, p. 114), e ao reconhecer a importância das realidades humanas e do mundo, o Vaticano II possibilitou a valorização da missão dos leigos na Igreja. Assim sendo,

A eclesiologia do Vaticano II quer ser uma reação radical contra essas eclesiologias que esquecem completamente a realidade humana e tratam os seres humanos como se fossem objetos nas mãos de um poder hierárquico quase divinizado. Os leigos são puros objetos, desumanizados porque diante do clero não têm nenhuma consistência. Por sua vez o clero habita num mundo aéreo-supra-humano do qual dirige os leigos para a salvação (Comblin, 2002, p. 26).

Assim, a concepção de Igreja passou a ver como povo de Deus não somente aqueles que foram consagrados pelo sacramento da ordem, os clérigos. Mas, também, todos os fiéis incorporados em Cristo Jesus, através da graça batismal, unem-se a este sacrifício na oferta de si mesmos e de todas as suas obras (cf. Rm 12,1-2).

Nesta perspectiva, o Concílio Vaticano II, a partir desta nova visão diante do povo de Deus, valorizou a participação dos leigos em níveis vitais da ação pastoral da Igreja, suscitando novas formas de participação a partir do surgimento de novos serviços e ministérios. Esta ação contribuiu para “a superação de uma concepção eclesiológica de povo como ‘sujeito passivo’, excluído de qualquer poder decisório na institucionalidade da Igreja” (Kehl, 1997, p. 109).

Segundo Forte (1993), as origens históricas dessa concepção eclesiológica remontam à época tardia de Constantino, quando os clérigos e monges se dedicavam às coisas espirituais em contraposição aos leigos comprometidos com as coisas do mundo. Assim, o Concílio volta à antiga distinção do sagrado e do profano, das duas ordens, uma que se dedica às coisas sagradas e outra que se dedica ao mundo.

A índole secular caracteriza especialmente os leigos. Pois os que receberam a ordem sacra, embora algumas vezes possam ocupar-se em assuntos seculares, exercendo até profissão secular, em razão de sua vocação particular, destinam-se principalmente e ex-professo ao sagrado ministério. E os religiosos, por seu estado dão brilhante e exímio testemunho de que não é possível transfigurar o mundo e oferecê-lo a Deus sem o espírito das bem-aventuranças. É, porém, específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no século, isto é, em todos e em cada um dos ofícios e trabalhos do mundo. Vivem nas condições ordinárias da vida familiar e social, pelas quais sua existência é como que tecida. (*Lumen Gentium*, 2000, p. 31b).

Essa incorporação do leigo na atuação da Igreja durante o segundo bispado, pelo menos até o final dos anos 1970, não se resumiu apenas em convidá-lo a participar e congregar, mas principalmente em se manter vigilantes às suas práticas religiosas, capitalizando-o cognitivamente para que pudessem enfrentar com serenidade cristã os “novos tempos”, ajudando-lhes no discernimento em suas escolhas, guiados pela luz católica.

Porém, a partir das mudanças na região nos anos 70, surgiram novas possibilidades de convivência e de escolhas religiosas. A Igreja que agia de forma hegemônica até então, perdeu seu terreno para as novas Igrejas que se instalaram na região, nomeadas por Dom Agostinho como “seitas”.

Nesse sentido, abordou-se duas medidas: a primeira foi o combate direto às seitas a partir de discursos e ações organizadas pela diocese, alertando ao católico e preparando os padres para essa contenda. Outra forma de resistência se deu a partir da centralidade atribuída à devoção mariana, exclusiva de nossa Igreja. (Sartori, 1975, p.

09)

Os discursos em relação às “seitas”, ou seja, as igrejas neopentecostais que foram se instalando no Sudoeste, além das práticas de religiosidade popular como benzedeiros e curandeiros, se norteavam basicamente em uma visão negativa, pautando-se na afirmação de que a transição de um fiel católico para uma das “seitas” não era racional, mas consequência de uma fragilidade espiritual e material na qual estava submetido – recurso já visto na justificação da necessidade de “civilizar” o caboclo. Desta forma, o aumento das “seitas” era resultado da pobreza, enganação e alienação. Esses argumentos estão presentes em vários escritos de Dom Agostinho, no qual destaca-se uma carta pastoral:

De todas as partes chegam notícias da violenta infiltração de seitas nas fileiras, que até agora podiam ser ditas inteiramente católicas. É verdade que o trabalho das referidas seitas se baseia, quase sempre, num engodo das populações de nível cultural mais precário, mas nem por isso, pode deixar de preocupar-nos. O nosso zelo apostólico deve encontrar uma forma tranquila, mas eficaz, de fazer frente a esta dificuldade. Bem sei que não nos é possível utilizar os mesmos métodos e processos por ele empregados, por serem, por si mesmos, rejeitáveis; mas cumpre que façamos alguma coisa por aqueles que são nossos, porque os batizamos, os crismamos e que, por nosso ministério, foram enxertados no Cristo (Sartori, 1975, p. 05)

Nesta postura do Bispo Diocesano, cabe destacar que para quem defendia o ecumenismo, há uma controvérsia ao chamar as demais denominações religiosas de “seitas”. Considerando que o ecumenismo foi criado pelo protestantismo, e a Igreja Católica aderiu ao discurso colocando-se como idealizadora, temos aqui dois pontos de cabíveis de críticas: a defesa de um ecumenismo quando lhe é favorável; e a postura condenatória e julgadora para com as demais denominações religiosas, se portando como superior.

Fica nítido o empenho em criar nos “outros”, a “ameaça” ao catolicismo. Assim, justificam-se os combates, no caso dos caboclos em tempos anteriores, pela incivilidade e fragilidade espiritual embasada sob a falta de formação sólida, tanto em nível intelectual quanto espiritual. O surgimento dessas discussões indica o aparecimento de um “mercado religioso” aberto e competitivo. Diante desta nova realidade, elaboram-se estratégias para manter os adeptos e recuperar as “ovelhas perdidas” através da proximidade da Igreja para com os fiéis, investindo cada vez mais na paroquialização e na presença de padres no cotidiano da comunidade, conforme afirma Baczko:

As situações conflituais entre poderes concorrentes estimulavam a invenção de novas técnicas de combate no domínio imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o

poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões (Baczko, 1985, p. 300).

O aumento de confissões religiosas e o êxodo rural na região Sudoeste eram vistas pela Igreja como ameaças concretas à sua hegemonia religiosa. Por isso, o principal campo de trabalho de Dom Agostinho a partir de 1980 vai ser as contradições oriundas dos desequilíbrios no campo, tratando o deslocamento populacional como uma ação violenta e traumática. Também se nota certa resistência na diocese em relação aos movimentos surgidos no interior da Igreja nos pós-concílio, principalmente a Renovação Carismática Católica e a Teologia da Libertação.

A Renovação Carismática Católica (RCC) surgiu em 1967, a partir dos estudos da obra “A Cruz e o Punhal” pelos professores e jovens estudantes da Universidade de Duquesne, nos Estados Unidos. Teve como precursor o Papa João XXIII, que compôs uma oração de louvor ao Espírito Santo como preparação espiritual da Igreja para os trabalhos do Concílio Vaticano II. Sua ideia central é espiritualizar os fiéis católicos a partir do desenvolvimento de seus respectivos “carismas/dons”. A RCC não acrescentou nada de novo à doutrina da Igreja Católica, mas ampliou o reforço doutrinário da Igreja e o leque de possibilidade no interior da mesma para o fiel construir novas experiências religiosas. Se fundamenta na tentativa de restaurar uma perspectiva de Igreja que tinha como referência a noção de comunidade primitiva, representada no Novo Testamento. Se assemelha às demais denominações pentecostais pela prática das orações conjuntas, batismo pelo Espírito Santo, experiências em transe e orações em línguas, e se opõem a estas em questões doutrinárias, como o culto aos santos e à Virgem Maria (Lima, 1987, p. 96)

Já o segundo movimento, a Teologia da Libertação, é:

[...] um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia da instituição Católica. (Lowy, 2000, p. 62)

Inicialmente repelida na Igreja diocesana, a RCC adquiriu espaço e passou a ser benquista a partir da metade da década de 1980, principalmente pela sua postura diante da composição dos rituais religiosos, como as romarias, pela forma de religiosidade proposta nos grupos de oração. Essa ressalva no início do movimento se dá pela sua proximidade com o pentecostalismo, conforme aponta o texto de Dom Agostinho no jornal *Informativo Diocesano*, em 1977:

O movimento pentecostal com o nome de “carismático” foi um dos muitos temas da IX Assembleia Geral da CNBB, realizada a pouco em Itaici. O assunto é problema ecumênico. Embora se chame “movimento carismático” ou de renovação do espírito

de oração (grupos de oração), ele sempre é um tipo de movimento pentecostal. Aqui se apresentam certos perigos em que o movimento pode incorrer: “carismania” análogo à ecumania. E então a pergunta: é divisor ou criativo esse movimento entusiasta? Essa pergunta torna patente que o movimento pentecostal boie com o campo da unidade da Igreja Universal e mesmo local de Palmas (Informativo Diocesano, 1977, p. 12).

Já os pressupostos da Teologia da Libertação prevaleceram sendo mencionados durante todo o episcopado de Dom Agostinho, que se envolveu em várias movimentações de ordem sociopolítica. Nesta realidade, as frações internas da Igreja e os próprios leigos se dividiam diante dos mais variados projetos de ação dentro da Igreja, o que abriu espaço para a disputa da hegemonia em torno dos fiéis.

Na década de 60, no seu processo de adaptar-se aos novos tempos, no *aggiornamento*, a Igreja se encontrou num caminho de mão dupla: de um lado fermentou as ações da esquerda e liderou uma importante mudança institucional que foi confirmada pelo Concílio Vaticano II e que significou importante passo na direção de uma elaboração teológica mais voltada para os problemas sociais, a Teologia da Libertação; de outro, tomou a trilha mais conservadora que veio a dar na Renovação Carismática (Pierutti; Prandi, 1997, p. 30).

A Diocese de Palmas lidou com os dois perfis, pois ambos cativaram grande parte dos católicos. A partir da postura e das falas de Dom Agostinho, fica nítido, inicialmente, sua opção pelos pobres, e alinhado em certa medida às bases da Teologia da Libertação. Seu acompanhamento direto e ativo quanto representante da instituição em relação aos modos de vida da sociedade, e a ação adotada diante da população mais pobre, com certa sensibilidade alinham-o a tal corrente. Mesmo no início dos anos 80, com a política de combate as correntes progressistas por parte do Vaticano, durante o papado de João Paulo II, houve um recrudescimento dessa posição por parte da Igreja diocesana. “[...] o perfil eclesiológico do papado de João Paulo II, cujo combate a qualquer flerte entre as doutrinas da Igreja e o comunismo proporcionou a construção de uma Igreja Católica comprometida com a pura espiritualização dos fiéis e manutenção de princípios conservadores” (Pierutti; Prandi, 1997, p. 30).

Essas tensões políticas no interior da Igreja moldaram de formas diferenciadas os movimentos internos da instituição. Nitidamente, a posição política assumida pela diocese em apoio aos movimentos sociais, auxiliando na existência destes – como veremos ao decorrer deste capítulo –, e na criação e manutenção de instituições sociais de auxílio aos necessitados, foi capaz de fazer emergir e definir tensões entre o clero da região.

Nesse sentido, ao longo de seu episcopado foi presente a preocupação com as questões

sociais dos excluídos e marginalizados da sociedade, para os quais criou pastorais e instituições responsáveis em atender e inseri-los na sociedade, firmando parcerias com líderes sindicais, empresas, políticos regionais e estaduais, instituições governamentais e privadas. Entre elas, destaca-se a EISPAL – Escola de Integração Social de Palmas, criada em 19 de setembro de 1974 após Dom Agostinho apresentar publicamente sua preocupação com o elevado número de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas na cidade de Palmas, sendo mantida pela diocese para atender crianças e adolescentes em situação de mendicância e vulnerável delinquência juvenil, pelos quais “me senti no dever de fazer algo, proporcionar a estes menores um futuro que propiciasse um maior crescimento integral, com dignidade humana, evitando a delinquência juvenil” (Sartori, 2008, p. 163).

Ainda em relação às políticas de cunho sociais, podemos destacar a criação do Lar dos Velhinhos Nossa Senhora das Graças, em 11 de março de 1973, na cidade de Palmas, idealizado e tendo suas estruturas doadas pelo casal palmense Sr. João José de Araújo e Dona Cristina Loyola de Araújo. Foi repassado aos cuidados da Diocese de Palmas, sendo mantido por ela e pelas doações recebidas da população em geral. Tem por finalidade: “dar abrigo, assistência e melhores condições de vida às pessoas idosas e carentes de recursos materiais” (Regulamento Lar dos Velhinhos, 1974, p. 02).

Essas questões sociais de preocupação com os excluídos e marginalizados estarão presentes em muitos dos textos de Dom Agostinho, onde ele repassa essa preocupação aos fiéis e pede ajuda para as instituições criadas e às pastorais envolvidas nestas problemáticas sociais, buscando sempre incentivar a igreja missionária tão defendida por ele, como forma de materialização da fé e de produção de “frutos”, ao ver a benfeitoria realizada para com o próximo, como este artigo de 1999:

O grito dos excluídos nasce do crescente processo de exclusão que atinge o mundo todo e, de forma contundente, o Brasil, como resultado histórico de sistemas políticos injustos, cujas raízes remontam à época de seu descobrimento, e que se agrava atualmente em vista do modelo neoliberal, implantado a partir de 1990, o qual reforça a estrutura de desigualdade na realidade brasileira, situação que chega a limites extremos com a globalização econômica e reduz uma grande parte da população à mais dolorosa e extrema situação de miséria. Assim, diante de uma sociedade cada vez mais sufocada por anseios materiais e, por isso mesmo, tanto mais afastada de Deus e do seu semelhante, mas, ainda, assim, à procura de ideais éticos, ansiosa por participação e cidadania e inclinada ao exercício da solidariedade, através dos tempos, firmou-se a Igreja na sua convicção maternal de que lhe cabe formar consciências voltadas para as questões sociais e convictas de que Cristo está presente na Igreja e no mundo através dos pobres (Até Que..., 1999, p. 01)

Conhecemos aqui, importantes características deste personagem dessa pesquisa. Isso nos

permitirá analisar com maior detalhamento, os discursos presentes nos impressos, pois já temos conhecimento de quais ideologias e visões de mundo, bem como suas prioridades sociais e eclesiais. É, esse homem, de posicionamento forte, que vai ver nos meios de comunicação, a possibilidade de influenciar o povo a ele confiado.

Como já questionamos anteriormente, a Igreja tanto apresenta os perigos das mídias, se apresentando como uma imprensa boa, benéfica e justa, que agora, após conhecermos as bases, vamos analisar a fundo se essa imprensa se mantém longe do que sua essência é. Ou seja, há a finalidade de influenciar, moldar e orientar os indivíduos, tanto quanto os demais veículos de comunicação?

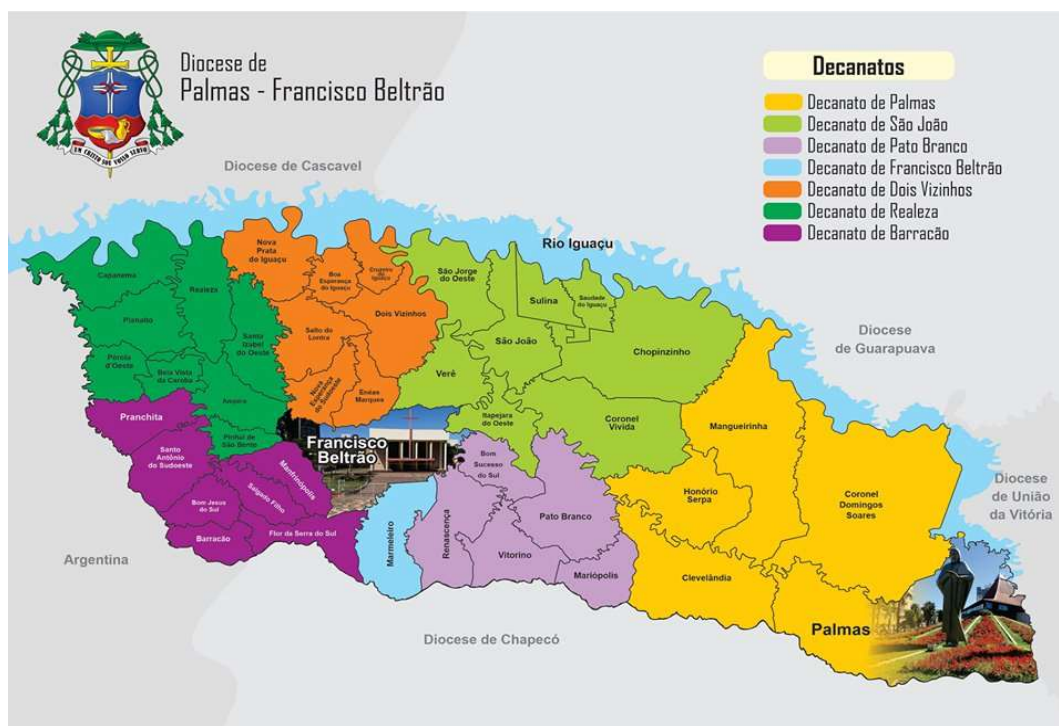
Bom, isso veremos no desenrolar deste trabalho. Por hora, conhecemos a mente por trás desta imprensa, refletindo sobre sua postura social e política, quanto administrador diocesano e figura pública regional.

2.2 As duas sedes Diocesanas: Palmas – Francisco Beltrão

Embasando-se no discurso diante da necessidade de melhor atender os fiéis que lhe foram confiados, Dom Agostinho anunciou em 1987 o desdobramento da sede administrativa da diocese de Palmas. Obviamente que esta ação foi movida por interesses políticos e sociais, afinal a parte administrativa da Igreja permaneceu e permanece até hoje em Palmas, enquanto a parte pastoral foi transferida para a cidade de Francisco Beltrão, havendo assim um deslocamento parcial do bispado para a região central do Sudoeste, mais próxima dos municípios atingidos pela problemática da terra e da fronteira com a Argentina.

Tendo a cidade situada no território da Diocese de Palmas, publicamente denominada de Francisco Beltrão, em razão de sua feliz localização, de seu aumento demográfico e ainda de seus crescentes recursos, com o correr dos anos, alcançando bom nível de desenvolvimento e, ainda agora, continua florescendo, pelo número crescente de fiéis, foi-nos solicitado que esta fosse elevada à dignidade e distinção de Concatedral, sendo aceito decreta-se que seja acrescido sempre à Igreja de Palmas o título e a denominação de Francisco Beltrão (Decreto de Criação da Concatedral Nossa Senhora da Glória, 1987, p. 02)

Ação Evangelizadora.



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas-Francisco Beltrão – PR.

A partir deste ato, a Diocese de Palmas, agora em situação única no Brasil, passou a ser denominada Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, tendo uma sede administrativa na cidade de Palmas e uma sede pastoral na cidade de Francisco Beltrão, ambas respondendo a um só bispado.

É claro que o Decreto da Santa Sé visa principalmente a maior centralização das atividades pastorais, pretende facilitar a tarefa evangelizadora da Igreja e permite que Palmas divida com Francisco Beltrão os trabalhos de coordenação pastoral. Sem perder em nada, a Sé de Palmas divide com Francisco Beltrão, que tem o privilégio de sua posição geográfica, que aponta como cidade polo e capaz de aglutinar ao seu redor uma grande e importante região, assim como a responsabilidade da coordenação pastoral da Igreja Particular do Sudoeste do Paraná (Até Que..., 1987, p. 02)

Neste contexto, observa-se o bispado sendo desdobrado sob outras redes de governança e referência, adotadas em função de outros processos que estavam marcando a configuração e organização sociopolítica da região. Entre as quais podemos destacar o surgimento de diversas igrejas protestantes, em sua maioria com base neopentecostal, que na ausência ou distância da Igreja Católica poderiam tornar-se agentes da alienação religiosa.

Havia, ainda, a questão do abandono do sacerdócio por vários padres, relacionada diretamente à distância do bispado, o que com o desdobramento diminuiria, já que o bispo poderia estar “nas duas pontas” do território diocesano, acompanhando de perto seu “rebanho”.

E, por fim, a necessidade da aproximação com os fiéis, com o objetivo de conscientizar o católico sob o seu papel no mundo, algo instituído no Concílio Vaticano II, assumido não somente pela Igreja Diocesana, mas por outras instituições que auxiliaram neste processo. Um exemplo é a ASSESSOAR – Associação de Assuntos, Orientação e Assistência Rural – formada por religiosos que, autonomamente ou em nome da diocese, atuavam junto aos colonos expropriados. A ala do clero vinculada à ASSESSOAR, desde a sua fundação, esteve comprometida com uma ação pastoral mais incisiva, com forte inspiração nas propostas progressistas surgidas pós-Concílio.

Essa criação da co-sede, certamente influenciou no futuro da Diocese e da região Sudoeste, pois havia rumores da possibilidade de Francisco Beltrão ou Pato Branco serem elevadas a Diocese, o que resultaria em uma divisão da então Diocese de Palmas. Essa possível ação, foi mencionada com cautela por Dom Agostinho em uma carta pastoral, onde afirma “o grande crescimento e a expansão populacional da região preocupam nossa Igreja Particular. Sua vasta extensão e seus problemas sociais trazem obstáculos a ação pastoral. [...] Estamos buscando soluções para que nossa Diocese permaneça unida e colhendo frutos de sua missão” (Carta Pastoral, 1980, p. 05).

Assim, acima de todos os motivos apresentados pela própria administração diocesana, anteriormente citados, talvez nesta Carta Pastoral esteja o maior deles: manter o poder regional da Igreja. Isso, porque uma ruptura na Diocese, diminuiria a influência de Dom Agostinho quanto figura política e religiosa, como também abalaria a Igreja Católica na região, que teria que se reorganizar.

O que nos remete novamente ao vínculo do campo religioso e do campo de poder, de Bourdieu, que discutimos anteriormente. Como aponta Bourdieu, a religião, em sua função ideológica, é entendida como “a prática e política de fazer absoluto o relativo e da legitimação do arbitrário” contribuindo assim à “imposição dissimulada de princípios de estruturação de percepção e de pensamento do mundo e, em particular, do mundo social” (Bourdieu, 2004, p. 45).

Desta forma, este campo religioso, manteve seu poder centralizado na pessoa de Dom Agostinho, ao conservar sua organização na Diocese de Palmas – Francisco Beltrão. Não tivemos acesso aos trâmites que permitiram essa nova estruturação, mas fica nítido que vai muito além do viés religioso, estando próximo do cunho político e social.

Essas questões político-sociais, ainda que pequenas, ajudaram a conceber a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão com esta realidade única e singular, e estas ações foram essenciais para as grandes movimentações de viés político e comunicativo realizadas por Dom Agostinho,

conforme veremos no decorrer deste capítulo.

2.3 A Comunicação Diocesana

Como percebemos ao longo deste trabalho, o campo da comunicação é uma área muito fecunda e essencial para a Igreja Católica, seja no Brasil, seja no mundo, como ferramenta de propagar suas ideias e doutrina, ou de expor seus eventos e acontecimentos, mas sempre se deve tomar cuidado com o que se é propagado pela Igreja e colocado sobre a Igreja.

É nessa perspectiva que Dom Agostinho, durante seu episcopado, criou e esteve à frente de mídias sociais pertencentes e mantidas pela Diocese de Palmas, que tinham por objetivo repassar aos fiéis as informações referentes aos acontecimentos da Diocese e de transmitir as ideias do Bispo diocesano em relação a temas relevantes de âmbito social e espiritual.

Nesse sentido de evangelizar e informar dos fiéis diocesanos, Dom Agostinho investiu na criação de cinco emissoras de rádio, que juntas abrangiam todo o território pertencente à Diocese. Todas eram dirigidas por padres diocesanos e tinham por missão “promover a difusão da informação, cultura e entretenimento, contribuindo decisivamente com o desenvolvimento de uma formação crítica, participativa e solidária” (Sartori, 2008, p. 226), nas quais Dom Agostinho fazia participação abordando temas sociais, culturais, políticos, religiosos e econômicos, através do programa *O Bispo Responde*, no qual os ouvintes enviavam perguntas e ele as respondia no ar.

O programa ia ao ar nas cinco emissoras, sendo elas: Rádio Club AM de Palmas-PR, criada em 1976; Rádio Horizonte FM também de Palmas, criada em 1992; Rádio Difusora América de Chopinzinho -PR, criada em 1992; e Rádio Onda Sul FM de Francisco Beltrão-PR, criada em 2000. Todas estas compõem a Rede Bom Jesus de Comunicação que as integra, transmitindo em comum os programas que envolviam o Bispo Diocesano, como *O Bispo Responde* e *Palavras do Bom Pastor*.

Em seus posicionamentos, Dom Agostinho, vai se mostrar que mesmo defensor e divulgador da doutrina católica, apresenta sem medo suas ideias diante das problemáticas apresentadas. Mas é nas mídias impressas que teremos mais clareza da postura do bispo.

Por isso, seu maior foco durante seu episcopado vai ser a criação, manutenção e organização de um jornal diocesano. Cabe lembrar, que mesmo com a expansão das mídias, nos anos de 1970, o jornal impresso ainda era o mais acessível à população em relação à custo, sendo um veículo com alta importância social e ampla difusão, porém o alto índice de analfabetismo era um obstáculo para seu acesso popular.

Jornal: Publicação cotidiana em que se expõem e comentam os últimos fatos, referentes à vida social e política, à administração pública, às ciências, artes, literatura, religião, esportes e outros aspectos da vida coletiva; por extensão, qualquer periódico, seja ou não diário, e independentemente do assunto a que se dedica (Porta, 1958, p. 46)

Esta é a definição de Jornal presente no Dicionário de Artes Gráficas, enquanto no Dicionário Aurélio, é definido como “periódico, geralmente de folhas soltas encasadas, na qual se publicam notícias, entrevistas, comentários, anúncios, informações úteis para o público” (Dicionário Aurélio, 2001, p. 58).

Entretanto, os jornais não se mantiveram da mesma forma ao longo do tempo, apresentando organização, matérias e características físicas e materiais diferenciadas. De Luca exemplifica utilizando o *Correio Braziliense*, que segundo ela,

Pode-se consultar as edições fac-símiles do *Correio Braziliense*, fundado pelo jornalista Hipólito José da Costa, que circulou mensalmente de julho de 1808 a dezembro de 1822. O jornal sempre foi impresso em Londres, o que o livrou do peso da rígida censura portuguesa. O leitor acostumado aos matutinos atuais, talvez se surpreenda com o formato, mais próximo de um livro, com o número de páginas, que podiam chegar a 150, com a extensão dos artigos, que se prolongavam por vários números, e com a divisão interna da matéria, que podia incluir as seguintes seções: política, comércio e artes; literatura e ciências; miscelânea e correspondência. Há mesmo dúvidas a respeito da melhor forma de caracterizar o *Correio*, não faltando aqueles que consideram mais apropriado denomina-lo de revista (Luca, 2005, p. 131).

Desta forma, para uma análise completa de um jornal sob ótica da historiografia, é de suma importância ir além das ideias apresentadas, considerando as informações presentes nas entrelinhas, bem como sua materialidade e os bastidores que acompanham sua produção, devendo examinar minuciosamente seu conteúdo e forma para compreendê-lo em seu todo. Nesta perspectiva, fizemos a caracterização do jornal *Até Que...*, buscando identificar mecanismos materiais que contribuíram na expansão dos jornais e no alcance do objetivo de seu produtor: o processo de formação da população sudoestina.

Para alcançar seus objetivos, através da formação dos leitores por meio do jornal, os produtores utilizam-se dos dispositivos materiais que o compõem. Assim sendo, é através da análise desta materialidade e do contexto de produção do impresso, que o historiador conseguirá identificar indícios importantes como as contradições, a harmonia, a teoria, a ideologia e postura presentes nos elementos e nos discursos que o constituem, estes, que passariam abatidos em um simples exame de conteúdo.

Diante da necessidade de orientar e conduzir os fiéis que lhe foram confiados, Dom

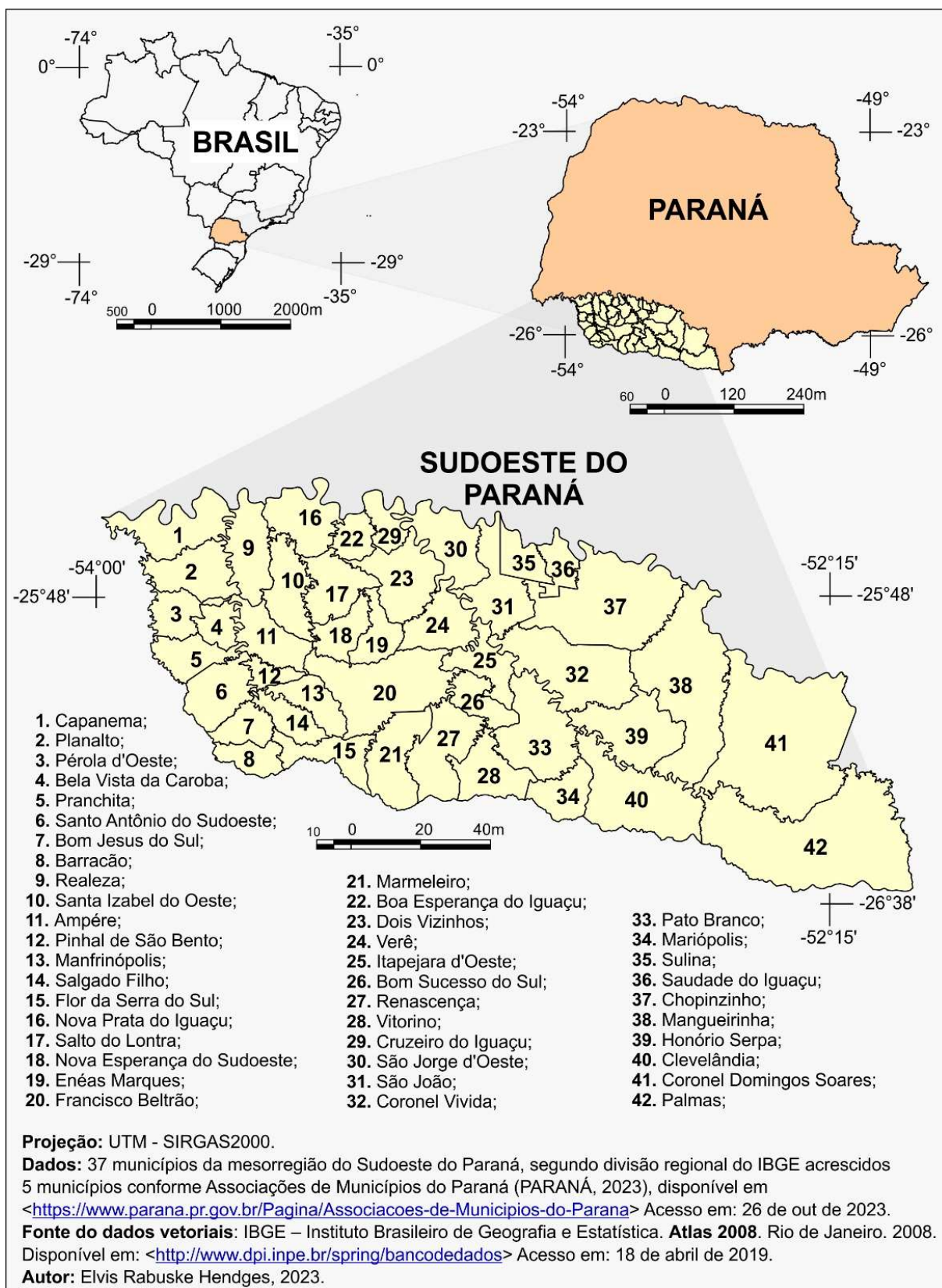
Agostinho José Sartori adotou estratégias de comunicação para conseguir se comunicar em todo o território pertencente a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão que abrangia 18.719km², buscando se manter próximo de todos os 63 sacerdotes espalhados pelas 34 paróquias e de meio milhão de habitantes.

Tendo, desde sua posse quanto Bispo Diocesano, o desejo de criar um impresso de grande difusão e que fosse além do cunho religioso, em 1975, funda-se o *Informativo Diocesano*, que vai ser o primeiro projeto, como um esboço, do que mais tarde seria *Até Que...* Esta primeira experiência de impresso, vai ser importante para que Dom Agostinho, trace os parâmetros necessários para que um jornal diocesano se estabeleça na região.

Este primeiro impresso, surge com a finalidade de ser um jornal composto da publicação de materiais que servissem de guia espiritual e político para os católicos diocesanos, com o objetivo de “integrar de forma rápida e eficiente a Sede da Diocese e as 34 paróquias, com 692 capelas, com os seus 18.725km² e seus 650.000 filhos que tem o direito de ouvir a voz de seu Pai e Pastor” (Informativo Diocesano, 1975, p. 01).

Cabe destacar, para uma melhor compreensão geográfica, a região Sudoeste do Paraná, conforme o mapa:

Mapa 3 – Localização da região Sudoeste do Paraná



Fonte: Elvis Rabuske Hendges, 2023.

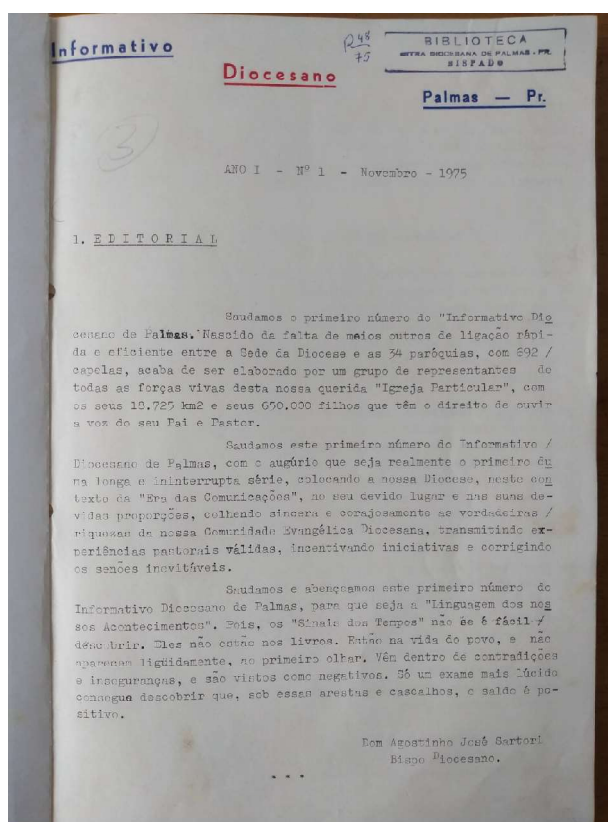
Esta que tem em toda a sua extensão uma única unificação institucionalizada da Igreja

Católica, a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, que abrange toda a região Sudoeste do Paraná.

Desde sua fundação, a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão buscou formas de se comunicar com seus fiéis, antes ainda da criação de seu primeiro impresso. Inicialmente, Dom Agostinho, manteve a utilização de cartas conforme feito por seu antecessor Dom Carlos Eduardo Sabóia de Mello, abordando assuntos de relevância no momento. “Era a forma de se comunicar, porque não havia telefone e nenhuma rádio. Então se comunicava através de cartas pastorais e cartas circulares. Havia uma ordem de que as cartas fossem lidas e comentadas em público” (Coletânea de Documentos Históricos alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo I, 2004, p. 257).

Podendo ser considerado uma ampliação dos canais de comunicação com as paróquias para além das Cartas Pastorais e Circulares, o *Informativo Diocesano* teve sua primeira edição publicada em outubro de 1975, em formato simples, composto de forma bem artesanal, sendo quatro páginas datilografadas à máquina de escrever na frente e no verso, grampeadas no canto.

Figura 5 – Capa no exemplar número 1 do Informativo Diocesano



Fonte: *Informativo Diocesano*, 1975, p. 01. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Em sua primeira página, na primeira edição, Dom Agostinho apresentou o impresso:

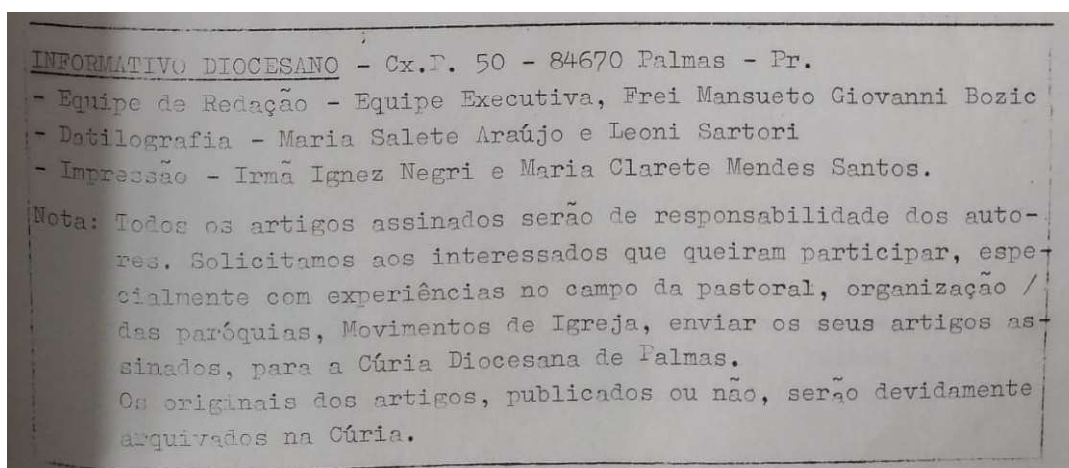
Saudamos e abençoamos este primeiro número do Informativo Diocesano de Palmas, para que seja “Linguagem dos nossos acontecimentos”, pois os “Sinais dos Tempos” não são fáceis de serem descobertos. Eles não estão nos livros. Estão na vida do povo, e não aparecem liquidamente, ao primeiro olhar. Vem dentro de contradições e inseguranças e são vistos como negativos. Só um exame mais lúcido consegue descobrir que, sob essas arestas e cascalhos, o saldo é positivo (Informativo Diocesano, 1975, p. 01)

Continuou afirmando que o impresso surgiu com o objetivo de ser:

[...] um elo de união entre nossas paróquias com a sede diocesana; elo de união dos sacerdotes entre si e com o povo; elo de união entre o pastor e suas ovelhas espalhadas na vastidão de nossos campos e cidades diocesanas. Este informativo levará a toda a Diocese as mensagens do Bispo, as notícias paroquiais, as notas da Cúria, e tudo mais que for necessário para a aplicação plena da Pastoral em nossa Diocese. O Informativo nasceu para a todos unir e a todos servir centrado no Cristo (Informativo Diocesano, 1975, p. 01).

No primeiro número do *Informativo Diocesano*, além da mensagem de abertura do Bispo Diocesano, apresentou-se informações a respeito do Setor Familiar, orientações litúrgicas, notas da Cúria Diocesana, agenda do Bispo e pequenas notícias da ação realizada pela Coordenação Diocesana de Ação Pastoral. Também, apresentou-se a equipe de redação por trás da composição do impresso.

Figura 6 – Equipe de redação do Informativo Diocesano



Fonte: *Informativo Diocesano*, 1975, p. 02. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

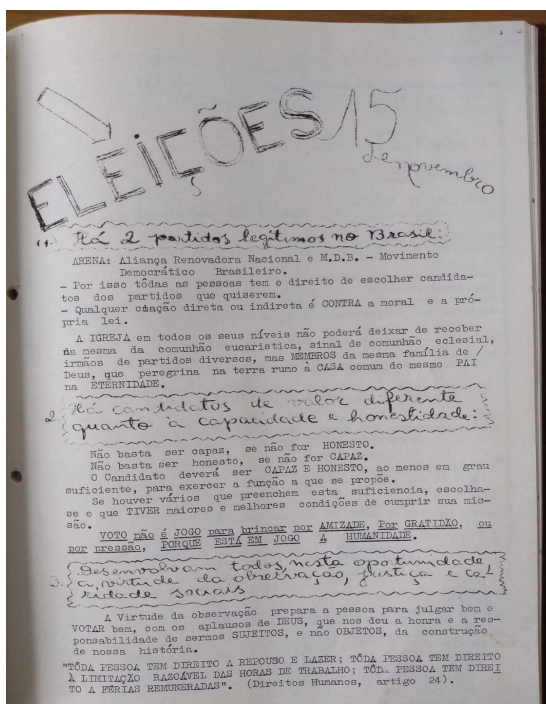
O impresso sofreu uma modificação em sua estrutura física no início de 1976, mantendo a sua forma artesanal, mas recebendo novas colunas, variando entre 14 a 20 páginas, mantendo

uma tiragem de 800 exemplares, com distribuição mensal em todas as paróquias e capelas diocesanas, sendo lá, acessado pelos fiéis, não havendo a necessidade de assinatura. A partir da edição de janeiro/fevereiro, o *Informativo* passa a ter a seguinte organização:

- Capa – Coluna temática do Bispo Diocesano
- Documentos da Santa Sé e da CNBB
- Notícias da Igreja no Brasil
- Atividades pastorais da Diocese
- Sugestões de livros católicos
- Biografia de uma paróquia da Diocese
- Agenda de atividades do Regional Sul II, em que a Diocese será representada por um enviado
- Agenda de atividades diocesanas
- Agenda de Dom Agostinho

Ao longo dos dois anos de circulação pelo território diocesano, o impresso trouxe em suas páginas assuntos variados, deixando de abordar apenas questões religiosas e espirituais, passando a apresentar temas políticos e sociais. Um exemplo é a edição de novembro de 1976, que já traz na capa uma reflexão de Dom Agostinho sobre as eleições.

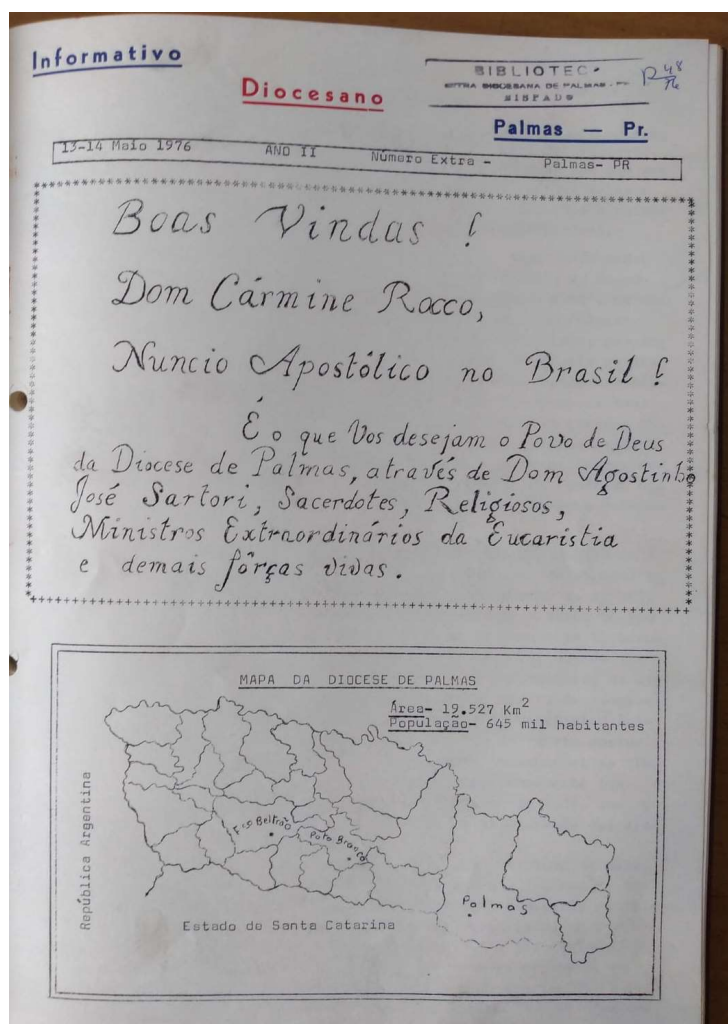
Figura 7 – Capa do Informativo Diocesano, diante do pleito eleitoral



Fonte: *Informativo Diocesano*, 1976, p. 01. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR.
(Foto tirada pela autora).

Ainda no ano de 1976, o *Informativo* passa a ter em suas páginas fotos e desenhos, compondo o material apresentado. Assim, mesmo com sua estrutura física permanecendo em caráter artesanal, há uma busca constante por inovação e ampliação das formas de abordagem e na organização interna do impresso. Um exemplo é a edição de maio de 1976, na qual destaca-se as ilustrações manuais que compõe a capa do exemplar, apresentando um mapa do território sudoestino, juntamente com um cartão de boas-vindas que comunica aos leitores a chegada do Núncio Apostólico, para a visita pastoral a Diocese.

Figura 8 – Capa do *Informativo Diocesano*, edição que inaugura o uso de desenhos



Fonte: *Informativo Diocesano*, 1976, p. 01. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR.
(Foto tirada pela autora).

Dom Agostinho dedicou a maior parte de seu tempo à escrita e composição deste

material, sendo produzido e propagado na medida que as condições permitiam. Porém, em 1977, o *Informativo Diocesano* teve publicado sua última edição, após alcançar a marca de 870 exemplares distribuídos mensalmente. A ideia de produzi-lo em maior alcance, visando transformá-lo em um grande projeto jornalístico, que era o sonho de Dom Agostinho precisou ser adiado, “por consequência das condições artesanais em que o periódico era produzido e por questões financeiras, já que não era cobrado assinaturas e os custos de produção eram totalmente arcados pela Diocese” (Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo I, 2004, p. 286).

Esta preocupação com os meios de comunicação por parte da Igreja Diocesana, veem de encontro a mesma preocupação da Igreja no Brasil, que via nestes veículos uma ferramenta a ser usada em seu favor, ao mesmo tempo que colocavam em risco sua hegemonia social.

O processo de censura, repressão e depois de desconfiança que a Igreja experimentou com relação aos meios de comunicação dava-se, justamente, por reconhecer potencial que eles detinham e por entender que esses veículos comunicacionais apresentariam uma pluralidade de interpretações sobre a maneira de compreender e viver em sociedade, o que afetaria a hegemonia da Igreja na produção de conhecimentos e verdade (Cava; Monteiro, 1991, p. 25).

Assim, Dom Agostinho foi adequando o impresso para atender as necessidades da Igreja, adotando estratégias que garantissem destaque ao seu discurso e suas opiniões na região Sudoeste.

Entretanto, nestes dois anos o impresso foi a base do que será o *Jornal Até Que...* posteriormente, pois em pouco tempo conseguiu deixar de ter conteúdos exclusivamente religiosos, abarcando temáticas de cunho político, social e econômico, que era o objetivo principal do Bispo Diocesano para os veículos de comunicação.

Essa primeira tentativa, manteve-se com finalidade religiosa, voltada a divulgação da Diocese e do Catolicismo, tendo poucas apresentações de outro tema. Pois, as abordagens se mantiveram em grande escala nas temáticas teológicas-espirituais, trazendo na maioria de suas páginas assuntos ligados a ação pastoral diocesana, como a agenda do bispo e eventos que aconteceram ou iriam acontecer no território diocesano, sendo o que o nome sugere, um informativo sobre a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão.

Mesmo que seu projeto de um jornal tenha sofrido um atraso com o fim do *Informativo Diocesano*, em 1975, a tentativa de ir além, abordando assuntos de cunho político, econômico e social, vão retornar no seu sucessor, o *Jornal Até Que...*, alguns anos depois, deixando nítido que era objetivo do bispo diocesano, quanto líder a frente dos impressos diocesanos, manter

essas temáticas na composição das edições.

Após o fim do primeiro impresso, buscando manter-se próximo dos fiéis, Dom Agostinho investiu na criação de cinco emissoras de rádio, que juntas abrangiam todo o território pertencente à Diocese. Todas eram dirigidas por padres diocesanos e tinham por missão “promover a difusão da informação, cultura e entretenimento, contribuindo decisivamente com o desenvolvimento de uma formação crítica, participativa e solidária” (Sartori, 2008, p. 226).

O primeiro que permitiu aos fiéis ouvintes participarem ao vivo fez muito sucesso nos anos em que esteve no ar, de 1976 a 2002, pois permitia a todos conhecerem o que o Bispo pensava diante de assuntos polêmicos, como aborto, eutanásia, doação de órgãos, homossexualidade, entre tantos outros que despertavam curiosidade e discussão. Já o segundo programa, tratava exclusivamente de assuntos pastorais e religiosos da Diocese. Porém, o uso das emissoras de rádio não será detalhado ao longo deste trabalho, pois estas não são o foco de nossa pesquisa.

Após essa pausa de oito anos sem a produção e circulação de impressos diocesanos, em 1985, se concretizou o projeto jornalístico tão sonhado pelo bispo diocesano, com a criação e publicação do jornal “*Até Que...*”, periódico que foi publicado até o ano 2013.

2.4 O Jornal “*Até Que...*”: os bastidores entre produção e distribuição

Em sua primeira edição, em junho de 1985. O jornal *Até Que...*, traz em sua capa uma explicação dada pelo bispo diocesano sobre o nome escolhido.

Chega em suas mãos o primeiro número de nosso jornal *Até Que...* Até o quê? Perguntarão vocês com toda a certeza. À primeira vista, parece um título estranho, sem significado, fora de propósito; porém, se o tomarmos no seu verdadeiro sentido, veremos que vem carregado de forte dinamismo interno. Disse o poeta: “Mais do que nunca é preciso cantar”, referindo-se aos negros tempos de repressão do país. Mas... cantar até quando? Pregava ele, até que venha a liberdade e a democracia. Nós cristãos esperamos muito mais que a democracia e, por isso, precisamos muito mais que cantar! Precisamos ver com os olhos bem abertos e agir na construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Mas... até quando? Até que Cristo venha! (*Até Que...*, 1985, p. 01)

Aqui se destaca o caráter pessoal do jornal para Dom Agostinho, afinal o impresso recebe o nome vinculado ao seu lema episcopal, sendo uma extensão do poder religioso do Bispo e seus ideais particulares para toda a sociedade regional. Esse novo periódico é, então, publicado em um novo formato, deixando para trás a técnica artesanal que compôs o seu

precedente. O *Até Que...*, era impresso na Editora Correio de Notícias, localizada na capital do estado, Curitiba – PR, em papel espesso e áspero, conhecido como papel-jornal ou papel de imprensa, em tamanho tablôide de 47cm x 31,5cm, em preto e branco, frente e verso, composto por 8 páginas divididas em editoriais, com periodicidade mensal.

Figura 9 – Capa da primeira edição do Jornal *Até Que...*



Fonte: *Até Que...*, 1985, p. 01. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

O jornal tinha como Diretor Presidente e Editor Chefe Dom Agostinho José Sartori, Jornalista responsável Frei Nelson Rabello, que atuava na diocese, e, Irmã Zelinda Caverzan como responsável da equipe de redação. A administração e organização era de responsabilidade da Cúria Diocesana, enquanto a sua distribuição, recebimento de correspondência e controle de assinaturas era da Coordenação Diocesana de Pastoral. Estes produziam o impresso em seu todo e depois encaminhavam via correio para a Editora Correio de Notícias, de Curitiba, para a diagramação e impressão, que enviava o periódico pronto para distribuição via correio. A assinatura do jornal era semestral, sendo feita de janeiro a junho e de julho a dezembro. Em seu primeiro ano, cada semestre custava Cr\$10.000. Esse valor auxiliava na manutenção e continuação do impresso.

Buscou-se manter a regularidade, por isso quem trabalhava na produção e na composição do material era eu mesmo. A maioria do trabalho era realizado por mim. A Coordenação de Pastoral diocesana assumiu o compromisso de popularizar, de levar a cada casa o jornal, com o objetivo de manter a correspondência ativa entre a

Diocese e o povo, tornando o *Até Que...* um forte e importante meio de comunicação da ação, da espiritualidade, da fé e dos princípios e valores da nossa Diocese (Sartori, 2008, p. 72).

A primeira edição traz ainda um apelo por apoio da população ao novo impresso, nomeado “*Até que enfim...*”, pois os custos para a produção e manutenção são altos, sendo necessário que haja uma adesão alta para não repetir os problemas que resultaram no fim do *Informativo Diocesano*, em 1977. O texto, sem assinatura de um autor, afirma:

Este jornal que “até que enfim está nascendo” encontra-se em sua fase experimental e precisa da colaboração de todos. Demorou muito para nascer porque é um meio de comunicação de toda a Diocese e toda a Diocese com ele deve sentir-se comprometida. Fácil e prático seria contratar uma equipe capacitada para a elaboração do jornal, porém assim ele não seria expressão da comunhão e participação de todos, sendo um elo de comunicação sobre assuntos atuais nos diversos campos: social, político, religioso, econômico e educacional... (Até Que..., 1985, p. 04)

Após essa justificativa do porque a equipe de redação é composta por religiosos e religiosas, não sendo pessoas do ramo jornalístico, o texto convida aos fiéis a enviarem sugestões de assuntos a serem abordados, bem como de materiais de eventos que aconteceram ou vão acontecer no território diocesano, para auxiliar na composição das edições. E finaliza afirmando:

O jornal, além de ser informativo é formativo, quer também ser fazer crescer em todos, a consciência de Igreja Particular e envolver lideranças neste importante instrumento de comunicação. Por isso, precisamos de pessoas dispostas a nos enviar reportagens acompanhadas de fotos, tanto de atividades paroquiais como de movimentos populares, que se enquadrem na construção de uma sociedade mais justa. Também procuramos patrocinadores, firmas que não comprometam a liberdade de expressão e a linha de reflexão do jornal. Sendo de todos, o jornal de todos precisa... Colabore! (Até Que..., 1985, p. 04)

Nos chama a atenção a forma como a busca por patrocinadores foi destacado ali, ao trazer à tona a questão dos bastidores de um meio de comunicação, que apresenta em suas linhas o discurso defendido por sua equipe editorial e pelas empresas que financiam o veículo. Ao longo de sua circulação, o jornal vai ter diversos patrocinadores, como livrarias, mecânicas, lojas de atacado e varejo, supermercados, empresas voltadas ao atendimento do produtor rural e agronegócio, entre outras. O único ponto em comum entre estes, são o fato de serem da região Sudoeste do Paraná, espalhadas por seus quatro cantos.

Obviamente, que no campo dos patrocínios, veremos a Livraria Diocesana Kyrius, a Univerdade Católica de Palmas e as emissoras de rádio diocesanas, afinal era um espaço de propaganda regional sem custo para estas.

Neste caso, fica claro que os interesses e o discurso apresentados no jornal serão os da Diocese, especificamente de seu administrador e também editor chefe, Dom Agostinho, considerando que tanto os membros da redação quanto os patrocinadores passaram por uma seleção, sendo escolhidos os que não apresentem riscos a linha adotada para o jornal e a seus objetivos.

O incentivo e a busca por novas assinaturas vai estar presentes em todas as edições, espalhados ao longo das páginas em boxes ilustrativos ou como chamadas em meio a um texto, pois o jornal precisa se estabelecer financeiramente e socialmente, para alcançar seus objetivos. Na edição de dezembro de 1985, destaca-se a chamada por renovação e aquisição de assinaturas para o próximo ano, apresentando valores e vantagens de adquirir exemplares.

Figura 10 – Chamada para renovação das assinaturas do *Até Que...*



Fonte: *Até Que...*, 1985, p. 07. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

O recado dado foi ouvido e o ano de 1986 começa com uma soma de 115 novos exemplares do *Até Que...* em circulação, tendo novos aumentos no decorrer do novo ano. As duas novas páginas anunciadas, como encarte, passam a fazer parte das edições, permanecendo somente no decorrer deste ano, sendo em tamanho menor 21cm x 15cm, contendo reflexões para grupos de família e/ou grupos de oração paroquiais, seguindo o tema discutido pela Igreja no mês em questão.

O jornal contava com um esquema editorial padrão, contando com a *Palavra do Bispo*, escrita por Dom Agostinho, na página 2, apresentando suas opiniões a respeito de questões políticas de âmbito nacional e internacional; a *Coluna do Pastor* e o *Bispo Responde*, que se intercalavam na página 5, onde os leitores enviavam perguntas e ele as respondia, sendo em algumas edições transcritas as perguntas respondidas no programa da rádio, que tinha o mesmo nome e finalidade, além de ter escritos de sua autoria nas demais páginas, geralmente

comentando algum assunto abordado por outro autor. Na página 2 também, sempre estava presente a apresentação da equipe de redação do jornal, o número de exemplares da edição e o endereço para envio de mensagens via correio, como por exemplos, para compor o espaço das *Cartinhas dos Fiéis*, box herdado do *Informativo Diocesano*, que se fez presente ao longo dos anos no *Até Que...*

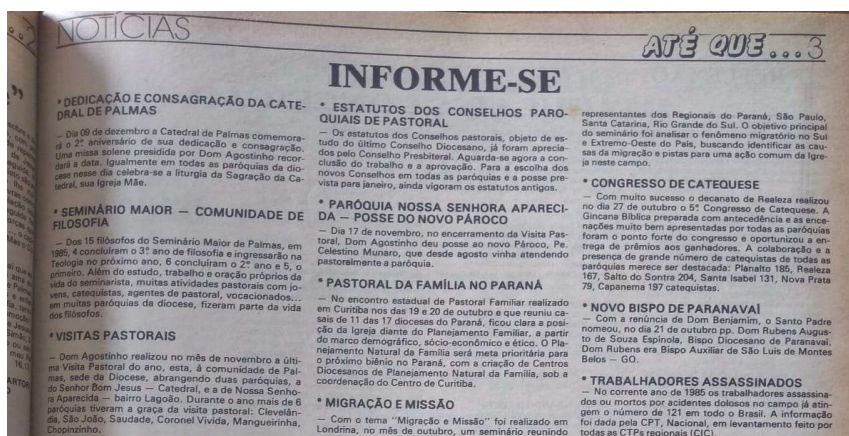
Figura 11 – Distribuição da coluna Palavra do Bispo na estrutura do jornal



Fonte: *Até Que...*, 1985, p. 02. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

A organização estrutural do impresso, apresentada nesses primeiros meses, se mantém por um tempo, não havendo grandes modificação em relação as colunas e a estrutura material. Além da *Palavra do Bispo* e da *Coluna do Pastor*, o jornal tem como espaços fixos o box *Informe-se*, organizado pela redação e presente sempre na terceira página, que traz em pequenos textos as notícias de relevância em relação a Santa Sé, a Igreja Católica, do Brasil e do mundo. O box aparece na primeira edição do jornal, em junho de 1985 e, permanece até dezembro de 1991.

Figura 12 – Box Informe-se na estrutura do jornal



Fonte: *Até Que...*, 1985, p. 03. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Outra sessão que tem vida longa no jornal é a assinada pelo religioso Irmão Cirilo Korbes, intitulada *Farmácia de Deus – plantas medicinais*, presente sempre na página 7, que apresentava em cada edição as propriedades medicinais de uma planta específica. Apresentado desde o primeiro número do impresso, a coluna permanece até 1996, sendo suspensa com o falecimento do religioso.

Figura 13 – Farmácia de Deus – plantas medicinais, por Ir. Cirilo Korbes

FARMÁCIA DE DEUS

Plantas Medicinais

Ass. Irmão Cirilo Kórbes

Comemoramos no dia 7 de abril o "Dia Mundial da Saúde"! Esta data é bem oportuna para todos questionarem sobre a nossa saúde, a saúde de nossa comunidade, a saúde dos sem terra, seja no campo ou na cidade. Não podemos ser cegos, guiando outros cegos. Há muita coisa por se questionar para desvendar as verdadeiras causas das doenças e a profilaxia tomada, até por interesses econômicos. Questionar a qualidade vital do nosso sangue e os elementos construtores: os alimentos, se eles nos prejudicam ou nos levam para um verdadeiro equilíbrio biológico.

"Hoje comprova-se que a maior parte das doenças, principalmente degenerativas são provocadas pela alimentação desequilibrada e degenerada". (Dr. Márcio Bon tempo, Relatório ORION).

LÍNGUA-DE-VACA – LABAÇA

A esta erva o povo costuma chamar ainda de erva-do-sangue devido a cor de sangue das nervuras centrais das folhas. Não confundir com tansagem, arnica, susuí ou bardana. Encontra-se comumente nos lugares úmidos; as primeiras folhas são largas e compridas e quando começa a florescer levanta-se do solo umas hastas com espigas floridas que depois de maduras tem a cor marrom-café.

Conhecida na medicina caseira como tônica, laxativa, depurativa, contra a obesidade, tosse seca, laringite crônica e reumatismo muscular. Especial remédio contra a tosse, catarro pulmonar, bronquites, gripe, usando o chá das folhas ou melhor as sementes torradas e do seu cozimento preparar um bom xarope. O cozimento das folhas serve para lavar feridas, úlceras e tumores. Se você está com dor de cabeça e quiser ter um sono tranquilo aplique umas folhas aquecidas sobre as têmporas.

Uma boa receita com a língua-de-vaca, mais a casca do fumeiro-bravo, folhas de guaviroba, casca de pinheiro americano, com o cozimento prepara-se uma boa xaropada contra a tosse.

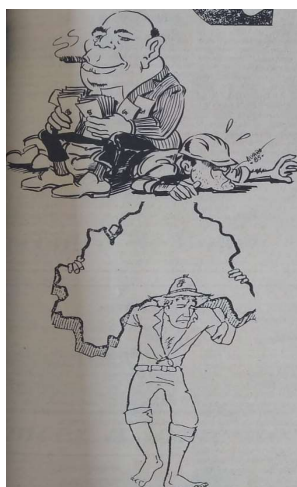
Contra asma: respire a fumaça das folhas secas sobre brasas. Esta planta tem uma indicação particular contra os efeitos da penicilina.

Fonte: *Até Que...*, 1986, p. 07. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Neste exemplo, as reflexões abordam a Constituição e a Constituinte, propondo aos fiéis uma participação ativa nesse processo importante ao país, embasando nas passagens bíblicas e nas diretrizes da Igreja. Os roteiros seguem destacando temáticas em alta no momento, como questões políticas nacionais, políticas públicas, questões agrárias, indígenas e problemáticas sociais, se diferenciando nas edições de fevereiro de cada ano, cujo foco é Campanha da Fraternidade do ano vigente, e, em alguns casos esporádicos, quando a Santa Sé determina uma temática de reflexão para toda a Igreja.

Entre 1985 e 1997 o jornal vai trazer em cada edição uma charge, sem assinatura de autoria, como uma reflexão política e social. Estas são alocadas na página 8, juntamente com a sessão de humor e avisos gerais diocesanos. A charge em um impresso remete a grandes jornais, que até hoje, utilizam deste tipo de ilustração para satirizar um acontecimento de repercussão social, política ou econômica. Por esta perspectiva, podemos considerar que essa presença nas edições do *Até Que...* tem uma finalidade precisa, que está relacionada ao projeto jornalístico de grande abrangência proposto pelo Bispo ao veículo diocesano.

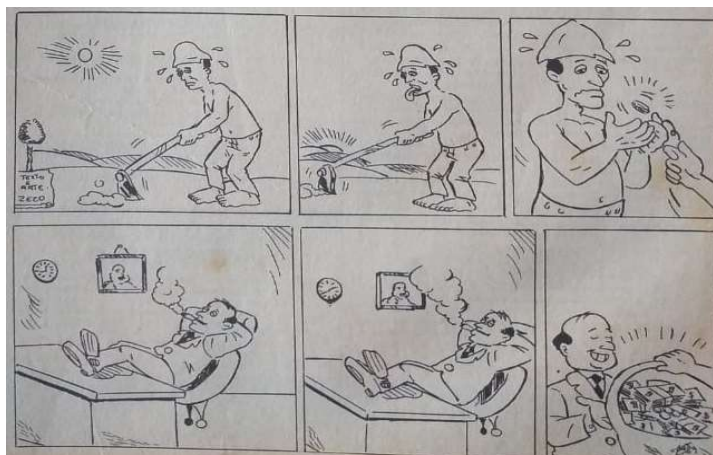
Figura 15 – Charge 1



Fonte: *Até Que...*, 1986, p. 08. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Nesta primeira *Charge*, temos uma crítica a exploração do trabalhador no Brasil, que tem péssimas condições de trabalho e um salário baixo, mantendo as grandes fortunas dos patrões. Enquanto a figura de baixo, nos apresenta o trabalhador que “carrega o Brasil nas costas”, sendo este um fardo pesado, com as condições de vida precárias na sociedade brasileira. Esta mesma crítica se fez presente em outras edições posteriores, como o caso abaixo:

Figura 16 – Charge 2



Fonte: *Até Que...*, 1989, p. 08. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Nesta edição de 1989, temos uma crítica a desvalorização do trabalhador rural, que ganha pouco pela produção, enquanto as empresas lucram sob o esforço do trabalhador. As questões agrárias são amplamente discutidas ao longo das edições do impresso, sendo esta *Charge* um exemplo ilustrativo da situação de muitos sudoestinos, que tinham na terra sua principal fonte de renda.

Figura 17 – Charge 3



Fonte: *Até Que...*, 1994, p. 08. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Outra temática abordada pelas *Charges*, era a política nacional. Neste exemplo, temos uma crítica ao grande número de partidos políticos no país, em ano de disputa presidencial, ao que o personagem fala: “Não espalha não, mas com tanta sigla pra decorar, nós, os analfabetos,

vamos acabar aprendendo a ler e escrever” (Até Que..., 1994, p. 08). Pois, a taxa de alfabetização brasileira era baixa, ao passo que havia inúmeras siglas de partidos, assim, os indivíduos que não sabiam ler nem o nome, precisavam identificar e reconhecer as letras dos partidos.

Destacamos estas charges presentes em edições selecionadas aleatoriamente para uma visualização de como eram apresentadas no impresso, mantendo-se por doze anos na composição do jornal, seguindo a mesma linha de abordagem política, econômica e social. Entretanto, não há fontes que digam se o autor era um artista local ou se eram retiradas de algum outro veículo de comunicação, pois em nenhum momento há referências sobre a origem e escolha das ilustrações.

Para compor o jornal de forma mais próxima dos leitores, a Coordenação de Pastoral busca relatar na sessão Notícias da Diocese as ações, eventos, necessidades e acontecimentos de cada paróquia diocesana. Para Dom Agostinho,

O jornal tem como um de suas finalidades publicar e revelar a simplicidade da vida da nossa Diocese e de seus fiéis, pois o jornal não é só meu, é nosso. É necessária uma unidade, uma reciprocidade entre nós e vocês, sendo viável a participação de todos, através da comunhão e da partilha generosa e fraterna de cada um conforme tem, tornando conhecido o esforço de todos que trabalham para que ele seja uma realidade. Pedimos que todas as paróquias, padres e pastorais colaborem enviando suas notícias. E esperamos que seja bem aceito, se fazendo presente em todas as casas, comunidades e grupos pastorais, sendo utilizado como fonte de informação, formação e reflexão com os irmãos, com a família e na comunidade, sendo um instrumento de crescimento espiritual, humano e social (Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo I, 2004, p. 368).

Em relação a organização editorial, o jornal mantinha as seguintes sessões em suas edições: o *Notícias da Diocese*, com os eventos, acontecimentos e ações pastorais diocesanas; o *Boletim da Igreja*, com notícias referentes a Santa Sé e ao Papa; o *Social*, com fotos e experiências enviadas pelas paróquias e fiéis; uma página com subsídios referentes a CNBB nacional e regional; diversas colunas de assuntos variados: religiosos, espirituais, litúrgicos, catequéticos, políticos, sociais, culturais e econômicos, escritas por padres, irmãs e leigos diocesanos; boxes com charges, humor, pequenas mensagens e informações sucintas sobre temas diversos; *Coluna Catequética*, voltada para apresentação das atividades e ações da Pastoral Catequética em âmbito de Diocese, bem como subsídios para encontros temáticos; na última página intercalava-se entre as edições atividades de passatempo como cruzadinhas, caça-palavras, etc.; e cronograma mensal das atividades diocesanas.

Havia, ainda, o editorial *Cartinhas dos Fiéis*, que apresentava feedbacks enviados pelos leitores, com suas opiniões sobre os temas abordados e a importância do impresso em seu

cotidiano.

De Planalto escreve Constantino Libardi, que saudando Dom Agostinho, congratula-se com a Comunidade pela apresentação do ABC das eleições que nos tem ajudado muito a compreender o que é a verdadeira política e que política não termina com as eleições, mais continua porque política é tudo que é feito para o bem do povo e para a total libertação do homem.

De Capanema escreve Nilvo Felipe que assim comunica: Reverendíssimo Bispo Dom Agostinho. Quem lhe escreve é o ministro iniciante da Capela de São Sebastião do município de Capanema. É a primeira que escrevo, quero agradecer o Informativo Diocesano, isto nos mostra melhor o caminho a seguir. Usamos o boletim nas reuniões de grupo, reunião do conselho pastoral e dirigentes de grupos.

Da Comunidade São Roque – Planalto – escreve as forças vivas que assim se expressam: Sr. Bispo Diocesano Dom Agostinho José Sartori, eu Geraldino Gelim e Osvaldo Ribeiro, como futuros ministros extraordinários da eucaristia da Comunidade São Roque em conjunto com a liderança da capela resolvemos escrever-lhe pedindo se fosse possível o sr. Vir em nossa comunidade para dar-nos o mandato, pois gostaríamos todos de conhecer-vos pessoalmente... sabemos que sois o bispo dos humildes, dos pobres e que luta pela libertação do povo. Toda a liderança da capela assina a cartinha (Até Que..., 1986, p. 07)

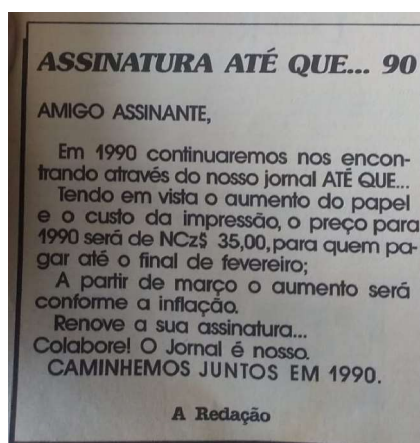
Essas “cartinhas” demonstram a simplicidade dos fiéis que se referenciava em Dom Agostinho, tendo assim, uma influência ideológica a partir de seus escritos e discursos. As cartinhas passam a fazer parte do impresso no início de 1986 e permanecem até 2012, sendo retiradas após o afastamento de Dom Agostinho.

Havia, ainda, os *Concursos Bíblicos*, que eram atividades de perguntas e respostas proposta nas edições sobre temas da Bíblia, as quais os fiéis enviavam as respostas por correio ao longo do mês e no final do ano havia premiação aos ganhadores, havendo uma tabela de pontuação do decorrer das doze edições do ano.

Ao longo do jornal *Até Que...* os temas são apresentados sempre de forma bem clara, enfocando diferentes temáticas, pois, para Dom Agostinho, o jornal tinha por objetivo “apresentar temas de forma clara, enfocando textos diretos e diversos que vão da abordagem religiosa às outras abordagens de interesse dos cidadãos diocesanos” (Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo I, 2004, p. 530). Cada edição se preocupava em formar seus leitores quanto a questões políticas, sociais, religiosas, econômicas e culturais, propondo textos para reflexão; e também se preocupava em informar, apresentando notícias, não só de âmbito diocesano, mas abordando temas de interesse nacional.

Em 1989, o jornal traz uma chamada em relação aos problemas financeiros na produção do impresso, anunciando o reajuste nos valores das assinaturas, que passam a acompanhar a taxa da inflação a partir de março, tendo o valor garantido para assinaturas até fevereiro.

Figura 18 – Chamada para renovação de assinaturas *Até Que...*



Fonte: *Até Que...*, 1989, p. 02. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Também em seu interior, apresenta uma relação de assinaturas do *Até Que...* feitas e retiradas nas paróquias, que totalizavam 4.365 exemplares, equivalente a 79% das 5.500 assinaturas totais do impresso neste período. Os números das assinaturas foram apresentados juntamente com uma relação do valor financeiro recebido pelos fiéis e repassado pelas paróquias a Diocese em prol das coletas da Campanha da Fraternidade e dos Lugares Santos.

Figura 19 – Relação de Assinaturas por paróquia

PARÓQUIA	Até que...	CF/89	Lugares Santos				
Ampère	50	30,00	30,00	Mariópolis	30	83,30	131,00
Barracão	60	60,00	80,00	Marmeleiro	50		
Bom Sucesso	50			Nova Prata do Iguatã	14	20,00	
Capitania	45	45,00	60,00	Palmas – Catedral	60	89,60	34,50
Chopinzinho	335	25,00		Palmas – Lagoão	20	19,35	7,77
Cristóvão	40	25,00		Pato Branco-Cristo Rei	50	52,35	41,60
Coronel Viana	75	58,00		Pato Branco-S. Pedro	20	190,00	88,00
Cruzeiro da Iguaçu	230			Pérola do Oeste	190	24,10	23,00
Dr. Antonio Furanhos	17			Planalto	32	40,00	
Dois Vizinhos-Im. Conceição	100			Pranchita	106		
Dois Vizinhos-Sto. Antônio	900			Realeza	35		
Edas Marques	100	70,00	30,00	Renascença	20	65,00	26,00
Fca. Beltrão-Cristo Rei	20	150,00		Salgado Filho	650	72,00	
Fca. Beltrão-Glória	110	157,35	138,79	Salto do Lontra	50		
Fca. Beltrão-São José	330	61,59	70,72	Santa Isabel do Oeste	26		
Ilupejara Do Oeste	40	27,50	27,50	Santo Antonio do Sudoeste	100		
Mangueirinha	25			São João	110		
				São Jorge do Oeste	75	45,00	80,00
				Sancti Spiritus	110		
				Verê	30	100,00	50,00
				Vitorino	40	58,65	2,65

Fonte: *Até Que...*, 1989, p. 07. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Nesta tabela apresentada, cabe ressaltar que a paróquia com maior número de assinaturas é a Santo Antônio de Pádua, de Dois Vizinhos, com 900 exemplares, seguida da Paróquia São Francisco de Assis, de Salgado Filho, com 650, o que surpreende, considerando serem paróquias pequenas em tamanho e número de fiéis, comparadas a outras, como por exemplo as duas sedes diocesanas. A Catedral Senhor Bom Jesus, de Palmas, com apenas 60 exemplares, e a Concatedral Nossa Senhora da Glória, de Francisco Beltrão, com 110, deixam uma questão no ar, pois as duas paróquias com ação direta de Dom Agostinho têm números

baixos de distribuição do jornal diocesano. Todavia, é necessário salientarmos que esse levantamento é em relação a exemplares vendidos e retirados pelos assinantes na secretaria paroquial, havendo os que recebem pelo correio em casa, porém para esta opção restam 1.135 assinantes, distribuídos ao longo de toda a Diocese.

“A influência da imprensa confessional é tanto maior na medida em que seus leitores são em geral fiéis, na maioria assinantes, e que o coeficiente de difusão é elevado” (Coutrot, 2003, p. 348). Nesta perspectiva, a instituição religiosa tem por meta, não uma imprensa restrita a assuntos exclusivamente espirituais, mas pretende fazer de seus meios de comunicação instrumentos de difusão de seus preceitos e ideologias.

Esses objetivos foram rapidamente alcançados, já que a Diocese não teve grandes dificuldades em difundir seus impressos, considerando que “o nascimento de uma publicação é sinal de estruturação de uma corrente de opinião” (Coutrot, 2003, p. 386). Dessa maneira, os jornais diocesanos tinham por escopo estruturar as modificações ocorridas dentro da institucionais e afirmar suas posições em relação a assuntos político-sociais, já que eram formas de controle social utilizadas pelo poder eclesiástico.

Para Lustosa, “os jornais foram instrumentos utilizados pelo poder eclesiástico para pregar a fé e os ‘bons’ costumes, para lutar contra aqueles que eram considerados seus adversários e para informar e formar seus leitores” (1983, p. 08), não só nos aspectos religiosos, mas políticos, sociais, econômicos e culturais, tendo grande influência em todos as formas de organização social no qual foi inserido.

[...] o jornal tem por missão manifestar os abusos dos depositários dos destinos das nações, é o jornal que ilumina, esclarece e dirige a opinião pública, enveredando-a para o bem e arredando-a do mal [...] o jornal o oficioso defensor dos direitos do fraco, do oprimido, do perseguido e da vítima, abatendo a protéria, o orgulho, a prepotência e o despotismo do forte, do opressor, do perseguidor e do algoz (Lustosa, 1983, p. 12).

É nesse sentido que percebemos a ação do Jornal *Até Que...* na região sudoestina, adotando essa postura de orientadora dos fiéis, com a função de instruir e educar de forma acessível, buscando atender a todos, desde os mais letrados até a massa.

No início dos anos 90, o jornal sofreu sua primeira mudança estrutural na capa, recebendo além da reflexão inicial, na maioria das vezes escrita por Dom Agostinho, as manchetes sobre os textos presentes no interior da edição, em uma coluna na lateral esquerda. Outra mudança é unificação das edições de janeiro e fevereiro, considerando que janeiro é o mês de férias do clero e do bispo, não há mais uma edição neste mês, sendo a primeira do ano, a partir de 1990, a edição de janeiro/fevereiro, que mantém a mesma estrutura, mas elenca as

principais notícias e acontecimentos dos dois meses.

Figura 20 – Nova estrutura da capa nos anos 90



Fonte: *Até Que...*, 1990, p. 01. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Outra modificação é o local de impressão do jornal. A partir de 1990, deixa de ser impresso na Editora Correio de Notícias, localizada na capital do estado, Curitiba – PR, e passa a ser em Lages, no estado de Santa Catarina, pela Gráfica do Jornal Correio Lageano. Nesse período ainda, o jornal tem sua primeira alteração na equipe editorial, em 1991, quando a Irmã Zelinda Caversan, responsável pela redação, foi transferida para trabalho pastoral na França. Seu substituto assumiu em julho de 1991, sendo Airton Carlos Battistella, formado em Filosofia e professor da Faculdade de Palmas.

Nova modificação na equipe ocorre em agosto de 1992, quando o recém nomeado responsável pela equipe de redação Airton Carlos Battistella deixa o jornal, assumindo em seu lugar a jornalista Dulce Máximo dos Santos, tendo como auxiliares Padre Adilson Davi Hwang, Dalva Colling e Ângela M. Azzilero. Também passa a compor a equipe editorial Félix Miglioranza, como responsável de editoração eletrônica.

2.4.1 Para o novo milênio, um novo Até Que...

Com o novo milênio, em 2000, o jornal sofreu algumas mudanças estruturais, tendo partes divididas em duas colunas, enquanto algumas páginas traziam texto corrido na página toda. Até este momento, seu cabeçalho de capa era composto por chamadas dos textos destaques ao lado esquerdo superior, enquanto ao direito vinda o nome do jornal, seguido do mês, ano e número da edição, com o lema “*Instrumento de integração a serviço da evangelização na Diocese de Palmas – Francisco Beltrão*” logo abaixo. Com a reformulação, as chamadas

passam a compor a coluna inferior esquerda, e o cabeçalho se restringe somente ao nome, lema, data e número da edição. Outra modificação que merece destaque é a transferência da diagramação, composição, arte final e fotolitos para responsabilidade do Jornal de Beltrão, de Francisco Beltrão – PR, enquanto a impressão passou a ser realizado em uma editora gráfica também de Francisco Beltrão – PR, a Grafisul.

Além do cabeçalho, pode-se notar que a capa também sofre modificações. Até 2000, a capa seguia o padrão de uma imagem destaque ao centro, a mensagem do Bispo compondo toda a página, sempre em referência ao tema destaque da edição, que podia ser de viés religioso como “Junho: mês do Sagrado Coração” (Edição Junho/1998) ou de viés político social como “Diretas já!” (Edição Outubro/1984). A partir do novo milênio, a capa foi se divide com imagens e chamadas com um breve resumo das matérias que compõe a edição, sendo a da esquerda as chamadas dos títulos que compunham o impresso e a direita uma notícia com foto de um evento importante diocesano ou da Igreja em nível regional, nacional ou de Santa Sé.

Figura 21 – Comparativo das capas do Jornal *Até Que...*



Fonte: *Até Que...*, 1998, p. 1. E *Até Que...*, 2000, p. 01- Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Em 2001, novas mudanças estruturais. A capa e a última página passam a ser impressas coloridas, além da expansão do tamanho do impresso, passando a conter 12 páginas em cada edição. A última página, por ser colorida, passa a ser composta de fotos, contendo acontecimentos e eventos diocesanos.

Figura 22 – Capa e última página da edição pré-mudanças



Fonte: *Até Que...*, 2001, p. 01 e 08. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Figura 23 – Capa e última página da edição pós-mudanças



Fonte: *Até Que...*, 2001, p. 01 e 12. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

As demais páginas permanecem divididas em editoriais, boxes, colunas e notícias, sem um esquema pré-definido, mas alterando de conforme a edição. Esta nova formatação permanece até sua última edição, em 2017.

O *Até Que...* quer ser um instrumento de informação e de formação sobre assuntos de nossa Diocese, da Santa Madre Igreja e da nossa sociedade. Nosso trabalho tem por objetivo proporcionar a integração das comunidades, das pastorais e dos fiéis, para que seja do conhecimento de todos tudo que se refere a nossa sociedade de fé, unindo todo esse vasto território em um só caminho, o de Cristo e de sua Igreja (Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo I, 2004, p. 539)

Ainda nesse período, o Jornalista responsável Frei Nelson Rabello deixa essa função, assumindo o Padre Adilson Davi Hwang e o jornalista Luiz C. Bittencourt. Essa mudança abriu espaço para novas transformações na estrutura e na composição do periódico. Ainda em 2001, entra no ar o primeiro site da Diocese, o *kurya.com.br*, que passa a ser composto por matérias publicadas no jornal, como os acontecimentos, fotos e divulgações de eventos, artigos, agenda diocesana, bem como a *Palavra do Bispo*. O nome com essa grafia *kurya*, ao invés de *cúria*, é uma estratégia pensada para se diferenciar dos demais sites de outras Dioceses, e ainda não precisar anexar o nome da Diocese no endereço do site.

Já nas primeiras edições do novo milênio, o jornal assumiu as características físicas de um verdadeiro jornal, como Dom Agostinho ansiava. “Sempre pensei em um impresso com a feição de jornal, com patrocínio. Esse novo layout o deixou bonito e bem apresentável” (Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo I, 2004, p. 335). Também é na primeira edição de 2000, que o *Até Que...* alcança o marco de 7.000 assinaturas.

Em 2002, a capa ganha uma nova estrutura, com fotos centralizadas e uma coluna com as manchetes, além de uma coloração mais viva e ampla. Também é nomeado um novo coordenador para a equipe editorial, Padre Élio Sofientini Albano assume a função do Frei Nelson Rabello, que se afasta por questões de saúde e idade avançada.

Figura 24 – Nova capa *Até Que...*



Fonte: *Até Que...*, 2002, p. 01. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

O jornal ao longo de toda a sua vida (1985 – 2013) permaneceu com periodicidade mensal, se mantendo fiel a proposta inicial de informar e formar os fiéis sudoestinos, conservando sua estrutura e editoriais, apenas substituindo alguns leigos e padres que produziam conteúdo, já que esses não eram responsáveis fixos por seus espaços, mas a cada edição o bispo definia quem escreveria sobre o tema a ser abordado.

A edição de junho de 2005 traz a manchete de comemoração pelos 35 anos de episcopado de Dom Agostinho na Diocese de Palmas – Francisco Beltrão. Na Coluna do Pastor ele aborda uma breve reflexão sobre o ministério sacerdotal e anuncia “uma excelente notícia para a Igreja de Palmas: a ordenação de quatro novos presbíteros a serviço da Diocese” (Até Que..., 2005, p. 01); porém, para finalizar, anuncia que fez o pedido de renúncia do episcopado junto a Santa Sé por problemas de saúde. Ainda nesta edição, é feita uma homenagem, recordando momentos do episcopado de Dom Agostinho, incluindo suas ações em relação a comunicação social.

Desde que assumiu a diocese dedicou-se sempre à evangelização e ao cuidado deste povo. Suas preocupações, somadas as suas ações, resultaram no crescimento e no reconhecimento desta diocese. Sua preocupação com a formação do clero resultou na construção e instalação do Seminário Menor, do Seminário Propedêutico e no Seminário e Instituto de Filosofia. [...] Sua preocupação com a parte social resultou na construção da Escola de Integração Social de Palmas – EISPAL e no Lar dos Velhinhos. Sua preocupação com os jovens resultou na criação do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS. [...] Voltado para a comunicação social e seus benefícios para a Igreja, criou o jornal Até Que... e as emissoras de rádios diocesanas. Por essas ações louvamos sua vida e desejamos a recompensa de Deus pelos trabalhos realizados nestes 35 anos de sua caminhada no sudoeste do Paraná (Até Que..., 2005, p. 05)

Após o aceite do Papa ao pedido de renúncia, dois meses depois, na edição agosto de 2005, o periódico dava as boas-vindas e anunciava o novo bispo de Palmas – Francisco Beltrão, Dom José Antônio Peruzzo, apresentando um breve histórico de sua vida pessoal e sacerdotal. “Todo o povo diocesano aguardava ansioso a nomeação do novo bispo. A Diocese de Palmas, juntamente com os fiéis, abre suas portas e seus corações para acolher o novo Pastor” (Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo IV, 2005, p. 702).

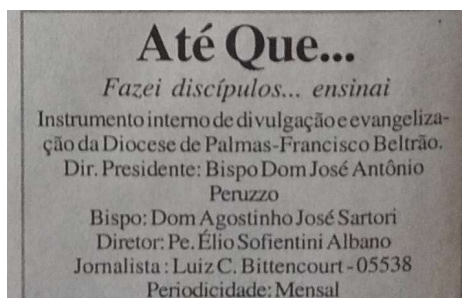
O Bispo Dom Agostinho José Sartori, no dia 24 de agosto, fez um pronunciamento, através de cadeia com 24 emissoras de rádio, área de abrangência da Diocese, para anunciar a nomeação do novo bispo da Diocese, Pe. José Antônio Peruzzo, nomeado pelo Papa Bento XVI. O Regional Sul II agradece, de coração, todo o empenho de Dom Agostinho Sartori, tantos anos a frente da diocese. Dom Agostinho foi o primeiro subsecretário do Regional Sul II, em 1965 (Até Que..., 2005, p. 02).

A posse de Dom José Antônio Peruzzo como Bispo Diocesano, em 09 de dezembro de 2005, é registrada e divulgada na edição de dezembro do mesmo ano, apresentando fotos da celebração de ordenação, realizada em Cascavel – PR no dia 08 de dezembro, e da posse na Catedral de Palmas no dia seguinte. Todos os acontecimentos desta transição foram divulgados nesta edição que trazia como manchete: “Dom Agostinho José Sartori, Bispo Emérito!” e “Dom José Antônio Peruzzo Bispo da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão” (Até Que..., 2005).

Sobre essa nova realidade, Dom Agostinho, relata: “Veio um bispo novo, cheio de energia, entusiasmado, então deixei aberto o campo para ele. Passei todo o trabalho pastoral e da Cúria, mas permaneci a frente do jornal e das rádios. O dei liberdade para que fizesse como considerasse oportuno na Diocese, mas não na produção do jornal” (Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo IV, 2005, p. 724).

Assim que assumiu o bispado, Dom José Antônio Peruzzo assume como Diretor Presidente do *Até Que...*, bem como a “Coluna do Pastor”, porém, Dom Agostinho, agora bispo emérito, permaneceu como Editor-Chefe.

Figura 25 – Equipe editorial



Fonte: *Até Que...*, 2002, p. 02. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Já na edição seguinte, de janeiro de 2006, a “Coluna do Pastor” passou a dividir a primeira página com uma nova coluna, a “Reflexões de Dom Agostinho”. É neste novo espaço que Dom Agostinho permaneceu escrevendo suas ideias e opiniões. Enquanto a “Coluna do Pastor” se resumiu a assuntos de cunho dogmático, teológico e cristão, a nova coluna ganhou liberdade para abordar questões sociais, políticas e culturais, de forma opinativa e bem pessoal, ao modo Dom Agostinho de escrever. Durante seu tempo enquanto bispo emérito, “dei atenção maior ao jornal, queria deixá-lo mais popular. Me preocupei e cuidei para que ele chegasse ao maior número de fiéis e me mantive a frente da escolha dos editoriais” (Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo V, 2006, p. 259).

Figura 26 – Nova divisão das colunas dos Bispos, pós-posses de Dom José



Fonte: *Até Que...*, 2005, p. 02. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

É válido ressaltar que Dom Agostinho permaneceu escrevendo colunas opinativas em algumas edições, que não seguiam uma regra estabelecida, podendo estar em páginas variadas e sobre os mais diversificados assuntos, sendo único padrão estar sempre próximo de um outro artigo que abordava a mesma temática.

A edição 247, de março de 2008, foi produzida especialmente em comemoração ao Jubileu de Ouro da Diocese, trazendo na capa fotos da celebração pelos 50 anos da Igreja particular de Palmas – Francisco Beltrão, realizada no dia 09 de março, no Ginásio Esportivo de Francisco Beltrão, com a manchete “Jubileu de Ouro da Diocese”. Na “Coluna do Pastor”, Dom José envia uma mensagem aos fiéis sobre essa data solene, destacando alguns eventos importantes ao longo da história da Diocese, finalizando com um agradecimento a todos os envolvidos na organização e os participantes da celebração festiva. Destacou também a presença de Dom Agostinho e a reação do povo ao recebe-lo, pois estava afastado das atividades há alguns meses devido sua saúde bastante debilitada.

Foi comovente a manifestação de afeto de nossa gente por Dom Agostinho. Sua chegada, num gesto de feliz surpresa, suscitou a ovação gratificada e eufórica de toda a assembleia. Sem dúvida aqueles minutos de aplauso foram a pronúncia jubilosa de um povo que se reconheceu amado por seu pastor. Ao longo de trinta e seis anos, continuando as sendas abertas por Dom Carlos, mas imprimindo traços novos, Dom Agostinho palmeou, com pés de evangelizador intrépido, todos os espaços deste sudoeste. Provavelmente é ele quem no sudoeste do Paraná melhor conhece nosso povo, nossas belezas e nossas peripécias. Seu desejo é o de recuperar a saúde para poder participar melhor desta grande família diocesana. É também o da Diocese

inteira (Até Que..., 2008, p. 02).

Já a coluna “Reflexões de Dom Agostinho” recordou desde sua chegada em fevereiro de 1970, até sua renúncia ao completar 75 anos de idade e 35 anos de episcopado.

Sou imensamente grato pelas gigantes dificuldades encontradas ao longo da missão a frente desta Diocese. As grandes distâncias, as estradas empoeiradas, a tamanho desta Diocese. Atravessá-la nos anos 70 era uma epopeia. As comunicações insipientes dificultavam ainda mais o acompanhamento das paróquias. O trabalho era em ritmo intenso, sem descanso, sem parar (Até Que..., 2008, p. 02).

Nas demais páginas que compunham a edição, consta a história desde a criação da prelazia, a relação de bispos com fotos e breve biografia, relação das paróquias diocesanas com foto, dados do território e população.

Na edição 256, de dezembro de 2008, a capa apresenta “A Voz escrita de Dom Agostinho”, um livro compilando os principais textos escritos por ele no periódico, bem como comentários em pergunta e respostas inéditos entre ele e o organizador, considerando que sua saúde não o permitia mais escrever, por consequências da doença de Parkinson. Dom José apresentou a obra em sua coluna:

Suas palavras ecoaram e ressoaram por mais de trinta e cinco anos nesta região. Foram preciosas e precisas. Ora eram eloquentes, ora consoladoras, ora críticas, ora proféticas. Sempre soaram, nunca faltaram. Hoje, para conservar a ressonância de tanta experiência, vemos nascer esta “Voz escrita de Dom Agostinho” (Até Que..., 2008, p. 02)

É nesta edição que Dom Agostinho encerra sua participação na produção do jornal, deixando uma mensagem de Natal e Boas Festas aos fiéis. Nas edições posteriores, o lugar de sua coluna é substituído pela reprodução de trechos presentes no livro.

A partir desta edição (janeiro/2009), estaremos veiculando artigos que retratam momentos vividos por Dom Agostinho, ao longo dos 35 anos de seu episcopado e publicados no livro “A Voz escrita de Dom Agostinho”, além de alguns artigos já publicados em edições anteriores do jornal (Até Que..., 2009, p. 02)

Desta forma, a coluna “Reflexões de Dom Agostinho” é retirada da página 2 e transferida para a página 5, sendo renomeada para “Voz escrita de Dom Agostinho”. O lugar deixado foi ocupado pela publicação de artigos temáticos escritos por padres referência da CNBB. Assim seguem as edições posteriores, que também na parte da produção técnica, o nome de Dom Agostinho é mencionado somente como Bispo Emérito diocesano, enquanto o cargo

de editor-chefe é retirado do impresso, pois não recebe novo responsável. Com sua saída, o periódico passa a ter um caráter exclusivamente religioso, sendo fonte de informação sobre acontecimento diocesanos, regionais e nacionais. Não há mais abordagens de temas políticos, sociais e econômicos, nem informações relevantes de acontecimentos em nível estadual ou nacional de cunho social. Nas edições do segundo semestre de 2009, pode-se notar a diminuição da tiragem de exemplares, caindo para 1.800.

Dom José escreve sobre essa transição nos bastidores do periódico:

Com a saúde cada vez mais fragilizada de Dom Agostinho, assumo também o *Até Que...* Confesso estar em território novo, com responsabilidades desconhecidas, mas com um caminho traçado a ser seguido, mantendo o objetivo de Dom Agostinho. Ele era quem fazia tudo, coordenava e sabia o que fazer e como fazer. Como não delegou e não preparou ninguém, assumo essa responsabilidade, que ao longo de seu episcopado ele trabalhou com todo zelo, amor e perfeição, tornando uma incumbência do bispo diocesano. É uma marca dele, com o rosto e a personalidade dele (*Até Que...*, 2009, p. 02).

Neste trecho, é importante destacar a crítica do novo bispo à Dom Agostinho, ao afirmar que não houve preocupação de seu antecessor em delegar ou/e preparar alguém para ficar à frente do impresso, se mantendo “sozinho” no comando, o que é ainda elogiado em sequência, numa tentativa de apaziguar os fiéis saudosos de Dom Agostinho sem se “queimar”, já que era recém-chegado à Diocese. Fica, assim, nítido que o novo bispo não via a comunicação social como uma prioridade de sua ação episcopal pastoral, como seu antecessor. Aos poucos, as funções foram sendo delegadas a leigos, como as emissoras de rádios, não tendo participação de Dom José nem na produção e organização, nem na programação. No jornal ele vai permanecer somente com a “Coluna do Pastor”, diminuindo o tamanho do texto, de meia página, para um breve espaço no canto esquerdo, além de deixar o cargo de Presidente Diretor, em 2010, passando a função para o Padre Adilson.

Na edição de outubro de 2010, e suas seguintes, não houve mais patrocínios divulgados nas páginas do periódico. A produção técnica também é retirada, assim como a tiragem de exemplares, o que não permite sabermos quem ocupou os cargos de produção do impresso a partir deste período, nem se houve aumento ou diminuição na quantidade de exemplares veiculados na região. Este espaço foi substituído pelo anúncio de assinatura, que tem o valor de R\$20,00 por ano se o assinante retirar na paróquia que pertence, ou R\$25,00/ano se o envio for pelo correio. Também houve mudanças na impressão, sendo agora somente a capa em colorido e as demais no preto e branco.

Outra modificação na estrutura do periódico aconteceu na primeira edição de 2011, onde

foram retiradas as manchetes na capa, sendo substituídas por uma imagem e o tema principal que seria abordado nos textos do periódico. Pois, cada edição passou a ter um tema principal teológico, sobre o qual o bispo e os padres escrevem e refletem em suas colunas nas primeiras páginas, e as demais ficaram para as notícias e eventos que aconteceram nas paróquias e na diocese ao longo do mês. Permanecem somente a página da “Coluna da Catequese” e a “Liturgia” como resquício da estrutura original.

Figura 27 – Nova estruturação da capa do periódico



Fonte: *Até Que...*, 2011, p. 01. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

A partir da edição de maio de 2012, na primeira página, ao lado da “Coluna do Pastor”, passou a dispor de um box com o boletim de saúde de Dom Agostinho, que se encontrava hospitalizado.

Dom Agostinho está com sua saúde cada vez mais fragilizada. Permanece internado, recebendo todos os cuidados possíveis. A diocese buscou prover um atendimento de enfermeiros 24 horas ao dia, bem como os garantir os melhores recursos indicados pela equipe médica. Continuemos rezando pelo nosso Pastor. Agradecemos as manifestações de preocupação, carinho e atenção dos fiéis diocesanos e das pessoas próximas. Que Deus, pela intercessão da Virgem Maria, dê a ele animo, graça e restituição da saúde, para que possa continuar testemunhando sua fé, seu zelo apostólico e seu amor por essa igreja particular (*Até Que...*, 2012, p. 02)

A edição 292, de junho de 2012, foi totalmente dedicada a Dom Agostinho com a manchete “Dom Agostinho chamado a casa do Pai”, em decorrência de seu falecimento em 06 de junho de 2012, no Hospital São Lucas, na cidade de Pato Branco, após ser diagnosticado com importante baixa do nível de consciência, devido a sequelas provenientes da doença de Alzheimer e Parkinson.

Figura 28 – Edição especial pelo falecimento de Dom Agostinho



Fonte: *Até Que...*, 2012, p. 01. – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

O *Até Que...*, ao longo de toda essa edição, focou em levar aos fiéis dados biográficos de Dom Agostinho, depoimentos de padres, bispos e amigos, a primeira e a última “Coluna do Pastor” escritas por ele, trechos do “A Voz escrita de Dom Agostinho”, transcrição de sua entrevista as emissoras de rádio, além de frases, mensagens e pensamentos ditos por ele ao longo de seu episcopado, além de muitas fotos de sua trajetória pessoal e episcopal. Foram 10 páginas dedicadas a homenagear o bispo emérito, sendo as duas últimas algumas notícias diocesanas e a agenda de Dom José.

Figura 29 – Edição em homenagem a Dom Agostinho



Fonte: Jornal *Até Que...*, edição de junho de 2012, p. 05 – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. (Foto tirada pela autora).

Em agosto de 2012, novas mudanças ocorreram no impresso. A produção e distribuição

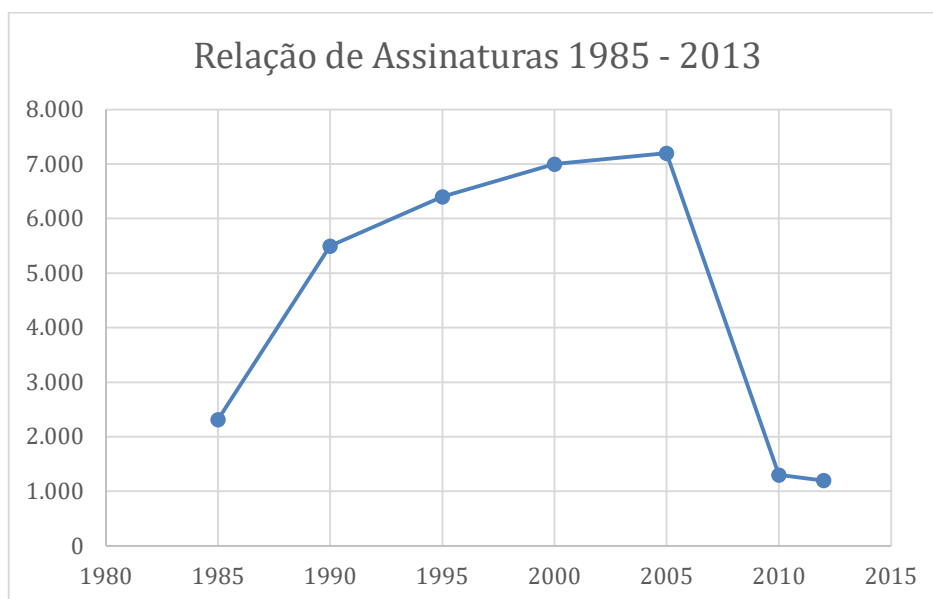
passou a ser bimestral. Aos poucos, o jornal foi perdendo suas características iniciais, se tornando apenas um subsídio de informação diocesana e material para a ação pastoral.

Em uma matéria no Jornal de Beltrão pelo primeiro ano de falecimento de Dom Agostinho, Padre Mário Venturini, que por muitos anos foi o braço direito do bispo na Diocese, afirmou: “Podemos dizer que o *Até Que...* não prosseguiu conforme seu projeto após o afastamento de Dom Agostinho, se perdendo por fim após sua morte. Ele insistiu, criou e multiplicou o jornal que em pouco tempo se desfez” (Jornal de Beltrão, 2013, p. 06).

Todavia, um ponto a se considerar, é que o jornal *Até Que...* trazia já no nome uma ligação ao seu criador: Dom Agostinho José Sartori, além de ser estruturado conforme sua visão pessoal. Sendo assim, o novo bispo, após o falecimento de seu antecessor, viu a oportunidade de criar o seu legado na comunicação, deixando que o jornal morresse com seu idealizador. Afinal, Dom Agostinho não abriu mão da mídia até o último momento, não transferindo suas funções para sem sucessor e nem para um membro do clero próximo, deixando nítido uma ação pessoal de controle desta área, agindo como popularmente se diz: “sem largar o osso”, considerando que este era sua pérola diocesana, pois realizou muitos de seus objetivos através deste impresso.

O gráfico abaixo nos mostra, com intervalo de 5 anos, a trajetória do jornal conforme o número de assinaturas desde o seu início até o seu fim.

Gráfico 1 – Relação de Assinaturas do Jornal *Até Que...*, de 1985 à 2013



Fonte: Jornal *Até Que...* – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão – PR. Feito pela autora.

Assim, podemos visualizar que após longos anos de trabalho em prol do crescimento e

expansão do jornal, em pouco tempo, como resultado da falta de comprometimento e de incentivos a continuação do trabalho até então realizado, bem como a falta de um líder com interesse e dedicação aos meios de comunicação, o declínio eminente o levou ao fim. Desta forma, em novembro de 2013, o *Até Que...* chega ao fim quanto jornal, tendo sua última edição publicada sem menção alguma ao longo de suas páginas sobre o término de sua produção.

2.4.2 Contribuições do *Até Que...* para o Sudoeste em 28 anos de circulação

Neste primeiro momento, para a caracterização do impresso diocesano, objeto desta pesquisa, faremos uso da abordagem quantitativa presente na metodologia da análise de conteúdo, com a definição de categorias de análise e contabilização dos dados, que serão interpretados e qualificados no próximo capítulo.

Assim, após uma ampla pesquisa no *corpus* documental em todas as edições que compõem o Jornal *Até que...*, durante o tempo de sua circulação 1985 à 2013, coube a necessidade de separar “o joio do trigo” ou seja, separar os textos pertinentes a esta pesquisa, que tratavam sobre política, economia, sociedade e espiritualidade, que traziam características do objetivo central dos impressos que era formar e informar os fiéis, dos textos que apenas apreciam esses termos, entretanto não discorriam sobre, ou ainda dos que não eram opiniões do bispo diocesano. Depois dessa seleção, realizamos o que Bardin (1979) chama de leitura flutuante.

Após essa leitura, passamos à fase de analisar as matérias e textos selecionados. A partir daí, realizou-se a construção dos eixos temáticos conforme o tema que unia e identificava as matérias dentro de um mesmo grupo, sendo a unidade em comum. Estes se dividem nas categorias, estipuladas conforme os temas de maior incidência nas matérias de um mesmo eixo. As categorias se dividem ainda em subcategorias, onde as matérias ficam com suas unidades homogêneas, para uma melhor análise, conforme a tabela:

Tabela 1 – Eixos temáticos e categorias

EIXOS TEMÁTICOS	CATEGORIA	SUBCATEGORIA
1- Política	1.1 Políticas públicas	1.1.1 Questões agrárias 1.1.2 Questões indígenas 1.1.3 Questões trabalhistas
	1.2 Política internacional	1.2.1 Relações internacionais 1.2.2 Conflitos 1.2.3 Direitos humanos

	1.3 Política nacional	1.3.1 Política interna 1.3.2 Eleições e constituinte
2 – Socioeconômica	2.1 Economia	2.1.1 Economia internacional 2.1.2 Economia nacional e regional
	2.2 Sociedade	2.2.1 Problemas sociais e educacionais 2.2.2 Meios de comunicação
3 – Teológico	3.1 Normativas Igreja Católica	3.1.1 Cúria Romana / Santa Sé 3.1.2 CNBB 3.1.3 Princípios teológicos 3.1.4 Ações da Igreja
	3.2 Diocese	3.2.1 Eventos e acontecimentos 3.2.2 Ação pastoral 3.2.3 Normativas diocesanas

Fonte: Jornal Até Que... – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR. Feito pela autora.

Após definidas as categorias, observou-se quantas vezes cada categoria é abordada nas edições do *Até Que...* Percebeu-se, que houve discussões de temas políticos, econômicos e sociais, juntamente com assuntos teológicos, de cunho espiritual e de interesses diocesanos, indo além de seu antecessor.

Destacamos aqui, que com o grande *corpus* documental, manteremos o foco de nossa pesquisa na análise dos eixos temáticos Político e Socioeconômico, considerando estes serem temas que fogem do cunho do jornal quanto de posse diocesana. Mas, trazemos para os dados quantitativos, categorias do eixo teológico a fins de visualização da composição do material, pois estes são temas de foco esperado de um jornal de cunho religioso, sendo uma oportunidade de pesquisa mais enfática em um futuro próximo.

Desta forma, percebe-se, que se buscou expandir os temas abordados, inserindo questões políticas, sociais e econômicas a partir da visão de um líder religioso. Mas por que esta escolha de temas? Por que não ficar somente com temas religiosos-espirituais? Qual o interesse em questões políticas, sociais e econômicas em um impresso de posse da Igreja? Bom, vale lembrar que o bispo diocesano é um administrador e um político, e, neste caso, Dom Agostinho tem sob seu báculo a região Sudoeste do Paraná.

É necessário ressaltarmos os dados quantitativos deste impresso, segundo objeto de

nossa pesquisa, que por 28 anos circulou em toda a região Sudoeste do Paraná, trazendo em suas páginas diversas temáticas de cunho político, social, religioso e econômico, buscando se estabelecer conforme os modelos dos grandes jornais em circulação no país, tanto em sua estrutura quanto em suas abordagens. Não chegou ao sucesso esperado, porém se destacou por ser o único jornal de alcance regional no Sudoeste do Paraná até os dias atuais, como também por ter sua origem na Diocese e na pessoa do Bispo Diocesano.

“Há um constante processo de produção de imaginários e de interpretações que transforma o jornalismo em um campo atravessado por combates e relações de poder” (Mendonça, 2010, p. 126). Isso nos faz refletir “o processo comunicacional menos como transmissão de informação e mais como embate ideológico e efeitos de sentido” (Mendonça, 2001, p. 13).

No decorrer desses 28 anos de jornal, todas as matérias apresentadas passavam por avaliação e aprovação de Dom Agostinho, que tinha como uma de suas prioridades o *Até Que...*, desde sua produção, composição, publicação e circulação. Não havia muitos colunistas fixos, alguns padres mantiveram por um período suas colunas, mas nada duradouro, como é o caso do Irmão Cirilo, já mencionado anteriormente, e do Padre Élio Sofientini Albano, que por 3 anos teve uma coluna intitulada *Defesa da Fé Católica*, que apresentava outras denominações religiosas, no intuito de orientar os fiéis para que combatessem as novas religiões e “seitas” que surgiam pela região.

Segundo Foucault, a leitura do discurso presente em uma mídia, é resultado de um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva. Entretanto, “só questionando nossa vontade de verdade, é possível suspender a soberania do significante e restituir ao discurso seu caráter de acontecimento” (Foucault, 2006, p. 50).

Esta noção de acontecimento é vista, pelo autor, como um dos princípios reguladores para a análise do discurso em pauta.

Se os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos, que estatuto convém dar a esta noção de acontecimento que foi tão raramente levada em consideração pelos filósofos? Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (Foucault, 2006, p. 57-58).

Nesse sentido, os acontecimentos tem por característica sua materialidade na ordem do discurso, bem como, quanto seguimentos descontínuos que rompem o instante. No dinamismo

constante de enunciados diversos que se complementam ou se excluem na busca de verdade e de saber, os discursos acontecem.

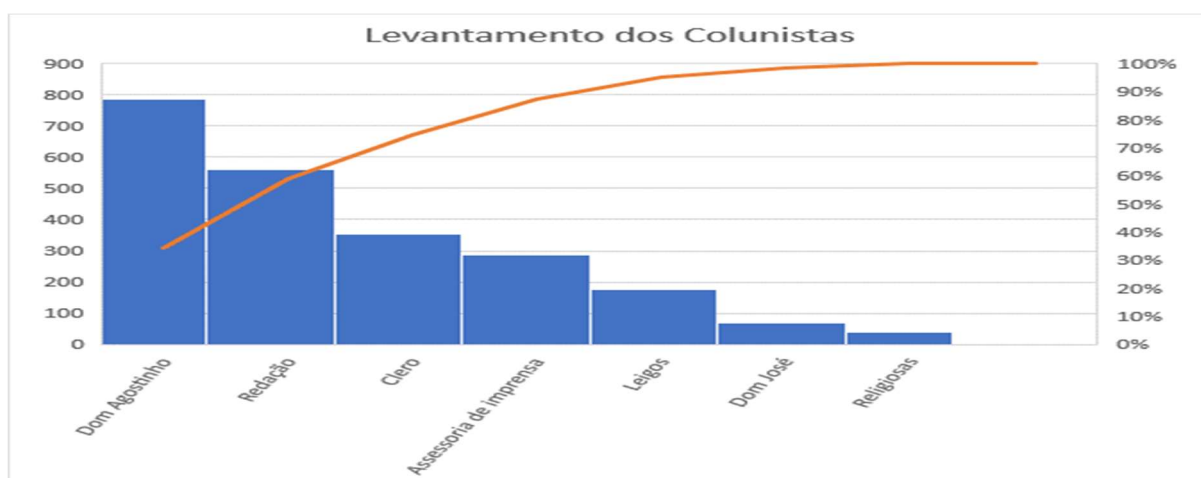
Nesta realidade, vale ressaltar o conceito dos enunciados segundo Foucault,

...[não há] enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências. (Foucault, 1986, p. 114)

Pois, o enunciado apresenta o sujeito que fala, transparecendo a postura adotada pelo discurso apresentado. Ao longo dos textos presentes nos impressos diocesanos, veremos os discursos, ideias e opiniões de Dom Agostinho, e das quais simpatizava, ao aprovar a publicação. Esse posicionamento é acessível a todos os sudoestinos, não sendo a religião um fator de restrição ao acesso do impresso. Mesmo, que “os sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença” (Foucault, 2006, p. 43).

Além dos membros do clero e dos bispos, o jornal contava com textos de autores convidados para as edições, como irmãs religiosas, profissionais da saúde, advogados, professores das Faculdades de Palmas, leigos que eram lideranças diocesanas de pastorais, entre outros, que dissertavam sobre temáticas que tinham domínio ou experiência. Abaixo organizamos um gráfico que demonstra quem eram os colunistas que assinaram as 2.299 matérias e colunas selecionadas que formam o *corpus* documental para esta pesquisa.

Gráfico 2 – Levantamento dos Colunistas do Jornal *Até Que...*, de 1985 à 2013



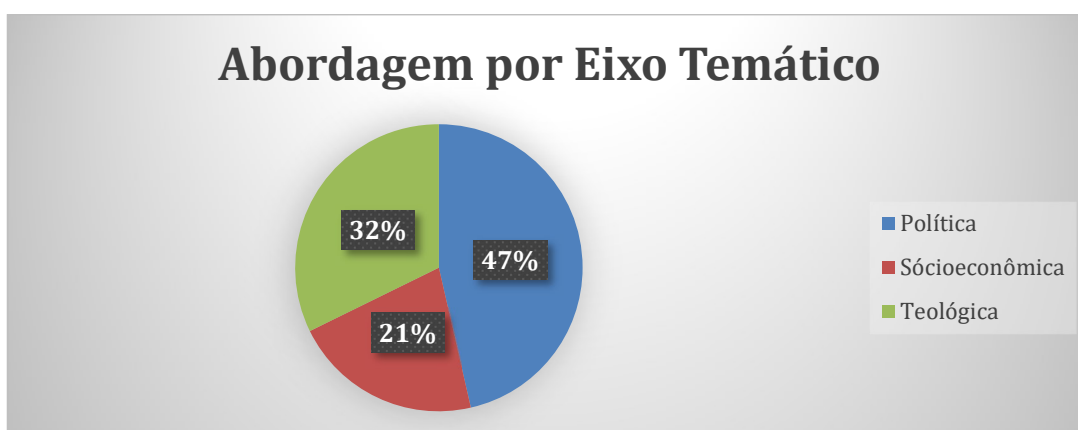
Fonte: Jornal *Até Que...* – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR. Feito pela autora.

É nítido o quanto Dom Agostinho estava à frente na produção de materiais para o impresso, estando presente em várias páginas de cada edição, abordando inúmeras temáticas, sendo responsável por quase 90% das colunas e matérias publicadas. Em seguida, temos a equipe de redação e a assessoria de imprensa diocesana, que se dedicavam a produção de materiais de orientação, transcrições de comunicados da Santa Sé e CNBB, divulgação de eventos que iriam acontecer ou que já tivessem ocorrido, além de comunicados da Cúria Diocesana. Os membros do clero, assinaram 35% das colunas publicadas, abordando quase exclusivamente temas religiosos e espirituais, se diferenciando apenas o Padre Leopoldo Melz e o Padre Natalício José Weschenfelder, que em algumas edições vão apresentar comentários sobre política, economia e sociedade.

As Irmãs Religiosas sempre estiveram presentes na composição do material, tendo colunas sobre assuntos religiosos, ações pastorais e orientação espiritual. Já os leigos, com quase 30% de participação, são profissionais das mais diversas áreas, lideranças diocesanas e agentes de pastoral, que recebiam convites para explanarem algum tema em específico, com o qual tinham experiência ou familiaridade, não tendo um vínculo com o jornal, pois são poucos os casos com mais de uma edição. Por fim, temos a pequena participação de Dom José, bispo diocesano a partir de 2006, que escreve apenas 71 colunas *Palavra do Bispo*, deixando claro seu pouco interesse com o impresso diocesano, se restringindo apenas ao que era específico de seu cargo, não se envolvendo em nada mais do periódico.

Para a análise do conteúdo do Jornal *Até Que...*, seguimos a partir dos eixos temáticos e categorias estabelecidas anteriormente, de viés político e socioeconômico, que nos fundamentam para o levantamento e análise quantitativa, que cria as estruturas necessárias para a análise qualitativa a ser realizada posteriormente. Assim, a abordagem por eixo temático nas edições do *Até Que...* se deu da seguinte forma:

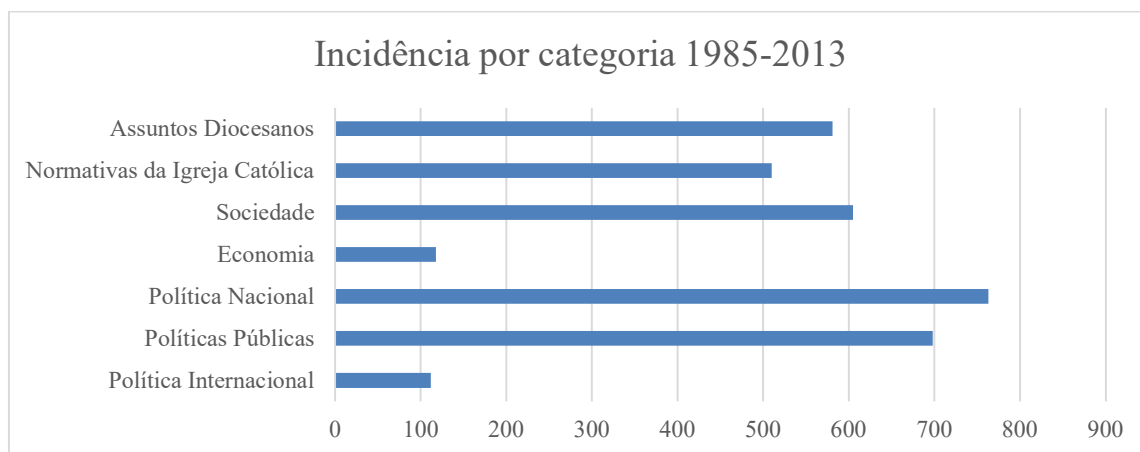
Gráfico 3 – Levantamento dos eixos temáticos conforme sua abordagem nas edições do *Até Que...* (1985-2013)



Fonte: Jornal Até Que... – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR. Feito pela autora.

O jornal mesmo sendo de posse e administração religiosa, se destaca por ter a maior abordagem política, tendo como segunda incidência a temática teológica/religiosa. Minuciando essa porcentagem, diluiu-se por categorias, para melhor visualizarmos essas abordagens.

Gráfico 4 – Levantamento das abordagens nas edições do *Até Que...* por categorias (1985-2013)



Fonte: Jornal Até Que... – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR. Feito pela autora.

Assim, podemos ter um olhar de caráter quantitativo das abordagens presentes no *Até Que...* durante toda a sua trajetória, separadas por categorias definidas conformes os eixos temáticos que compõem o material apresentado no jornal. De fato, as abordagens se mantiveram em grande escala nas categorias políticas, trazendo na maioria de suas páginas assuntos ligados política nacional, constituinte e eleições, sendo, ao longo do período de circulação, durante os tempos de grandes mudanças e discussões políticas (constituinte e de pleitos eleitorais), um influenciador a urgência destes debates na região. Desta forma, é visível que o *Até Que...* ia além do que se espera de um jornal de cunho religioso, mantendo-se no seu objetivo traçado por Dom Agostinho, de ser fonte de informação e formação aos fiéis da região Sudoeste do Paraná.

Nesse sentido, cabe retomarmos Foucault, em relação a proximidade entre o discurso e o enunciado com o acontecimento: “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma parte?” (Foucault, 1986, p. 31). Pois, é um acontecimento que cria acontecimentos. O enunciado, para ele, não é simplesmente uma estrutura linguística; e sua análise não deve ser reduzida a considerações sobre a língua e seus significados.

Nessa perspectiva de buscar analisar o acontecimento discursivo, Foucault orienta ser

necessário a observação em como o enunciado emerge.

Apesar de ser uma irrupção brutal, o acontecimento discursivo obedece a uma combinação de regras, que constituem o arquivo, e que determinam as condições de possibilidades de sua aparição. [...] A arqueologia foucaultiana opta por romper o fio da continuidade (tão cara aos historiadores tradicionais) e assume, deliberadamente, as brechas, descobrindo o descontínuo. A análise arqueológica busca o emaranhado de fatos discursivos anteriores a um acontecimento que, ao mesmo tempo, o explicam e o determinam (Gregolin, 2004, p. 76-77).

Como irrupções pontuais de acontecimentos, os discursos devem ser compreendidos a partir de suas condições de existência e singularidade. Assim, nesta teoria, um discurso é um conjunto de enunciados diferentes, dispersos no tempo, mas que se unem em uma característica específica. Num conjunto de enunciados que forma um discurso, pode haver interesses inconciliáveis, estratégias opostas e não simplesmente uma permanência de temas, imagens e opiniões no tempo. Diríamos que o discurso pode ser considerado como um todo coeso, mas não necessariamente concordante. Coeso porque, apesar das discordâncias, mantêm uma ordem, uma correlação, um espaço comum revelado nas posições simultâneas ou sucessivas.

Com isso, estamos diante do conceito de *formação discursiva*:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 1986, p. 42).

A formação discursiva determina regularidades, possui princípios de articulação dos enunciados, mas não é intemporal, e sim, mutável, sendo unidades delimitadas por fronteiras estabelecidas pelo pesquisador e especificadas histórica e ideologicamente; mas que se diferenciam dos tipos de discursos (administrativo, jornalístico, político etc.), pois estes são agrupamentos com fronteiras socialmente preestabelecidas.

Neste sentido, essa pesquisa visa analisar esses dois impressos indo além “do que o texto diz e mostra, mas sim em como e por que diz e mostra” (Verón, 2004, p. 210). Pois, os leitores de um jornal, em geral, compartilham a mesma visão social ou política do órgão jornalístico que consome e, por isso, não percebem como os sentidos são nele produzidos. O efeito do enunciado mediático de instituir verdades e naturalizar os sentidos é objeto das metodologias adotadas – Análise de Conteúdo e Análise de Discurso –, que tem por prática “interrogar, criticar e questionar a historicidade” (Mariani, 2007, p. 213).

Durante toda a sua trajetória, a partir das categorias desenvolvidas no início da análise

de conteúdo. Indo de temáticas teológicas-espirituais, apresentando reflexões sobre política nacional, políticas públicas, questões sobre a terra, economia, sociedade e cultura, o Jornal *Até Que...*, se manteve com grande alcance regional.

Com fim do jornal *Até Que...*, em novembro de 2013, a Diocese se dedicou a um novo meio de comunicação. Assim, em dezembro do mesmo ano, passa a investir em uma revista diocesana, sendo publicada mensalmente por temáticas, de cunho exclusivamente religiosos, distanciando de seu antecessor.

Todavia, é válido ressaltar que os dois periódicos tiveram sua importância na região, principalmente ao considerarmos seu alcance, pois são os impressos diocesanos que vão transitar por todos os 18.719Km² que compõem o Sudoeste paranaense.

Tabela 2 – Levantamento quantitativo da tiragem dos impressos conforme números apresentados na estrutura dos impressos

Impresso	Período de circulação	Maior número de tiragem	Menor número de tiragem
Informativo Diocesano	1975 – 1977	870	500
Até Que...	1985 – 2013	7.000	1.200

Fonte: Jornal Até Que... - Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR. Feito pela autora.

É visível a expansão do *Até Que...* em relação a seu antecessor, o que é resultado da grande ação realizada por Dom Agostinho para divulgação e ampliação do alcance do jornal em território diocesano. Mas é válido ressaltar que o primeiro periódico se manteve restrito as paróquias e capelas durante seu período de distribuição, enquanto os demais, além da distribuição dentro da instituição contava com assinantes que recebiam e o acessavam em casa. É importante considerar, que além do número de assinantes, o jornal *Até Que...*, tinha distribuição obrigatória em todas as 46 paróquias e capelas diocesanas. Entretanto, esses exemplares do jornal destinados as paróquias e capelas, não foram somados no total apresentado na tabela, por serem considerados como tiragem interna, não eram apresentados no número final presente na edição do periódico, que apresentava somente o número de tiragem por assinantes.

Desta forma, podemos compreender a forma como os impressos fizeram parte da construção do Sudoeste do Paraná, pois foram esses de cunho católico produzidos pela Diocese que circularam em todo o território regional, feito que nenhum outro periódico ao longo da história conseguiu. Estes impressos diocesanos tiveram sua trajetória marcada por mudanças e permanências, por isso são fontes e objetos desta pesquisa, quanto sujeitos da história, nos quais

buscaremos reconhecer os discursos políticos, sociais, teológicos e culturais presentes, analisando-os enquanto disseminadores de modos de comportamentos e pensamentos sociais determinados por Dom Agostinho através de suas linhas e entrelinhas. Pois, ambos os periódicos, tinham por finalidade instruir e orientar os fiéis/leitores nos mais diversos aspectos, sendo instrumentos de propagação de ideias e pensamentos do bispo.

3. O DISCURSO POLÍTICO NO *ATÉ QUE...*

A partir do que vimos até aqui, na construção desta tese, chegamos ao momento crucial desta pesquisa. Neste capítulo vamos analisar e compreender quais foram os discursos e ideias abordados no Jornal *Até Que...*, enquanto fontes de informação e formação para a população do Sudoeste do Paraná, no viés político.

Nesse sentido, elencaremos trechos sociodiscursivos sobre as categorias e subcategorias estabelecidas, ao mesmo tempo que buscamos entender como o jornal diocesano construiu e reproduziu essas abordagens. Para isso, nos basearemos, principalmente, na metodologia da Análise de Discurso, de Patrick Charaudeau, que considera o sentido implícito na mensagem verbal presente nas construções discursivas. Levando em consideração a influência interna, os discursos publicados e as ideias apresentadas pelo bispo diocesano Dom Agostinho e dos demais emissores que compõem o material, buscando reconhecer quais os discursos repassados para a população do Sudoeste do Paraná.

Assim, a descrição e análise das formações discursivas, visa identificar os interesses institucionais e políticos divergentes. Portanto, as construções argumentativas sociodiscursivas sobre temáticas do eixo político no jornal diocesano *Até Que...*, são construídas e reproduzidas por meio da organização discursiva textuais (narrativa, descritiva, argumentativa e enunciativa) associadas os princípios morais e éticos religiosos que influenciam diretamente a base ideológica do jornal e de seus enunciadores, que também exprimem significados.

3.1 Discursos Políticos

Após uma ampla pesquisa no corpus documental nas edições do Jornal diocesano *Até que...* (1985 – 2013), percebeu-se que a política era um tema recorrente, tanto em abrangência nacional quanto internacional. Como um dos nossos objetivos de pesquisa é a abordagem política feita pelo jornal diocesano e, principalmente pelo bispo Dom Agostinho José Sartori, coube a necessidade de identificar essa temática em todas as edições do impresso.

Em nosso levantamento, a partir das categorias traçadas, separamos 938 matérias, das 2.293 que compõe nosso *corpus*, com discursos pertinentes a esta pesquisa. Estas, tem por tema central questões políticas, que serão analisadas nesse primeiro momento.

Assim, este trabalho tem como base teórica-metodológica a Análise de Conteúdo, de Bardin, juntamente com a Análise de Discurso, de Charaudeau, que unem dados quantitativos e qualitativos para estabelecer seus resultados. Sendo assim, um discurso tem em sua essência

um conjunto de significados concebidos através das condições de construção desse ato de linguagem e do ato de sua transmissão. Nesse sentido, “o objeto do conhecimento é o do que fala a linguagem através do como fala a linguagem, um constituindo o outro (e não um após o outro)” (Charaudeau, 2010, p. 20).

Assim, o sentido de um discurso é traçado a partir da significação humana, considerando todos os fatores, desde sua produção, emissão e recepção. Sendo todo esse processo, objetos de análise das metodologias, pois são parte do discurso. Outro ponto, é a quantificação dos dados, já apresentados no capítulo anterior, que auxilia na interpretação dos dados coletados, deixando transparecer as temáticas que uniam e identificavam as matérias dentro de um mesmo grupo, sendo a unidade em comum. Estes se dividem nas categorias, estipuladas conforme os temas de maior incidência nas matérias de um mesmo eixo.

Para Charaudeau, essa ação é construtivista, por meio de qual, um mesmo objeto pode ter análises sob pontos variáveis, sendo traçados pela problematização. Pois, esse método permite uma análise empírica dedutiva, com propriedade qualitativa, “vai desde a observação dos fenômenos sociais, de acordo com alguns métodos de coleta de dados, até a descrição de um objeto construído em categorias interpretativas em função de um instrumento metodológico” (Charaudeau, 2013, p. 27).

Como já apresentado, esta pesquisa tem um corpus documental para análise composta por matérias presentes no jornal diocesano, sendo colunas e boxes assinados pelo bispo diocesano e outros líderes religiosos regionais, ordenados ou não. Estes, mesmo tendo a opção religiosa em comum, adeptos da Igreja Católica Apóstolica Romana, apresentam momentos de contraste em si e em relação a postura adotada pela instituição, mesmo que concordância predomine.

As condições, para nós, são estruturadas num “contrato de comunicação”, o qual preside a toda produção linguageira. Para descrevê-las, é necessário, reunir produções que, por hipótese, pertençam ao mesmo tipo de situação: a isso denominamos de “corpus de textos”. Este trabalho se faz ao mesmo tempo por um levantamento empírico (intuitivo) das constantes que permitem reunir estes textos (por exemplo, para a publicidade, destacam-se as constantes : produto, marca, slogan-promessa, assinatura de uma agência de publicidade, suporte de difusão), e por um levantamento também empírico das diferenças entre estes textos e os textos que se assemelham a eles mas não possuem todas as constantes levantadas anteriormente (por exemplo, textos de propaganda política). Estabelecem-se assim fronteiras que circunscrevem, de início, um (ou mais) corpus de textos relativamente homogêneo. Este tipo trabalho determina uma das condições que consideramos fundamental para a constituição de um corpus, e que é constitutiva do procedimento de análise : a condição de “contrastividade” (Charaudeau, 2005, p. 06).

Desta maneira, o processo de análise dos discursos presentes nos permitirão

compreender as influências da instituição para com seus membros, bem como a concordância ou discordância, mínima na maioria dos casos, em relação a diferentes temas abordados.

Sendo assim, partimos para a análise em si, da primeira categoria conforme a ordem de incidências. Apresentada no capítulo anterior, ela se organizou da seguinte forma:

Tabela 3 – Categorias do Eixo Temático Política

EIXOS TEMÁTICOS	CATEGORIA	SUBCATEGORIA
1- Política	1.1 Políticas públicas	1.1.1 Questões agrárias 1.1.2 Questões indígenas 1.1.3 Questões trabalhistas
	1.2 Política internacional	1.2.1 Relações internacionais 1.2.2 Conflitos 1.2.3 Direitos humanos
	1.3 Política nacional	1.3.1 Política interna 1.3.2 Eleições e constituinte

Fonte: Jornal Até Que... - Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR. Feito pela autora.

Após definidas as categorias, observou-se em quantas edições cada categoria é abordada ao longo das edições, se tem referência na capa do jornal, na coluna do bispo, nas matérias e nas mensagens em boxes presentes de forma avulsa pelas páginas do impresso. Percebeu-se que houve uma significativa ocorrência dos temas políticos abordados na coluna assinada pelo bispo. Também se notou que as mensagens presentes pelas páginas, dentro de boxes, faziam referência a pontos específicos visando uma conscientização sobre um ponto central, como por exemplo, voto, conflitos em andamentos ou questões de legais, como veremos a frente. Assim, a distribuição se deu da seguinte forma:

Tabela 4 – Levantamento quantitativo das categorias em sua apresentação na estrutura do jornal

Categoria	Coluna do Bispo	Boxes	Matérias	Capa
Políticas Públicas	58	61	40	11
Política Internacional	32	39	15	2
Política Nacional	262	247	161	10

Fonte: Jornal Até Que... – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão/PR. Feito pela autora.

Novamente, concluímos que Dom Agostinho assinou a seção mais recorrente em abordagem política. Desse modo se tem uma noção quantitativa das abordagens políticas a partir das categorias traçadas, em relação ao corpo do impresso ao longo de suas edições. De

fato, as abordagens eram bem amplas, indo de questões nacionais a política internacional, bem distribuídas nas edições ao longo do ano, mantendo frequência temporal, conforme os acontecimentos. Isso mostra que uma apresentação sobre o cenário político nacional e internacional se fez mais presente em um impresso de posse religiosa, do que matérias focadas em espiritualidade, devoções e assuntos teológicos, focando assim em conhecimento político-econômico e sua transmissão a partir das diretivas religiosas e particulares do bispo diocesano e de sua Igreja particular.

Desta forma, percebe-se, o quanto se questionou e apresentou questões políticas de âmbito nacional e internacional a partir da visão de um líder religioso. Mas por que esta escolha de temas? Por que não temas religiosos-espirituais? Qual o interesse em questões políticas internas e externas? Bom, vale lembrar que o bispo diocesano é um administrador e um político, e, neste caso, Dom Agostinho tem sob seu báculo a região Sudoeste do Paraná. Nota-se o alto índice que as questões políticas internas e externas representam nas edições mensais do jornal religioso, indo de temas como economia até soberania nacional e terrorismo, com caráter formativo de construção de opinião, como veremos mais detalhadamente a seguir.

3.1.1 Políticas Públicas: A questão agrária

O bispado de Dom Agostinho, desde o início, foi marcado por embates que envolviam estruturas internas da Igreja, local e nacional, por consequências das tensões políticas que se faziam presentes no Brasil. A ruptura de uma parte da Igreja, a partir dos anos 1970, incluindo a diocese de Palmas – Francisco Beltrão, com o Estado a partir do golpe de 1964, por causa das denúncias das torturas por membros do clero e as demandas exigidas no pós-Concílio Vaticano II, permitiram que alguns religiosos assumissem uma postura mais crítica, articulada às causas dos movimentos sociais. Segundo Sader (1988), isso proporcionou o apoio de um grande número de bispos e agentes do clero aos movimentos sociais urbanos e rurais, resultando, posteriormente, numa força política e mobilizadora dentro da Igreja, permitindo que outras pessoas adotassem a causa, como leigos e instituições vinculadas.

Entretanto, no Sudoeste, grande parte do clero e da população em geral não adotou tais posições. Até hoje é perceptível a resistência diante de determinadas questões políticas, sobretudo as de viés progressistas. Isso resultou numa manutenção das alas mais conservadoras e moderadas da Igreja pelo clero e católicos, que mais tarde se identificariam e popularizariam o movimento da Renovação Carismática Católica. Essas movimentações se deram ao mesmo

tempo em que se havia um processo de grande tensão no campo, ocasionando a saída de parte da população deste ambiente. Os que permaneceram se encontraram com a organização dos colonos, com um viés mais progressista fundamentado nos movimentos sociais. Aos que saíram, adotaram uma postura menos sensível à causa, não necessariamente reprovando-a.

Todavia, essa postura adotada por Dom Agostinho apresenta sua clareza diante das dificuldades e da complexidade sociológica na qual a região Sudoeste havia sido concebida, pois segundo ele, a colonização “fez-se de qualquer maneira e qualquer preço” (Sartori, 1974, p. 02). Isto foi resultado da atração dos colonos diante de um “elemento invejável”: “Chamados pela miragem de terras férteis, mas infelizmente, marcadas por interesses escusos que levaram à assim chamada ‘revolução do Sudoeste’. As companhias colonizadoras parecem que não tinham outra preocupação a não ser a de locupletarem-se” (Sartori, 1974, p. 03).

Segue afirmando que essas ações resultaram em uma região mal planejada, sem infraestrutura adequada, municípios pequenos e mal distribuídos, sem organização estrutural. Entretanto, cabe lembrar, que por ser região de fronteira, a industrialização era controlada, em alguns casos até vetada, pelo Estado.

[...] umas perto demais, outras distantes demais, mal localizadas e sem planejamento e previsão para o seu desenvolvimento. Por outro lado, municípios de recursos limitados, não permitem que se implante em seu âmbito a infraestrutura necessária. Assim, também, uma região na qual não existe nenhum programa que vise a industrialização, e calcada exclusivamente na pequena propriedade agrícola, está sujeita às vicissitudes da fácil migração ou do empobrecimento ou então da corrida para a cidade que, por sua vez, não conta com mercado de trabalho e daí estamos a um passo da marginalização. Desta situação, sob o ponto de vista pastoral, surge a quase inevitável caminhada para uma religiosidade e consequentes práticas religiosas que levam, quase sempre, a uma alienação (Sartori, 1974, p. 04).

Pois, a ocupação da região Sudoeste foi consolidada ao final dos anos 1950, período em que o número de migrantes oriundos do sul do país ultrapassou o número da população de origem paranaense, cuja maioria ainda era de caboclos. Esse fluxo migratório proporcionou o adensamento das vilas, das populações e da Igreja Católica.

Com as primeiras mobilizações da Igreja, surgem variadas reivindicações diante da problemática da posse da terra, não se limitando mais somente ao trabalhador rural, mas também diante das questões indígena e quilombola. “Não há que esquecer que os conflitos sociais, que atravessam a sociedade, também dividem a Igreja, e aí refratam seu espectro ideológico. Esta é uma instituição inserida na vida social e sujeita às pressões de interesses contraditórios” (Souza, 2004, p. 81).

Assim, neste contexto, para aqueles que optaram pela luta, a Igreja diocesana se

apresentou como uma fonte de apoio e alento, auxiliando na organização e resistência, articulados aos movimentos sociais que surgiam ao longo do estado e do país, embasados neste “direito divino” sob a terra. Afinal, o Sudoeste do Paraná tem sua história marcada à luta pela terra. Ao final da década de 50, houve uma série de conflitos relativos à apropriação das terras devolutas existentes na região, entre os quais se destaca a Revolta dos Posseiros de 1957, que consistiu na organização dos expropriados contra os interesses das companhias colonizadoras que exploravam economicamente a região.

Posteriormente, o Movimento dos Sem Terra no Sudoeste – MST do Paraná – teve sua oportunidade de lutar contra a desigualdade no campo. Segundo Battisti (2006), este se constituiu como forma de organização dos agricultores que não se encaixavam no método moderno de produção que tinha uma intenção seletiva e beneficiava somente os poderosos.

Diante desta problemática, obviamente que o *Até Que...*, não ficaria alheio. Logo em sua segunda edição, defende a necessidade da reforma agrária na região e no Brasil. O que mais fica evidente ao ler a notícia é um embate com os críticos em relação aos assentados da região de Palmas, que recebiam apoio e recursos da própria Diocese.

A terra não foi dada por Deus a uns poucos espertos. É dom para toda a humanidade. O direito de propriedade nem sempre é tão sagrado como parece. Ao contrário do que gostam de afirmar os inimigos da Reforma Agrária, o direito de propriedade privada, como exercício de fao, muitíssimas vezes contraria completamente o plano do Senhor. E o direito de propriedade certamente deixa de ser sagrado quando, como acontece em nosso País (infelizmente não apenas no nosso as “propriedade”, foram construídas à custa de muitos expedientes imorais. Muitos dos que hoje apelam para a justiça na defesa de suas propriedades, não tiveram a justiça como norteadora de suas vidas quando se tratou de fazê-las e ampliá-las. Por isso, invocam a justiça legal, mas têm justificado horror à justiça evangélica anunciada pela Igreja (Até Que..., 1985, p. 05)

Nesse trecho assinado por Dom Agostinho apresenta claramente o discurso político ligado ao discurso religioso, pois ao defender a reforma agrária quanto necessária a sociedade brasileira, a base apresentada está vinculada ao Sagrado, unindo o modo racional e afetivo do contrato de comunicação, indo de encontro ao discutido por Charaudeau. Isso, porque ao alegar que todos têm o direito a propriedade, esta é negada pela imoralidade dos indivíduos, que não compreendem as diretrizes de Deus e, conseqüentemente, da Igreja.

Numa segunda edição onde o tema é abordado, se apresenta uma notícia sobre os acampamentos presentes na região Sudoeste. Neste, temos uma narrativa de reconstituição, em que o emissor, sendo neste caso um padre diocesano, está na posição de testemunha esclarecida. Ao iniciar o texto, o narrador (ou sujeito narrante) se liga por um contrato de comunicação ao narratário (ou destinatário da narrativa).

A luta pela terra no Sudoeste do Paraná, concentra em acampamento, até o momento, aproximadamente 3.000 famílias. Em um único dia aconteceram três novos acampamentos: Marmeleiro, Salto do Lontra e Chopinzinho. Acampar de forma organizada e pacífica na beira da estrada foi a forma encontrada pelos agricultores sem terra para exigir a aplicação urgente da Reforma Agrária e o fim da violência no campo. A terra virou mercadoria. Compra quem tem dinheiro. Por que não se fala mais em “Paz na Terra”? A situação dos acampados começa a ficar difícil. A dificuldade é a gripe geral, falta de remédios e em pouco tempo a alimentação começará a escassear. (Até Que..., 1986, p. 03)

A partir dos componentes do modo narrativo verificamos que a matéria conta uma narrativa feita pelo padre na função de narrador. O estado inicial desta é o relato sobre os acampamentos e a presença, neste espaço, de uma luta social de forma organizada. O estado de atualização é a ocupação do espaço pelas pessoas em situação de descaso e vulnerabilidade social e o estado final da narrativa é a ação da Igreja em apoiar a causa e a do Estado de ignorar. Em seguida, o Padre Natálicio José Weschenfelder, assessor das Pastoral da Terra na Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, faz um apelo aos fiéis, com o objetivo de ajudar as pessoas que vivem no local, utilizando-se novamente do viés afetivo em relação ao Sagrado, enquanto a ajuda por fins sociais e humanitários ficam em segundo plano.

Nossa fé mostra-nos o sentido e a função de cada um neste mundo: servir. A partilha das coisas necessárias acontece espontaneamente de coração. Visitando-se os acampamentos tem-se a impressão que Deus está unido na luta pela terra, com sede de justiça, assim como seu povo. Faça sua visita e ajude com donativos essa povo que luta por uma vida digna e seu direito sagrado à terra. Nós cristãos temos o dever de denunciar todo aquele que impede o verdadeiro progresso e digno do homem que vive na zona rural, indo contra todo malfeitor, mostrando-o o amor de Deus e sua justiça (Até Que..., 1986, p. 03).

Para solicitar ajuda aos acampados e expressar a indignação diante dos fatos, ele usa relação argumentativa do modo de encadeamento de causalidade/finalidade, em que as vítimas são os fiéis produtores rurais, e as pessoas sem fé são agressoras, tendo os valores religiosos como parâmetros sociais.

No Sudoeste paranaense, a atuação da Igreja Católica no âmbito do campo ajudou no surgimento de lideranças na região, sendo um dos primeiros trabalhos o acompanhamento de migração de agricultores na região Sul do país que vinham para o Sudoeste dentro da política governamental conhecida como “Marcha para o Oeste”, com o objetivo de ocupar terras de fronteira.

Por outro lado, a Igreja também foi cobrada por outros setores quanto ao alinhamento supostamente “esquerdista”, “comunista”, das suas ações políticas. Dom Agostinho veio a

público em vários momentos para negar que estivesse estimulando “invasões”, “depredações”, dentre outras ações. “Todavia, se sabe que o seu envolvimento com os “acampados”, como eram conhecidos os trabalhadores rurais expropriados, era constante” (Schreiner, 2002, p. 188).

Nas páginas do impresso, percebemos quanto a ideologia católica e a influência do bispo estavam inseridas nos demais membros da equipe que compunha o jornal, ao visualizar uma matéria sobre esse discurso assinada por um leigo.

Reforma agrária não é um projeto comunista. Acusá-la de comunista equivale no fundo a fazer propaganda do comunismo, pois tem-se assim a impressão de que o único modelo político capaz de defender os interesses dos pequenos seria o comunismo. Na verdade uma melhor distribuição da terra não passa de uma clara exigência de nosso Senhor, na fraternidade cristã. Só não o vê quem não quer. E não querem ver aqueles que vivem conforme seu egoísmo e não se importam com os desejos de Deus, nem com os valores cristãos. São aqueles que não podendo atacar diretamente Jesus Cristo, atacam Sua Igreja, Seu representante, nosso Bispo, e nosso clero. Só nos resta louvar o Senhor, por sua Igreja justa e fraterna, e seus filhos fiéis ao Evangelho (Até Que..., 1990, p. 04)

Nesse trecho, assinado por Olivio José Bedim, que se apresenta como agrônomo e coordenador de uma Comunidade Eclesial de Base, que atendia os assentados diocesanos, adota uma postura de concordância aos membros do clero diocesano (aliados) na ação de defender a reforma agrária quanto vontade divina. Aqui percebemos como, os indivíduos professantes de uma fé, são influenciados pelos valores propagados pela instituição, adotando seus posicionamentos e narrativas. Como nesse caso, em que vemos um agrônomo, com conhecimentos racionais sobre a problemática da terra no Brasil, partindo de um viés religioso para defender tal ação.

Nesse sentido, o coletivo deveria ser compreendido como a possibilidade de superação da desigualdade, promovendo a superação do atraso ocasionado pela marginalização. Desta forma, a Igreja e seus princípios cristãos seriam a base para o fim da injustiça.

Para isso, o impresso vai trazer em diversas edições, na parte dos *Roteiros Temáticos*, a questão agrária quanto tema. Essa sessão era utilizada como roteiro litúrgico em uma celebração do mês em todas as comunidades da Igreja Diocesana. Nela, Dom Agostinho, responsável pela sua concepção, relacionava os desígnios de Deus com o cotidiano dos homens. Esses geravam reflexão e buscavam despertar a consciência do problema da terra nos fiéis (Schreiner, 2002).

Essa visão da Igreja Diocesana, em relação a sua importância diante das problemáticas agrárias, vai ser materializada em uma coluna assinada por Dom Agostinho, Padre Natálicio e Luiz Gracik, leigo vinculado a CPT e as CEB's em nível diocesano. Nesta, ambos apresentam que a primeira reforma agrária na região ocorreu por intermédio da Diocese de Palmas –

Francisco Beltrão.

Graças á intermediação da Igreja Católica, mais de 150 famílias vivem pacificamente no que é seu, na região Sudoeste. Ocorreu que, sendo uma região atendida pelo pároco de Cruzeiro do Iguaçu, este ao celebrar uma missa no local, percebeu entre os sem-terra que ali já acampavam, a presença de vários grileiros que possuíam tratores, equipamentos e até eletrodomésticos. Astutamente o padre passou a investigar a vida dos “invasores”, checando inclusive informações no municípios de batismo destes. Com os dados em mãos, aproveitou a homilia de uma celebração, com o aval do bispo diocesano, para solicitar aos aproveitadores não necessitados, que se retirassem do local. Entretanto, nessa altura, todos, mercedores ou não, já estavam sob ação judicial de despejo. Foi ai que o bispo, amigo do legítimo proprietário da terra, manteve uma longa conversa com ele, acompanhado de representantes do acampamento, convencendo-o amistosamente de que aquele pequeno pedaço não lhes fazia nenhuma falta e que liberando-o às famílias, estaria fazendo uma grandiosa obra de caridade e garantindo infinitas bençãos de Deus. Sensibilizado, ele aceitou oficializar a doação ao Incra (Até Que..., 1995, p. 03)

Desta forma, o malfeitor (dono da terra) na visão dos acampados e moradores da região, passa a ser visto como benfeitor para os mesmos, enquanto os grileiros assumem sua vaga.

Em relação à cronologia, esta é contínua em progressão: primeiro a narrativa cita um fato do passado (a invasão), depois a presença dos grileiros, o incômodo e a ação do proprietário e dos moradores da região para retirá-los do local, em seguida a interferência da Igreja como mediadora do conflito, e por fim as respostas dos responsáveis.

Nessa ação fica visível a Igreja quanto instituição de poder, conforme apresentava Foucault. Se colocando como mediadora do conflito, usando como justificava a fé e a voz de Deus, de quem é representante no plano terreno. Além, de apresentar o pároco como uma liderança política social, que soube realizar a análise e a intervenção necessária. E, para finalizar o ato, se realiza um ritual religioso, em agradecimento a Deus pela justiça realizada.

Após a oficialização junto ao Governo do Estado, celebramos uma missa, consagrando o acampamento a Nossa Senhora da Esperança e Nossa Senhora da Vitória, ideias que foram sendo gravadas na mente e nos corações de todos os posseiros. Foi a maior expressão de fé já vista. Quando o bispo e o clero chegou para celebrar, todos estavam de joelhos na terra, acenando com ramos para receber a Virgem Maria. A emoção foi tanta, que muitos dos que rejeitavam os acampados, se comoveram e passaram a apoiá-los (Até Que..., 1995, p. 03)

A força do discurso com viés afetivo, trazendo por sentido a fé e a devoção dos sujeitos, demonstra a forma como o poder religioso se instaura. Assim, a matéria traz um discurso com finalidade de convencer o público ouvinte que os princípios e doutrinas da Igreja devem ser vistas como corretas, pois a vontade divina, e por isso, irrelutáveis; enquanto o jornal tem por função divulgar essas ideias, exemplificar a partir das ações ocorridas e levá-las ao conhecimento

do público.

Considerando as questões envolvendo a localização temporal, a matéria está centrada no tempo presente, sendo confirmada pelo uso do advérbio de tempo “hoje”. Não determinando como o dia exato da ação em relação a publicação, mas sim em relação a atualidade deste ocorrido. Todavia, primeiramente, se apresenta uma circunstância que se prolonga de um passado até o presente, conforme a afirmação “que ali já acampavam”.

Quanto ao espaço, este é relatado como fechado sem deslocamentos, pois se resume a um local específico (o acampamento) onde se passa o acontecimento narrado. Na ação de discorrer sobre os fatos, os emissores não ficam alheios ao texto, mas se introduzem nele, ao relatar de forma detalhada ações e sentimentos que envolveram o acontecimentos e os envolvidos. Isso dá a matéria um caráter argumentativo discursivo, que se molda a partir da enunciação e descrição em forma narrativa, o que vai além de uma mera narração textual, na qual o narrador se limita a observar e descrever. Desta forma, se torna mais complexa a demarcação dos modos de organização do discurso.

Finalizando essa temática da questão agrária, de forma mais recente, em 2001, Dom Agostinho persiste nessa discussão, que em todas as edições se fez presente, seja nos *Roteiros Temáticos* ou nas notícias em relação as CEB's, Romarias da Terra ou da ações da CPT. Nesta, que será sua última assinatura sobre esse tema, o bispo intitula sua coluna da seguinte forma: “Por uma Reforma Agrária e Urbana urgente”.

Nesta, ele afirma:

Na América Latina cresce a concentração da terra em mãos de poucos. Falta apoio aos pequenos produtores rurais, porque os recursos destinados a eles são utilizados para pagamento da Dívida Externa. Essa situação obriga os camponeses a migrarem para as cidades, produzindo problemas concretos como falta de emprego, de infra-estrutura e a perda identidade cultural. Nós, católicos, temos por dever denunciar essa injustiça social e exigirmos dos governos da América Latina, começando pelo de nosso Estado, projetos de reforma agrária, urbana e política (Até Que..., 2001, p. 02).

Aqui, percebemos um duplo sentido na expressão “Nós, católicos”, pois indica uma fala sobre seu grupo social, ao mesmo tempo que coloca concordância no leitor, considerando que o jornal tinha católicos como leitores majoritários. Em relação ao impresso, a coluna assinada por seu editor-chefe, nos apresenta um teor argumentativo, pois deixa transparecer o posicionamento do jornal em relação a questão agrária e urbana.

O próprio título pode ser conceituado como um parecer e não uma simples descrição, pois utiliza das afirmações “por uma” e “urgente”. Nesse sentido, “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista” (Charaudeau, 2013, p. 131), o qual nos

possibilita visualizar que tanto o emissor quanto o jornal, concordam com o pedido dos acampados, bem como, adere a causa dos pequenos agricultores.

Esses exemplos, de recortes das edições em todo seu tempo de publicação, nos mostram que há um posicionamento do impresso desde a primeira edição, até a última, que aborda a política agrária. Assim, se materializa um discurso de voz religiosa, com cunho político, por meio midiático, que comenta o acontecimento por meio de uma narração argumentativa, com caráter afetivo. Além de assumir uma postura avaliativa e julgadora, que traça o perfil dos malfeitores sociais neste caso, partindo do princípio religioso, a partir de uma crítica implícita a quem acredita serem os responsáveis por tais injustiças, sejam agente diretos ou indiretos.

3.1.2 Questões indigenistas

Outro ponto da política pública apresentada nas páginas do jornal diocesano é a questão indígena, que se torna pauta da Igreja regional, com a publicação do documento “Yjuca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer”, de 1973, foi elaborado pelos fundadores do Conselho Indígena Missionário (CIMI) como Egydio Schwade, Ivo Poletto, Pe. Antonio Iasi Jr., e o dominicano Eliseu Lopes, apresentando sobre a situação dos indígenas no Brasil. Dom Agostinho assinou publicamente o documento e o divulgou por toda a diocese (Coletânea De Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo I, 2004, p. 115).

Logo de início temos a publicação de uma carta de defesa ao indígenas da região, que estavam realizando protestos pelo direito à terra.

Índios das 8 aldeias presentes na região Sudoeste se uniram numa demonstração de quererem, daqui para frente, juntos resolver seus problemas. Os 8 caciques decidiram bloquear as rodovias, para sensibilizar a população e dizer que estão cansados de aguardar uma solução que há mais de 20 anos vem se arrastando no tribunais nacionais. Eles buscam reaver 8.976 hectares de suas terras tradicionais expropriadas de forma ilegal e inconstitucional no ano de 1949. Não bastasse, com o passar dos anos, tiveram suas terras invadidas por fazendeiros, madeiros e frentes colonizadoras. Defendemos, aqui, a terra para a sobrevivência dos índios. Não nos calaremos enquanto os indígenas não retornarem definitivamente à sua terra, sem riscos e com seus direitos garantidos. Façamos valer os ensinamentos de nosso Senhor e não abandonaremos nossos irmãos em sofrimento de injustiças (Até Que..., 1986, p. 08)

Aqui temos, mais um exemplo, do posicionamento do impresso e do bispo diocesano, que assina a matéria, em relação a ação do Estado e de alguns fazendeiros. O discurso, de viés político, defende que estar protestando em local público é a chance de ser ouvido, enquanto os

órgãos competentes não exercem sua função de assistir a questão indígena e finalizar as marcações de suas terras.

Neste caso, ao compartilhar o seu apoio à outras denominações religiosas e uma crítica em relação a omissão do Estado, o texto expressa novamente termos com duplo sentido, envolvendo os fiéis leitores na posição adotada pelo bispo: “não nos calaremos”, “façamos valer” e “não abandonaremos”. Isso demonstra a possível influência sobre o leitor por parte do impresso, a partir das formações discursivas com delocuições de modo enunciativas, como este em questão. Isso ocorre, porque ao dar voz aos protestantes, o jornal evidencia quem quer que seja ouvido pelos leitores, além de inserir estes no discurso.

Esta forma de organizar o discurso, causando um efeito de relato participativo, tem por função causar um “posicionamento de engajamento, na medida em que relatar revela, por uma determinada escolha de palavras, a adesão do ‘locutor-relator’ ao propósitos do locutor de origem” (Charaudeau, 2013, p. 163).

Porém, todo o discurso só apresenta os reclamantes, sem menção aos reclamados, o que torna evidente a preocupação e parcialidade do impresso.

Na Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, no cunho teológico, organizou-se a Pastoral Indígena, iniciada pelo Bispo Diocesano, visando auxiliar os indígenas em sua luta pela terra, pelos seus direitos, além de ajudar na organização das reservas, sendo assim, um trabalho parecido com o realizado nos acampamentos, isso se deve ao fato de a Pastoral Indígena estar diretamente relacionada com a CPT.

Os agentes da Pastoral Indígena em nossa Diocese têm, em seu trabalho, o objetivo de transmitir, que deve ser realizado juntamente com os indígenas, o sentimento de pertencimento no mundo e de engajamento histórico indígenas, tomando os direcionamentos das lutas de classes e da solidariedade comunitária, que acreditamos ser a expressão real do amor cristão. Não interferindo em suas crenças religiosas ou forma de viver. Assim, toda a teoria da inculturação, que pretende ser evangelho na vida de outra cultura, respeitando as diferenças e valorizando aquilo que seja a cultura do outro, se envolve como ideais próprios do cristão. A valorização da ação católica, em um sentido mais político, passa por cima da necessidade específica de cada cultura e as engloba todas em um mesmo local histórico, onde elas estão oprimidas e necessitam ser valorizadas através de conquistas materiais, tais como suas terras ou seus direitos constitucionais (Até Que..., 1985, p. 03)

Desta forma, mesmo afirmando que não haveria a intenção de intervir na crença dos indígenas e que a preocupação maior seria a de respeitar a cultura, há, mesmo que de forma não consciente, uma imposição do pensamento político e religioso da Igreja Católica. Assim, o agente da pastoral deveria organizar e realizar discussões, de forma institucionalizada, para reunir as lideranças e organizarem, juntos, sua luta pela terra e por seus direitos básicos a serem

fornecidos dentro da reserva.

Todavia, na edição do impresso de novembro de 1986, o discurso apresenta uma contradição, sendo assinada pelo próprio Dom Agostinho. Nesta, ele relata suas conclusões após passar uma semana na reserva localizada na cidade de Mangueirinha, a maior da região Sudoeste, para, segundo o próprio, uma Visita Pastoral. Ora, o próprio nome e finalidade da visita, já nos define seu caráter religioso católico. Pois, um Visita Pastoral, segundo o Código de Direito Canônico, em seus artigos 396 a 398, é uma visita obrigatória dos bispo católicos em todas as paróquias e comunidades de sua Diocese, a ser realizada ao menos a cada cinco anos.

Sendo assim, já visualizamos que a Reserva Indígena era vista como comunidade religiosa vinculado a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, mesmo sem se afirmar como professantes da fé católica.

A recepção revelou um clima acolhedor que seguiu-se pelos cinco dias seguintes. Além da fala do prefeito, houve homenagens e danças típicas. Tudo num clima muito popular e espontâneo. Instalou-se uma Igreja, onde realizamos a missa. A Igreja estava superlotada apesar de ser dia de semana, propiciando assim que uma parcela bem representativa da comunidade se compenetrasse pela palavra do Senhor, que se fez falar por mim, seu Servo fiel, transpassando o sentido desta visita pastoral.[...] Por fim, oficializamos a presença da Comunidade das Irmãs de Nossa Senhora de Lourdes como devota especial ao cuidado com os Kaiguangues. Elas que passarão a se estabelecer no município e assistir a comunidade. (Até Que..., 1986, p. 02)

Se por um primeiro momento a Igreja Diocesana se apresentou como um simples amparo social na luta indígena regional, por outro esse discurso a contrapõe. Pois, na primeira edição do impresso, quando formalizou a ação da Pastoral Indigenista no território diocesano, há a afirmação “não interferindo em suas crenças religiosas ou forma de viver”, nesta segunda, alguns meses depois, afirma “instalou-se uma Igreja” e “oficializamos a presença”. O que nos demonstra o poder adquirido pela Igreja, dentro da cultura indígena, que através do modo de encadeamento de causalidade (lutas indígenas), adquire por consequência explicativa (livre passagem e autoridade), evidenciado na voz do emissor (Dom Agostinho), através do seu discurso. Trata-se, assim, de uma “mecânica argumentativa” para problematizar e justificar as ações tomadas por parte da Diocese, reafirmada publicamente através do jornal.

Nesse mesmo sentido, Pe. Natalício José Weschenfelder, disserta, algumas edições mais tarde, com o título “Os índios do sul querem viver”, onde reafirma o discurso político religioso já abordado pelo seu superior, ao mesmo tempo que se opõe as ações governamentais. Nesta abordagem, ele faz uso da estratégia argumentativa na modalidade de encadeamento de causalidade de finalidade e restrição, indicadas pelo “por” e pelo “mas”, como veremos no trecho, a seguir:

Os problemas que os indígenas enfrentam para a sua sobrevivência são enormes, a começar pelo órgão protetor que é a FUNAI - Fundação Nacional do Índio. Este organismo governamental tem por função protegê-los, mas fica dilapidando o patrimônio dos indígenas na venda de madeira, projetos agrícolas e outros, que sempre favorecem os funcionários dos postos intermediários. Aqui, falamos pelo povo Cainguangue, que existe nas áreas de Palmas e Mangueirinha (Até Que..., 1990, p. 06).

Nessa passagem do discurso, a descrição de maior relevância ganha cunho político, ao tornar centro da matéria a denúncia diante do serviço da FUNAI. Para isso, o emissor descreve o problema (a sobrevivência indígena) e a causa (corrupção da FUNAI), determinado o espaço (as reservas de Palmas e Mangueirinha) e identificando os grupos sociais envolvidos (indígenas e os membros governamentais). Assim, o discurso, por meio da narração do padre, que se identifica com nome próprio e cargo exercido, descreve a ação corrupta dos funcionários da FUNAI, que violam os direitos indígenas, enquanto teriam por função contractual a proteção e representação social destes.

Em sequência, o discurso apresenta um momento de oposição e justificativas próprias em relação aos indígenas, conforme a passagem a seguir:

Politicamente, os indígenas são um grupo dominado, sem resistência, e por isto mesmo sujeitos à entrada das seitas, da FUNAI e dos brancos exploradores em geral. E o pior, é através de Caciques e lideranças indígenas que os brancos e a FUNAI, explora os índios, a partir deles mesmos, que se vendem a espertos e inescrupulosos madeireiros e agentes, que tem a certeza que não serão punidos pela justiça dos homens (Até Que..., 1990, p. 03).

Aqui a oposição discursiva se apresenta ao classificar os indígenas em dois grupos: um como ingênuos políticos e indefesos socialmente; e outro como corruptos e desleais ao seu grupo, ao se venderem para os brancos e agentes da FUNAI. Sendo estas, as justificativas para a situação indígena e reafirmação da posição da Igreja, quanto defensora destes, ao denunciar essas ações.

Porém, aqui vemos que a preocupação vai além da exploração econômica e das terras, mas diz respeito a questão religiosa. O procedimento semântico referente a possibilidade de entrada de novas “seitas” na reserva, a torna um problema do mesmo nível dos demais, até talvez mais importante, pois é citado primeiramente na ordem discursiva, afinal essa interfere diretamente na autoridade católica.

Assim, percebemos que toda ajuda tem seu preço, afinal aos indígenas custou suas crenças religiosas e seus costumes, em troca de uma voz pública regional em sua defesa perante

as questões da terra e políticas. Pois, o grupo indígena sudoestino recebe o foco da Igreja em suas ações e mídia, para mostrar suas reclamações, ao mesmo tempo, que não tem ações práticas jurídicas ou que trariam soluções reais imediatas.

Ainda, ao mesmo tempo que delimita o espaço e nomeia as aldeias, o jornal, através de seu narrador, não nomeia ou identifica os que oferecem o perigo, mantendo anônimos os denunciados, sendo descritos somente por sua função (agentes da FUNAI ou madeireiros), o que realça um receio em assumir de fato a postura de denunciante político. O que pode significar que a Igreja Diocesana, por ter a preocupação maior no quesito religioso e/ou para se manter quanto autoridade diante de todas as instâncias, busca não se “queimar” com nenhum grupo social regional. Afinal, os católicos declarados na região contemplavam fazendeiros, agentes governamentais, colonos, lideranças políticas e indígenas.

Outro ponto do discurso que nos leva a esse sentido de análise, é o momento em que o emissor declara que o indígena está ligado a Igreja Católica, amparado na afirmação que ela é sua defensora enviada por Deus.

Os índios apesar de tudo continuam resistindo ao plano de extermínio decretado desde os governos da ditadura militar. Conservam sua língua, têm consciência de sua terra. O índio Cainguangue se identifica com o catolicismo, mesmo que o caboclo. A renovação litúrgica do Vaticano II, veio para acalentar os povos indígenas. [...] Hoje eles compreendem os desígnios de Deus, que não os abandonou, mas os aproximou da Sua Igreja, para serem cuidados como Seus filhos. Mas seus grupos ainda conservam algumas manifestações religiosas de suas memórias primitivas (Até Que..., 1990, p. 03)

Aqui temos três informações importantes. A primeira, com a afirmação de que o índio se identifica com religião Católica, que contradiz a sequência, quando afirma que os indígenas “conservam algumas manifestações religiosas”, confirmando que eles tinham suas crenças antes da influência que resultou em conversão. O segundo ponto da mensagem discursiva soa autoritária, ao declarar, em nome dos indígenas, ao afirmar que eles reconhecem a Igreja Católica como um “presente” de Deus (católico), para ser sua guardiã e protetora. Nesta, cabe ressaltar que não há elementos na figura para comprovar a afirmação feita no corpo da texto, o que significa uma visão da Igreja Diocesana repassada publicamente como verdadeira, já que não há registros de oposição em todo o *corpus* documental do impresso.

Por fim, há a reafirmação da Igreja como “salvadora” dos índios, ao condenar o Estado como responsável pela situação crítica em relação a sobrevivência e a terra indígena. Sabemos dos deveres do Estado, mas sabemos das responsabilidades de toda a sociedade nesta problemática. Assim, o discurso argumentativo construído se mostra de caráter plural-fechado,

pois aborda dois personagens (Igreja e indígenas), mas com uma única voz falando por ambos, de forma concordante.

Considerando-se a atuação primordialmente conservadora da Igreja até meados da década de 1950, esta foi uma mudança considerável, que marcou profundamente o movimento de direitos humanos e a luta pela terra no Brasil e contribuiu para a formulação da ideia de acesso à terra como um direito humano.

Na América Latina, no Brasil em particular, a ideia de que a Igreja deveria se preocupar com questões como desigualdade, dignidade humana, justiça social e que ela poderia se beneficiar das análises “científicas” da sociedade vai encontrar terreno fértil em um corpo de religiosos já envolvidos em ações políticas e sociais. Tendo por base essa experiência e influenciados pelas novas diretrizes de Roma, uma série de teólogos vai propor a ideia de que, na América Latina, a Igreja tem uma reparação histórica a realizar para com os povos que, ao longo da sua história, ela ajudou a dominar (Souza, 2004, p. 95).

Nesta perspectiva, a Teologia da Libertação, vai embasar essa ação, pois defendia uma interpretação da Bíblia a partir da realidade dos países pobres da América Latina. Começa a discutir a ideia de que a justiça neste mundo era um dos objetivos da vinda de Jesus, de modo que a função da Igreja não seria apenas trabalhar para a salvação das almas, mas para a justiça de Deus na Terra. Para isso, era preciso estar ao lado dos oprimidos, dos pobres, dos indígenas, e auxiliá-los na tarefa de sua libertação, por meio do apoio às organizações camponesas, de trabalhadores, de jovens, de migrantes e da promoção de sua conscientização.

Em maio de 1996, por ocorrência do Dia do Índio, celebrado em 19 de abril de cada ano, a questão indígena regional volta as páginas do impresso. Desta vez, por assinatura do Bispo Diocesano, contando com uma breve história da colonização, assinada pelo departamento de História da Faculdade de Palmas (FACEPAL), que como veremos adiante, era de posse diocesana. Esta coluna se inicia com um discurso educativo formativo, ao apresentar para os leitores o histórico das problemáticas indígenas no Brasil e na região Sudoeste.

Dia 19 de abril é o dia nacional do índio. Mas festejar o que? Em 1500 eram mais ou menos 5 milhões de índios e hoje não passam de 180 mil. Grande parte é acaboclada e vivendo, ou em favelas e nas periferias das cidades, ou então residindo em áreas preservadas, mas com pouco trabalho e muito menos o que comemorar. Nos quatro estados do Sul ainda sobrevivem 10 mil índios Caingangues e alguns Guaranis. Percebe-se que há área indígena, ao vê-los vender ao longo das rodovias, pinhão ou alguns balaios de seu artesão (Até Que..., 1996, p. 02)

Aqui temos um modo narrativo, em que o emissor, assume somente a postura de narrador, contando os fatos com vocabulário simples e acessível. Mas cabe ressaltar, que a

assinatura está em nome do departamento e não de um nome próprio, o que chama atenção, considerando que poderia ser um historiador local falando de sua dominância ou algum estudante com base em informações bibliográficas. Em todo caso, o trecho compõe a introdução do texto que se intitula *Os índios ainda vivem em situação dramática*. Este estado de permanência que o enunciado apresenta, nos informa que os indígenas regionais ainda permanecem desamparados, mesmo tendo a Igreja Diocesana quanto autoridade social.

Em seguida, o texto traz as colocações de Dom Agostinho, em que há um estado inicial de comentários alusivos a história, como que continuação da introdução. E, posteriormente, um estado de atualização, onde se relata o tempo presente, tendo por estado final discursivo, a posição do bispo falando em nome de si e dos fiéis de toda a região.

A derrota dos índios começou desde a colonização portuguesa em 1.500. Eram obrigados a ser escravos nas fazendas, nos cafezais, nos canaviais, na extração do minério. Os bandeirantes ainda tentaram os índios já mais aculturados das reduções jesuíticas, conseguiram acabar com as reduções, mas os índios não se sujeitaram a ser escravos. Com a vinda dos escravos da África, aos poucos foi acontecendo a influência africana em nosso índios. Com a vinda dos europeus para o Sul do País, atraídos pela fartura de terra e com as dificuldades econômicas na Europa, começou a velada perseguição aos índios. Mas a única maneira de salvar o que restou nesses 500 anos de depredação, é reflorestar suas áreas, preservar sua cultura, sua língua, ter uma política indigenista assumida por eles mesmos, e principalmente, nossa voz e nosso clamor por justiça terrena e divina por estes nossos irmãos, que nos foram confiados por Deus (Até Que..., 1996, p. 02)

Assim, nessa questão de política indígena, os personagens que sofrem a ação são os próprios índios. Os que praticam a ação são o Estado, seus agentes e os fazendeiros. Enquanto a Igreja, que também pratica uma ação de autoridade, se apresenta como agente de defesa, ao escrever e tornar público, enquanto assume uma pluralidade em seu sujeito argumentativo, inserindo os fiéis na causa descrita, se posicionando como influenciadora de opinião e comportamento.

Quanto a cronologia da descrição narrativa discursiva, é contínua e em progressão. Pois, ao longo dos anos manteve a denúncia aos malfetores, e segue defendendo o direito indígena, tendo por embasamento o direito concedido por Deus, ou seja, seu discurso permanece mesclando político e religioso, enquanto oscila sua fala entre plano terreno e divino, o que torna alguns pontos “inquestionáveis” e “absolutos”, ao olhos dos devotos.

Desta forma, todas as formações discursivas em relação a demarcação das terras indígena, mantém o uso do divino, das abordagens de “um Deus presente, que luta, que deseja a justa distribuição de terras e que se preocupa com o seu povo” (Até Que..., 2002, p. 10). Além de persistir na afirmação que a Igreja é a manifestação da bondade de Deus na vida indígena,

sendo sua protetora em meio as injustiças sociais. Ideia essa, que era enriquecida pela produção de material contendo a mística cristã e a luta pela terra, ligando passado e presente, sem dar voz a um índio, mas falando por toda a etnia indígena em diversos momentos, como o que foi aqui analisado.

3.1.3 Questões trabalhistas

Outra modificação espacial no Sudoeste vai ocorrer na década de 1970, com a modernização da agricultura, que passa a exigir do agricultor um maior investimento monetário na produção. Este recorre aos bancos, que cobram taxas altíssimas de juros que o pequeno agricultor não consegue pagar, obrigando-o a vender sua propriedade e migrar para a zona urbana ou para outras regiões do Estado.

Neste período, esse êxodo rural vai atingir a marca de 2,7 milhões de pequenos agricultores que vão buscar se estabelecer na área urbana, porém, metade deste contingente buscou novas frentes de ocupação em outros estados (Magalhães, 1996). Para Martine (1994), isso é consequência da incorporação da agricultura ao processo de acumulação de capital, exigindo o investimento em novas tecnologias avançadas para a produção, que transformou a agricultura paranaense e também a organização territorial da região.

A política econômica definida para o campo acarretou que ele precisasse cada vez menos dos recursos naturais e cada vez mais de recursos processados e produzidos nas indústrias, gerando um grande índice de trabalhadores assalariados e afetando fortemente a agricultura familiar, que foi excluída mais ainda das políticas públicas, dado que o sistema de crédito e subsídio favorecia exclusivamente as grandes propriedades que, conseqüentemente, com a venda das pequenas propriedades, aumentavam sua concentração de terras (Fernandes, 1999).

Com o êxodo rural, a urbanização traz consigo mudanças sociais e econômicas para o Sudoeste, como a industrialização que integra os agricultores endividados que se tornam assalariados urbanos, deixando o campo. Também se faz necessários investimentos em saúde, educação, lazer e infraestrutura urbana, para atender a esse contingente cada vez maior de pessoas.

O êxodo rural vai ser tão grande na década de 1970 na região, que o índice de diminuição populacional vai marcar 95%, segundo Magalhães (1996). Isso vai acarretar na concentração da posse de terras nas mãos de poucos proprietários, que passam a adquirir as pequenas propriedades dos agricultores endividados. Por conseguinte, estimula, novamente, a emigração,

pois na década de 1980, a política de estímulo à colonização da Rondônia e do Mato Grosso pelas cooperativas atrai esses pequenos agricultores, por serem áreas que não exigem tantos investimentos.

Entretanto, no final da década de 1980 e início da década de 1990, mesmo com algumas famílias migrando para essas regiões do norte do país, já se tinha notícias de outras que retornavam ao se depararem com a falta de terras devolutas e a falta de infraestrutura, que frustrou os pequenos agricultores. Esses optaram por voltar ao Paraná, contudo, estabeleceram-se nos centros urbanos, e não na região de origem. (Magalhães, 1996).

Com esse esgotamento de oportunidades, por conta da dificuldade de modernização da pequena propriedade agrícola, que resulta no empobrecimento da população, cada vez mais endividada, e que vê na venda das terras e na saída do campo a solução diante da situação que se encontram.

O processo mais contundente, que tende a acentuar-se na região, comum forte contingente migratório, é a situação de pobreza acelerada dos pequenos produtores, principalmente na MRH (microrregião homogênea) do Sudoeste Paranaense, onde as áreas são muito pequenas, com solos empobrecidos, dificultando ao produtor integrar-se, ou mesmo persistir no processo de tecnificação (Feres, 1990, p. 552).

Com o êxodo rural, a urbanização traz consigo mudanças sociais e econômicas para a região, como a industrialização que integra os agricultores endividados que se tornam assalariados urbanos, deixando o campo. Também se faz necessários investimentos em saúde, educação, lazer e infraestrutura urbana, para atender a esse contingente cada vez maior de pessoas.

Diante destas problemáticas em relação a terra e ao campo na região Sudoeste, houve um processo de êxodo rural, que resultou em um crescimento urbano, desencadeando uma série de adversidades, que serão apresentadas no jornal. Isso, com a expansão das indústrias e do mercado de trabalho assalariado, gerou uma discussão em relação ao mundo do trabalho, onde a Igreja, a partir do seu impresso, vai iniciar um discurso de defesa do trabalho remunerado, desde que seja de forma justa com o trabalhador.

Esta temática já vai se fazer presente na primeira edição do *Até Que...*, em junho de 1985, quando, na apresentação do Plano de Ação Pastoral Diocesano (1985-1988), em uma coluna assinada pela Assessoria de Imprensa Diocesana, o trabalho vai ser elencado como uma prioridade: “A presença da Igreja no mundo do Trabalho é uma prioridade da Igreja Católica no Paraná e na nossa Diocese, sendo uma prioridade de ação pastoral no próximos anos” (*Até Que...*, 1985, p. 02). A justificativa para a escolha se faz em seguida: “O conceito de trabalho é

muito abrangente. Entretanto, o trabalho manual e assalariado, e rural, quer pelo número de trabalhadores, quer pela sua importância na transformação da sociedade, merece destaque especial” (Até Que..., 1985, p. 02).

Como em toda a trajetória da história das sociedades, a Igreja não se faz alheia as mudanças ocorridas, o que aqui não seria diferente. Pois, com a nova formação social regional, tendo no trabalho assalariado, seja na área urbana ou no campo, a sua nova fonte econômica e estruturação social, a instituição logo se fez próxima destes, assumindo novamente um discurso de defensora e cuidadora perante as injustiças que se apresentam.

Essa postura também é mencionada no discurso apresentado, novamente com enunciado no sentido plural, trazendo este grupo social para dentro da afirmação, como no trecho a seguir:

Elencar os trabalhadores como prioridade de ação desta Igreja Particular, prova que os cristãos, pelo menos em sua maioria, entendem que a ação da pastoral da Igreja deve levar em consideração as realidades de nosso povo. Também fica claro que a opção preferencial pelos pobres, no nosso caso, pelos trabalhadores, desperta uma maior ação da Igreja, no sentido de que esta recebe e aceita a confiança do povo em sua organização, pois sabem, que é dela que provém a transformação da sociedade, além da garantia de um apoio diante das mazelas humanas, que não vingam diante do amparo divino (Até Que..., 1985, p. 02)

Desta forma, na análise da organização discursiva enunciativa, o impresso se posiciona, a nosso ver, como um meio de dimensão argumentativa, favorável aos trabalhadores e contrário as desigualdades e ilegalidades que possam ocorrer. Porém, novamente seu argumento se baseia na função designada pelo plano divino, quanto meio de justiça no plano terreno, o que mantém a base do poder “inquestionável” da Igreja, por ser oriundo de algo superior a humanidade, como já vimos anteriormente. Ainda, utiliza no discurso citado, uma estratégia de paternização, ou seja, traz para si a responsabilidade de cuidar dos sujeitos, como um pai, ao mesmo tempo que declara ser esta a vontade dos indivíduos, que vêm na instituição um amparo de justiça.

Entretanto, temos nesse discurso duas categorias da linguagem: a qualificação e a quantificação. Pois, o emissor destaca uma amplificação expressada pela palavra “maior”, que corrobora uma postura favorável de uma soberania da instituição em relação a sociedade, que tem um vínculo caracterizado pela interdependência entre um e outro.

Outro ponto importante nesta temática, é a utilização dos *Roteiros Temáticos* com essa abordagem, onde se determina reflexões a serem feitas em missas e celebrações por toda a extensão diocesana, como forma de conscientização popular, buscando aguçar um sentimento de compaixão no leitor diante das injustiças.

Em um roteiro, de julho de 1986, assinado pelo Bispo Diocesano, temos as seguintes

orientações:

Nossa região vive gravíssimos problemas desencadeados pela nova organização urbana, onde há aumento significativos no número de pobres e empobrecidos, vítimas deste nefasto processo social e econômico, onde não se sobrevive com o salário que dizem ser justo pela trabalho exercido. Nesta massa pobre e empobrecida, encontramos a grande maioria de nossa população produtiva. Eles constroem o progresso, porém, seus direitos fundamentais ou são negados ou são espezinhados. Eles pertencem àqueles 80% de brasileiros que “não tem, não sabem e não podem”. São vítimas da exploração e da marginalização. Por isso, nessa Eucaristia, nós vamos refletir e entregar ao Senhor as seguintes questões:

1. Você concorda que a maioria da população produtiva da região seja formada de pobres e empobrecidos?
2. Por que nossa região, rica em lavoura e com terra tão fértil, tem tanto pobre assim?
3. Qual a causa dessa pobreza?
4. Qual minha ação prática para ajudar esses trabalhadores? Deus está contente com minha postura quando cristão, defensor da justiça?

Encerremos nossa reflexão rezando e determinando a nossa ação prática, que exercitaremos ao longo deste mês, dedicado a essas pessoas que tanto sofrem (Até Que..., 1986, p. 04)

Essa construção discursiva traz o verbo na primeira pessoa do plural nas passagens “nós vamos refletir” e “determinando nossa ação”. Com essa expressão, o emissor provoca o leitor, e ainda, os fiéis que participaram das celebrações presencialmente, a partir das questões e dos estímulos de envolvimento na ação, a consentir com a visão da Igreja.

O que torna esse trecho um exemplo do que Charaudeau classifica como discurso argumentativo com finalidades persuasivas. Assim, “os procedimentos discursivos consistem em utilizar pontual ou sistematicamente certas categorias de língua, ou os procedimentos de outros modos de organização do discurso para, no quadro da argumentação, produzir certos efeitos de persuasão” (Charaudeau, 1992, p. 182).

Desta forma, se identifica uma argumentação pragmática de viés político, que tem por base um feito, o que nos permite definir que a mensagem tem por objetivo direto atingir os fiéis, na tentativa de persuadi-los a aderir a causa, destacando a vontade divina designada aos devotos.

Como ação prática, o jornal vai trazer algumas edições mais a frente, como notícia, uma reunião entre Dom Agostinho e representantes dos sindicatos presentes na região. De início, o texto se organiza de forma narrativa jornalística, onde o emissor, no caso Assessoria de Imprensa, descreve o evento.

Há vários anos Dom Agostinho vem reunindo os sindicalistas da região com o objetivo principal e fundamental de aprofundar, discutir e confrontar a luta dos sindicatos com a doutrina social da Igreja. O encontro ocorreu no dia 04 de abril de 1987, reuniu quase 40 sindicalistas e padres diocesanos. Além do objetivo já citado, o encontro visava um entrosamento entre os párocos e a luta dos sindicatos. A presença dos párocos foi uma exigência dos sindicalistas, que infelizmente não saíram de todo

satisfeito, dada a pequena presença dos padres na reunião. O encontro realizou-se sob a forma de debates e colocações em plenário (Até Que..., 1987, p. 08).

Na composição do texto, temos ainda, a transcrição do discurso proferido pelos presentes. Na fala do Bispo Diocesano, ele questiona a nova constituição, que para ele se apresenta como repressora para as frentes sindicais.

Estamos certos que não podemos se iludir com a nova constituição. Mas tenhamos esperanças na atuação e articulação dos sindicatos na assembleia constituinte, que com certeza irá colocar freios a essa organização repressora nos movimentos sindicais que se desenha. Isso porque os poderosos não tem coragem de criar cobras dentro da própria casa. Por isso, iremos fazer nossa parte, divulgando o projeto político dos trabalhadores e apoiar candidatos que assumam compromisso com esse projeto. Também vamos organizar mecanismos para pressionar a fim de que os compromissos sejam respeitados (Até Que..., 1987, p. 08)

Aqui, temos uma nova abordagem discursiva pragmática, pois a argumentação tem por resultado uma ação política social. Obviamente, esse discurso segue a finalidade de persuadir os fiéis a defender e aderir a causa proposta, o que evidencia que independente de quem assina o texto no impresso, a ideologia presente se mantêm em uma mesma linha política. O que possibilita analisarmos que o personagem Dom Agostinho, quando administrador e editor-chefe do jornal, materializa o que Charaudeau (2010) chama de *ethos* de inteligência, na proporção que utiliza da argumentação discursiva de domínio, na função de emissor ou de produtor, para estabelecer uma ideologia e defendê-la a partir do uso da linguagem. Esta, que é devidamente calculada e pensada, aderindo a expressões que despertar no leitor sentimentos de respeito, confiança e admiração, o que promove um consentimento e, por consequência, uma adesão.

Essa influência exercida pelo Bispo Diocesano é visualizada no discurso proferido por um representante sindicalista presente. Adelino Cordeiro, em sua fala na reunião, transcrita no impresso, faz a seguinte afirmação:

Este problema é nacional, mas as ações precisam ser regionais. Não adianta nós ficar chorando, temos que discutir e partir para o concreto. O pobre merece ter teto e sobreviver com o pagamento de seu trabalho. Nós estamos com o povo, lutando juntos e não vai ter mais divisão, para isto só basta termos princípios cristãos e acho que o Dom Agostinho fez uma clara exposição. Porque quem trabalha sem maldade, Deus dá proteção. [...] Estão jogando entidades contra a Igreja para desmobilizar o movimento popular, mas isso é coisa de poucos que fazem de tudo para dominar. Estamos juntos, guiados por Deus, vamos fortalecer o movimento e acreditar na vitória (Até Que..., 1987, p. 08)

O texto traz um lado emocional em destaque, diminuindo o enfoque racional. Os indícios se dão pelos termos “não adianta nós ficar chorando”, “lutando juntos”, “termos

princípios cristãos”, “sem maldade”, “estamos juntos”, “vamos fortalecer” e “acreditar”, que determinam uma formação discursiva plural-aberta, representando sentimentos de força, obediência, devoção e luta. Cabe lembrarmos, que o foco emocional é uma característica de discurso políticos e religiosos em sua representação de poder, pois envolvem o indivíduo sem utilizar agressividade ou sentimento de obrigação.

Mesmo não conhecendo os representantes sindicais presentes, através do discurso podemos inferir que eram cristãos, provável que católicos em sua maioria, mas sem garantias de certezas, ficamos com somente com a profissão ligada ao cristianismo. Que tinham o Bispo quanto referência política, pois aderem ao seu pensamento diante da luta iniciada e consideram suas propostas.

Além de se deixarem influenciar pelo discurso pluralista com cunho emocional, reproduzindo-o quanto forma de expandir sua luta e conquistar mais adeptos, bem como a argumentação envolvendo os desejos do Sagrado. O que demonstra, que mesmo não sendo representantes oficiais da Igreja, recebem o aval de falar em nome dos anseios do Senhor, por terem em seu discurso influência direta dos pensamentos católicos, mesmo que de forma inconsciente. Assim como, por estarem reproduzindo um discurso, iniciado pela própria Igreja, embasado na justiça e vontade divina.

Após essa edição questionando a proposta da nova Constituição e sua postura em relação aos trabalhadores, em 1989, após a instauração efetiva do texto constitucional em 1988, houve uma nova discussão. Desta vez, Dom Agostinho utiliza uma página do impresso, intitulado seu texto *O trabalho é chave de toda a questão social*, onde analisa a conquista dos direitos trabalhistas na nova Constituição, que aprovou pontos importante, como: estabilidade, jornada semanal máxima, férias, salário mínimo, aviso prévio, hora extra, licença gestante, direito à greve, seguro desemprego, décimo terceiro salário, entre outro que permanecem regendo a justiça do trabalho até os dias atuais.

A Igreja deixa clara sua preocupação com o trabalho que produz toda a riqueza da qual o trabalhador não participa. Bem por isso, a Igreja considera o trabalho como problema e solução da questão social. Examinemos as notícias do tele-jornal, tomemos os jornais e veremos que no fundo de tudo está a realidade do trabalho. O que por detrás de uma greve ou de assaltos, crimes, senão o problema do trabalho, da falta de trabalho, do salário mínimo, da miséria? Se o trabalho é uma das características do homem e é com ele que o homem deve preencher e prover a sua existência e subsistência, por que é que os que trabalham tem sempre menos e os que não trabalham, os donos dos meios de produção, têm sempre mais? O mais certo então não é falar em ricos e pobres, mas enriquecidos e empobrecidos. Estabelece-se, assim, entre ricos e pobre uma relação. Essa relação, em vez de ser de cooperação, colaboração ou solidariedade é uma relação de expropriação, de exploração. E este é o ponto central: no momento em que se consegue mudar essa relação, muda-se, soluciona-se a questão social. Por isso, político de direita e o tal do “centrão”

buscaram impedir, a todo custo, a aprovação das leis “sociais” que levariam as empresas ao caos. Mas o que seriam as empresas sem os trabalhadores? Louvemos por termos homens do Senhor que lutaram por esses direitos e se mantiveram fiéis aos princípios cristãos. Permaneçamos firmes da vigilância e na luta pela justiça, amparados por Cristo, que não nos abandona jamais! (Até Que..., 1989, p. 02).

Neste discurso, percebemos a influência de discursos que determinaram a formação argumentativa pessoal do Bispo. A principal, é a ideologia defendida pela Teologia da Libertação, da qual Dom Agostinho era adepto. Esta, com base em uma interpretação marxista, adotava a ideia de que a justiça neste mundo era um dos objetivos da vinda de Jesus, de modo que a função da Igreja não seria apenas trabalhar para a salvação das almas, mas para a justiça de Deus na Terra. Para isso, era preciso estar ao lado dos oprimidos, dos pobres, e auxiliá-los na tarefa de sua libertação, por meio do apoio às organizações camponesas, de trabalhadores, de jovens, de migrantes e da promoção de sua conscientização (Boff, 1967).

Outro ponto interessante de análise, é a abordagem do ético no discurso de viés argumentativo. Isso, porque o conceito de ética depende da consideração moral em que o sujeito está inserido, determinado seus posicionamentos e comportamentos sociais. E, que neste caso em questão, envolve os valores éticos e morais a partir dos princípios católicos, que determinam os comportamentos de seus fiéis. Assim, como suas influências políticas, ao questionar e compreender as origens dos problemas provenientes da questão social do trabalho.

Ético, porque questiona e analisa, formas de ação e comportamentos de indivíduos, a partir da problemática social do trabalho, inserindo argumentos como origem e consequências destas ações e comportamentos. Bem como, coloca em questão, a ética política dos constituintes, usando por fundamento, o fato de somente os políticos vinculados ao cristianismo, terem votado a favor dos trabalhadores.

Para Charaudeau, o agir em nome de um princípio é o devido argumento. Sendo a postura do emissor, uma afirmação no seguinte sentido: “porto-me assim, porque sou cristão”, ao invés de “procedo assim, porque sou adepto a luta quanto ser social”. Ou seja, a ideologia cristã está acima dos princípios racionais e humanos, sendo esta apresentada como a responsável pela vitória das causas trabalhistas. Obviamente, que diferentes fatores e ideologias políticas estavam em jogo, inclusive nomeadas ali, ao afirmar que direitistas e o centrão votaram contra, sob justificativa de defesa das empresas.

Portanto, como o foco é análise do discurso do impresso, nos cabe ressaltar que neste enunciado, o fator determinante são os valores éticos e morais, tanto na problematização da questão social do trabalho quanto na distinção dos constituintes. Assim, Dom Agostinho, evoca os princípios de honra, dignidade, honestidade e responsabilidade social como decisório na

posição e na decisão política.

Essa abordagem, Charaudeau (2006) chama de *ethos* da virtude, onde, para o discurso ter credibilidade, o emissor deve ter uma imagem social de integridade pessoal. Claro, que para que essa imagem tenha reconhecimento público, ela é construída ao longo do tempo, através das demonstrações recorrentes coerentes entre ações e pensamentos. Além, de expor comportamentos consistentes amparados em valores e princípios que são seu eixo pessoal e político, apresentado-os como inegociáveis, indicutíveis, e que são os norteadores de todas as suas ações.

Neste sentido, Dom Agostinho, estabelece esse *ethos* da virtude, ao manter-se fiel aos seus princípios católicos, tanto em seu campo pessoal, profissional e quanto agente político regional. O que o dá uma imagem de credibilidade diante dos leitores, o permitindo expor suas opiniões, enquanto cidadão que se solidariza e adere a luta diante das competências superiores. É essa imagem pública firmada, que dá ao emissor uma liberdade de agir e argumentar publicamente, em conformidade com seus princípios e pensamentos adquiridos ao longo de sua formação, aperfeiçoados a partir de sua própria trajetória pessoal e política, que vai fortificando seu *ethos* de virtude, ao mesmo que reforça sua autoridade social.

A temática permanece sendo apresentada ao longo das edições, mantendo sempre a mesma postura de defesa dos trabalhadores e denunciando as injustiças praticadas pelos empresários e políticos. Mostrando essa permanência discursiva, mais de uma década depois, Dom Agostinho e Professor José Wilson Nunes, economista da Facepal, utilizam uma página do impresso discutindo sobre a dignidade no trabalho.

Na edição de janeiro/fevereiro de 2002, a página 6, aborda esta reflexão promovida entre o Bispo Diocesano e pelo Professor José, organizada pela Assessoria de Imprensa, intitulada *Dignidade no Trabalho: a fonte das realizações e provedor das maiores injustiças*, em que ambos abordam os problemas sociais vinculados as injustiças presentes neste campo, bem como as consequências da falta dele.

O texto se inicia com o discurso do Professor José (sem sobrenome divulgado no impresso), onde afirma:

O trabalho envolve todas as pessoas, pois se dirige sobre algo que faz parte integrante de suas vidas. Na verdade, o trabalho é uma realidade que não só ocupa a maior parte de nosso tempo, como marca profundamente nossa existência concreta. Não é por acaso que a profissão é quase um sobrenome da pessoa, Pedro, pedreiro, Maria lavadeira... O trabalho completa a nossa identidade. A segunda pergunta que se faz a uma pessoa, depois do nome, é sempre o que ela faz, onde trabalha. Isso se manifesta também no desemprego. O desemprego é mais do que uma pessoa que não o que fazer. Aos poucos o sentimento de inutilidade chega a atingir a própria identidade da pessoa e

ela já não sabe mais quem realmente é. Do trabalho, mulher e homem tiram muitas de suas alegrias, sobretudo, quando através dele, experimentam sua capacidade criativa e conseguem o sustento do lar e a educação dos filhos. Ligados a situação concreta do trabalho estão, também, vários sofrimentos humanos marcantes: a insegurança, a angústia, as injustiças e as frustrações. O trabalho não é algo exterior ao homem e a mulher, mas ele marca, molda a sua personalidade, sua maneira de viver e suas realizações como pessoa durante toda a vida. (Até Que..., 2001, p. 06)

Nesta organização discursiva temos narrativa argumentativa de opinião política, que se inicia com a reflexão diante da função social do trabalho e como ela influencia a personalidade do indivíduo. Em seguida, aborda as consequências do desemprego, que vão além da questão econômica ou social, mas interfere diretamente na essência humana. Assim, a base discursiva se encontra na finalidade humana, indo além de política e economia, mas chegando ao cerne das influências humanas que o trabalho, ou a falta dele, provocam nos sujeitos.

Neste enunciado, temos a perspectiva dos trabalhadores e desempregados, como agentes ativos sociais, que agem na sociedade a partir de sua condição no momento e no contexto inseridos. Entretanto, esses também sofrem influências das ações das instituições e das organizações sociais. Neste caso, a postura discursiva abordada, apresenta como os empregados e desempregados enquanto vítimas, e as instituições como maldosas.

Em relação a cronologia do texto, esse segue em progressão, de forma linear. Visto que, primeiramente, aborda as questões da essência humana que o trabalho interfere, seguindo para os pontos de influência na personalidade e, posteriormente, sociais. O que traz uma perspectiva diferente de olhar a questão do trabalho, indo além da relação patrão – empregado, trazendo ao leitor, um novo ponto de vista diante da problemática.

Quanto as questões espaço-temporal, o texto também tem estado de permanência, pois não se refere ao passado e nem só ao presente. Enquanto o espaço é aberto, ao englobar muito além da região em análise ou de um espaço em específico.

A argumentação discursiva se mantém com a mesma postura política no enunciado de Dom Agostinho, mas que traz presente também o viés religioso.

Deus nos entregou o mundo para que possamos cultivá-lo e transformá-lo num lugar onde é possível viver e louvar a Deus. Nesse ponto, entra a história do trabalho-criação, muitas vezes torna-se uma história de sofrimento, miséria, divisões e conflitos. A pessoa humana é sempre um ser necessitado. Ela precisa de comida, de vestuário, de moradia, de descanso... Sendo um ser necessitado ela vai em busca daquilo que pode satisfazer suas necessidades. A pessoa tira da natureza, ou produz, a partir da natureza as coisas que necessita. Esse processo de transformação das coisas se dá pelo trabalho. [...] Na história o trabalho humano nem sempre é organizado segundo o projeto de Deus. Nele penetrou o pecado e a morte, a opressão sobre o pobre e a ganância do lucro e da acumulação. O povo de Deus viveu essa experiência em sua própria pele. No Egito quando foi buscar seu sobrevivência, no cativeiro da Babilônia, quando foi forçado a duros trabalhos. A acumulação pecaminosa que gera

a ganância não é apenas uma questão pessoal. Ela é uma questão de estrutura social, de organização do trabalho e da acumulação de bens. A acumulação da riqueza só pode ser corrigida dentro da perspectiva social da prática da fraternidade. Deus quer que cada um de nós viva como seu filho e colaborador. Ele nos entregou o mundo para que possamos cultivá-lo, transformá-lo e garantir nossa subsistência de forma justa e respeitando todos nossos irmãos (Até Que..., 2001, p. 06)

Nessa argumentação discursiva temos o domínio do julgamento, com caráter afetivo de persuasão. Definida pela forma como se julga a maneira que os humanos modificaram o trabalho, indo na contramão do que teria sido orientado por Deus. Esta mudança teria gerado consequências negativas para o próprio homem, que sofre as mazelas provocadas pelos sujeitos que exercem o poder diante dos menos favorecidos, tendo amparo para suas ações na forma de organização social que se moldou favorecendo a acumulação de bens e permitindo injustiças.

A competência afetiva de persuasão se manifesta no quesito de despertar no leitor a oportunidade de julgar essa realidade, de forma negativa ou positiva, a partir dos princípios próprios desencadeados pelo grupo social no qual está inserido. O que neste caso, podemos inferir que, os fiéis sudoestinos, leitores do jornal, julgariam da mesma forma que o Bispo, uma vez que teriam seus valores moldados pelo catolicismo, mesmo que inconscientemente.

Por fim, visualizamos que esses discursos diante da questão trabalhista, ao longo das edições do *Até Que...*, se mantêm na formação argumentativa com viés de justificação, na medida que determinam a importância da Igreja Católica nas lutas estabelecidas pelos trabalhadores, bem como afirmam que os princípios cristãos são o esteio para se ter justiça e dignidade. Ora, enquanto se utiliza do discurso para firmar o catolicismo enquanto instituição justa, confiável e de apoio, por outro lado temos a isenção das responsabilidades por parte do Estado, das instituições sociais e do próprio indivíduo, ao se justificar que suas ações maldosas seriam a simples falta de Deus e desobediência a seus ensinamentos.

Assim, o alvo da discussão se desvia para finalidades religiosas, mesmo que tendo uma abordagem política, econômica e social bem construídas, mas que sucumbem em suas justificativas e acusações. O que realça o objetivo inicial do jornal, considerando que a instituição mantenedora e responsável do impresso é a Igreja Católica, mas que se destaca ao compor materiais destas temáticas, construindo boas reflexões, permitindo que se visualize a ideologia do catolicismo enquanto norte de toda as formações discursivas, independente do nome que assina os textos.

3.1.4 Política Internacional: Relações Internacionais

Dentro do Eixo Temático Política, nossa seleção do *corpus* documental, nos leva a uma segunda categoria: Política Internacional. Ora, um jornal de posse diocesana, em uma região interiorana vai além do esperado, considerando sua produção, ao debater essa temática em suas páginas. Entretanto, ao relembrarmos que esse era o único impresso em circulação com alcance em toda a região, percebemos a importância e as oportunidades vinculadas a essa opção, ainda mais considerando nossa hipótese inicial, de que o impresso tinha uma função formativa social, a partir dos ideais do Bispo Diocesano, enquanto agente político regional.

Entretanto, é válido ressaltar, que mesmo essa categoria tendo menos de cem incidências ao longo dos 28 anos de jornal, é passível de análise, por dialogar sobre terrorismo, antiestadunidense e correntes do pensamento político no Brasil e do mundo. Sendo as abordagens em textos assinados com finalidades de orientação, informação e/ou apresentação de temas e assuntos propostos pelos autores, pois cabe recordarmos que o jornal não trabalhava com notícias como os demais jornais, com finalidade meramente expositiva do ocorrido.

A primeira ocorrência surge em outubro de 1989, quando Dom Agostinho faz uma análise da situação do Líbano, que sofria uma guerra civil¹⁴ desde os anos 70. Não há uma apresentação do conflito, mas sim, uma cobrança diante do silêncio e da omissão dos demais países.

A situação do Líbano, há 14 anos em guerra, agravou-se nos últimos meses, com frequentes confrontos armados e covarde bombardeio, atingindo a população civil. Explosões e incêndios espalham medo e desespero. A cada dia que passa cresce o número de vítimas, a fome, a falta de serviços básicos, e os que buscam salvar a vida perambulando pelas ruas. [...] Ironicamente, grandes potências do mundo reuniram-se para celebraram dois séculos de liberdade e fraternidade, enquanto a agonia do Líbano acelera, desamparado pelas nações livres. [...] O Brasil, que conta com a maior comunidade libanesa no exterior, tem a obrigação de empenhar-se pela paz no Líbano. Rezemos pelo cessar-fogo. Só o recurso de Deus pode converter o coração endurecido da humanidade para que assuma o dever de salvaguardar o direito do Líbano à liberdade (Até Que..., 1989, p. 02)

Esse trecho nos remete a elementos de atribuição pragmática, ao definir responsabilidade políticas. A palavra “obrigação” se torna um exemplo deste domínio, ao cobrar um compromisso do Brasil em relação a situação do Líbano, exigindo uma ação racional

¹⁴ A guerra civil libanesa, ocorrida entre 1975 e 1990, é resultado de uma política fracassada de divisão de poderes entre diferentes grupos confessionais, destacadamente os cristãos maronitas, os drusos e os muçulmanos, que acontece desde os tempos em que o Líbano era uma província do Império Otomano, e de forma indireta, do contexto mundial, a Guerra-Fria, e regional, da criação do Estado Israel, no Oriente Médio, em 1948. Essa guerra foi marcada pela presença de milícias, representantes dos partidos ligados aos principais grupos religiosos do país cujas alianças se mostraram instáveis, pela invasão israelense em 1978 e em 1982, visando à erradicação de uma dessas milícias, a OLP (Organização para Libertação da Palestina), e pela regularidade dos massacres, exemplificados pelos episódios de Karantina e Sabra e Shatila, assim como a destruição da capital do Líbano, Beirute. (Resende, 2016)

do país em atenção àqueles, sob a justificativa de ser o país com maior número de libaneses fora de sua pátria. Essa forma de discurso, para Charaudeau (2006), é uma forma de delegar a realização de uma ação política a outrem que seja capaz de fazê-la, como no campo diplomático.

Outro termo em destaque é “ironicamente”, onde vemos uma certa chacota, o que Charaudeau (2010), chama de malícia discursiva como reação ao adversário. Desta forma, a possível sensação de que nações estariam atentas ao caso do Líbano, é refutada pelo fato de estarem comemorando a paz e a fraternidade, ignorando a guerra em curso. Aqui, Dom Agostinho, usa do discurso para revelar, o que Charaudeau (2006) determina como uma estratégia jornalística política, ao construir uma imagem de terceiros a partir de declarações próprias, utilizando de sua autoridade política pública, para ser ouvido e repassar seus ideais. Esta estratégia nos possibilita fazer uma associação dele a de uma liderança política com *ethos* de poder, ao se colocar como referência política pública.

Posteriormente, nas edições de novembro de 1991 à março de 1992, o jornal vai estabelecer uma coluna intitulada *América Latina: 500 anos*, na qual se constrói uma reflexão diante das políticas determinantes na concepção do espaço latino-americano. Como esperado, a primeira edição conta com o posicionamento de Dom Agostinho, que estabelece um discurso de caráter político-religioso argumentativo opinativo.

A celebração dos 500 anos da América Latina, é sem dúvida um acontecimento que interesse a todos os países, inclusive europeus. Sendo importante também para os países do assim chamado “terceiro mundo”. Que semelhantes a América Latina, lutam com problemas que são consequências do descobrimento, subjugação e passado colonial. A interpretação destes acontecimentos são difíceis, pois elas têm muitos aspectos complicados: históricos, culturais, religiosos e políticos. E a interpretação é influenciada pelo ponto de vista de quem observa esse acontecimento. [...] Por isso, iniciamos uma análise desses 500 anos de América Latina, que teve seu passado marcado por tempos de exploração. Também vamos ver que pressupostos políticos, ideológicos e também religiosos teriam tentado apresentar negativamente a história da Igreja neste continente. Não queremos triunfo e nem temos vergonha de nossa história, mas sabemos que a Igreja foi fundamental nessa construção social (Até Que... 1991, p. 03).

Esse discurso nos mostra uma contradição, mesclada com autodefesa, do emissor, que ao mesmo tempo explica aos leitores que a interpretação depende do ponto de vista de quem analisa, também julga como errôneas os pensamentos que apresenta os os pontos negativos da influência na Igreja na concepção da América Latina. Assim, a narrativa argumentativa, se estabelece comprovando que há ações condenatórias por parte da Igreja neste continente, se afirmando com o termo “nem temos vergonha”, que ao mesmo tempo que assume, também se exime das responsabilidades, não assumindo culpa, mas relativizando os feitos. Ao mesmo

tempo, que justifica essa postura, defendendo que independente dos erros, a ação exercida pela instituição católica foi fundamental para a organização do continente.

A segunda ocorrência, na edição seguinte, escrita pelo Padre Leopoldo Melz, traz um discurso mais específico sobre a atuação da Igreja, que completava 500 anos de evangelização na América Latina, já que chegara juntamente com os colonizadores europeus.

Sabemos que o trabalho da Igreja, ao longo destes 500 anos de evangelização, foi marcado por pactos com forças mundanas, pastorais incompletas, força destruidora do pecado e convivência com malfeitores, mas devemos reconhecer que são erros humanos, que acima disso, a evangelização e as boas ações foram maiores que as sombras. A Igreja sempre reconheceu e lutou contra os problemas urgentes da América Latina, como violência, injustiça social, expansão das seitas, dívida externa e políticas abusivas. Demos testemunho de uma Igreja comprometida, que segue os desígnios do Senhor, que não só reza, mas ajuda e luta pelos desamparados e necessitados (Até Que..., 1991, p. 05)

Nesta composição discursiva, temos uma argumentação de defesa, que ao mesmo em que assume que a Igreja teve relações com instituições de poder e se envolvera com questões políticas que influenciaram a construção social da América Latina, ela se dispensa da culpa, não podendo assim ser responsabilizada, sob justificativa que fez mais ações benéficas do que maléficas.

O que mais chama atenção a esse discurso, em comparação aos demais, é que o próprio emissor cria o espaço para confirmar as denúncias, ao mesmo tempo que embasado por argumentos narrativos. Essa representação, expressando as críticas que já tiveram repercussão pública, dá relevância ao refletir a certeza de impunidade, com garantia de que não haverá represálias do seu público. Isto pois, amparado na certeza, de que como se assumia erros cometidos pela parte humana da Igreja, sua parte divina seguiria inquestionável, pois na balança, as vontades de Deus foram atendidas, o que geraria uma valorização social perante seus fiéis e mantendo a autoridade religiosa em destaque.

Outro ponto que merece atenção de análise, é o impacto social e humano das ações realizadas pela Igreja, incluindo os efeitos do discurso público proferido no impresso. Afinal, erros não são escondidos, mas justificados como sendo influência de terceiros e de forças místicas do mal como responsáveis de corromper os homens à frente da instituição, os levando a tomar decisões errôneas. O que coloca em foco o discurso político da Igreja, com sustentação mística, que auxiliaria na manutenção da obediência dos fiéis, perante o medo do mal, que atingiria até os representantes de Deus, e diminuindo as chances de ter suas ações como instituição contestadas. Isso, caracteriza, uma ação de relação poder, se encaixando nessa temática por abordar as relações internacionais na América Latina, ao mesmo tempo em que

coloca a Igreja Católica como personagem político principal deste relacionamento.

Na terceira edição, Dom Agostinho reassume a coluna, questionando as relações políticas internacionais constituídas na América Latina de modo abusivo e exploratório.

‘A riqueza que veio da América, foi causa do desenvolvimento sócio-econômico da Europa na “era do descobrimento” e ao mesmo tempo motivo para a expansão colonial das diversas nações européias. Atrás desta riqueza e dessa expansão, há o trabalho forçado, a exploração e a escravidão de milhões de índios e negros. Não é por acaso, que a escravidão do tempo da revolução industrial terminou quando as máquinas dispensaram a força braçal dos escravos. Só depois tomou-se conhecimento do tráfico escravo desumano, que até então se tinha como certo. Por isso, meus caros sudoestinos, não nos deixemos iludir. A posição dos norte-americanos e dos europeus frente a América Latina e o Terceiro Mundo não mudou muito diante dos acontecimentos há 500 anos. Eles “enfeitam” a realidade. Seguem dominando e explorando povos, culturas, línguas e religiões. Devemos olhar para além dos limites dos países dominantes, e perceber as ações e reações de sua política dominante. Portanto, se queremos ser consequentes conosco mesmos, é necessário conforme meu ponto de vista, e acredito de vocês também, fazer desta celebração dos quinhentos anos uma celebração de libertação (Até Que..., 1992, p. 05).

Chegamos no ponto chave desta pesquisa, pois essa formação discursiva se faz com todos os elementos que nos levaram a levantar a problemática e suas hipóteses. Pois vejamos, de início temos uma crítica à exploração européia e norte-americana ao longo da colonização dos países da América Latina, a partir da visão política e econômica pessoal do Bispo Diocesano. Em seguida, aborda com uma ironia a exploração negra e indígena, ao afirmar que só se findou por não ser mais necessária, e não por questões humanitárias, políticas e sociais.

E, por fim, denuncia o discurso “enfeitado” dos países europeus e norte-americano, que fingiam não haver mais tais práticas nos países latinos e de terceiro mundo, tornando, através do elementos discursivos, seu posicionamento uma expressão que engloba a concordância dos fiéis leitores. O que nos leva a considerar a influência dos discursos proferidos no impresso, na formação política e social dos assinantes, pois a base discursiva se mantém de forma persuasiva, com expressões plurais.

O emprego da expressão “meu ponto de vista, e acredito de vocês também”, pode ser interpretado como uma tática do emissor com o objetivo de inserir o leitor/fiel na afirmação, bem como influenciar o posicionamento do fiel após este ler a opinião expressada. Essa construção discursiva, tem por função permitir que pelo discurso proferido, se estabeleça um resultado de significação, onde a responsabilidade pelo enunciado recai também ao leitor (Charaudeau, 2010). De forma, seria como se todos os leitores/fiéis, possuíssem a mesma opinião ali exposta.

São esses elementos possessivos que promovem essa proximidade e, por consequência,

influência do emissor em relação ao receptor, determinando o princípio cristão da solidariedade e responsabilidade social, diante de uma esfera ética, que “visa colocar o indivíduo diante de uma escolha moral (em nome do que é preciso agir)” (Charaudeau, 2006, p. 102). Que neste caso, chama para uma ação em prol da justiça política, conforme as orientações de Deus e da Igreja, repassadas pelo Bispo Diocesano, nas páginas do jornal.

Neste mesmo sentido, na edição de novembro de 1993, Dom Agostinho, discursa na capa sobre a responsabilidade dos sujeitos na mudança do mundo.

Se olharmos para trás veremos quantas mudanças passamos nesses últimos anos: fronteiras se abriram, muros caíram, comportamentos que eram tradicionais deixaram de existir, entre tantas transformações políticas necessárias que finalmente as nações tiveram coragem de fazer. Entretanto, ainda precisamos de mudanças não apenas econômicas e políticas, mas de comportamento cidadão, assumindo nossa verdadeira função social, quanto agentes políticos, defensores dos princípios cristãos e humanos. Precisamos voltar nossos olhos aos desamparados, servir os necessitados, não esperando somente os políticos, mas começando por nós, pois a política se faz por todos. Quando o assumimos nossas responsabilidades civis, só compactuamos com agentes que também a assumem, criando uma rede de mudança social e política necessária em todo o mundo, para que vivamos com dignidade, justiça e condições básicas, indo além de mínimo da sobrevivência. Façamos nossa parte e cobramos dos nossos representantes a vossa parte, pois uma nação se faz por todos, que defendem a mesma causa e a colocam em prática. Nós, cristãos, merecemos isso (Até Que..., 1993, p. 01).

Essa organização discursiva possibilita a análise em dois pontos: como enunciação com viés de sedução, em que se busca, numa ilusória superioridade cristã em relação aos demais indivíduos, determinar a causa a ser aderida pelos fiéis/leitores, onde estes mereciam uma sociedade mais justa por seguirem os princípios cristãos. Ao mesmo tempo em que evocava a necessidade de manter tais valores em todas as ações proferidas, inclusive no dever enquanto cidadão, de escolher seus representantes políticos. O que nos demonstra que não há ponto sem nó, pois no discurso se constrói uma narrativa, que traz em suas entrelinhas, a orientação que promove a Igreja em busca de uma manutenção de seu poder, ao ter mais católicos enquanto liderança política.

Por segundo ponto, temos o argumento discursivo de autoridade, que permite ao emissor a liberdade de se expressar de tal forma, pois já constitui como personagem político regional. O que possibilita propagar valores e princípios como “norma de comportamento sobre o que é singular, original” (Charaudeau, 1992, p. 819), em determinado grupo social.

Outra expressão que merece atenção, é o termo “merece”, que reafirma o discurso proferido com valor positivo, no sentido que esse valor enquanto mérito, avança sobre o direito de uma vida justa, por resultado da postura de ação da Igreja Católica e de seus fiéis ao longo

da história. O que reafirma o *ethos* ético e virtuoso do catolicismo em relação as demais entidades religiosas e seus adeptos.

Uma outra edição, teve essa categoria em destaque na capa. Em agosto de 1994, um box em negrito na capa do impresso chamava a atenção para a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) em não ajudar mais o Brasil no combate a fome. Neste, a análise traz a seguinte afirmação narrativa argumentativa:

O programa de combate à fome no Brasil não terá mais as doações do Programa Mundial de Alimentos da ONU. A informação foi dada pelo diretor da Agência, ao afirmar que, o problema da fome no país, é um problema apenas de distribuição interna de alimentos e de reforma agrária, não de carência de produção. Ora, se nós não estávamos certo esse tempo todo. O Brasil precisa de reforma agrária e de igualdade social. Fomos duramente críticos por defender tal pauta e agora temos a certeza que estávamos certos. Mas agora devemos nos preocupar com o desenrolar do programa, pois as desigualdades e a acumulação da produção nas mãos de poucos também. Persistamos em nossa luta com a certeza que nós estamos do lado certo, seguindo o exemplo de Cristo (Até Que..., 1993, p. 01)

Esse trecho se inicia como uma narrativa, cujo estado inicial é a declaração da ONU de suspensão da ajuda no programa brasileiro de combate a fome. Porém, o foco central se dá na afirmação por parte do Bispo Diocesano, na posição de enunciador, de que todos os posicionamentos políticos da Igreja Católica Diocesana em relação a Reforma Agrária e a desigualdade social presente no Brasil estavam corretos. Ou seja, a Igreja (através da Diocese) teria tido sua ação social ativa ao denunciar, através do impresso, os problemas e as consequência da desigualdade social e da falta de execução da reforma agrária no país, resultando em fome, injustiças e sofrimentos ao povo. Assim, essa declaração do diretor da ONU, não era vista somente como uma regressão ao combate a fome, mas como uma forma de enaltecer a ação política da Igreja, ao confirmar seu posicionamento.

Na análise da organização descritiva neste trecho, são identificados o uso de pronomes pessoais no plural “nós” e “estávamos”, que traz para o discurso uma ação, trazendo o leitor para o texto. Nesse sentido, Charaudeau afirma que “a enunciação elocutiva expressa com a ajuda do ‘nós’ contribui freqüentemente para a instalação de um *ethos* de ‘solidariedade’ na convicção, no dever ou na ação” (2016, p. 175).

Já nas afirmações “estávamos certos” e “estamos do lado certo”, se determina um discurso político que busca trazer o leitor para dentro da ação, os tornando responsáveis por ela, ao mesmo tempo que coloca o emissor enquanto agente político de ligação entre a ação e a resposta social neste meio em que está inserido.

Desta forma, as análises diante desta categoria que possui menos menções ao longo das

edições do impresso, mas nem por isso menos importantes, nos permitem identificar os pontos discursivos de influência ideológica de cunho persuasivo e progressista, a partir de expressões plurais que inserem os leitores/fiéis na ação discursiva, como que enunciadores na mesma proporção.

Vale ressaltar, que essa proposição se manteve ao longo das edições e das ocorrências, no *ethos* da solidariedade, onde se defende as ações a partir dos princípios cristãos, inserindo o outro (leitores/fiéis) dentro da declaração, como forma de manutenção de poder e em defesa da ética e moral católica.

Essa solidariedade, tem por finalidade a identificação e a organização de um grupo a partir da concordância em relação aos valores morais e éticos, tendo em comum posicionamento e comportamentos determinados por uma autoridade que detém o poder. O que neste caso, se materializa na liderança do Bispo Diocesano, através dos discursos proferidos e difundidos pelo jornal, visando uma identificação e uma aceitação em um grupo social que tinha por fator de união a confissão da fé católica em uma determinada região, evocando o *ethos* da solidariedade, em conjunto com o *ethos* da seriedade, que liga sua imagem a sua autoridade pública.

Outro ponto em relação à política internacional, que vai ganhar destaque nas páginas do impresso, é o projeto da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas¹⁵:

O Brasil vem sendo pressionado a aderir ao projeto da ALCA, o que só iria aumentar a submissão do país e de toda a América Latina aos interesses dos Estados Unidos e de sua economia. O Brasil precisa desvincular-se da humilhante submissão ao regime escravagista do poderio econômico dos Estados Unidos da América. Na minha opinião, e de nós todos, precisamos resgatar a confiança prevista na proclamação da autodeterminação dos povos (Até Que..., 2002, p. 08).

Deduz-se que, por se tratar de uma região interiorana agrícola, um jornal de cunho religioso com tais abordagens poderia auxiliar de forma significativa na formação da opinião dos leitores, principalmente quando lemos na escrita de Dom Agostinho a seguinte afirmação: “na minha opinião, e de nós todos [...]”, sendo massa de manobra pra referendar opinião dos leitores, que talvez nem tivessem conhecimento ou opinião formada sobre o projeto da ALCA, mas aqui estava sendo contada como existente e levada em consideração.

As críticas às ações políticas norte-americanas vão se repetir em outras edições. Como em setembro de 2002, quando comenta sobre o terrorismo mundial, lembrando os ataques de

¹⁵ A ALCA - Área de Livre Comércio das Américas, nasceu de uma proposição apresentada em 1994 na Cúpula das Américas, realizada em Miami, nos Estados Unidos. Nesta reunião 34 chefes de Estado do continente americano conheceram a intenção estadunidense de formar uma área de livre comércio com todos os países americanos. O principal objetivo da proposta é a progressiva eliminação das barreiras ao comércio e ao investimento entre os países americanos com exceção de Cuba (GUIMARÃES, 1999).

11 de setembro de 2001 e as tensões entre o Iraque e os Estados Unidos¹⁶.

Seria bom que entendêssemos que a guerra é sempre um terrorismo, assim como a tortura e a pena de morte. A nossa esperança é de que, com essas novas e trágicas lições, a humanidade queira, cada vez mais, superar os fundamentalismos, os imperialismos, os fundamentalismos religiosos e os imperialismos econômicos (Até Que..., 2002, p. 09).

Novamente o bispo diocesano expõe uma crítica à política norte-americana, ao mesmo tempo em que se utiliza do *ethos* do julgamento moral político. De forma a questionar quando a humanidade iria aprender que com conflitos não se resolveria os problemas, e que para a superação deste pensamento se fazia necessário a construção de uma conscientização política social.

Seguindo com uma abordagem discursiva persuasiva, com base ideológica católica, que molda seu posicionamento político e social, ele consegue discursar sobre temáticas distantes fisicamente dos seus leitores, mas próximas o suficiente para terem influência em suas formas de vida, gerando uma interferência indireta no ponto de vistas destes.

3.1.5 Política Internacional: Conflitos

Diante destas abordagens que envolvem política internacional, há presença de discursos sobre conflitos que aconteceram no mundo durante o período de circulação do impresso. Estas, seguem o mesmo padrão, não sendo notícias mas sim textos opinativos sobre o ocorrido, contendo informações básicas para que o leitor entenda quem está envolvido, a localização e motivação. No demais, teremos uma análise pessoal argumentativa do emissor, o Bispo Dom Agostinho.

A primeira coluna sobre tal assunto, selecionada do *corpus* documental reunido para esta tese, é de janeiro/fevereiro de 1987, assinada por Valdemar Munaro, teólogo diocesano, e trata sobre o acidente nuclear de Chernobyl. Este, acidente ocorrido em região que hoje compõe o território da Ucrânia, que integrava na época a União Soviética, ocorre em 26 de abril de 1986, quando um reator da usina nuclear da cidade explodiu, emitindo uma grande quantidade de material radioativo na atmosfera. Sobre isso, Munaro vai afirmar:

Os soviéticos não puderem deter o veneno radioativo que se espalhou por sobre a

¹⁶ Em consequência dos atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos entraram em uma relação de alerta e cautela contra seus possíveis inimigos, o chamado “eixo do mal”, composto por Irã, Coréia do Norte e Iraque. Estes serão alvos de uma forte campanha militar dos EUA nos anos seguintes. (KEEGAN, 1995)

Europa, e que assumirá a longo prazo, proporções assustadoras. O fantasma de uma catástrofe mundial está entre todos, e nosso planeta tem bombas suficientes para ser queimado até cem vezes. Pode haver medo. Mas, o que mais assusta é a certeza que arma alguma poderá matar ou destruir sem uma mão e vontade humana para acionar o gatilho ou a bomba da morte contra outros seres humanos. Sendo o homem criatura capaz de mudar seu próprio comportamento, alterando assim, as relações humanas, certeza e confiança se tornam possíveis fundamentadas na Graça de Deus como provedor da paz. [...] Ergueu-se, nos quatro cantos do mundo, uma bandeira pelo desarmamento, porém, desarmar, por si só, não é garantia de paz. Precisamos ser conscientes que somos responsáveis pela construção da paz, para que a tenhamos de verdade (Até Que..., 1987, p. 05)

Essa argumentação instiga ao leitor a uma reflexão diante do perigo das bombas, mas principalmente, a questionar o lado humano envolvido na criação e utilização delas. Afinal, uma arma só é mortal quando acionada por um humano. Todavia, não há uma reflexão acerca das consequências do acidente nuclear ocorrido em Chernobyl, mas sim uma associação da existência de bombas com o perigo eminente e constante de que fossem acionadas, onde uma luta pelo desarmamento não é suficiente para conter os riscos de uma possível guerra.

Quanto a organização discursiva descritiva, a paz estaria distante pelo fato de haverem humanos dispostos a ferirem outros humanos a partir do uso de armas e bombas, ao mesmo tempo, que a paz só é possível por vontade divina. Contudo, percebemos que novamente o leitor/fiel é inserido no discurso ao receber a responsabilidade enquanto provedor da paz, sendo evocado a levantar-se em prol do desarmamento. Sem abrir espaço para uma atuação passiva diante da situação, pois se determina no discurso que a paz é ação direta dos indivíduos, que pelos ensinamentos de Deus, não agem com violência para com o próximo.

A expressão “pode haver medo” nos remete a proximidade do perigo, sugerindo um efeito de realidade, pois indicaria que mesmo estando o desastre em questão a quilômetros de distância, o perigo de um conflito armado poderia estar próximo, bastando um indivíduo decidir por isso. Assim, este é um elemento que busca gerar um sentimento de inclusão no discurso, ao apresentar a expansão dos armamentos e as proporções ainda desconhecidas de suas consequências. Por fim, a linguística reforça o poder humano nestas ações, como determinante para a ocorrência ou não de conflitos.

Alguns anos mais tarde, em março de 1991, Dom Agostinho vai trazer em sua coluna uma reflexão diante das ações de Saddam Hussein, ditador iraquiano, que governou o Iraque de 1979 a 2003, ano que foi deposto por forças norte-americanas que invadiram o país, sendo executado em 2006. Teve seu governo marcado por crimes humanitários ao fazer uso de armas químicas e por envolver-se em duas guerras (Guerra Irã – Iraque, 1980-1988; e Guerra do Golfo, 1990 -1991).

Sobre isso, o Bispo Diocesano afirma:

Não podemos aceitar que um homem sozinho, jogue com vidas humanas indiferente às consequências finais. Ou, por outro lado, achamos que Bush não tinha o direito de se envolver em uma guerra com a qual nada tinha a ver, sacrificando vidas e tumultuando a “paz” mundial. Não queremos aqui, analisar quem tem ou não razão, porque se essa fosse colocada em prática, não haveria guerras. Sim, porque nos horrorizamos e tomamos partido quando se trata de um conflito abrangente, que abala as estruturas econômicas e sociais do mundo inteiro, mas, o das “guerrinhas” que promovemos diariamente, nem nos damos conta? Os “Hitlers” e os “Saddans” da vida começaram a se criar, a se aperfeiçoar, no convívio da célula menor da sociedade que é a família e, dentro da célula maior que é a nação. Agora analisemos, em termos particulares e de Brasil, quantas guerras são incentivadas, diariamente, pelas nossas ações e pelas nossas omissões? A guerra da exploração, da corrupção, das invasões, da irresponsabilidade, da comunicação, do descaso, do vício e das traições. Enfim, vivemos diariamente “engolidos” em guerras tão destruidoras quanto a guerra do Golfo, mas só ficamos estarecidos quando assistimos pela televisão. Será que um pouco mais de autenticidade, senso crítico, olhar racional sobre nossos atos e uma avaliação de nossa fé, não seria um passo, ainda que mínimo, para evitar mais tarde, conflitos como esses em nossa nação? (Até Que..., 1991, p. 02)

Neste discurso argumentativo político, se constrói um enunciado envolvendo o *ethos* da ética com o *ethos* da solidariedade. Desse modo, essa ação discursiva contribuiria para a construção de um sentimento de dever por parte dos indivíduos em relação à manutenção da paz e no reconhecimento de possíveis conflitos, baseado nos valores éticos e na responsabilidade social humana. Para Charaudeau, “o grupo militante constitui um subconjunto da sociedade cidadã: ele partilha com ela a preocupação pela coisa política e se caracteriza por uma especificidade que é seu engajamento na ação” (2006, p. 272).

Nesse sentido, o emissor evoca ao seu público como um grupo militante, para se unir a ele, em oposição aos conflitos armados, bem como a qualquer indivíduo que demonstrasse tais inclinações, mesmo que em questões pequenas. Essa reflexão do Bispo Diocesano, nos leva a analisar um novo ponto de vista diante dos grandes conflitos: “Os ‘Hitlers’ e os ‘Saddans’ da vida começaram a se criar, a se aperfeiçoar, no convívio da célula menor da sociedade”, ou seja, se trabalha com o imaginário do leitor/fiel, ao fazê-lo pensar que em seu meio social pode estar se formando um malfeitor social.

Ao mesmo tempo, em que questiona as “guerrinhas” que são naturalizadas no cotidiano, ignorando seus efeitos na vida particular e na sociedade, tais como “a guerra da exploração, da corrupção, das invasões, da irresponsabilidade, da comunicação, do descaso, do vício e das traições” (Até Que..., 1991, p. 02), que não sensibilizaria mais as pessoas como deveria. Enquanto por seu turno, um conflito armado, que envolve mortes em um local distante do lobo, mexeria com o psicológico social e instauraria um *ethos* de julgamento nos indivíduos, que acabariam escolhendo um lado.

Em algumas edições posteriores, novamente as armas químicas voltam às páginas do

impresso, desta vez pela assessoria de imprensa, na aba *Informe-se*, que trazia mensagem curtas de informação com um breve comentário. Nesta, de agosto de 1994, abordou-se as bombas terrestres ainda presentes no Vietnã, mesmo após o fim da guerra, que perdurou de 1955 a 1975, e que seguem matando civis.

As bombas do Vietnã continuam matando. Cerca de 600 pessoas por mês, estão morrendo no Camboja e outras 300 ficam mutiladas por bombas enterradas naquele território, durante a Guerra do Vietnã. O trabalho de retirada das minas já começou mas é muito lento, e na proporção que está sendo desenvolvido, os especialistas acreditam que levaria em torno de 600 anos para limpar a área. Ora, o povo não tem 600 anos para esperar. Isso só leva a uma conclusão: guerra não tem pontos positivos e não trazer bons resultados. Mesmo após o fim do conflito direto, o povo continua sofrendo. Precisamos aprender com nossos erros e estabelecer a paz que merecemos. E, isso só é possível com nossa conscientização política, condenando todo e qualquer líder que veja na guerra uma solução (Até Que..., 1994, p. 04).

A organização enunciativa aqui citada traz duas argumentações discursivas. A primeira, com as consequências da guerra já finalizada, que ainda seguia fazendo vítimas, em um tom narrativo informativo. E a segunda, que apresenta um ponto de vista em expressão plural, ao argumentar que a guerra é resultado de uma falta de conscientização política dos indivíduos, ao apoiarem líderes que vêem conflitos armados como soluções para questões diplomáticas e de poder. Neste último caso, temos a inserção do leitor no texto através dos termos “precisamos aprender”, “nossa” e “condenando”.

Essa construção discursiva é característica de um discurso político de afirmação de poder, assim como de caráter de julgamento moral. Já que, a partir do momento que se coloca o leitor como responsável social pela ação de outrem que ele possa concordar ou não, já fazendo um julgamento sobre seus valores sociais, ao considerar sua convivência ou não com o ocorrido.

Assim, o problema discutido, tem toda sua responsabilidade repassada aos sujeitos sociais, sem mencionar os envolvidos diretos no conflito e suas motivações. O que desponta como uma postura formativa de caráter, ao determinar que todos os indivíduos possuíam responsabilidades em relação aos conflitos e seus desdobramentos, a partir de seus posicionamentos políticos.

Uma questão importante nessa temática, e abordada nas páginas do impresso, vai ser os atentados de 11 de setembro de 2001 e seus desdobramentos. Sobre isso, Dom Agostinho, em sua coluna insitulada *Não se encontra paz fazendo guerras*, disserta:

A considerar o bombardeio dos líderes americanos com o apoio dos britânicos contra o povo afegão, por conta da caçada ao saudita Osama Bin Laden – que teria sido o responsável pelos atentados terroristas ao World Trade Center, em Nova Iorque, e ao Pentágono, em Washington - , o mundo vem assistindo, desde o dia 11 de setembro,

um itinerário em verdadeira contra-mão dos conceitos de unidade, de paz, de vida, tanto pregados por Jesus Cristo. [...] O cristão é, por inspiração de Deus, um caçador de paz. Mas onde encontrá-la, sem se precisar recorrer ao ódio e à vingança? Já clama Papa João Paulo II, “menos guerras e mais orações”. Pois os conflitos não estão somente no Afeganistão, mas também nos corações e nas mentes dos que ainda não compreendem o real valor da paz, do diálogo e da unidade entre os homens. Nos reconheçamos como pessoas, filhos de Deus, enviados com o propósito de promover seus ensinamentos e desejos (Até Que..., 2001, p. 02).

Neste trecho de sua coluna, observamos um ponto importante de análise, que é o de destacar a importância dos indivíduos se reconhecerem como “pessoas” com uma missão designada por Deus. O que refletiria uma qualificação do sujeito social, promovida pela sua crença espiritual, ao assumir sua responsabilidade enquanto agente ativo diante do proposto pela religião, com o sujeito se colocando como consciente de sua função nesta relação e nesta ação.

É perceptível, que a representação narrativa não descreva as questões políticas do conflito em si, mas reforça a postura política dos sujeitos, incluindo os leitores/fiéis, ao qual o emissor atribui valor de agente social envolvido.

Na edição de setembro de 2002, ao lembrar os atentados de 11 de setembro de 2001, como já mencionado no tópico anterior, Dom Agostinho apresenta em tom de ironia em relação a imagem de Bush perante o mundo: “Existe e espalha-se o grande ódio aos Estados Unidos, ao ponto de eu ver uma via-sacra encenada por jovens, onde ao lugar de Pilatos que lavava as mãos, está o presidente Bush, dizendo-se inocente das guerras no mundo” (Até Que..., 2002, p. 10). Mesmo não havendo referência de onde ocorreu tal encenação, a ideia estava sendo difundida no impresso diocesano também, onde o discurso defendido pelo bispo diocesano se fortalece e se molda enquanto uma ideia fidedigna.

Segundo Charaudeau, a ironia:

Trata-se de uma categoria humorística difícil de manejar no campo político porque a ironia, tendo sempre um efeito destruidor, pode ser contra produtora, a não ser, especificamente no caso em que seja o índice de uma posição de força, que seja provocadora (permitir-se ocupar a posição do cínico). (Charaudeau, 1992, p. 94).

Nesta construção discursiva, a ironia assume um caráter de transmissão de sentido, se utilizando do emocional, neste caso, de um certo “humor”, para ter a reação dos leitores diante de um acontecimento. O que nesse caso, se soma ao uso do religioso, já que acrescenta uma comparação à passagem bíblica de Pilatos lavando as mãos, no episódio de condenação de Jesus, para construir a crítica.

Essa narrativa enunciativa, conforme Charaudeau (2007), tem, na maioria das vezes,

uma ligação com a dramaturgia. Pois, encena, mesmo que de forma descritiva, uma situação, com o objetivo de:

(i) denunciar uma situação de declínio da qual o povo é vítima, jogando com a tópica da angústia; (ii) designar a fonte do mal sob a figura de um culpado que não deve estar determinado de forma precisa e deve deixar pairar a impressão de que age em surdina; (iii) instaurar-se como salvador, construindo para si uma imagem de potência por meio de um comportamento oratório feito de denúncias, gestos de indignação, lançamento de frases de efeito ou a manutenção da ironia (Charaudeau, 2007, p. 249)

Neste sentido, identificamos o estado irônico na afirmação “onde ao lugar de Pilatos que lavava as mãos, está o presidente Bush, dizendo-se inocente das guerras no mundo”. O emissor, ao mesmo tempo que traz uma narrativa séria, no sentido de narração de um evento, acrescenta a ironia ao ato de linguagem, instigando uma relação comparativa e de proximidade, entre o malfeitor bíblico (Pilatos) e o malfeitor do tempo presente (Bush).

Assim, esse discurso deixa emergir, em um esforço por parte do Bispo Diocesano, de destacar uma imagem própria de revoltado com o agir político norte-americano, enquanto responsável por conflitos armados em todo o mundo. Essa ação, retoma a construção política de um sujeito em seu *ethos* de caráter, que lhe dá credibilidade, associado com o *ethos* de inteligência, que se materializa pelo enunciado pautado na ironia, e que tem por objetivo despertar a afetividade do leitor em prol da concordância com a ideia apresentada. Seja pela relação mística da comparação, ou pela demonstração política da falta de responsabilidade e humanidade de um indivíduo com poderes suficientes para alterar o curso da vivência humana.

Já na edição de Dezembro de 2006, o Monsenhor Natalício José Weschenfelder, faz uma reflexão sobre conflitos, indo além de guerras entre nações, chamando atenção para os casos de violência armada em nosso país.

Em toda a parte existem cenas de violência. Nem os lugares mais do interior estão livres deste flagelo atual. Um crime hediondo cometido recentemente em São Paulo, gerou uma onda de protestos e todos clamam por paz neste Natal. Foi uma barbárie digna de cenas do Iraque onde um casal após ceder dinheiro de sua loja, foi colocado no porta-malas e o carro incendiado com uma criança no banco de trás. A cena chocaram a opinião pública brasileira. Nos presépios que estão sendo organizados nas igrejas e nas casas de nossa Diocese, pedimos que coloquem dizeres para pedir a paz. Estou escrevendo estas linhas, às 3h30h da manhã, do dia 13 de dezembro, indignado como mundo desumano que vivemos. Vemos no presépio a figura alegre e feliz do Menino Jesus no meio de um mundo triste e violento, seja no Iraque, no Afeganistão, na Venezuela e nas ruas de nosso Brasil. Aqui coloco em intenção, ao lado do Menino Jesus, a criança queimada que clama por justiça. Em nossas orações, vamos imaginar a dor e o desespero do casal dentro do porta-malas, queimado vivo sem poder acudir o filho no mesmo carro. Não podemos festejar esse Natal com os olhos tapados diante das barbáries que estão acontecendo em nosso país. O Brasil necessita de Paz! Nos colocamos diante do Senhor em intenção e não deixamos apagar a dor desta família, para que seja anúncio de que precisamos ser mais humanos e propagar o amor de Deus

em todos os momentos (Até Que..., 2006, p. 05)

Essa formação discursiva se molda com elementos de diferentes finalidades. Primeiro, a humanização do emissor na expressão “estou escrevendo estas linhas, às 3h30h da manhã, do dia 13 de dezembro, indignado como mundo desumano que vivemos”, se utilizando do *ethos* de caráter e do *ethos* de inteligência, despertando sentimentos no leitor em prol da causa apresentada.

Outro ponto, é a inserção do leitor/fiel na reflexão, com os termos: “nossas”, “vamos”, “colocamos” e “precisamos”. Aqui, ao apresentar o episódio violento ocorrido no estado de São Paulo e que chocou o país, o emissor ressalta que o leitor não está distante desta realidade, mas que tem função ativa, mesmo que de cunho espiritual, ao colocar em intenção a família atingida.

Em relação a cronologia narrativa, ela se expõe de forma contínua em estado de inversão. Isso, porque, primeiramente, apresenta os fatos do ocorrido no passado recente (o crime bárbaro ocorrido com a família paulista), para depois mencionar as ações a serem adotadas pelos leitores, no qual ele se inclui, dentro dos princípios cristãos, trazendo o caso para próximo da realidade dos leitores (colocando quanto intenção nos presépios), além de orientar a terem uma postura social mais humana, evitando conflitos e indo contra os quadros de violência.

Desta maneira, ocorre um encadeamento espaço-temporal, que se inicia a partir da sequência cronológica, somada à questão de localização. Pois, o texto traz um evento presente, ao mesmo tempo que fecha o espaço dentro da mística religiosa, inserindo as vítimas dentro da localização espaço-temporal dos leitores, visível na expressão: “não deixamos apagar a dor desta família”. Já na dimensão discursiva argumentativa, a violência ocorrida é comparada com os atos violentos de guerras internacionais como no Afeganistão e Iraque, colocando os conflitos como uma única essência, que se materializam em diferentes formas e lugares, a partir de um mesmo princípio, o de ferir o outro, a partir de diferentes justificativas. Construindo um enunciado, de que a paz, é fruto de construção pessoal, a partir da vivência cristã, que deveria ser praticada em todas as instâncias do cotidiano.

3.1.6 Direitos Humanos

Outro ponto de análise temática pertinente a esta pesquisa, se refere a abordagem sobre os Direitos Humanos. Estes são direitos básicos assegurados a todos os indivíduos em todo o mundo, sem fazer distinção por nacionalidade, cultura, gênero, orientação sexual ou classe

social, sendo amparado a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945.

Dada a importância da garantia desses direitos civis e políticos para todos os cidadãos do mundo, a temática já vai ganhar destaque no impresso no seu primeiro ano de publicação. A edição de dezembro de 1985, traz uma coluna intitulada *Direitos Humanos e sua importância mundial*, assinada pelo Pe. Leopoldo Melz, que faz a seguinte reflexão:

No momento atual vivemos numa sociedade onde os direitos fundamentais do homem, cada vez mais, são lesados. Direito à educação, ao trabalho, à subsistência e a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem estar. Direito à liberdade e à vida. Privado destes, o homem não consegue se desenvolver plenamente, tornando-se deficiente na sua vida intelectual, moral e espiritual. Apesar do homem sentir a necessidade de viver em conjunto, ele se isola pois seus direitos de ser humano são barrados, fazendo que não haja mais sentido conviver em grupo, em comunidade, em sociedade. Todas essas barbaridades de nossa sociedade que se diz moderna e contemporânea deveriam fazer com que o homem caísse em si e analisasse até que ponto está cooperando com os direitos de seu semelhante. [...] Assim, a existência dos Direitos Humanos, vigentes no mundo todo, permitem que a vida humana seja desenvolvida em plenitude, com todos os seus direitos e deveres básicos, sendo respeitado ao máximo, não havendo motivo algum que possa lesar o homem nos seus direitos humanos mais fundamentais. Mas pensemos diariamente, em nosso momento de oração, não estamos nós por demais tentando nos desvencilhar da nossa parte de culpa em tudo isso? Que saibamos respeitar o direito do próximo e exercer nossos deveres como cristãos que somos, conforme é a vontade de nosso Deus Pai. (Até Que..., 1985, p. 06)

Nessa formação discursiva, com elementos de característica narrativa, se aborda, como estado inicial, as injustiças que ferem os direitos básicos dos indivíduos em sua vivência social, dando ênfase às consequências psicológicas destas ações, como expressadas: “privado destes, o homem não consegue se desenvolver plenamente, tornando-se deficiente na sua vida intelectual, moral e espiritual” e “ele se isola pois seus direitos de ser humano são barrados, fazendo que não haja mais sentido conviver em grupo”. Estas enunciações nos remetem a um ponto de vista além do narrativo, trazendo em questão a parte humana social dos sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo que apresenta um resultado nítido, mas que muitas vezes é ignorado. Afinal, o isolamento social provocado pelo sentimento de exclusão, nem sempre é abordado em uma narrativa jornalística ou nas conversas informais do dia a dia.

Esse posicionamento, traz novamente à tona o *ethos* da sensibilidade, onde o discurso passa a evocar os sentimentos do leitor, o induzindo a questionar suas ações para com o próximo. Além, de “informar”, que todos temos responsabilidade na execução ou não dos direitos e deveres dos indivíduos, a partir do princípio cristão, ao propor que o leitor “analisasse até que ponto está cooperando com os direitos de seu semelhante”.

A cronologia desta narrativa discursiva argumentativa se dá de forma inversa, quando

primeiro apresenta o fato (violação dos direitos básicos), para em seguida ir ao estado final (responsabilização dos sujeitos), retornando ao ponto inicial (questionamento dessa responsabilização).

Nesse sentido, esse discurso traz duas abordagens: político e religioso, que acabam conflitando e se entrecruzando ao mesmo tempo. O que torna necessário levar em consideração, durante o processo de análise, os diferentes elementos discursivos linguísticos utilizados, bem como quem é o emissor e suas influências, que se tornam presentes nas manifestações políticas que a compõe. O que nesse caso, nos remete as influências religiosas, presentes nos discursos apresentados, independentes de suas temáticas, bem como os elementos que oscilam entre os *ethos* da seriedade, afetividade, solidariedade e caráter.

Isso permite que as manifestações discursivas cheguem “a um patamar de ampliação da compreensão e da prática sobre o que está em jogo na política: mais do que interesses pré-constituídos fora dela, e nela apenas representados, também identidades e construções culturais do mundo a partir de perspectivas particulares” (Burity, 2011, p. 126).

Sendo assim, essas mesclagens políticas, sociais e culturais estruturam e justificam os posicionamentos apresentados no impresso diocesano. É interessante destacar, que nesse quesito dos direitos básicos humanos, o emissor não deixa de se relacionar com o viés religioso, alegando que estes são um bem oriundo de Deus aos seus filhos.

Na edição de dezembro de 1988, é a vez de Dom Agostinho, apresentar seu posicionamento perante os Direitos Humanos. Ele afirma:

Faz-se necessário mais respeito ao sentido da humanidade, que, de tão pouco utilizado, temos nos esbarrado nos cacos do materialismo que, constantemente, “reabre aquela ferida” da injustiça. Felizmente foi elaborado um “sistema de socorro de apoio”, para que toda vez que haja uma injustiça, possamos buscar uma força, uma solução. Mas infelizmente nunca nos deparamos com a cura dessa ferida que é a violação e a exploração de nossos direitos. Para estancar esse sangue, inconscientemente, o que acontece é que se vai abalando a dignidade da pessoa para causar um efeito de amortecimento da dor. E, assim, vamos perdendo a razão e a garantia dos Direitos Humanos, que em primeiro plano requerem respeito. Nos esquecemos de lutar, no mínimo, pelo cumprimento dos códigos da justa lei (regulamentada pela nossa Nova Constituição). A isso cabe revelar certas responsabilidades no campo social e individual. Esse é o que mais nos atinge. Então é nossa responsabilidade prevenir a abertura constante dessa ferida. Vamos eliminar os fatores que violentam as Leis Humanas, tendo como lema: HUMANIDADE E VERDADE! (Até Que..., 1988, p. 02).

Neste enunciado discursivo argumentativo, o emissor, no caso o Bispo Diocesano, adota uma postura de orientador, diante da necessidade de se respeitar os direitos básicos dos seres humanos. Novamente, se percebe a busca por puxar para dentro do discurso, o lado emocional

do leitor, ao dissertar sobre as consequências no agir e no pensar do sujeito violado. Desta forma, o emissor se estabelece enquanto um amigo, que compreende a dor e o sofrimento do outro, e transpassa esse reconhecimento ao leitor, que assume a responsabilidade de sentir a dor do próximo, o acolhendo, respeitando e compreendendo. Essa ação caracteriza o *ethos* da humanidade, já que é através do aconselhamento e da compreensão do outro que o sujeito vê no líder religioso uma credibilidade e uma imagem de seriedade, pois se repassa, pelo discurso, que ele vive o que prega, assim como a imagem transmitida da Igreja.

Nesse sentido, Charaudeau (2015), afirma que se constrói um caráter de guia-partor, em que o emissor se utiliza dos princípios morais para orientar e conduzir as ações humanas. Isso fica visível na forma como o Bispo, neste discurso, assim como em outros já abordados, busca orientar os leitores e ajudá-los nas decisões diante das problemáticas apresentadas. O que neste trecho em específico, se destaca na argumentação que induz o leitor a adotar uma postura de cuidado e respeito com os direitos do próximo, ao mesmo tempo que o orienta a seguir seus deveres, estabelecendo um relacionamento social de cortesia com o outro, evitando mexer na ferida que afeta a sociedade, ali mencionada.

Um ano depois, na edição de dezembro de 1989, a temática vai ser abordada pelo Pe. Celestino Munaro, na coluna intitulada *Direitos Humanos, Direitos dos Povos*.

Aprovada em Paris, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi festejada como a vitória da liberdade contra a opressão, da paz contra a violência, da fraternidade contra os preconceitos. E de fato foi. Tinha o mundo conhecido de muito perto as atrocidades do nazismo, as tristes consequências da intolerância, do racismo e da guerra. Proclamar naquele momento da história da humanidade, que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”, era especialmente significativo. O que estava em jogo era a liberdade individual, o respeito pelas opções culturais, religiosas, filosóficas, de cada ser humano e o reconhecimento pela igualdade de raça, de lugar e de língua. Assim, os Direitos Humanos é uma marco na história da civilização. [...] Hoje, 41 anos após sua aprovação, podemos ver que o respeito à dignidade do homem, à sua liberdade individual, está longe de ser uma conquista em largas faixas do mundo moderno. [...] Esses quarenta e poucos anos nos levaram à consciência de que é irrecusável o envolvimento nessa luta, mas exige cada mais um maior compromisso de nossa parte, colocando a justiça e a paz acima de nossos interesses individuais e particulares (Até Que..., 1989, p. 05).

Nesta formação discursiva argumentativa, temos três pontos elementares: O primeiro, com a apresentação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo extremamente necessária no espaço-temporal em que foi promulgada, pois veio como resultado por um momento conturbado que a humanidade estava vivendo, ao mesmo tempo que sua cronologia segue constante, pois sua ação ainda é atual.

No segundo ponto, temos o questionamento diante dos seus resultados ao longo dos quarenta e um anos de promulgação. Pois, para o emissor ainda havia muito para se concretizar. O que acaba mesclando o *ethos* de seriedade, na medida em que constrói a narrativa com base histórica e apresenta os problemas ainda em aberto, com o *ethos* da competência, que por ser um escritor de constância no impresso, além de ser padre diocesano ligado as causas sociais, ele adquire uma imagem de experiência e habilidade para realizar tais reflexões e questionamentos, apresentando um domínio pragmático dos valores sociais, políticos e religiosos dentro do discurso.

Por fim, temos a evocação do *ethos* da sensibilidade, que estimula o leitor para assumir uma função de agente ativo perante a consolidação dos Direitos Humanos, ao expressar “Esses quarenta e poucos anos nos levaram à consciência de que é irrecusável o envolvimento nessa luta, mas exige cada mais um maior compromisso de nossa parte, colocando a justiça e a paz acima de nossos interesses individuais e particulares” (Até Que..., 1989, p. 05). Essa argumentação, de cunho político emocional, coloca o discurso como uma ação que exige uma reação emocional dos leitores, diante da causa abordada, seja por finalidade social, humana ou religiosa.

Em uma nova menção, mas de cunho mais informativo narrativo, vamos ter na edição de setembro de 1993, uma reflexão diante da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, ocorrida em junho do mesmo ano, em Viena, na Áustria. Sobre o evento, Dom Agostinho vai afirmar:

Na Conferência, a mais importante constatação foi de que a problemática dos Direitos Humanos é uma preocupação de todos os povos e, também, que em todo o mundo os direitos humanos continuam sendo violados e desrespeitados. Reconheceu-se a universalidade dos Direitos Humanos e a obrigação dos estados pugnarem pela efetiva promoção e proteção deles. [...] Tratou a conferência com veemência o repúdio à tortura considerando a mesma como a mais atroz violação contra a dignidade da pessoa humana, devendo os estados adotar legislação para punir todos os responsáveis por tão grave violação. E, reafirmou-se, o esforços para erradicar todas as formas de tortura e, a importância das ações concretas para a assistência das vítimas, com as medidas para reabilitá-las tanto física, como psíquica e socialmente (Até Que..., 1993, p. 02).

O enunciado aqui parcialmente citado, nos remete a uma narrativa argumentativa de reconstituição, por conter elementos relacionados à construção narrativa de um acontecimento, ao mesmo tempo que une passado e presente. Isto pois, o estado inicial da narrativa discursiva ocorre com a abordagem das conclusões constatadas na Conferência, em relação a continuidade da violação dos direitos em todas as partes do mundo. Também se reafirma a função dos Estados enquanto provedores e defensores destes direitos.

A atualização destes fatos é a inserção do combate à tortura, como uma violação grave aos direitos humanos, sendo também responsabilidade do Estado, ou seja, mantém a constância do discurso. Enquanto o estado final, destaca a necessidade de ter assistências às vítimas, fosse proveniente do Estado ou da sociedade, o que envolveria o *ethos* da sensibilidade e o *ethos* da responsabilidade. Já, que as ações não se limitam aos Estados e insituições, mas provocam os indivíduos para a ação ativa na sociedade.

Neste caso, a cronologia segue contínua e em progressão, pois a ação iniciada, segue em curso, em tempo linear. Isto ocorre por conta de que, os fatos permanecem em execução desde as promulgação da Declaração até o tempo presente, com a Conferência de avaliação e manutenção do vigor das leis. Os órgãos envolvidos, os Estados e as entidades sociais seguem sendo motivadas e responsabilizadas a se manterem em postura de defesa, vigilância, denúncia e punição diante de qualquer violação que fere os direitos de qualquer indivíduo. O que se faz presente no discurso apresentado, ao abordar e defender essas posturas, mesmo que de forma narrativa, pois ao dedicar o espaço, o jornal deixa transparecer seu apoio.

Enquanto que, no quesito espaço-temporal, a formação discursiva tem elementos do presente, o espaço é aberto, ao permitir deslocamentos entre passado e futuro, com os termos “constatação”, “continuam sendo” e “adotar”. Desta forma, a narrativa coloca todos como agentes ativos na causa, além de tratá-la como algo emergente e necessário para a sociedade. Com essa abordagem de caráter argumentativo político, o impresso diocesano deixa nítido que concorda com efetivação da Declaração e com o cumprimento das leis envolvidas, ao contribuir para a divulgação da proposta e com a inserção dos seus leitores/fieis na promoção da mesma.

3.1.7 Política Nacional: Abordagens sobre a política interna

Como percebemos até aqui, política foi um tema recorrente nas páginas do impresso diocesano, que buscava formar ou fortalecer uma conscientização política dos católicos da região Sudoeste do Paraná, principalmente através das opiniões do bispo diocesano sobre os temas que abordou, de forma opinativa, parcial e convicta. Nesse sentido, teremos uma ampla abordagem diante das temáticas de política nacional, sob as quais iremos refletir neste momento.

Por ter um *corpus* documental mais amplo, vamos pontuar alguns trechos considerados chave diante das ocorrências em ordem cronológica, que nos permitirão visualizar o discurso determinante, que deixa emergir as influências discursivas políticas defendidas pelo jornal e repassadas aos seus leitores/fieis.

Em 1984, como a emenda constitucional que propunha eleições diretas para presidente foi rejeitada pelo Congresso Nacional, as eleições foram realizadas de forma indireta, vencendo a chapa Tancredo Neves e José Sarney. Porém às vésperas da posse, Tancredo foi hospitalizado, indo a falecer um mês depois. Este episódio resultou na posse do vice, José Sarney como presidente do Brasil. Diante dessa episódio, em março de 1986, Dom Agostinho escreve em seu espaço no jornal diocesano, sua análise a respeito da conjuntura política que se instalara:

Parece-nos que o país vive uma fase de grande confusão não se sabe mais quem é quem... Pontos de vista desencontrados, opiniões divergentes, mesmo nos quadros do governo, aliança apregoada nas palavras, mas inexistentes de fato, gera confusão e insegurança generalizada. Além da confusão, há também desconfiança. Ninguém discute que o povo se sentiu traído e até vilipendiado com o Plano Cruzado II, atirado sobre a população. O Brasil se tornou uma confusão, cheio de desconfiança, abuso de poder e econômico. A “luta” democrática empreendida por Tancredo Neves, Ulisses Guimarães e tantos outros, atravessando o país, convocando multidões, entoando em plena praça o hino nacional, entre outras coisas, sempre investiu veemente contra a influência do poder econômico nas eleições e em outros setores da vida nacional; investiu contra a falta de programas dos partidos brasileiros e apresentou o PMDB como sendo o único partido verdadeiramente comprometido com os interesses populares. (Até Que..., 1986, p. 02)

Nesse discurso fica nítida a empatia de Dom Agostinho pelo Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, no qual tinha amigos políticos, como deputados estaduais com quem mantinha uma relação próxima, pois era a eles que recorria em busca de recursos para o Sudoeste. Porém, em 1987, o bispo diocesano escreveu novamente ao jornal *Até Que...*, desta vez uma dura crítica ao partido.

Sempre acreditei no PMDB, porém o que vejo hoje? O poder econômico comandando o processo eleitoral de 1986, o dinheiro derramando a rodo para a compra de votos, gerando um frívolo espetáculo de uma vergonha a ciranda eleitoral. Candidatos comprometidos até o pescoço com os mais descarados esquemas econômicos selvagens e exploradores, acobertados no PMDB. Gente comprometida com a UDR disputando as eleições pelo PMDB. Como acreditar, como confiar? Estão juntando em um partido Pilatos e Herodes, o lobo e o cordeiro. A “farsa” da constituinte mostra de sobra como a democracia não constituiu, para muitos o ideal a ser vivido, mas o pretexto a ser usado, se for possível, para o engodo geral. Saudades do MDB que lutava pela democracia, que pensa no povo. Aquele sim, sempre terá meu apreço. (Até Que..., 1987, p. 01)

A forma como Dom Agostinho assume seu lado nas questões políticas nacionais e regionais, deixa claro que ele, mesmo sendo o administrador diocesano, sabia se colocar neste mundo. Afinal, manteve relações estreitas com vários líderes regionais e estaduais do PMDB e mesmo assim, não demonstra receios em expressar publicamente suas opiniões, e a transmiti-las para inúmeros fiéis, os quais buscavam se colocar como referência de opinião.

Mas o ponto chave de análise nessas duas formações discursivas argumentativas, é o *ethos* chefe, que mesmo aqui apresentada de forma descritiva, tem elementos de expressão que visam “caracterizar a enunciação da palavra em sua forma oral” (Charaudeau, 2015, p. 168). Isso, porque deixa transparecer o modo próprio de se expressar, característico do seu falar, em sua construção discursiva. Claro, que essas maneiras de expressão são determinadas pelo papel e pela função social que o emissor dispõe e atua.

Neste caso, se destaca a forma do “bem falar”, que segundo Charaudeau,

[...] resulta da ideia que possui um grupo linguístico sobre o que deveria ser uma maneira de falar elegante, culta, que tem estilo. São tantos qualificativos que, longe de referirem a um falar padrão, acabam por designar, ao mesmo tempo, as qualidades do orador e sua posição elevada na hierarquia social (Charaudeau, 2015, p. 169).

Esses elementos linguísticos semiológicos, são identificados no discurso, por esse não manifestar receio, temor ou cautela diante das construções argumentativas, sendo elaborado de forma coesa e controlada. Outro ponto chave, é a associação dos argumentos políticos com a base teológica proveniente da formação do enunciador (Bispo), criando uma articulação que demonstrava que o posicionamento não foi produzido por terceiro ou inspirado em um discurso proferido pelo bispo, mas construído pelo emissor, a partir de suas experiências.

Em setembro de 1989, uma nova crítica é realizada no impresso diocesano, na qual o Pe. Leopoldo Melz assume um posicionamento em concordância com o apresentado anteriormente pelo Bispo Diocesano, em relação à situação política nacional.

O homem é, por sua natureza íntima, um ser social. É na participação plena e efetiva da pessoa humana da vida da comunidade e da sociedade, numa ordem democrática, que ela encontra a sua verdade. Assim, Brasil, você não sabe o que está perdendo ao quando se torna conivente com a fome, com a miséria, com o crime, com o abuso do poder, e não escuta a voz do teu povo clamando por justiça, terra, pão, saúde, escola, lazer, liberdade e democracia. Acorda Brasil! Apesar de tudo, renasce a esperança na luta, na organização e na solidariedade. (Até Que..., 1989, p. 04)

Neste caso temos elementos delocutivos, onde o discurso apresentado tem por função principal reforçar o posicionamento já adotado pelo jornal diocesano e pelo bispo em outros momentos. Os argumentos se entrecruzam, ao mesmo tempo que trazem características linguística distintas. Pois, em ambos os casos, as preocupações políticas são embasadas nas influências religiosas em comum, mas cada qual a partir de suas experiências pessoais.

Esse trecho, traz uma crítica ao próprio Estado, ao mesmo tempo que se refere à sociedade civil, sob referência *Brasil*, questionando suas ações políticas, considerando que estes possuíam total conhecimento sobre a situação questionada. Enquanto, esperava que houvesse

uma oposição à forma como a política nacional estava se organizando, não descartava a convivência de algumas estruturas sociais e de alguns indivíduos, para os quais utiliza o verbo “acorda”.

No ano seguinte, com o início do Governo de Fernando Collor (1990 – 1992), teremos um destaque na edição de abril de 1990, exatamente um mês após a posse do novo presidente, com o título *O que desafia o presidente?*. Esta indagação foi feita por Dom Agostinho, que se dedica a refletir sobre o que espera do novo governo.

Collor, certamente se prepara para atacar entre outros problemas, três que destacam no horizonte político que o aguarda: a inflação, a reação do funcionalismo público, às demissões e a ausência de sustentação de um partido político forte. Diante destes três problemas, só resta para Collor o renascimento do Centrão. Mas um Centrão tem também seus inconvenientes para um governo que se propõe ao enxugamento da máquina administrativa. [...] Mas nada existe no mundo, sem contrapartida. Contra esta tríplice problemática o Governo Collor de Mello conta com muitos fatores favoráveis: boa vontade da comunidade financeira, apoio do empresariado nacional e apoio dos grandes meios de comunicação em massa nacional (Até Que..., 1990, p. 02).

Mesmo que essa organização discursiva tenha por estado inicial a apresentação dos problemas imediatos a serem encarados pelo novo governo, sendo abordados como complexos, logo a narrativa destaca uma solução: que seria o “renascimento do Centrão”. O que já no estado secundário, é questionado. Instalando uma distinção discursiva, pois por mais que hajam problemas imediatos da esfera política pública, que interferiam nas promessas de trabalho do novo governo, a solução apresentada, e possivelmente considerada pelo próprio governo, não é bem uma solução. Tal solução se apresentaria mais como uma troca de favores, o que é definido pelo trecho “nada existe no mundo, sem contrapartida”. Assim, há a naturalização de um problema, por esse ser, de momento, a solução para um problema social político mais emergente.

Outro ponto, é a listagem dos pontos favoráveis ao governo, que poderiam ser cruciais para o êxito, ou não, do trabalho a ser realizado. O termo “muitos” vem para comprovar esse sentido de predomínio positivo as ações do governo. Obviamente, que não havia garantias que esses fatores fossem possibilitar uma política nacional transformadora ou, simplesmente, satisfatória. Mas, como nosso foco de pesquisa, é o discurso do impresso, este nos mostra que o jornal defendia uma ação política democrática, com foco social, assim como o discurso religioso proferido pela ação pastoral da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão.

Portanto, o impresso usa a voz de diferentes enunciadores para apresentarem aos leitores/fiéis, da região Sudoeste do Paraná, esses pontos de vistas, buscando através do *ethos* de chefe e do *ethos* de credibilidade, ganhar voz nesse público, adquirindo destes a

concordância necessária para que o discurso continue se difundindo. Essa adesão ao pensamento exposto, se apresentaria propriamente como uma justificativa da permanência e da expansão do jornal no espaço em questão, não generalizando sua influência para todos os moradores, mas nos dando a compreensão de haver a adesão por boa parte dos fiéis, em diferentes grupos sociais.

Apenas três meses depois, em julho de 1990, já será possível observar a presença de uma crítica ao Plano de Governo do Presidente Collor. Desta vez, a matéria vem assinada por Dom Agostinho e por Itacir Rovaris, que se apresenta como administrador e professor do curso de Administração e Ciências Econômicas da FACEPAL. Não se constata no corpo do texto uma divisão aparente entre as falas dos autores, mas nos chama a atenção o cuidado na construção argumentativa ao longo de todo o artigo, mantendo seu posicionamento de forma coesa e concordante.

O povo começa a duvidar do Plano Collor, mas o Governo tem instrumentos poderosos para não cair na descrença. Depois de três meses de governo, passou a novidade o novo estilo de governar, e a opinião pública nacional começa a encarar o exercício do poder central no que ele tem de substancial e não pelos seus finais de semana movimentados como a imprensa geral não cansa de mostrar. Toda mídia está direcionada para produzir a figura de um super-herói e de repente já começa a emergir a imagem de um chefe de um governo frágil. Não significa que o barco do plano esteja submergindo, mas não há dúvida de que já há água minando nos porões. [...] Dentro destas circunstâncias, o governo Collor, que gerou este quadro não pode representar Pilatos lavando as mãos, e muito menos Nero, observando da tribuna de honra os gladiadores em desigualdade de força debatendo na mira das negociações (Até Que..., 1990, p. 02)

Ao nos debruçarmos em análise diante dessa construção discursiva que conta com dois enunciadores, no deparamos com uma narrativa única. Na qual, temos por estado inicial, a identificação da fragilidade do Plano Collor em relação a opinião pública. Quanto ao estado de atualização, há o papel da mídia nacional, em exaltar a vida pessoal movimentada do Presidente, ao mesmo tempo que apresenta seus problemas em relação a imagem de chefe-maior do Estado brasileiro, de forma oscilatória. Obviamente, que a própria mídia, que na edição anterior, era apresentada pelo Bispo Diocesano como um ponto favorável de Collor, agora se apresenta como uma dúvida, pois possuía seus próprios interesses para defender.

Por consequência, temos o estado final com a presença de argumentações com viés religioso, em que o posicionamento dos enunciadores cobrava uma não omissão de Collor diante as problemáticas de seu governo, mas uma ação na tentativa de restauração. Para tal crítica, se utilizam do elemento linguístico de comparação, confrontando-o ao personagem bíblico Pilatos e ao imperador romano Nero, os quais se isentaram das culpas por seus atos.

O espaço-temporal é de caráter fechado, já que a narrativa se passa toda em formações argumentativas de opinião, centradas nas problemáticas do Plano Collor. Enquanto isso, a cronologia segue em progressão linear contínua, pois é uma ação ainda em curso, sem finalização, de encontro com o tempo presente, com expressões comparativas diante das esperanças do passado, conforme destacado no trecho “depois de três meses de governo, passou a novidade do novo estilo de governar”.

Por fim, o discurso se apresenta com elementos opinativos de posicionamento, ao elencar comentários próprios, como na afirmação: “não significa que o barco do plano esteja submergindo, mas não há dúvida de que já há água minando nos porões”. Que ressalta o ponto de vista dos emissores em relação a questão abordada.

Ainda, movidos pelas críticas e pelas decepções com a situação política brasileira, em novembro de 1990, teremos como destaque na capa do jornal a seguinte chamada: *A conquista da vida, o Brasil é um país movido a esperança*, que vai trazer uma análise político-religiosa diante dos problemas nacionais e das esperanças que os princípios cristãos pregam.

Enroscados numa crise geral e cada vez pior, os brasileiros acreditam sempre no amanhã e colocam algum fato para nele alimentar esta esperança-certeza. No começo foi a chamada redemocratização, em seguida passamos pelo entusiasmo das Diretas Já. Depois foi a vez da Constituinte. A esperança chegou ao ponto mais alto no ano passado com a eleição de um Presidente. No mês passado a eleição de deputados e senadores... governador... neste mês segundo turno... e a cada esperança corresponde uma nova decepção. No Brasil novo tudo continua como antes. Continua o reino dos poderosos. Na realidade os problemas do Brasil são complexos e de difícil solução. Porque essa solução dispõe trabalho sério, honestidade, moralidade e vontade... dos políticos, que não mostram compromisso. [...] Deus, necessariamente tem que passar pelo coração do homem e chegar nas estruturas para modificá-las. Deus está conosco. Mas Ele precisa fazer parte das ações daqueles que comandam nosso país (Até Que..., 1990, p. 01)

Neste trecho, identificamos a presença de diferentes elementos discursivos, iniciando com uma abordagem narrativa, que afirma que os brasileiros teriam uma esperança própria, mesmo diante das piores crises. Mas logo, essa enunciação, é substituída por uma argumentação com elementos plurais, que colocam o emissor na mesma ação, como sugere o uso do termo “passamos”.

Entretanto, na parte central do discurso, temos o uso de reticências, que na Análise do Discurso, assinalam uma “omissão intencional de uma coisa que se devia ou podia dizer” (Ferreira, 1999, p. 38). Ou seja, há uma distância entre o “escrito” e a “ideia formadora”, que, o próprio emissor deixa emergir, apresentando a duplicidade do ato discursivo.

Portanto, há uma omissão de termos que compõe o discurso, ainda que não interferindo

no sentido do que está sendo declarado. Pois, compreendemos que no trecho: “No mês passado a eleição de deputados e senadores... governador... neste mês segundo turno... e a cada esperança corresponde uma nova decepção”, cada reticência sugere uma crítica, desqualificando a ação. Não precisa ser dito, para ser compreendido, dentro do viés do *ethos* da credibilidade, já se faz conhecer a postura do emissor, tendo aval público para tal afirmação, envolvendo a percepção dos leitores. Já que “apresenta a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo em que é proferida” (Maingueneau, 2002, p. 174).

Entranto, um ponto que merece destaque, é que mesmo após o governo Collor ser analisado em diferentes edições do impresso diocesano, não haverá menções sobre seu impeachment e a substituição pelo vice-presidente Itamar Franco, ocorrida em dezembro de 1992. Uma menção seria observada na mensagem de Ano Novo, na edição de janeiro/fevereiro de 1993, onde, em um pequeno trecho, Dom Agostinho afirma:

Ao apagar das luzes do ano findo e ao limiar de dum novo ano, precisamos nos situar como no alto da montanha ou viajante no topo da colina. Olhando para trás, vemos que foi um ano repleto de acontecimentos marcantes. No plano social e político, a Igreja esteve onde deveria estar, orientando, sobressairam as eleições municipais e o afastamento do chefe da Nação. Olhando para frente, vamos pôr na mão de Deus o novo ano. No decorrer deste ano, à primeira vista, não temos eventos relevantes como no ano que passou, o que faz parecer que será um ano mais tranquilo (Até Que..., 1993, p. 02)

De certo modo, a estrutura enunciativa desta narrativa, nos apresenta uma postura de indiferença. Como se o afastamento de Collor não tivesse impactos na política nacional que merecessem ser apontados. De qualquer forma, não há elementos de análise suficientes que nos permitam compreender essa omissão diante do ocorrido, mas que pode indicar uma legitimação ou uma naturalização do problema, indicando um caráter transitório de dúvida ou de preocupação com o que houve e havia por vir.

Posteriormente, teremos uma abordagem da política nacional que não envolve eleições (por serem outra categoria de análise), na edição de setembro de 1995, já no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Com o título *Independência do Brasil*, a reflexão discorre muito além da simbologia do 07 de setembro.

Cada ano, setembro nos lembra a data maior da nossa nacionalidade. Neste ano de 1995 temos motivos para refletir sobre seu significado. Mas, hoje, decorridos 173 anos, ainda podemos festejar do mesmo modo a Independência do Brasil como nos anos anteriores? Que somos uma nação livre, soberana e independente constitucionalmente, ninguém nega ou põe em dúvida. Porém, nossa independência fica diminuída internamente pela nossa codependência ao estrangeiro, na economia, na política ou na cultura. Também, somos dependentes das práticas que prendem

nossos cidadãos, como a corrupção, a violência, a insegurança e a falta de recursos. Somos proclamados independentes, mas ainda falta caminhar muito para sermos independentes de fato (Até Que..., 1995, p. 02)

Com essa análise diante da Independência, mesmo que parcial, segundo o emissor, do Brasil, se constrói um discurso político argumentativo de opinião, utilizando do *ethos* de chefe, ou seja, fazendo uso da liderança pública a ele atribuída para expor seu posicionamento sem necessidade de justificativa. Pois, ao mesmo tempo que aponta que o Brasil seria uma nação independente, a questiona, diante da interferência de questões externas em nossa política, economia e cultura. Mas, principalmente, coloca os problemas públicos sociais, como sinais de dependência do país a forças internas, expondo os problemas causados pela própria ação política brasileira, que agiam contra os interesses dos seus cidadãos e a nação.

Todavia, neste caso, a denotação argumentativa do discurso, se estabelece numa conotação negativa, que aponta uma rejeição a ideia de independência. O que exhibe uma postura não esperada de um líder político regional, pois diante de uma constante defesa da democracia e da nação, que se estabelece ao longo das edições do jornal, esse momento se contrapõe. Dando voz a sua opinião particular, mais uma vez Dom Agostinho, estabelece motivos para creer que o sentido de independência iria muito além de ser um país, necessitando ter autonomia interna e externa, diante dos aspectos que o compõe.

O uso do *ethos* da sensibilidade, a partir de expressões plurais, que inserem o leitor ao texto, se faz presente novamente com o trecho “somos proclamados independentes, mas ainda falta caminhar muito para sermos independentes de fato”. Demonstrando uma tentativa argumentativa de conseguir a concordância do público.

Em dezembro de 1997, o jornal diocesano, em uma coluna assinada pelo jornalista Itamar Pereira, com o título *Delfim fazia melhor*, estabelece uma comparação entre o governo militar com o governo atual de Fernando Henrique Cardoso. Vejamos:

Os menos jovens não de lembrar do tempo em que mandava neste país uma coisa chamada Ditadura Militar. Durou quase 25 anos e fez uma sequência de torturas, exílios, perseguições, desaparecimentos de opositores e facilidades para os seus adeptos. Quem melhor incorporou a veste do Regime Militar foi um senhor chamado Delfim Neto. Ele dizia que era preciso ter paciência, esperar o bolo crescer para depois reparti-lo entre os convidados: no caso o povo brasileiro. Delfim mandou o quanto quis neste país, o bolo cresceu e nunca foi repartido e, o próprio, desde 1986 é deputado federal e continua numa boa. Notem também que todos os políticos que serviram a Ditadura, logo a seguir apoiaram os novos governos e ora apóiam FHC. Mas Delfim fazia melhor. Nesta prática de tirar dos pobres para dar aos ricos ele era imitável. A equipe FHC tenta imitá-lo. [...] No novo orçamento para 1998, os gastos com educação e saúde sofreu cortes recordes. Feliz 1999! (Até Que..., 1997, p. 04)

A construção argumentativa discursiva aqui apresentada traz pontos importantes de análise do viés político e enunciativo. Isso, porque temos uma crítica à Ditadura Militar Brasileira (1964 – 1985), ao mesmo tempo em que temos uma comparação entre as abordagens políticas entre um ministro do regime militar e um presidente eleito democraticamente, diante de questões orçamentárias e distribuição dos recursos públicos.

Ora, os agentes políticos aqui envolvidos, mesmo tendo defendidos formas de governo diferentes, não estão tão distantes. Visto, seguirem a mesma lógica, a saber de se manterem no poder. O ex-ministro do regime militar, viu no regime democrático a oportunidade de se manter enquanto figura pública a partir da eleição a deputado federal. Ou seja, o posicionamento político dos indivíduos se modificam a partir dos seus interesses.

Assim se dá o princípio político da democracia, onde a visibilidade social torna o sujeito um líder político ou o descarta. Sendo assim, o político precisa se colocar em uma posição de notoriedade em um grupo social para se estabelecer como referência e, conseqüentemente, adquirir autoridade (Charaudeau, 2010). Mas o principal, é que após construir essa imagem, necessita utilizar o *ethos* da persuasão e o *ethos* da credibilidade, para conservar seu poder e exercer suas atividades.

Essa mesma retórica é realizada pelo jornalista, que utiliza destes meios para ser ouvido e se tornar uma referência informativa e opinativa. Neste caso, o emissor constrói, inicialmente, uma narrativa argumentativa com elementos jornalísticos de notícia, trazendo informações sobre a Ditadura Militar e a política de Delfim Neto. Seguindo para o estado secundário, onde estabelece uma ligação opinativa diante da proximidade da ação dos dois políticos, em relação a política de favorecimento dos ricos e desfavorecimentos dos mais pobres. Por fim, chega ao ato final, justificando sua análise a partir da divulgação dos cortes orçamentários para o ano de 1998.

O que se destaca é o uso da ironia, principalmente ao desejar um feliz 1999 ao final do discurso. O que retrata uma postura de indignação com a forma como a política nacional será conduzida no ano seguinte, no caso 1998, deixando como uma possível esperança o ano de 1999, onde já se terá uma ideias dos danos, ou acertos, das ações adotadas. Neste caso, pela ironia, o emissor desqualifica a atitudes adotadas por FHC, sugerindo sua conivência com a forma de fazer política dos militares.

Passados alguns anos, em agosto de 2001, o jornal *Até Que...*, traz uma coluna exclusiva do Bispo Diocesano, com o nome *Análise sócio-política da realidade brasileira*, que une os discursos político e religioso para refletir sobre a situação nacional.

O capitalismo, o neoliberalismo e a globalização sugaram a alma do trabalhador, do pobre, do operário, do povo necessitado, e agora, suga-lhe também a alma. Tudo isso porque, é mais fácil dominar, escravizar e reinar sobre um povo faminto, sem saúde, sem moradia, sem remédios, sem livros, sem paz e sem fé, sendo bem mais fácil, sobretudo deitar e rolar sobre um povo sem esperanças. Pois saibam, que a Igreja, assim como Deus, não desampara seus filhos e seguirá lutando por eles perante as injustiças (Até Que..., 2001, p. 02).

Nessa construção argumentativa, não temos a causa da reação descrita, mas após acompanhar o posicionamento do jornal ao longo do tempo, podemos deduzir que o emissor está cobrando o poder público perante as problemáticas político-sociais que envolvem o país.

Neste caso, temos por elemento inicial a definição dos problemas (capitalismo, o neoliberalismo e a globalização), os atingidos (trabalhador, do pobre, do operário, do povo necessitado), a causa (é mais fácil dominar, escravizar e reinar) e a defesa (a Igreja, assim como Deus, não desampara), não apresentando, contudo, soluções ou análises mais profundas.

A afirmação continua, “preocupam-se com o bicho papão do comunismo, enquanto a nova face do dragão e do leão é o capitalismo-neoliberalismo-globalizado. Este que esteve de mãos dadas com os militares na Ditadura Militar brasileira e dos demais países da América Latina” (Até Que..., 2002, p. 07) e, encerra com “a Igreja é a única arma do povo, que ajuda este povo a ver esta erva daninha em meio ao trigo” (Até Que..., 2002, p. 07).

Analisando a composição discursiva, percebemos uma postura opinativa pessoal, baseada no *ethos* da credibilidade e no *ethos* de chefe, onde o Bispo Diocesano tem a liberdade de demonstrar seu ponto de vista publicamente, inserindo os leitores, no quesito de agentes envolvidos, não como responsáveis, mas como assistidos pela Igreja. O destaque aqui se dá na supervalorização da Igreja Católica enquanto instituição de proteção e luta em relação aos problemas políticos-sociais, sendo uma “voz” para os sofredores.

Uma curiosidade é parte dois deste texto, que só vai ser publicado em março de 2003, estando entre as últimas publicação de Dom Agostinho:

É verdade que as coisas mudaram muito nos últimos tempos. Vivemos uma forte inversão de valores, onde a estética substitui a ética; onde o mercado ocupa o lugar do humano, não havendo mais respeito e unidade social. [...] Mas por ora, quero chamar a atenção do nosso olhar para os idosos. O envelhecimento da população brasileira vem exigindo do próprio governo especial atenção para com a problemática social e política, geradas por esta circunstância. Já não será mais questão assistencialista, mas de justiça e direitos humanos. A isto não podem, nem o governo, nem a sociedade, ficar indiferentes. Precisamos de reflexões sérias de nossos políticos, das entidades sociais e de nosso povo, sobre as questões previdenciárias, médicas e de bem-estar dos idosos, sem medir esforços conjuntos de superação dos problemas que os afligem, utilizando sempre do nosso amor cristão (Até Que..., 2003, p. 02).

Enquanto que na primeira parte, temos uma análise de caráter julgador perante os

problemas políticos nacionais elencados pelo emissor, e suas consequências ao povo brasileiro. Neste segundo momento, há uma abordagem argumentativa mais tranquila, focada na problemática social do aumento dos indivíduos na faixa da terceira idade, e os desdobramentos políticos diante desta nova realidade.

Observamos nesta coluna em específico, que temos duas informações apresentadas em narrativas: a primeira, constituída por uma crítica às mudanças nos valores éticos e morais que moldavam a sociedade, se afastando dos defendidos pela Igreja Católica. Esta, se constrói a partir do estado inicial de atualização, com a expressão: “forte inversão de valores, onde a estética substitui a ética; onde o mercado ocupa o lugar do humano, não havendo mais respeito e unidade social”. A nova postura retórica adotada se dá pela defesa de que as mudanças dos princípios que regiam a sociedade, mereciam uma atenção do emissor e, conseqüentemente, dos leitores, pois atingia diretamente aquilo que era propagado pelo catolicismo e pelo impresso. Entretanto, o estado final faz uso do *ethos* de julgamento, que não exige mais esclarecimentos, pois ficaria entendida a mensagem que se visava repassar, considerando a posição do emissor.

Enquanto, a segunda narrativa, transfere o foco do discurso para a questão dos idosos, sob a justificativa de que: “o envelhecimento da população brasileira vem exigindo do próprio governo especial atenção para com a problemática social e política, geradas por esta circunstância”. O que destaca como estado inicial discursivo, a identificação do problema, visto que (“já não será mais questão assistencialista, mas de justiça e direitos humanos”), dando uma ênfase à situação apresentada, que iria além do ajudar, exigindo procedimentos e organização pública política e social.

Quanto estado de atualização, temos a abordagem dos envolvidos sendo (“nossos políticos, das entidades sociais e de nosso povo”), que recebem a responsabilização pelas ações a serem praticadas. Enquanto no estado final, têm-se a sugestão das práticas a serem consideradas quanto às (“questões previdenciárias, médicas e de bem-estar dos idosos”), utilizando de elementos que permitem identificar diferentes causas e motivações para tal relevância. Isso, demonstra que mesmo com a preocupação diante da substituição dos valores éticos católicos na sociedade, o emissor procurou administrar a temática dos idosos para apontar ações que seriam amparadas por estes, como expressado “sem medir esforços conjuntos de superação dos problemas que os afligem, utilizando sempre do nosso amor cristão”.

Em relação ao espaço-tempo, temos uma espaço aberto, que permite desdobramentos em diferentes níveis, sem focar em um determinado local, permitindo alterações na narrativa, podendo ser nacional, regional e até mundial. Enquanto a cronologia é linear em progressão,

pois se localiza no tempo presente, se direcionando para o futuro, por mais que sua introdução tenha expressões vinculadas ao passado mais recente.

Neste caso, as duas narrativas se conectam a partir da construção argumentativa, estabelecida pelo caráter opinativo discursivo, que tem por ação do emissor, o sentido de comentário. O que evidencia a opinião do texto, ao mesmo tempo que narra o problema em questão.

Diante destas oscilações de abordagens, que marcam essa temática, temos por última análise, as *Perspectivas para o primeiro Governo Lula*, publicado em fevereiro de 2004, um ano após a posse do Presidente. Anterior a essa coluna, constará no impresso, somente a cobertura da eleição que culminou na vitória do candidato Luíz Inácio Lula da Silva, a qual será foco na nossa próxima linha de análise.

Por hora, averiguaremos a construção argumentativa desta coluna assinada por Dom Agostinho, que evidencia a seguinte opinião:

No Brasil as esperanças são grandes diante das promessas do novo governo, comandado por um operário. Se vibra o aumento do salário mínimo. Na área social as preocupações ainda continuam com a falta de segurança, em toda a parte. No campo internacional as anunciadas eleições do Iraque podem amenizar a tensão mundial. A humanidade anseia por paz duradoura, e o povo brasileiro anseia por justiça, comida, saúde e educação. Que este ânimo promovido pela mudança de presidente, seja sinal de esperança e de novos tempos (Até Que..., 2004, p. 02).

Nesta construção discursiva argumentativa, temos um posicionamento amparado no *ethos* de chefe, com o *ethos* de seriedade, do enunciador, que expõe seu ponto de vista diante daquele momento do cenário nacional. Ao mesmo tempo, em que insere na descrição os sentimentos envolvidos pelos leitores, buscando se colocar como liderança política pelo viés do discurso.

A narrativa se faz a partir de trechos argumentativos curtos diante de cada temática, mas que se utilizam de elementos delocutivos, que colaboram para evidenciar o posicionamento do impresso diocesano, o qual se revela na organização enunciativa desenvolvida pelo emissor, gerando uma influência perante o leitor/fiel. Pois, através desses elementos, o enunciador salienta as reflexões pertinentes segundo sua posição, diante da sociedade em que está inserido e para a qual está discursando.

Não há o uso de termos apoiativos ao novo governo em questão, mas se evidencia o ânimo social decorrente. Porém, como veremos na análise sobre os pleitos eleitorais, no decorrer deste capítulo, o impresso trouxe pontos enunciativos com elementos de simpatia em relação ao governo Lula. Como, por exemplo, na edição de 2002, após os resultados eleitorais

que confirmaram a vitória do candidato diante do seu concorrente, José Serra, onde o impresso traz a seguinte afirmação: “A eleição de Lula vem coroar uma série de conquistas que começaram com a luta pelas Diretas Já” (Até Que..., 2002, p. 02).

Essa exemplificação serve como identificador e reconhecimento do posicionamento político do jornal, que vai ser agente norteador das análises nele apresentadas, mesmo que em alguns momentos de forma mais discreta, e em outros mais evidentes como neste último trecho citado. O que, para Charaudeau (2006), as abordagens dos fatos na mídia, tem seus ditos permeados por influências resultantes do tratamentos discursivo que recebem. Sendo assim, ela realiza a exposição dos fatos, a partir de um ponto de vista que pode ser reduzido, amplificado, deformado e até simplificado, em relação a sua real essência.

Nesse sentido, são as correspondências entre o emissor, os atos de linguagem e as forças ideológicas produtivas, que determinam as estratégias e as argumentações discursivas que emergem das estruturas textuais finais.

3.1.8 Eleições e Constituinte

No jornal *Até Que...*, como estamos percebendo, os temas sobre política, são apresentados sempre de forma bem clara, enfocando textos diversos, pois para Dom Agostinho o jornal tinha por objetivo “apresentar temas de forma clara, enfocando textos diretos e diversos que vão da abordagem religiosa às outras abordagens de interesse dos cidadãos diocesanos” (Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo I, 2004, p. 530). Assim, cada edição se preocupava em manter um discurso formativo, propondo textos para reflexão; e também se preocupava em informar, apresentando notícias, não só de âmbito diocesano, mas abordando temas de interesse nacional.

Diante disso, nossa abordagem agora se dedicará a analisar os discursos que tinham por tema a Constituinte e as Eleições Nacionais, ao longo dos anos de circulação do jornal. Assim, selecionamos textos, que seguem uma cronologia, que nos possibilitam visualizar a manutenção das construções discursivas que foram apresentadas ao longo das edições.

Já é bem conhecida a afirmação, tornada quase slogan por aqui e por toda a parte: “A Igreja não se mete em política”. Se a “Igreja não pode meter-se em política” como dizem certos “coronéis” das políticas locais, porque buscam pessoas ligas à Igreja para alcançar seus intentos eleitoreiros? Qual a coerência de nossas lideranças políticas neste caso? É verdadeiramente lamentável! Ouço dizer agora que, na região, estão à procura exatamente das lideranças da Igreja, daqueles leigos que foram chamados a prestar serviço à hierarquia, para serem candidatos. A contradição é flagrante e as intenções bem duvidosas (Até Que..., 1985, p. 01).

É com este discurso que, Dom Agostinho abre o jornal no ano de 1985, em sua primeira edição no mês de julho, ano eleitoral, realçando a regra diocesana de que padres, lideranças e ministros da eucaristia não poderiam ser candidatos e nem exercerem funções ligadas à hierarquia de partidos políticos, assim como, só poderiam atuar em cargos indicados após aprovação do bispo diocesano. Isso, porque, para ele, cargos políticos só poderiam ser assumidos por pessoas que tenham “o verdadeiro espírito político, que buscam utilizar suas funções para transformar o país em um local justo, humano e fraterno, que acolha todos os seus filhos e filhas” (Até Que..., 1985, p. 02).

Nesta narrativa descritiva, temos uma caracterização do discurso político amparado no viés religioso conforme a doutrina católica. Diante disso, parte da afirmação é emitida pela instituição dentro de sua hierarquia, ao mesmo tempo que se apresenta quanto uma qualificação discursiva, pois o posicionamento do impresso vai em concordância aos princípios do catolicismo. Ao mesmo tempo que se estabelece como um *ethos* orientador, firmado na figura de liderança político religiosa do emissor.

Outra característica desta narrativa, são seus elementos descritivos explicativos. Estes se manifestam no encontro e embate das informações: primeiro, temos o uso da ironia, ao se colocar em questionamento as críticas ao envolvimento político da Igreja, ao mesmo tempo que buscavam candidatos ligados à instituição, considerando sua imagem pública embasada nos princípios éticos e morais. Todavia, isso exigiria coerência e rigor, já que estar envolvido no trabalho pastoral da Igreja, não simbolizaria a garantia de ser uma liderança política capaz de manter uma imagem vinculada a honestidade pessoal.

Por outro ponto, temos o campo positivo em que essa narrativa é vista pela Igreja. Como uma confirmação de que seus princípios morais e éticos refletiriam nos indivíduos, a ela vinculados, despertando o *ethos* da virtude. Esta confirmação pode ser observada a partir da seguinte afirmação: “estão à procura exatamente das lideranças da Igreja, daqueles leigos que foram chamados a prestar serviço à hierarquia, para serem candidatos”, que em seu estado inicial o faz parecer contrário à ação; no estado de atualização, se apresenta elementos que justificariam a escolha, evidenciando que nas lideranças católicas havia “o verdadeiro espírito político”, que buscava “transformar o país em um local justo, humano e fraterno”.

Isso, nos leva ao estado final, que se reflete no *ethos* da competência, que aqui está ligado à virtude, mas que mantém suas raízes nos princípios religiosos. Uma vez que a formação discursiva disserta sobre como um bom político, deveria estar embasado em valores éticos e morais, que norteariam suas ações, de forma coerente e inegociável (Charaudeau, 2006), o que

neste caso, se personifica na adesão aos princípios cristãos. O que transforma a narrativa argumentativa, em uma enunciação positiva e funcional para a afirmação pública da Igreja, através do impresso.

Diante da convocação da Assembleia Constituinte de 1987-1988, instalada pelo Governo Federal para debater as pautas a serem contempladas na nova Constituição Federal após o período de Ditadura Militar, o jornal se posiciona. Ainda, na primeira edição do impresso, o Pe. Leopoldo Melz assina uma matéria intitulada *Constituinte: O que? Para quê? Para quem?*, em que temos a seguinte argumentação narrativa:

Lutar por uma Assembleia Nacional Constituinte democrática, soberana, popular, participativa é a meta do povo brasileiro, neste momento histórico. [...] Constituinte, é o nome que se dá a Assembleia, eleita pelo povo, encarregada de elaborar a lei mais importante do país, a Constituição Federal. A Constituição regula a função do Estado, os direitos dos cidadãos, a forma de governo, à relação entre os poderes, as Forças Armadas... Como na Igreja o Papa não pode ir contra o Evangelho, assim o Presidente não pode baixar decretos contra a lei suprema do país. Dai a sua importância. Mas a questão mais importante é sobre as duas correntes: uma que deseja a Constituinte Já e a outra Constituinte-86. Em todo caso, é preciso debater o tema para que a Constituição não venha consagrar de novo os interesses do capital contra os direitos dos trabalhadores. O processo de mudanças que vivemos exige uma nova Constituição (Até Que..., 1985, p. 05).

A narrativa se estrutura, inicialmente, com elementos opinativos, que incluem o emissor na ação, ao assumir uma postura de concordância com a luta pela Constituinte. Porém, no segundo momento, há uma ruptura com a sequência narrativa. O enunciado passa a descrever, assumindo um caráter jornalístico de narração, o que é a Constituinte e qual a sua função, colocando o emissor distante do texto.

Logo em sequência, o enunciador retoma o caráter opinativo, ao declarar que “é preciso debater o tema” e que o momento político nacional “exige uma nova Constituição”. Assim, o estado inicial, de atualização e final da narrativa se mantém contínuo, dentro de um espaço aberto em tempo presente, ao mesmo tempo que remete a uma conjuntura passada com planos futuros.

Essa temática vai estar presente novamente, na edição de agosto do mesmo ano, assinado pelo Bispo Diocesano.

A questão central pró-democracia, hoje, neste país, é a convocação da Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, que coloque fim ao regime implantado no Brasil através do golpe militar de 1964. No decorrer da nossa história, na história das constituições brasileiras, mínima foi a participação popular. Há urgência na formação de uma nova Constituição. Porque o povo está cansado de ser oprimido, tendo que concordar com leis e decretos que regem o país, sem nem poder, pelo menos, defender seus ideais. Agora é a hora dos compromissos democráticos serem cobrados, pois

durante os 21 anos de prepotência, onde imperou o autoritarismo, o povo brasileiro foi pisado. [...] Com a reabertura democrática o cidadão terá oportunizada sua participação efetiva, dando seu apoio, e sobretudo participe ativamente desta nova Constituinte. A Constituição é a lei maior do país, onde nada e nem ninguém está acima. Acredito que seja o momento de reconstrução do país, com consciência nacionalista e mudanças sem manipulações da vontade popular. Vamos a luta! (Até Que..., 1985, p. 02).

Nesta construção discursiva argumentativa de opinião, temos o emissor como um agente que compõe o processo narrativo, se aliando aos constituintes, e condenando o governo autoritário colocado em prática pelos militares. Sendo, possível, através dos elementos linguísticos narrativos, captar o posicionamento opinativo do impresso em relação à Constituinte, a começar pela expressão: “questão central pró-democracia, hoje, neste país, é a convocação da Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana” (Até Que..., 1985, p. 02), evidenciando que havia uma defesa à democracia e da concepção de uma nova Constituição Nacional. Outro ponto, é uso do verbo “coloque fim”, destacando sua oposição ao período político que a pouco havia acabado, a partir da escrita de tal crítica de oposição ao governo militar que vigeu até 1985.

Neste sentido, a linguagem discursiva presente, tem um valor de causalidade, na qual, a causa referida sobre a necessidade da Constituinte, é justificada pelo despreendimento necessário do autoritarismo até então presente, com os militares. Todavia, no segundo momento, se insere o *ethos* emocional ao enunciado, com o verbo “vamos”, com o objetivo de inserir o leitor na ação. Ao mesmo tempo em que evoca o *ethos* chefe com o verbo “acredito”, para apresentar seu ponto de vista a partir da imagem de liderança.

Dois meses depois, em outubro de 1985, os municípios interioranos se preparavam para as primeiras eleições municipais, de voto direto popular, após os anos de Ditadura Militar. Esse acontecimento, vai ser pauta de uma reflexão no impresso, voltada à orientação e preparação dos leitores.

As capitais de estados e municípios terão eleições diretas para prefeito em 15 de novembro próximo. As eleições visam, além da escolha dos prefeitos, assentar e fortalecer os partidos em vista da eleição para Presidente da República. A luta que começa a ser travada nas capitais irá apontar os partidos com mais força e expressão. [...] As campanhas municipais não são importantes apenas nos encaminhamentos e na solução dos problemas locais. Elas ajudarão no esclarecimento da população, se conseguirem interligar a questão municipal com a necessidade da urgente convocação da Constituinte, bem como impedir se o Congresso se torne a Constituinte. [...] Para que as mudanças cheguem e não haja um retrocesso para a direita, é preciso que o eleitor esteja consciente no seu partido e no seu candidato. Ao votar, não esqueça o que participação e o que representação. Todos devem dar o seu voto, pois essas eleições poderão ser o epicentro de um “terremoto” político nacional (Até Que..., 1985, p. 02).

Vemos, aqui, uma formação argumentativa discursiva de repasse de opinião, que utiliza de um posicionamento em uma narrativa jornalística, para construir uma declaração de orientação aos leitores, diante da ação a ser realizada. Neste caso, a escolha dos candidatos das eleições municipais e estaduais, que após mais de vinte anos, seria de forma direta, deixando emergir muito mais que uma liderança regional, mas a estrutura política que a recente democracia se amparava.

Trata-se, ainda, de uma narrativa de causalidade, quando, em seu estado inicial, as eleições visam “assentar e fortalecer os partidos”, enquanto “ajudarão no esclarecimento da população”. Assim, uma afirmação valida a outra, pois as duas ações se conectam em um mesmo objetivo final, que é identificar a esfera política que se consolidava nestas mudanças nacionais (Charaudeau, 2010).

Como atualização, temos a expressão “é preciso que o eleitor esteja consciente”, pela qual se terceiriza a responsabilidade, ao mesmo tempo em que se justifica o fator de execução da ação apresentada. Por fim, em seu estado final, a narrativa insere o leitor em sua enunciação, ao impor as seguintes ações: “não esqueça” e “todos devem dar o seu voto”. Se estabelecendo como uma formação discursiva que repassa uma conduta a ser seguida, ao mesmo tempo que remete aos valores éticos e morais pregados pelo impresso, incentivando uma ação coletiva a partir do discurso de domínio pragmático de autoridade.

Após as eleições terem ocorrido, o impresso vai se deter somente a apresentar o nome e o partido dos candidatos eleitos, em nível regional, sem muitas delongas. Mas é nas eleições dos constituintes que o jornal diocesano vai se dedicar com maior ênfase. Um exemplo, é a edição de novembro de 1986, que traz ao longo de toda a capa, um texto assinado por Dom Agostinho, intitulado *Voto é um direito*.

Aproximamo-nos de um momento histórico para os rumos da nossa sociedade. A eleição para a Assembleia Constituinte, traz junto a forte esperança de transformações profundas, a derradeira oportunidade para se operarem mudanças em nosso país. São nos momentos assim, fortes de esperança, como o Diretas Já e a Constituinte, que demonstram a importância da democracia e do direito de escolha. [...] A eleição dos constituintes é a última chance para mudanças de fato. A maior parte da população, porém, não está informada e não tem consciência da responsabilidade desta eleição. O fato do povo estar alheio nos preocupa e nos assusta, pois sabemos que isso interessa muito à classe dominante. [...] Vamos, caros filhos, nos empenhar na construção do Reino, que começa aqui e agora, na construção de uma sociedade justa e fraterna. Oxalá a certeza de termos conduzido para o Congresso Nacional, bem como para os poderes nacionais, somente pessoas comprometidas e honestas com as causas do povo (Até Que..., 1986, p. 01).

Neste trecho podemos observar, três elementos de narrativa: primeiro, a expressão

pessoal do emissor perante a importância político social do acontecimento. Segundo, a afirmativa no *ethos* de julgamento, onde estabelece uma enunciação que desconsidera o comprometimento e a consciência popular diante da eleição. E, por fim, temos a inserção de um discurso plural, buscando unir emissor e leitor, colocando como que se estivessem em concordância de pensamento, embasados no discurso religioso, tanto para justificar a ação quanto como definidor de personalidade.

Há, ainda, uma estrutura comparativa, de forma objetiva e adjacente. Como no momento, que se afirma que a eleição é decisiva para definir o futuro do país, que quer deixar no passado o autoritarismo, trazendo esperança ao povo. Se evidencia que esse povo, seguia despreocupado, não estaria levando com seriedade a ação política que era chamado a exercer. Neste quesito, Charaudeau (1992), reitera que uma comparação, quando verificável e factual, tem por finalidade provocar no leitor uma ênfase mais intensa, do que o palpável é de fato.

Nesse sentido, a comparação tem sua força maior na crítica do emissor a possível desinformação dos eleitores, diante da responsabilidade desta ação, que não é exatamente verificável, do que nas causas desta falta de consciência pública. Entretanto, a intensificação do discurso se dá na concentração do *ethos* da virtude, que é cobrado tanto dos eleitores/leitores, quanto dos líderes públicos que estão se estabelecendo, tendo por parâmetros os valores cristãos.

Novamente, após os resultados das eleições, não foi registrado comentários reflexivos. Neste caso, teremos somente uma frase inserida na mensagem de Ano Novo, presente na capa da edição de janeiro/fevereiro de 1987, que afirma: “Este último ano reacendeu nossas esperanças com a eleição da Assembleia Constituinte. Foram muitas palavras, promessas e anseios. Importante agora é o acompanhamento e cobrança durante seu funcionamento (Até Que..., 1987, p. 01).

Esta recorrência de abordagens anteriores aos eventos, mas com poucas menções a seus resultados, nos levam a inferir como uma amostra do objetivo traçado pelo impresso, em sua concepção: formar os fiéis. Ora, se constrói e se publica longos discursos de apresentação e reflexão diante de ações a serem pensadas ou tomadas, mas não há conclusões sobre o resultado destas ações. Assim, se “mostra o caminho”, mas não acompanha até depois da chegada, podendo ser alguma regra interna da instituição, pra não se indispor de forma mais firme com os políticos, já que eleições são sensíveis.

Outro ponto formativo, são os *Roteiro Temáticos*, que se fazem presentes em todas as edições com temáticas diversas. É nesse campo, que em novembro de 1989, o impresso diocesano vai propor duas reflexões: *O melhor candidato* e *Em quem votar*, mantendo seu

posicionamento em relação aos acontecimentos eleitorais, neste caso em específico, diante das eleições diretas para Presidente da República.

Ambos os textos são assinados pela Ação Pastoral Diocesana, que nos remete ao Bispo e ao Colegiado de Padres, que a compõe. No primeiro roteiro, a ser realizado em uma missa ou celebração eucarística no mês corrente, temos a seguinte introdução:

Nosso país está buscando caminhos para completar a transição democrática. Esta nova ordem se fundamenta fortemente da Constituição promulgada em 05 de outubro de 1988 e encontra expressão nas eleições presidenciais. [...] É urgente reabilitar os valores da liberdade, da justiça, da solidariedade e da paz, pelos quais a nação espera. Nesta busca de caminhos para completar a transição democrática, roguemos que nós, cristãos, em nossas comunidades, participemos ativamente no processo político, começando pelo nosso município, que é onde sentimos a política acontecer (Até Que..., 1989, p. 08).

Temos aqui, uma narrativa, que reafirma o que o jornal já vinha defendendo ao longo de todo o processo de divulgação da Constituinte: sua importância política, que passava pela eleição dos líderes estaduais e nacionais, ao mesmo tempo que dependia do povo para definir seu norte. Assim, segue com o *ethos* da virtude e *ethos* da seriedade, ao colocar a doutrina e os valores do catolicismo, como parâmetros de escolha de candidatos e de formadora de opinião pessoal, bem como orientadora de suas escolhas.

Já o segundo roteiro, traz uma abordagem mais específica em relação ao pleito eleitoral.

A Igreja não tem partido e nem indica candidatos, mas estabelece critérios para a escolha dos representantes. O ponto chave é averiguar os compromissos que eles assumem de contribuir para a construção da verdadeira democracia, garantida, sobretudo, pela coerência de seus testemunhos de vida; daí a necessidade de se conhecer e analisar o passado de cada candidato. Outros pontos prioritários são: política agrícola, preservação do meio ambiente, apoio a luta dos trabalhadores, assegurar direitos indígenas quanto a dignidade e a cultura, e compreender que o poder emana do povo e a ele deve servir. Invocamos as bênçãos de Deus, para que nestas eleições, possamos eleger um presidente realmente comprometido com a democracia e com a nação (Até Que..., 1989, p. 08).

Nesta narrativa, temos presente novamente, os valores pragmáticos de domínio ético, evocando o *ethos* da virtude. Estes são construídos pelo autor do texto, ao relacionar os candidatos em suas imagens públicas e pessoais, com as características de personalidade que remetiam à honestidade, seriedade e comprometimento. Obviamente, que esses valores não passavam por uma conferência palpável, mas se constituíam em um domínio discursivo, em que se tem sentido a partir da relação de credibilidade do emissor perante o leitor.

Charaudeau, discorre que, uma formação cidadã é proveniente de uma sociedade civil, que a partir de suas organizações, estabelece posicionamentos próprios de cada grupo.

Entretanto, elas se distanciam, quando a primeira é “caracterizada, ao mesmo tempo, por um engajamento cidadão determinado pelo seu papel de mandante e pela consciência de ter uma função a desempenhar na boa marcha da vida política” (2006, p. 255). Sendo assim, a formação pode se originar em meio a uma influência ideológica, de caráter opinativo, de um líder em relação a sociedade e aos comportamentos humanos. Enquanto, a sociedade civil, desperta no cidadã, sua consciência livre e arbitrária diante das problemáticas e situações sociais que vão a ele se apresentar.

Em relação a esta ambiguidade, se destaca uma narrativa apresentada na edição de novembro de 1992. Nesta, Dom Agostinho, faz uma indagação, que ele mesmo responde: *A Democracia como um governo do povo para o povo?*

Se assim fosse, todo cidadão deveria estar apto ou, pelo menos, procurar estar para governar, cada um a seu modo, em seu lugar, eleito ou elegendo, de consciência esclarecida e reta intenção. [...] De nada adianta lamentarmos os desmandos dos nossos governantes, se não educarmos para uma escolha consciente dos mesmos. Existem POLÍTICOS e políticos. ELEITORES e eleitores. Existem os que erram de boa fé e estes são dignos de solidariedade, porque são vítimas. Existem também os vendilhões da Pátria, os que traem sua consciência e contribuem para o aumento das injustiças. Não temos o direito de criticar os governantes, se dormos omissos, se fazemos de nosso voto uma mercadoria. A restauração depende de todos nós (Até Que..., 1992, p. 02).

Observamos aqui, uma opinião parcial e posicionada, a partir do ponto de vista do emissor. Nela, se estabelecem ligações entre o *ethos* sério e o *ethos* de solidariedade. Pois, enquanto o primeiro possibilita analisar por meio da credibilidade e da imagem pública inquestionável; o segundo abre uma exceção, permitindo com que haja contradições entre a imagem pregada e os valores postos em prática, em casos específicos, em que não há má fé.

Essa narrativa, traz uma contradição discursiva, pois se até então o *ethos* da virtude, exigia uma união entre imagem e valores estabelecidos, aqui se propõe que pode haver uma distinção, por questões arbitrárias, que possua uma finalidade de ação determinada.

Essa incoerência discursiva, nos remete ao conceito de militante de Charaudeau. Para o autor, “o grupo militante constitui um subconjunto da sociedade cidadã: ele partilha com ela a preocupação pela coisa política e se caracteriza por uma especificidade que é seu engajamento na ação” (2006, p. 272). Desta tal ação, se permite analisar o caso como uma reflexão que tem em sua conclusão a ideia de que os políticos passam, os governos terminam, mas a Igreja e seus valores ficam.

Nesse sentido, por mais que a posição do jornal em relação ao cenário político e eleitoral nacional tentou se manter na mesma ótica de defesa, ele se contrapõe ao assumir que mesmo os

valores cristãos podiam ser negociáveis e questionáveis perante a prática política, não sendo garantia de virtude e credibilidade. Esta reflexão é referendada quando se explicita a existência de subdivisões dentre de categorias gerais, ou, nas palavras de Dom Agostinho: “POLÍTICOS e políticos. ELEITORES e eleitores”. Bem como, a formação aplicada pelas matérias, não simbolizam uma adesão dos leitores, já que não há retorno material de análise destas influências.

Seguindo nesta abordagem eleitoral, em setembro de 1994, diante de novas eleições gerais, o impresso novamente se posiciona.

O maior jogo perante as eleições gerais não é o de ensinar o eleitor a votar, mas sim o desesperado interesse de vários grupos, de deter o poder. Nesse jogo vale tudo, desde propagandas enganosas até o oferecimento de vantagens e favorecimentos em troca do voto. [...] Porém, nem tudo está perdido. Visto que a mobilização popular está mais consciente e a Igreja insiste em orientar os cristão diante da importância do voto consciente, analisando o candidato e escolhendo com maturidade (Até Que..., 1994, p. 06).

Nesta argumentação, temos novamente o domínio do pragmatismo opinativo de cunho militante, que reitera a imagem da Igreja, e do jornal, enquanto agentes formativos. Ao mesmo tempo, que os argumentos são elencados como consequência desta ação. Desta forma, quando se busca orientar o povo ao voto consciente, há outros grupos que tentam persuadi-los, através de compra de votos e propagação de mensagens falsas. Aqui, entra os *ethos* da seriedade e da credibilidade, que é exercida pelo leitor/eleitor, na tentativa de definir qual dos lados lhe representa.

Entretanto, o emissor ainda faz uso do *ethos* da inteligência, buscando manifestar uma habilidade de defesa e de demonstração de seu ponto de vista como o certo. Este, quando bem utilizado, consegue despertar no receptor um sentimento de admiração e de respeito, que conseqüentemente, geram credibilidade ao enunciador, resultando na adesão da ideia.

Isso nos permite visualizar os discursos como sementes, que poderiam dar frutos ao encontrar seu leitor, que viam no bispo uma pessoa correta (*ethos* da virtude) e, porque não, com traços divinos, afinal a própria Igreja se refere ao bispo como um representante de Cristo na terra.

Em setembro de 1998, temos a seguinte chamada: *Em quem nós, católicos, devemos votar nestas eleições que se aproximam?*. Lembrando que neste ano concorriam ao cargo de presidente da República Fernando Henrique (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PPS) e mais nove candidatos, tendo como resultado Fernando Henrique reeleito ainda no primeiro turno, com 35.936.918 votos (53,6%). Luiz Inácio Lula da Silva recebeu

21.475.348 (31,71%), Ciro Gomes 7.426.235 (10,97%) e Enéas Carneiro 1.447.076 (2,14%) (Jornal de Beltrão, 1998).

A afirmação apresentada pelo Bispo Diocesano foi a seguinte:

As eleições estão à porta. E como são importantes estas eleições. O país está cansado. A nação está farta. A bandeira está enxovalhada. É preciso mudar. Aí está a oportunidade ao alcance de nossas mãos: as eleições. Elas podem começar a passar o Brasil a limpo. Mas, em quem votar? Oportuna pergunta que merece uma satisfatória resposta. Façamos do voto nossa arma. Assim, não se deve votar em candidatos que não se ponham a serviço da comunidade; em candidatos que não entendam da vida do povo e com o povo não queiram comprometer-se; candidatos que não tenham demonstrado honestidade na vida pessoal e no exercício de função pública; candidatos que não visem, com toda a força, a buscar e a promover o bem comum. Candidatos que se dispõem a comprar votos, que fazem promessas mirabolantes e inexecutáveis, não merecem votos do eleitor cristão e do cidadão consciente. Daí a importância de se fazer uma espécie de pesquisa em torno da vida progressa de cada candidato. Vote bem, vote em candidato honesto. Se não, curtiremos por mais quatro anos, a consequência do nosso erro. E a situação continuará a mesma (Até Que..., 1998, p. 02).

Poderia até se esperar um nome ou uma orientação direta em quem votar. Porém, a única referência próxima a isso se deu na edição às vésperas da eleição, onde se lê: “Está chegando o dia de votarmos, lembremos acima de tudo que vivemos uma grande comunidade onde somos irmãos. Assim, pensamos em nossos irmãos que lutam por uma vida digna na hora do nosso voto, para que eles não sejam mais ainda prejudicados” (Até Que..., 1998, p. 02). Isso demonstra uma inclinação de Dom Agostinho por um candidato que defendesse mais social, que apresentasse propostas voltadas aos mais pobres, e aos seus defendidos, como os indígenas e assentados. Não se pode dar exatidão quanto a quem o Bispo diocesano estava se referindo, pois ao longo da pesquisa não encontramos nada além.

Cabe lembrar que a campanha presidencial de 1998 teve como um de seus focos a estabilidade econômica e, dessa forma, o então presidente Fernando Henrique Cardoso empreendeu um discurso no qual o principal argumento era a internacionalização do mercado como forma de explicar os pífios resultados apresentados pela economia brasileira (Renno, 2006). Enquanto que o programa de Lula ia de encontro ao discurso neoliberal. Apesar dos resultados econômicos e sociais apresentados no governo FHC, a sua reeleição se deu já no primeiro turno. Perry Anderson faz um relato dos oito anos de governo FHC:

Houve avanços na área social e administrativa. O aparelho do Estado passou por uma modernização genuína, sob alguns aspectos, tornando-se menos opaco e mais eficiente. [...] Seria um erro menosprezar esses avanços. Mas eles são muito modestos quando comparados à escala dos danos provocados pelas políticas macroeconômicas do governo. A característica que define o governo de FHC tem sido o neoliberalismo light, do tipo que predominou nos anos de 1990. [...] A conquista da qual o governo

mais se orgulha, a estabilidade monetária, está em ruínas. (Anderson apud Xavier, 2004, p. 114)

Nas edições seguintes, novamente é abordada a questão das eleições nacionais, novamente sem fazer campanha direta a nenhum dos candidatos, mas demonstrando algumas inclinações, como na seguinte afirmação: “Não nos enganemos, é hora de mudança. Do jeito que está não podemos mais continuar. Seu voto é a nossa oportunidade” (Até Que..., 2002, p. 05). Lembrando que entre os que concorreram a vaga de presidente da República, destacaram-se em primeiro turno e disputaram o segundo, os candidatos José Serra (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em outros momentos, novamente Dom Agostinho irá fazer referência à questão social como algo a ser levado em consideração na hora do voto. “Lembremo-nos sempre o voto precisa incluir os irmãos menos favorecidos” (Até Que..., 2002, p. 04); E ainda, “graves problemas sociais nos afetam quanto país. Votemos naqueles que apresentam propostas possíveis para melhorar a vida dos que sofrem” (Até Que..., 2002, p. 04).

Em uma edição seguinte, o bispo diocesano irá apresentar uma reflexão mais profunda, intitulada *Eleições e Soberania*, sendo destaque inclusive na capa, da edição de junho de 2002, do impresso. Nesta ele afirma

No capitalismo global só votam os americanos, os brasileiros não votam. [...] acham que o dinheiro compra tudo, até a dignidade dos povos e a soberania das nações. Ora, o assunto é sério demais. A dignidade nacional urge que votemos em candidatos que são nossos, não dos americanos, pois um candidato eleito por eles não teria legitimidade para governar o Brasil. Assim como não se vende a alma ao diabo, não se aliena a soberania de um país por motivos financeiros (Até Que..., 2002, p. 03).

Em todas as edições de janeiro até outubro, mês das eleições, os impressos vão se destacar por ter em suas folhas mensagens curtas sobre a importância do voto, dentro de quadros coloridos, avulsos em páginas aleatórias, tendo até mais de um por edição. Elas se repetem entre as edições neste intervalo de tempo, e se encontram entre notícias diocesanas, de temas espirituais e até entre propagandas publicitárias. Destacam-se estas: “O voto não tem preço, mas tem consequências” (Até Que..., 2002, p. 06); “Mudemos o Brasil a partir das eleições” (Até Que..., 2002, p. 02); “É necessário a renovação dos legisladores em nível estadual e federal” (Até Que..., 2002, p. 07); “O Brasil é um país possível e viável” (Até Que..., 2002, p. 01); “O voto é nossa arma democrática” (Até Que..., 2002, p. 04).

Após as eleições em outubro, a capa da edição de novembro traz o título da coluna do Pastor em destaque: “Deus abençoe nosso presidente Lula”, em Dom Agostinho exalta a vitória

do candidato popular com discurso em defesa dos menos favorecidos. “A eleição de Lula vem coroar uma série de conquistas que começaram com a luta pelas Diretas Já” (Até Que..., 2002, p. 02). O que fortalece a percepção de que havia uma campanha indireta desde as primeiras publicações sobre as eleições nacionais, favoráveis ao candidato do Partido dos Trabalhadores, considerando que o bispo diocesano tinha por característica de administração episcopal ações e defesa da reforma agrária e de políticas em prol dos menos favorecidos, o que coincidia com o discurso político adotado pelo candidato Lula em sua campanha. Encerrando o ano de 2002, Dom Agostinho, apresenta em sua coluna uma mensagem de natal a todos os seus fiéis e leitores, no qual apresenta a seguinte afirmação:

Feliz Natal, presidente Lula! Que você resgate a autoestima da imensa parcela de nosso povo ferido que pela exclusão social, pelo desemprego, pela miséria absoluta e pela fome. Que você possa concretizar as esperanças e os sonhos que você tão bem soube acender durante a campanha. Um abençoado 2003. (Até Que..., 2002, p. 03).

Esta foi a última abordagem em relação a eleições nas páginas do impresso, considerando que as próximas eleições nacionais só ocorreram em 2006, após o afastamento de Dom Agostinho, da editoração do jornal. E, também, pela reformulação que o periódico vai passar com o novo bispo em exercício.

Essa postura nos recorda a percepção de Charaudeau (2006), de que os efeitos das influências discursivas não são sentidas a priori. Mas vão se construindo a partir das enunciações constantes e lineares, a partir do uso de elementos que vão de encontro ao leitor. Um ponto do uso dessa técnica por parte do impresso diocesano, é o uso de expressões que colocam o emissor como liderança através de sua ação enunciativa, recorrendo ao “falar forte”, o “falar bem” e “falar regional”. O que evidencia a relação locutor – interprete.

A política foi abordada nos escritos do bispo diocesano, até mesmo na mensagem de felicitações natalinas, onde apresentava suas lutas diante dos problemas político-sociais, bem como suas esperanças no futuro, no novo presidente brasileiro eleito, e as compartilhava com seus fiéis leitores, repassando suas esperanças, juntamente com suas ideias, para aqueles que o viam como uma liderança, uma referência, não só religiosa, mas político-social, justamente por essa exposição de seus ideais e opiniões.

O que demonstra que toda sua concepção de material político, desde a produção até o que é enunciado, tem por finalidade constituir uma significação discursiva para que o outro se identifique, e se sinta, supostamente, representado e incluído na narrativa. Ao mesmo tempo, que estabelece a influência do emissor, como liderança política, através dos métodos

argumentativos.

Nosso intuito até aqui, de demonstrar e analisar os discursos apresentados pelo jornal diocesano *Até Que...* quanto fonte de informação e formação regional, em seu caráter político, foi satisfatório. Realizamos esta reflexão por considerarmos que, estabelecemos uma análise cronológica, detalhada e situada nos princípios da Análise de Discurso, de Charaudeau. Ao mesmo tempo, em que enfatizamos as situações do contato de comunicação determinadas pela exposição do discurso de forma midiática, feito pelo impresso, focando nos pontos-chaves do contato entre o discurso religioso e político, de cunho informativo e influenciador.

Daremos andamento no próximo capítulo da análise de outras categorias possíveis de serem identificadas nas edições do impresso diocesano *Até Que...* Por mais que rápidas, reflexões sociais fossem percebidas nas discussões políticas presentes no jornal e trazidas para este trabalho, as questões socioeconômicas serão o principal ponto de análise no próximo capítulo.

Porquanto no presente capítulo realizamos a análise de opiniões e informações de cunho político diverso, no capítulo IV nos debruçaremos sobre o enfoque socioeconômico, que tiveram a atenção do Bispo e outros envolvidos nas construções textuais do impresso.

4. O DISCURSO SOCIOECONÔMICO NO *ATÉ QUE...*

Este capítulo é uma extensão do capítulo anterior, mantendo as análises de trechos sociodiscursivos sobre as categorias e subcategorias previamente estabelecidas, ao mesmo tempo que buscamos entender como o jornal diocesano construiu e reproduziu essas abordagens. A sua estrutura segue a mesma, com o uso dos métodos de Patrick Charaudeau, para Análise de Discurso, ao mesmo tempo em que elenca as influências internas, os discursos publicados e as ideias apresentadas pelo bispo diocesano Dom Agostinho e dos demais emissores que compõem o material, buscando reconhecer quais foram os discursos repassados para a população do Sudoeste do Paraná, no campo econômico e social.

Assim, a descrição e análise das formações discursivas, visa identificar os interesses institucionais e políticos divergentes. As construções argumentativas sociodiscursivas sobre temáticas do eixo socioeconômico no jornal diocesano *Até Que...*, são concebidos e reproduzidos por meio da organização discursiva textuais (narrativa, descritiva, argumentativa e enunciativa) associadas aos princípios morais e éticos religiosos que influenciam diretamente a base ideológica do jornal e de seus enunciadores, que também exprimem significados.

4.1 Discursos Socioeconômicos

Nesta categoria, nosso *corpus* documental apresentou 682 matérias, das 2.293 selecionadas para esta pesquisa, com discursos correspondentes as categorias e subcategorias que o compõem. Estas, tem por tema central questões ligadas a economia e sociedade, que serão analisadas neste momento.

Sendo assim, partimos para a análise em si, da segunda categoria conforme a ordem de incidências. Já apresentada no decorrer deste trabalho, ela se organizou da seguinte forma:

Tabela 5 – Categorias do Eixo Temático Socioeconômica

EIXOS TEMÁTICOS	CATEGORIA	SUBCATEGORIA
2 – Socioeconômica	2.1 Economia	2.1.1 Economia internacional 2.1.2 Economia nacional e regional
	2.2 Sociedade	2.2.1 Problemas sociais e educacionais 2.2.2 Meios de comunicação

Fonte: Jornal Até Que... - Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR. Feito pela autora.

Com a definição das categorias, notou-se em quantas edições cada categoria é abordada ao longo das edições, se há referência na capa do jornal, na coluna do bispo, nas matérias e nas mensagens em boxes presentes de forma avulsa pelas páginas do impresso. Percebeu-se que houve uma significativa ocorrência destes temas abordados na coluna assinada pelo bispo. Também se notou que as mensagens presentes pelas páginas, dentro de boxes, faziam referência a pontos específicos visando uma conscientização sobre um ponto central, como por exemplo, modelo econômico, plano econômico, questões ligadas a educação, assistencialismo social e meios de comunicação em massa. Assim, a distribuição se deu da seguinte forma:

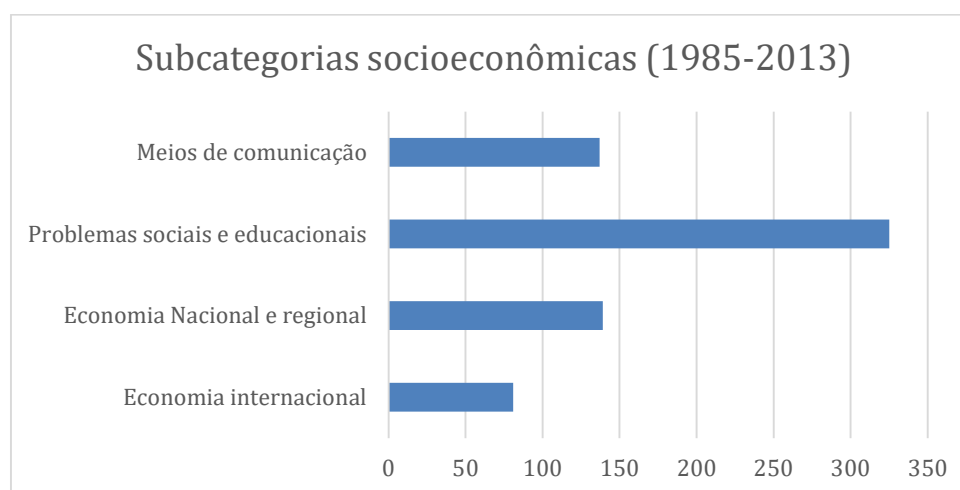
Tabela 6 – Levantamento quantitativo das categorias em sua apresentação na estrutura do jornal

Categoria	Coluna do Bispo	Boxes	Matérias	Capa
Economia	52	25	69	16
Sociedade	59	79	113	149

Fonte: Jornal Até Que... - Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR. Feito pela autora.

Dentro deste levantamento quantitativo, temos a subdivisão pelas subcategorias, que se dão da seguinte forma:

Gráfico 5 – Levantamento quantitativo das subcategorias Economia e Sociedade na estrutura do jornal



Fonte: Jornal Até Que... - Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas - Francisco Beltrão – PR. Feito pela autora.

Essa visualização gráfica nos permite visualizar que por mais que a categoria política teve maior número de inserções nas edições do impresso, reflexões sobre economia e sociedade também foram destaque.

De fato, as abordagens econômicas, como veremos, ficaram restritas a planos econômicos e problemas vinculados a concentração e desigualdade de riquezas e bens.

Enquanto discussões envolvendo questões da sociedade, terão maior volumagem de material, por se destacar questões educacionais, de assistência ao menor, ao idoso e ao marginalizado, que terão uma discussão próxima com o campo religioso, considerando as ações discursivas da Igreja, voltadas a um assistencialismo. Havendo ainda, a abordagem de temas relacionados aos meios de comunicação em massa, que se destacaram por se portarem como narrativa de afirmação do impresso diocesano quanto fonte jornalística.

Neste sentido, após termos essa noção quantitativa das abordagens econômicas e sociais a partir das categorias traçadas, em relação ao corpo do impresso ao longo de suas edições, elencaremos trechos para constituir nossa análise, seguindo a frequência temporal, conforme os acontecimentos. Demonstrando sua função quanto fonte de conhecimento socioeconômico para os leitores e sua transmissão a partir das diretivas religiosas e particulares do bispo diocesano e de sua Igreja particular.

4.1.1 Economia Internacional

Com base nas ocorrências aqui já analisadas, percebemos que havia uma intensa presença de assuntos políticos nas páginas do impresso, seja de nível internacional, nacional ou regional. Assim sendo, não poderia se fazer alheio às questões de cunho econômico, considerando sua proximidade prática.

A primeira matéria a respeito de economia em nível internacional, foi publicada em setembro de 1986, em forma de *box*. assinada por Dom Agostinho. Nesta, intitulada *A independência política esconde a dependência econômica*, se apresenta a seguinte narrativa:

Engana-se quem pensa que a independência política de uma nação eliminou sua dependência econômica. Continuam, todos, com seus destinos subordinados aos objetivos das nações desenvolvidas. O que antes era feito pelo repasse de riqueza à metrópole, agora se dá por tratados comerciais e por instalação de empresas estrangeiras em terras nacionais. Basicamente, o cerne das coisas não se modificou. Importamos e exportamos. Mas vendemos barato e compramos caro. Abramos o olho e vejamos o que se passa em nossa frente. Não há independência plena, sem as desamarras econômicas (Até Que..., 1986, p. 05)

Temos neste excerto, um posicionamento em forma de relato comparativo. Tendo por estado inicial, a comparação estabelecida pelos termos “engana-se” – “eliminou” – “continuam”, que conectam a afirmativa ao seu ponto central, com as expressões “o que antes” e “agora”. Estas colocações formam a base discursiva, em que o emissor se utiliza de um domínio pragmático voltado ao *ethos* da inteligência, que o permite corroborar uma defesa

conforme seu ponto de vista.

Apesar de o título ser a própria mensagem, considerando que a formação discursiva é curta e objetiva, o texto abre uma possibilidade de análises. Pois, a organização narrativa se apresenta com uma dimensão discursiva que identifica a problemática, em seu estado de atualização, para o leitor. Expressadas pelos termos: “basicamente” e “não se modificou”, demonstra o caráter fechado do discurso, declarando que não houveram mudanças nas estruturas do tema em questão.

Por estado final, há busca por uma concordância do leitor, que é inserido na narrativa como um agente ativo na ação, através dos termos “abramos” e “vejamos”. Desta forma, os leitores são apresentados à situação, a partir da versão do emissor, ao mesmo tempo que a narrativa os coloca em ação, por meio da autoridade discursiva.

Posteriormente, na edição de março de 1989, o Pe. Leopoldo Melz vai dissertar ao longo de uma página, sob o tema *Economia justa e o flagelo da fome*.

Se fala aos quatro cantos sobre a economia justa que se molda em todo o mundo. Que todos serão favorecidos, pois poderão vender suas produções e comprar o que necessitam, a preço bom, colocando a velha roda da economia para girar sem interferências do poder. Mas que ilusão. [...] A fome cresce. Muitos povos encontram-se de maneira mais cruel, comprometendo o desenvolvimento humano. A falta de alimentos é, em muitos casos, consequência do abuso explorador das nações ditas superiores. Que extorquem as região pobres, deixando-as com menos do necessário para subsistência. [...] Economia mundial deveria ser sinônimo de justiça, mas se mostra cada vez mais um dragão que afugenta os menores, retirando-lhes até o que os pertence por direito (Até Que..., 1989, p. 07)

Esta organização narrativa discursiva, se utiliza de elementos opinativos pessoais do emissor, que os apresenta como um relato de uma ideia pública conhecida. Em seu estado inicial, as falas positivas em relação a economia mundial são questionadas de forma irônica, com suas próprias indagações revelando as respostas esperadas.

O estado de atualização da narrativa ocorre pela identificação das causas e da problemática em questão – a fome. Trazendo em evidência os agentes envolvidos: as nações “superiores”, que através da “exploração” e do ato de “extorquir”, são responsáveis pelas injustiças econômicas que afetam as regiões mais pobres.

Enquanto o estado final, retoma o ponto inicial e sua atualização, estabelecendo uma conclusão para a narrativa. Em relação a cronologia, ela se mantém em progressão contínua, pois é oriundo de um passado, mas segue em tempo presente, sem previsão de findar. Mesmo a argumentação sendo pontual, ela é fechada para deslocamentos espaço-temporal, simultaneamente que é aberta por não ter um território denominadamente determinado.

Em maio de 1991, a mesma postura discursiva se fez presente no impresso, onde afirmou-se:

A acumulação iníqua ou sem justificação que gera a riqueza de grandes nações e empresas, não é apenas uma questão econômica de bens. É, uma escala mais ampla, uma questão de estrutura social, de igualdade, de justiça e de dignidade. [...] Toda economia que fere a maioria, é uma violência, que deve ser condenada. [...] O evangelho nos alerta sobre os perigos de acumulação de capital e os perigos da riqueza. Nos mantamos vigilantes. O abuso econômico precisa acabar! (Até Que..., 1991, p. 03)

Ao longo das edições, percebemos que o fio condutor do posicionamento adotado permanece. Por outro lado, a incorporação do *ethos* da sensibilidade, requer um domínio pragmático afetivo, visando encorajar a adesão do leitor ao propósito discursado pelo emissor, que transparece uma irritação diante da falta de ações para combater tal problemática.

Nas abordagens sobre economia internacional, vamos ter levantamento de problemas, apresentando causas e agentes, mas sem referência de soluções ou ações que possam resolvê-los. Mantém-se assim, uma postura crítica de julgamentos, amparados nos valores difundidos pelo catolicismo. Assim, conforme afirma Ricoeur (2013), se estabelece um ato de linguagem de caráter discursivo perlocutório, onde a concordância com a argumentação se dá perante os riscos dos efeitos das causas, dentro dos valores religiosos. Nesse sentido, os discursos amparados na ênfase católica, tem mais efeitos persuasivos em seus fiéis/leitores.

Com a maior parte do material relacionando economia em nível internacional com a problemática da fome e das desigualdades sociais, entre nações e indivíduos, o impresso vai seguir com umas reflexões. Em julho de 1994, a coluna *Os novos pobres do mundo rico*, teremos uma argumentação mais detalhada, feita por Dom Agostinho.

Até bem pouco tempo atrás, falava-se da riqueza dos países ricos, tanto da Europa, Japão, quanto dos Estados Unidos e Canadá. Agora, as notícias já começaram a ser outras. Fala-se dos “novos pobres” destes países, tidos como do primeiro mundo, onde a palavra pobre era tida como sendo algo do terceiro mundo e mesmo do segundo mundo. Hoje, aparece essa nova classe nos países ricos. [...] O primeiro mundo ainda continua sendo o sonho de muita gente, mas cada dia há menos o que invejar. Os problemas econômicos como desemprego, fome, desigualdade e alto custo de vida começaram a fazer parte do cotidiano. [...] A Igreja coloca o neoliberalismo como o grande vilão nesta história. [...] Mas o ponto chave é que a favor de quem a economia está trabalhando? (Até Que..., 1994, p. 02)

É possível, no excerto acima, observar que a sua composição era baseada por vários elementos. Primeiro, a menção à mídia geral, que apresentava os países de primeiro mundo e suas riquezas. Segundo, a nova classe presente nestes países, os “pobres”, que é abordado com

certa ironia, ao afirmar “a palavra pobre era tida como sendo algo do terceiro mundo e mesmo do segundo mundo”.

Em seguida, temos uma argumentação comparativa, onde se afirma que mesmo os países ricos tendo problemas econômicos como “desemprego, fome, desigualdade e alto custo de vida”, permaneciam sendo o sonho de cidadãos de países de segundo e terceiro mundo. Por serem influenciados pelas ideias que lhe são apresentadas pela mídia geral.

Por fim, temos o ponto chave de análise desta temática, com a afirmação: “A Igreja coloca o neoliberalismo como o grande vilão nesta história”, que define o posicionamento defendido pela insituição, que influencia diretamente as opiniões apresentadas pelo impresso diocesano e por seu emissor.

Pois, os conceitos e definições discutidos pela Igreja Católica em nível de instituição religiosa pública, como organização de poder social, criava elementos que se mobilizam além dos altares. Neste caso, a influência transpassa seus membros ordenados, chegando até os fiéis através das páginas do jornal diocesano, que é moldado por esses princípios.

Porém, por serem diferentes enunciadores, poderia haver divergências opinativas, o que não é identificado nas análises em torno do sentido do ato discursivo. Sendo perceptível, a atuação do Bispo Diocesano enquanto editor chefe e avaliador do conteúdo apresentado. Sendo assim, indetificados somente multiplicidades de retóricas, que visam um mesmo sentido discursivo, se alterando apenas pelo contexto histórico-social em que estão localizadas e mencionadas.

Todavia, é importante ressaltar, que estes termos e expressões linguísticas discursivas, que compõem as narrativas, se tornaram pautas de análise, pois procuramos, ao longo de toda a pesquisa, compreender o que Orlandi (2013) chama de real sentido da materialidade linguística e histórica característica do impresso. Ou seja, entender qual a real mensagem que este queria repassar, indo além do sentido explícito, mas identificar a materialidade ideológica que constitui o discurso, a partir de seus componentes sócio-históricos, que interferem diretamente no posicionamento do enunciado e na significação para os leitores.

Mantendo o parecer, na edição de janeiro/fevereiro de 1997, o Pe. Natálicio Weschenfelder aborda *Como erradicar a fome e a miséria do mundo*. Aqui, novamente a questão da fome e desigualdade como as principais problemáticas econômicas mundiais.

A fome segue sendo um dos problemas do presente e do futuro da humanidade. Há terras férteis para todos, mas a desigualdade as concentra na mãos de poucos, que não se preocupam com a falta ocasionada ao outro. [...] Se os países desenvolvidos utilizassem de suas riquezas para investir em soluções que gerem igualdade de produção, distribuição e renda, reverteríamos esse quadro preocupante. Oxalá a

indiferença e o egoísmo dessem vez a justiça econômica. E as nações vissem como são iguais perante Deus e o universo, não sendo maiores ou menores, mas irmãs (Até Que..., 1997, p. 03).

Neste caso, a formação enunciativa se estrutura por componentes que caracterizam um discurso narrativo. Por meio destes, o emissor exhibe dois pontos: o político social e o religioso. Enquanto, o primeiro elenca a desigualdade de distribuição de recursos e de riquezas, o segundo coloca os ensinamentos divinos como uma solução, se estruturando assim, um julgamento moral.

O argumento inicial, introduz a narrativa, mas o atualiza e finaliza a partir da ótica religiosa, ao mesmo tempo que apresenta o problema em que cobra uma solução. O emissor evoca, assim, o *ethos* da virtude e da seriedade, para se colocar como autoridade discursiva.

Algumas edições depois, em julho de 1997, Dom Agostinho em sua coluna, vai retomar a discussão *Neoliberalismo e pobreza*.

O neoliberalismo é uma prática inglesa, onde tudo foi privatizado – fornecimento de água, gás, eletricidade, petróleo, aço, construção de casas populares, etc. Até o poder das organizações sindicais perdeu força. Depois da Inglaterra, outros países europeus resolveram aplicar. [...] O estado perde sua intervenção e retira sua responsabilidade de garantir o mínimo a todo cidadão. Todo direito passa a ser temporário. [...] Não podemos acreditar que o neoliberalismo seja a única via salvadora da economia mundial. Pois, vemos o aumento dos que não tem acesso ao mínimo para viver. É urgente que se tenha novos métodos econômicos para salvar o povo (Até Que..., 1997, p. 02).

Nesta narrativa, o problema econômico em questão não só é discutido, como se transfere a responsabilidade da prática neoliberal adotada pelos países ricos, como uma solução à crise mundial. Se portando como uma sequência das discussões já abordadas nas edições anteriores, o que leva a análise de que o jornal considerava a constância de seus leitores.

A argumentação se organiza através de um discurso de justificação, na medida que faz acusações ao método econômico neoliberal, como responsável pelos problemas sociais, que deveria resolver. Assim, a acusação elenca mais contras do que prós à política neoliberal, exigindo um novo método. Trata-se, portanto, de uma contraposição entre o “dito” e “visto” pela ótica do emissor.

Já, pelo viés do discurso político-religioso, o texto vai abordar o olhar da Igreja para a política neoliberal, com o subtítulo *Neoliberalismo x Cristianismo*:

Neoliberalismo não combina com cristianismo. Porque ele vê o ser humano como uma máquina, que exerce suas atividades em troca do mínimo para sobreviver. Também gera os homens como competidores. E essa competição é uma guerra. Não contra o

mercado, mas contra o outro. Em que para eu subir, o outro precisa baixar. É uma guerra que leva à exclusão das pessoas. É contra isso que a Igreja está em alerta (Até Que..., 1997, p. 02).

Neste segundo momento, o discurso se embasa na justificação pelos valores morais e princípios religiosos, para condenar o modelo econômico, colocando o sujeito como vítima desta ação. Colocando, sobre a Igreja, o *ethos* de sério, que não se envolveria com filosofias que iam contra o humano e o que considerava justo.

Esses discurso, a cargo de curiosidade, tiveram um impacto material. Um exemplo ocorrido, em junho de 1999, quando a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, se mobilizou em promover ao longo de sua extensão religiosa e territorial um abaixo-assinado em prol de “um manifesto pedindo o perdão da dívida externa dos países pobres, a ser entregue no encontro do G-8, que ocorrerá na Alemanha” (Até Que..., 1999, p. 02).

Juntamente com a apresentação da causa, o impresso orientava os locais para os leitores participarem. “Basta se dirigir a paróquia mais próxima e fazer a sua parte” (Até Que..., 1999, p. 02). O que nos remete a uma ação prática decorrente das influências discursivas provenientes do jornal.

Em dezembro do mesmo ano, teremos a seguinte afirmação: “Em pouco menos de 6 meses, já coletamos mais de 5.800 assinaturas. Ainda são poucas, participe conosco!” (Até Que..., 1999, p. 05) Considerando a extensão diocesana, o contingente de assinaturas representa um percentual interessante diante da influência do periódico. Pois neste período, 5.800 era mais que o número de assinantes do jornal. Claro, que podemos considerar que uma família que assina um exemplar apenas, seria composta por mais de um indivíduo, que participariam do abaixo-assinado.

O tema volta a tona, nas edições de julho de 2000 e junho de 2001, em *boxes*, caracterizando a Dívida Externa como “dívida mortal, que carrega a humanidade para o túmulo” (Até Que..., 2000, p. 03), e “a dívida externa se mostra como vantagem para os ricos. Caso não fosse, porque a querem cobrar a qualquer custo?” (Até Que..., 2001, p. 01).

Por última abordagem, vamos ter uma conclusão de Dom Agostinho, na mensagem de Natal, em dezembro de 2004, onde reflete:

A Igreja fez o que podia para brigar pelo perdão da dívida externa dos países mais pobres. Nossa Diocese reagiu e participou ativamente. Nossas assinaturas, declarações e pedidos de justiça foram feitos. Tudo isso teve grande repercussão junto aos governos, tanto dos países ricos como dos países interessados. Entretanto, apesar da grave situação de indiferença, temos esperanças que produza efeitos salutarés até o final do século (Até Que..., 2004, p. 02).

Nessa construção narrativa, temos elencados elementos de domínio pragmático, que definem as ações em útil e inútil, como se medidas em uma balança de valores. Por estado inicial, temos o termo “reagiu”, que denota esse domínio, já que diz respeito à exigência racional feita pelo impresso/Igreja ao leitor/fiel diante de uma ação.

Neste sentido, o *ethos* de credibilidade é associado ao *ethos* de sensibilidade, dando ao emissor a imagem de chefe-autoridade, com capacidade de argumentar e orientar diante da questão.

O uso da preposição “nossas”, colocam o leitor na ação. Assim, como o termo “entretanto” evidencia uma derrota diante das colocações defendidas. Desta forma, a argumentação discursiva, revela uma abordagem linguística em que o leitor permite “que sua imagem seja construída por declarações de um terceiro” (Charaudeau, 2006, p. 159), no caso o emissor, com base no compartilhamento de valores morais e éticos, aqui de cunho religioso.

Contudo, o ponto é que as abordagens do jornal diocesano influenciavam as ações, mesmo que pequenas dos leitores/fiéis. Fosse na adesão a uma pauta como esta, fosse através da permanência de assinaturas, que inseriam o leitor nas formações discursivas presentes.

4.1.2 Economia nacional e regional

Em relação à economia nacional e, por consequente regional, o impresso fez uso de discursos mais pontuais e longos, como na primeira abordagem, na capa da edição de outubro de 1985, onde o Bispo Diocesano escreve:

É impossível estar alheio ao crucial problema da fome que assola o Brasil. [...] Televisão, rádio, jornais, todos os dias trazem estarrecedoras notícias sobre o mundo da fome, conscientizando a sociedade, sensibilizando o mundo diante do problema da fome, porém estes mesmos veiculam propagandas consumistas que incitam um maior empobrecimento do povo. [...] Assim, como os governantes que pregam discursos que estão em ação, mas não a vemos na prática. A fome hoje, é fato real e comprovado, e está a exigir de nós, que nos dizemos cristãos, uma resposta. (Até Que..., 1985, p. 01)

Dentro da narrativa, temos quatro elementos, que permitem análise. Primeiro, o ponto de considerar que é de conhecimento geral a questão da fome, o que se comprova pela falta de mais delongas discursivas diante deste problema. Segundo, pela crítica às mídias sociais que, ao mesmo tempo que apresentavam a problemática da fome, veiculavam propagandas publicitárias de produtos considerados pelo emissor, como supérfluos, o que causaria “um maior empobrecimento do povo”. O que resulta em uma causa-reação exclusiva aos olhos do emissor, que não é verificável, já que não há evidências que são as propagandas as maiores

responsáveis pelo problema econômico do país.

Por terceiro elemento, temos o *ethos* de julgamento, diante do que é dito e não feito, pelos governantes nacionais. Esta afirmativa, elenca uma crítica política e econômica, que coloca os representantes políticos também como agentes responsáveis da causa. Por fim, há a inserção do leitor na narrativa, quanto agente ativo na ação, a partir do termo “nós” e “dizemos”, que determina uma função prática e discursiva.

Em uma narrativa mais aprofundada, em janeiro de 1986, o Pe. Natalício Weschenfelder, disserta:

O povo brasileiro empobreceu muito nos últimos anos. Todavia, nem todos os brasileiros ficaram mais pobres na última década. A dependência brasileira em relação aos países desenvolvidos também cresceu assustadoramente. O empobrecimento e a dependência não aconteceram por acaso, mas por causa da exploração e dependências internas e externas. Quebramo-nos economicamente pela usurpação e roubo das minorias privilegiadas. Nos últimos 20 anos o povo sofreu desde a usurpação política do poder até a perda dos direitos mais fundamentais, como o de comer, por exemplo. [...] A inflação está nas alturas, dívida externa extrapolada, dependemos de exportação de produtos primários, pagamos altos juros, enquanto exportamos bilhões mas o povo vive num arrocho salarial e no desemprego. [...] Em vista de todos esses problemas devemos nos mobilizar por uma Nova República de fato, com reformas de base que devem ser construídas pela base do povo, sem esperá-las dos governantes. O Brasil é um país rico em matéria-prima mas totalmente explorado pelos países estrangeiros e pelos maus brasileiros (Até Que..., 1986, p. 03).

Nesta argumentação de opinião, percebemos o posicionamento do impresso, a partir do seu emissor. Pois, há uma crítica estruturada diante da economia nacional. Esta, se inicia com a alegação, que os brasileiros ficaram mais pobres, mas não todos. Considerando, que esse empobrecimento está diretamente vinculado à desigualdade de renda praticada no Brasil, sendo assim uma ação pensada com finalidade determinada. Assim, a causa-reação se expressa no trecho: “empobrecimento e a dependência não aconteceram por acaso, mas por causa da exploração e dependências internas e externas”, despertando o *ethos* do julgamento, no qual o enunciador demonstra um caráter julgador a partir do seu ponto de vista pessoal moral.

Ao relacionar os principais pontos do problema econômico, se estabelece uma narrativa de viés jornalístico, que informa ao leitor os acontecimentos, ao mesmo tempo que não usa dos elementos jornalísticos de apresentação das fontes e dos dados de coleta das informações. O que caracteriza a informalidade do jornal diocesano diante do campo jornalístico profissional, mas que não interfere em sua ação informativa e formativa, considerando seu alcance e difusão. Pois, sem uso dos critérios da imprensa geral, ele exerce sua finalidade.

Em sua finalização, o emissor estabelece um julgamento de caráter, com o termo “maus brasileiros”, que se embasa nos valores morais defendidos pelo catolicismo, onde o malfeitor

age de forma injusta, egoísta e indiferente. O que nos esclarece a forma contínua da qual os discursos são apresentados, unindo argumentos políticos e religiosos, independentemente da temática abordada. Desta forma, as ações são avaliadas a partir dos princípios morais e éticos moldados pelo catolicismo, que também orientava os emissores e o impresso, sendo norteador das formações discursivas.

Diante da crise econômica nacional, em fevereiro de 1986, entra em vigor no Brasil o Plano Cruzado, que foi a criação de uma moeda para tentar conter a alta inflação, pelo Governo Sarney. O *Até Que...*, não ficou alheio a tal política econômica, e já no mês de abril, apresentou uma análise assinada pelo Professor José Alberto Knolseisen, do curso de Economia da FACIPAL, com o título *O que muda no Brasil com o Cruzado?*.

O programa de estabilização econômica instituído pelo governo, que visa fundamentalmente a eliminação da inflação e a manutenção do poder aquisitivo da moeda, já deu mostras de que as medidas contidas são de profundo alcance, atingindo todos os segmentos e mudando todo o comportamento da economia brasileira como um todo. O brasileiro, convivendo a mais de vinte dias com a nova ordem econômica já pode conferir o sucesso alcançado através dos resultados obtidos. As variáveis que podem interferir na trajetória do pacote já deram sinais de que podem ser controladas e administradas. [...] Os efeitos sociais e econômicos do programa de estabilização apresenta sinais de manutenção de renda e com a queda dos preços em alguns casos, permitindo um aumento do poder aquisitivo da sociedade. Superando o impacto inicial da implantação da reforma econômica, a economia brasileira passa por um período de ajustamento (*Até Que...*, 1986, p. 06).

Este é um dos poucos casos em que temos especialistas escrevendo para o impresso, que tem por sua maioria, autores ligados diretamente à Diocese e à Igreja Católica. Por mais que o professor fosse vinculado a uma instituição de posse diocesana, sua área formativa e de atuação nos remetem a uma especialização técnica diante do tema. A visão argumentativa é positiva, ao definir um olhar simpatizante e concordante com o novo programa econômico, elencando suas conquistas imediatas, considerando o pouco tempo de implantação.

O que nos chama a atenção, é que logo abaixo ao texto do professor, havia um *box*, com um comentário de Dom Agostinho sobre o tema, em uma caixa quadrada escura com letras claras, se evidenciando na página. Sob o título, *Comentário do Pastor*, em uma edição única, temos a seguinte afirmação:

O programa Cruzado, por se tratar de um instrumento de combate à inflação, está sendo compátivel com a manutenção do crescimento econômico e do nível de emprego, ao contrário do que alguns setores afirmavam. A eficácia é a resposta de um trabalho sério, deixando nas entrelinhas a lição de que o povo unido faz mudar (*Até Que...*, 1986, p. 06).

Essa construção argumentativa, é objetiva e clara. Evidenciar o posicionamento da Diocese e do impresso, perante uma temática tão importante no âmbito nacional, na personificação do líder. Ou seja, mesmo apresentando um texto positivo em relação a mudança, mas assinado por um leigo, o editorial percebeu a necessidade de destacar sua posição a partir da inserção de um comentário vinculado à instituição e à sua produção, como que validando a opinião anteriormente expressa, e garantindo ao leitores a confiabilidade no que está sendo apresentado.

Neste anexo, temos um ponto em destaque. Pois afirma que a implementação e a eficácia do projeto são resultado de uma vontade popular, iniciada no Diretas Já, na retomada da democracia e, por consequência, direito a expressão popular. Considerando que o impresso manteve uma sequência de discursos que colocavam os sujeitos como agentes ativos na solicitação e ação social, essa afirmativa revalida esta narrativa.

Tal era a confiança em relação ao novo plano econômico por parte do jornal e da Diocese, que no mês seguinte, em maio de 1986, o tema vai ser um *Roteiro Temático*, a ser base das celebrações em todas as comunidades diocesanas.

Sob o título *A estrela do Presidente Sarney e o Plano Cruzado*, a proposta de reflexão em grupo, apresenta uma introdução, preces pedindo bençãos de Deus sobre a eficácia do programa e sobre a equipe econômica, e louvor popular diante do que seria, a resposta divina após a crise nacional.

O Plano deu certo, as expectativas inflacionárias foram quebradas pelo impacto do Plano. A economia cresceu. Portanto, estamos sentindo o excelente desempenho da economia e o sucesso do Plano Cruzado. O poder de compra dos brasileiros foi aumentado, os salários não tiveram perda de poder aquisitivo, e o povo voltou a respirar e a comprar além da sobrevivência, podendo investir até em artigos de fortalecimento espirituais. A estrela do Presidente Sarney continua brilhando, os ventos sopram favoráveis à recuperação interna e externa brasileira. Com estes resultados, mais uma vez, o Plano Cruzado fica fortalecido. (Até Que..., 1986, p. 04)

A formação argumentativa de introdução ao roteiro celebrativo elenca pontos fundamentais para a análise. O apoio ao Plano e ao governo são nítidos, assim como os resultados positivos já produzidos, e sentidos, conforme afirmado pelo emissor, no trecho “estamos sentindo”, que inclui o leitor no discurso, pelo *ethos* de sensibilidade. Mas o ponto central, é a evidência de que os efeitos do plano da economia, podem ser favoráveis a Igreja.

No trecho “podendo investir até em artigos de fortalecimento espirituais”, fica nítido esse interesse. Pois, podendo “comprar além da sobrevivência”, os fiéis são chamados a investir em artigos ou objetos que referenciam sua crença, seja imagens, amuletos, o próprio jornal, ou

até mesmo, no repasse do dízimo e ofertas financeiras. Mesmo não havendo menções mais específicas, fica explícito esse interesse, pois a Igreja também é movida pela economia, e depende majoritariamente dos repasses financeiros populares.

Sendo assim, o jornal não abandona seu lado mercadológico, a partir de seus interesses financeiros (Charaudeau, 2006). Por mais que as únicas menções sejam na oferta de assinaturas, sabemos que disputa leitores para bancar seus custos de produção. Assim, com o crescimento das condições financeiras de seus leitores, há uma chance de melhoria do impresso, podendo aumentar as assinaturas ou valor destas.

Assim, disputa leitores/consumidores, e para tal, às vezes, com prejuízo da aludida democracia, utilizam estratégias capazes de seduzir uma quantidade de receptores que garanta sua sobrevivência. Ainda, durante o roteiro, teremos de forma isolada, a expressão “religioso não é supérfluo” (Até Que..., 1986, p. 04), que vem em concordância com essa análise.

Com a instalação do Plano Cruzado II, ao final de 1986, que tinha por objetivo complementar o Cruzado I, controlando o déficit fiscal e inflação segura durante a política de congelamento dos preços, o economista Professor José Alberto Knolseisen ganha um novo espaço narrativo.

No momento histórico que vivemos diante do Plano Cruzado II, temos que avaliar dois aspectos: o aspecto técnico, que levou o governo a adotar novas medidas; e o aspecto ideológico, que levou a sociedade a não aceitar e contestar seu conteúdo. Enquanto pelo lado técnico, o governo não tem muitas alternativas, uma vez que facilmente descambaríamos para uma recessão de grandes proporções. Pelo lado ideológico, é difícil aceitar que teremos de pagar por uma crise que não provocamos. Uma crise que o governo nunca esteve preocupado em combater suas verdadeiras causas, mas somente os seus efeitos. O povo não acredita mais na estabilidade econômica prometida e embutida no plano cruzado. O governo, intervencionista, inerte, já não intervém e parece não ter pressa. Concordamos que a reforma não é um decreto, mas sim um processo, cuja resultante não se pode cobrar agora mas no longo prazo. Porém, no meio do caminho mais parece que a reforma não está reformando, continuam os privilégios e as impunidade. E o povo (eu e você) pode ter sido feito de bobo mais uma vez (Até Que..., 1987, p. 03).

Nesta construção narrativa, temos uma oposição às edições anteriores, constituída por elementos que criticavam o plano econômico, até então bem visto e defendido pelo impresso. Mesmo sendo apresentada por um economista leigo, sabemos que o jornal tem poder de determinar o que vai ser dito em suas edições. Sendo assim, concluímos que a postura do jornal também mudou em relação ao plano Cruzado.

Em relação a organização narrativa, percebemos que ela é composta por opinião própria do emissor. Pois, apresenta seu posicionamento sem uma base narrativa de relato, mas na construção de argumentos que levam a uma interpretação da ação. O que é permitido pela

evocação do *ethos* da credibilidade, considerando sua instrução e seu histórico como emissor confiável do impresso, diante da temática.

Assim, se constitui como uma formação discursiva de caráter formativo, que apresenta a posição do jornal, inserindo o leitor como concordante, a partir do termo “concordamos”. Por fim, temos um julgamento moral, envolvendo a ação realizada pelo Estado em relação ao povo, onde se incluem o emissor e o leitor, a partir da expressão: “e o povo (eu e você) pode ter sido feito de bobo mais uma vez”. O que descarta toda a culpa do impresso diante da defesa anterior ao plano econômico, pois alega que foi enganado, assim como o leitor, diante das promessas proferidas pelo governo. Terceirizando, assim, a responsabilidade e redirecionando o seu posicionamento.

Nesse sentido, uma nova crítica vai ser pulicada em janeiro de 1988, sob o título *A roda quebrada da economia brasileira*, que reacende a discussão e o posicionamento negativo do impresso em relação aos rumos tomados pelo plano econômico.

Era para estarmos com a roda da economia girando a todo vapor. Mas estamos com ela se desmontando em fragalhos, diante dos obstáculos. Quando o dinheiro interno não é suficiente para financiar o que o país quer fazer, recorre-se ao sistema de financiamento internacional. Esse dinheiro que vem de outros países é chamado de poupança externa. Mas isso que deveria girar a roda da economia, embate com a dívida externa. Pois nada vem de graça, e o conjunto dos juros e taxas pelo empréstimo, tem custos altos. [...] O saldo nessa balança só cái e a roda da economia brasileira começa a ficar quadrada (Até Que..., 1988, p. 03)

Nesta construção argumentativa, assinada pelo Pe. Natalício José Weschenfelder, temos uma abordagem narrativa, ao explicar a forma como a roda da economia funciona, em caráter informativo, ao mesmo tempo que é opinativo, pois apresenta a partir dos seus ideais.

O texto continua, com um anexo, sob a indagação *O que fazer?*. Aqui, após essa explicação do como funciona e a causa do problema, o emissor emite as possíveis soluções, partindo do seu ponto de vista.

As perspectivas da economia brasileira não são boas. O Brasil precisa acabar com a inflação. As consequências dessa situação são evidentes: a roda da economia brasileira está ameaçando uma marcha ré. O que fazer? Aqui coloco umas medidas a serem tomadas: a contenção do déficit público, corte do funcionalismo, extinção de órgãos públicos, fim de todos os subsídios, renegociação da dívida externa, controle de salários e de preço. E o que você faria? (Até Que..., 1988, p. 03)

Neste caso temos uma expressão clara da opinião do emissor, com base em suas construções ideológicas pessoais. Considerando que ele não possui conhecimento formativo em economia ou áreas afins, suas bases para tais argumentações se baseiam em princípios pessoais

de conhecimentos adquiridos pelo contexto sócio-histórico inserido. Assim, elenca suas ações caso fosse um líder econômico com tais responsabilidades, acreditando que seriam a solução dos problemas existentes e anteriormente apresentados.

Desta forma, o emissor se caracteriza por uma atuação ambígua. Ao mesmo tempo em que assume uma postura ativa enquanto enunciador de um posicionamento, é passivo em relação à ação prática. Pois, sua atuação é propriamente teórica discursiva. Por fim, utiliza do *ethos* da sensibilidade ao evocar o leitor para a discussão, em uma forma de popularizar o discurso construído.

Mantendo a postura de desilusão e duras críticas à situação econômica nacional daquele momento, na edição de maio de 1990, Dom Agostinho usa sua coluna para tal temática, com o título *Hora de cair na real*.

É hora de reconhecermos a verdadeira situação econômica nacional, que está ficando mais difícil do que na ditadura. O plano político do governo Collor atacou o povo, na área dos salários. Dizendo que vão criar um Brasil Novo, mas esqueceram que antes precisa corrigir muita coisa do passado e reorganizar suas bagagens. [...] O momento político só pode ser de desalento. Segundo o relatório sobre o desenvolvimento humano, divulgado pela ONU, o Brasil ocupa a 80ª posição do Índice de Desenvolvimento Humano. O que é inaceitável. É urgente a hora de cair na real (Até Que..., 1990, p. 02)

Trocam governos e mudam-se planos econômicos, mas a situação persiste. Inflação alta, baixo crescimento, dívida externa, salários baixos, entre outros problemas que são mencionados pelo impresso a cargo de informação, são também apresentados como resultado esperado das medidas tomadas pelo governantes. O que, segundo o julgamento do jornal, são consequências esperadas e não consideradas pelos responsáveis, que se omitem e continuam tentando amenizar seus efeitos, sem tratar o cerne da questão.

Sobre isso, Charaudeau afirma que, em uma construção discursiva que envolve religioso e político, se faz necessários separar os saberes de conhecimento dos de crença. Pois, enquanto, os primeiros “visam a estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo, existindo, pois, para além da subjetividade do sujeito” (2006, p. 197); o segundo busca sustentar um julgamento sobre o mundo, a partir dos valores que são atribuídos pelo meio, pelas relações que contrói e pelas influências que sofre.

Neste caso, percebemos em diferentes trechos essa aproximação, que resulta na construção discursiva argumentativa que une opinião e conhecimento, deixando emergir as influências, posicionamentos e questões envolvidas desde a sua concepção.

Mantendo sua posição narrativa, em outubro de 1991, o jornal, a partir de Célio Bonetti,

líder sindical de Francisco Beltrão, publica uma análise sobre o desenvolvimento regional do Sudoeste.

Quando algum viajante, visitante ou curioso chega ao Sudoeste, logo comenta de forma elogiosa como a região está desenvolvida, modificada. Para isso fazem referência ao número de asfaltos, crescimento das cidades, inchaço populacional, número de edifícios, agências bancárias, indústrias e número de antenas parabólicas. Mas serão esses os medidores do desenvolvimento? [...] Ora, qualquer pessoa responsável, com um pouco de visão sócio-política, concluirá que uma população em que 2/3 de seus eleitores são semianalfabetos, não pode ser considerada desenvolvida. Pois essa situação prova que há manipulação e uso das pessoas pelos detentores de poder. [...] Por isso, precisa ser pensado urgentemente um projeto de educação formal e informal para nossa região, que contemple sua gente e os torne conscientes diante da realidade que vivem. (Até Que..., 1991, p. 03).

Nesta narrativa, percebemos que há uma construção opinativa argumentativa, que se inicia por uma história comparativa, ao relatar os elogios recebidos pela região por visitantes de fora. Ora, esses elogios são relatos pessoais do emissor, que os utiliza como exemplificação para sua crítica.

Apesar, de no estado inicial, estabelecer que a estética da região indica um desenvolvimento, o enunciador traz em estado de atualização um contraponto. Segundo ele, não pode haver desenvolvimento em uma região de população majoritariamente analfabeta, que simbolizaria uma prova de manipulações dos poderosos em relação ao povo. Assim, o discurso se estabelece como uma “maneira de apresentar os valores que estes adquirem sentido no espaço político” (Charaudeau, 2006, p. 187).

Por estado final, apresenta uma solução imediata, a necessidade de um “projeto de educação formal e informal para nossa região”, que tiraria o povo sudoestino dessa ilusão de serem desenvolvidos, conforme a estética deixa transparecer. Bem como, desenvolver a autonomia popular diante da vontade dos detentores do poder.

Seguindo o discurso que estabelece uma oposição entre a estética e o real, temos em dezembro de 1993, uma narrativa contestando a visão difundida sobre região nordeste brasileira. Que, já naquele período, sofria ataques da região sul, sendo taxados como estados pobres e atrasados.

Essa argumentação vai ser realizada pelo próprio Dom Agostinho, em sua coluna, como resposta “a ignorância sulista, que ouve vozes de alguns e saem reproduzindo mentiras, de uma realidade que não conhecem” (Até Que..., 1993, p. 02). Como não há menções em relação ao que aconteceu, que resultou nessa resposta, podemos concluir apenas que na região se difundiu um discurso perjurativo em relação a região nordeste, sem motivações por nós conhecidas.

Sinto-me triste em ter que falar sobre isso. Faço essa resposta, com dor do coração, por saber que cristãos de nossa Diocese estão pregando ódio em relação aos irmãos nordestinos. [...] Hoje, quando se fala em Nordeste, logo ligam a fome, miséria e atraso. Todos são bons juizes e colocam como causa a seca e a ignorância popular. Não podemos fechar os olhos a problemática da seca, mas há quem deseje a seca, para dela tirar proveito. O Nordeste vive hoje na estrutura política e econômica que se beneficia da pobreza. A maior parte das terras é controlada por políticos e grandes empresários. A região é frutífera, é viável, mas necessita de uma reforma agrária urgente. Falta vontade política para solucionar os problemas. E falta respeito popular, para com os que sofrem por influência dos malfeitores. Tenhamos coragem e humanidade para defender nossos irmãos. Afinal, não estaria suas mãos ligadas ao poder dos políticos que lá exploram? Portanto, a seca e o atraso não é o problema. A nossa ignorância e omissão é. (Até Que..., 1993, p. 02).

Nesta formação enunciativa, temos três elementos de análise. Primeiro, como estado inicial, temos a apresentação do discurso quanto resposta a uma movimentação discursiva em ação na região. Isso, estabelece ao emissor o *ethos* de chefe-soberano, que quanto liderança religiosa, se coloca na responsabilidade de se posicionar diante de certas situações políticas que ocorrem sob seu domínio.

Por segundo, há a narrativa em forma de relato, do que estava sendo difundido. No caso, a situação da seca e do atraso nordestino, sendo colocados como motivos de preconceito e peroração. Como atualização do estado enunciativo, temos as contraposições, que negam o discurso proferido, que deve ser combatido. Assim, o emissor apresenta a raiz do problema, que envolve interesses pessoais de poderosos e governantes. Propondo, um reagrupamento de/das competências semelhantes do discurso político em *ethos* de credibilidade e *ethos* de identificação, envolvendo, primeiramente os critérios da razão, partindo para uma sequência afetiva (Charaudeau, 2006, p. 132).

O afetivo aqui, se dá com a inserção do leitor na narrativa. Que, para confirmar seu posicionamento com credibilidade, o emissor usa da sensibilidade afetiva para questionar as ações do leitor. O que visualizamos na expressão: “não estaria suas mãos ligadas ao poder dos políticos que lá exploram?”. E, como meio de validação do discurso, o emissor, em sua finalização, se coloca na narrativa, “a nossa ignorância e omissão é”. Representando, o que Charaudeau (2006), estipula como elementos necessários para a credibilidade de um enunciado em relação ao leitor, que necessita do uso pessoal dos *ethos* de seriedade, de virtude e de competência, por parte do emissor.

Em relação à implantação da nova moeda brasileira, o Real, em 1994, no então governo de Itamar Franco, não haverá grandes menções no impresso. Somente um *box*, na edição de agosto, com a seguinte afirmação: “Nova moeda em circulação. São muitas promessas e esperanças. Esperamos que a solução seja REAL. O povo não aguenta mais tamanha desordem

econômica” (Até Que..., 1994, p. 03).

Não sabemos o porque de não haver uma construção discursiva mais ampla, porém nos recordamos que todo o foco positivo no plano Cruzado resultou em frustração por parte do impresso. Talvez, neste caso, estivessem evitando fazer conclusões precipitadas.

Na edição seguinte, teremos uma narrativa de cunho informativo, sobre a dívida externa brasileira. O texto sob o título *Brasil vai atrasar o pagamento da dívida por falta de dinheiro*, não contém assinatura do emissor e nem comentários de cunho pessoal, o que o destaca entre todo o material que compõem o impresso.

A parcela da dívida externa do Brasil, que deverá ser paga até o final do ano, pode ficar em aberto. Isso, porque o país está enfrentando sérios problemas para saldá-la. No ano passado, o Brasil já ficou devendo o que valor que deveria ser pago e foi protelado para esse ano. O possível atraso, já cogitado, poderá comprometer os objetivos estratégicos da diplomacia brasileira e os planos econômicos nacionais, garantem os especialistas (Até Que..., 1994, p. 06).

Ao analisarmos a organização discursiva, percebemos que há apenas uma narrativa. Pois, o estado inicial e a atualização são apresentações de um fato, seguindo pelo estado final, que são suas consequências. Tendo, por mera finalidade, informar os leitores de mais uma problemática envolvendo a economia nacional. Obviamente, que a omissão de uma discussão, pode ser interpretada por uma postura de desacordo, ao mesmo tempo que não há argumentos a serem debatidos, simbolizando um distanciamento do jornal em relação a temática.

Já nos anos 2000, as abordagens se dedicaram à questão do desemprego, como consequência direta dos problemas econômicos que se desenrolavam no país a décadas. Um exemplo é a mensagem em decorrência do início do novo milênio, que apresenta a seguinte reflexão.

Há anos o povo sofre pela irresponsabilidade econômica de nossos governantes. [...] Um exemplo é a fome que cresce e assola nosso país. O desemprego que corrói a humanidade, abalando o homem em todas as suas estruturas: materiais, humanas, psicológicas e sociais. [...] Seguimos em luta, amparados na esperança que vem de Deus. Já que a justiça dos homens é falha e lenta (Até Que..., 2000, p. 02)

Há uma desilusão por parte do emissor, como se não possuísse mais forças para argumentar, diante das sequências de ações que não resultaram em saídas para o problema. O tempo passa e o problema permanece. Se destaca, novamente, o *ethos* da sensibilidade, onde o enunciador considera todos os aspectos humanos que são abalados por questões da fome e do desemprego. Ao mesmo tempo, usa do discurso religioso, para aproximar o leitor da narrativa, mantendo-o como agente ativo, mesmo que com uma intensidade menor que nas abordagens

anteriores.

Esta ocorrência finda as temáticas de economia nacional nas edições do impressos, que vai trazer por última abordagem desta categoria, uma reflexão de Dom Agostinho diante da comercialização do sentido do natal na região Sudoeste.

Essa vai ser uma de suas participações finais na concepção do jornal diocesano, sendo publicado em novembro de 2006.

O natal é o maior fluxo de caixa do comércio. Agora os mercados querem se aproveitar nessa fonte de vendas, abrindo nos domingos e no feriado. Tudo se resume em lucro financeiro. [...] Geram-se empregos, rendas extras, contam-se as moedas para garantir os presentes, a árvore e a ceia. Pena que esse bum financeiro só dê frutos temporários. [...] Quem dera pudéssemos compreender que o natal econômico poderia ser todo dia, se houvesse responsabilidade e justiça. [...] O que nos resta é desejar boas festas e que o bom velhinho traga consciência, justiça e liberdade para todos os brasileiros. (Até Que..., 2006, p. 02).

Essa construção argumentativa, traz um posicionamento pessoal do emissor, que estabelece suas declarações a partir de suas ideias a respeito do que visualiza em seu entorno social, embasadas nos princípios que o norteiam. No *ethos* de chefe, enquanto liderança, utiliza o limite discursivo da austeridade, para repassar uma imagem de seriedade em relação ao tema, mas não de forma extrema ao ponto de parecer autoritário e contrário.

Quando discorre sobre o lado positivo do natal, festa cristã, para o mercado financeiro, diante do aumento de vendas e dos lucros, ao mesmo tempo que sugere um questionamento de que seria possível ter esses resultados ao longo de todo ano, através de ações responsáveis. É claro, que o natal seguiria sendo um ponto crucial para o comércio, por questão cultural, que envolve presentes, ritos e toda uma simbologia, o que contrapõe a posição do enunciador.

Assim, o *ethos* discursivo, neste caso, se consolida com o cruzamento de seu posicionamento pessoal com as ideias políticas que o orientam, e que, por consequência, afetam o seu público alvo (Charaudeau, 2010).

O que desencadeia a competência afetiva da persuasão, ao buscar inserir o leitor dentro das narrativas propostas, fosse como agente ativo ou quanto vítima da problemática destacada. Também, se instala uma construção discursiva que estabelece o emissor, e o receptor, como capazes de julgar a ação, a partir de seus princípios morais e éticos, influenciados pelo grupo social e pela realidade em que está inserido.

Nesse sentido, podemos averiguar, que, por terem seus valores moldados pelo catolicismo, mesmo que inconscientemente, e terem por fonte de informação o jornal diocesano, os leitores sudoestinos foram influenciados pelos posicionamentos expressados,

bem como pelas ideias apresentadas. Inclusive nos temas econômicos, que mantém a forma de abordagem, seguindo uma estrutura informativa opinativa com objetivo de divulgação de uma ideia, mesmo que amparada em uma justificativa religiosa. O que não foge do esperado, considerando a instituição mantenedora e responsável do jornal ser a Igreja Católica, mas que se destaca ao compor materiais destas temáticas, de forma linear e coesa, o que Maingueneau chama de “o jogo clássico de antecipação de modalidades da repetição” (2007, p. 263), que resulta em uma influência, quase inconsciente, como resultado da frequência de contato.

4.1.3 Problemas sociais e educacionais

Diante desses posicionamentos da Igreja em seu impresso, percebemos uma postura de preocupação com as questões sociais dos excluídos e marginalizados da sociedade. Essas abordagens vão ao encontro para com a ação prática exercida na Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, que criou pastorais e instituições responsáveis em atender e inseri-los na sociedade, firmando parcerias com líderes sindicais, empresas, políticos regionais e estaduais, instituições governamentais e privadas (Nazaro, 2011).

Entre elas, destaca-se a EISPAL – Escola de Integração Social de Palmas, criada em 19 de setembro de 1974 após Dom Agostinho apresentar publicamente sua preocupação com o elevado número de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas na cidade de Palmas, sendo mantida pela diocese para atender crianças e adolescentes em situação de mendicância e vulnerável delinquência juvenil, pelos quais “me senti no dever de fazer algo, proporcionar a estes menores um futuro que propiciasse um maior crescimento integral, com dignidade humana, evitando a delinquência juvenil” (Sartori, 2008, p. 163). O começo das atividades da EISPAL se deu após a união da sociedade Palmense com Dom Agostinho, em que se destacam as autoridades municipais, Prefeitura de Palmas, além da população em geral que auxiliou com doações materiais e financeiras.

A EISPAL envolveu em seu trabalho não somente os menores, mas também a família e a comunidade, sendo necessário que os pais estivessem empregados para que o menor tivesse sua vaga assegurada. Buscando reduzir custos e manter a Igreja à frente da instituição, em 1980, Dom Agostinho traz a Congregação das Pequenas Irmãs da Sagrada Família para assumirem a coordenação e os trabalhos na entidade, tornando assim as funções leigas em voluntariado.

A instituição chegou a atender 250 crianças e adolescentes, numa faixa etária entre 03 meses a 18 anos de idade, acompanhados semanalmente pelo bispo, que realizava ainda um trabalho de acompanhamento das famílias, visando incentivar a organização social familiar.

Em relação a esta problemática, teremos o uso das páginas do jornal para divulgação da entidade e de seus objetivos sociais.

Não é fácil ser jovem nesta sociedade egoísta, que cobra responsabilidades que nem ela mesma tem. O desamparo é grande. Os nossos adolescentes se vem perdidos, buscando um futuro, que não lhes dá garantias. [...] Precisamos orientar e cuidar dos nossos jovens, mostrando-lhes que não estão sozinhos. A Igreja se preocupa com vocês. Vamos juntos construir um futuro para nossos jovens. [...] Esta é a meta de nossas ações. (Até Que..., 1985, p. 05)

Na organização narrativa, visualizamos a afirmação discursiva que justificam as ações práticas da diocese, que são reforçadas teoricamente pelo impresso. Assim, a narrativa tem por estado inicial a apresentação do problema que exigiu um posicionamento, no caso o desemprego aos jovens mais pobres da região. Por atualização, temos a defesa das medidas provenientes da Igreja Diocesana, bem como repassa essa responsabilidade aos leitores, a partir da expressão “precisamos”.

Ao mesmo tempo que o estado final se dá pela reafirmação do estado inicial, reforçando a importância da Igreja enquanto ponto de apoio para esses jovens, assim como referência de instrução teórica, não sendo omissa o problema.

Assim se elencam os agentes envolvidos: o denunciante (emissor), as vítimas (jovens), o malfeitor (sociedade) e o solucionante (Igreja Católica e seus representantes). Contudo, não há voz das vítimas em nenhuma das edições, para apresentarem seu ponto de vista e um feedback sobre as ações promovidas.

Em relação à cronologia, temos uma narrativa em contínua progressão, pois apresenta um espaço-temporal em tempo presente, mesmo que o problema venha de um passado e se estenderá ao futuro. O espaço é aberto, podendo ter deslocamentos diante das ações, causas e reações, não estando estagnada em um ponto fixo.

Algumas edições depois, em janeiro/fevereiro de 1986, a questão do menor na sociedade vai ser destaque em mais de uma página. Sendo, a primeira abordagem ainda na capa, por Dom Agostinho, que afirma:

A Igreja sempre foi sensível à dor e à pobreza e sempre procurou minimizar a situação e a dor das crianças e dos doentes, dos empobrecidos e marginalizados pela sociedade e pela própria família. No Brasil, até data bem recente, era a Igreja, uma das poucas instituições, que procurava atender em milhares de obras sociais, ao abandono dos empobrecidos. Hoje, chamamos a todos para fazer parte desta luta. [...] Pois, a situação ficou pior, devido aos inúmeros problemas sócio-econômico-políticos e culturais que o Brasil enfrenta. [...] É urgente sensibilizar as comunidades cristãs, a sociedade e as autoridades governamentais para que assumam sua parcela nessa missão no atendimento do menor e do empobrecido (Até Que..., 1986, p. 01)

A formação argumentativa se molda em elementos de viés delocutivo, com estado inicial de promoção. Pois, usa da enunciação discursiva para se apresentar o trabalho social realizado pela Igreja em prol dos empobrecidos e dos jovens. É a Igreja vendendo seu peixe a partir do espaço em que não será julgada. Claro que não podemos negar que houve uma movimentação de organizações ligadas a Igreja Católica no Brasil, que realizaram atividades de assistência, assim como é o caso da EISPAL. Porém, também não podemos considerar que foi somente ela a instituição que demonstrou preocupação e buscou exercer ações.

Por atualização, temos uma postura de acusação, diante da omissão dos governantes e sociedade geral, que não geraram movimentação em prol da solução do problema, ao mesmo tempo que fingem não ver o agravamento. Por estado final, temos um pedido de compartilhamento da responsabilidade, elencando aqueles que poderiam auxiliar na solução do problema.

Em sequência, algumas páginas à frente, temos uma narrativa assinada pela Irmã Zelinda Caversan, membro da equipe de produção do jornal e responsável pela EISPAL na Diocese. Ela traz uma reflexão diante da expectativa que a Nova Constituição abrisse espaço para uma assistência ao menor.

O povo brasileiro espera que a nova Constituição, realmente garanta os direitos da criança, do adolescente e do jovem, fazendo com que suas necessidades sejam atendidas e respeitadas por toda a sociedade civil e pelos departamentos governamentais. No Brasil, há por volta de 36 milhões de menores que mal sobrevivem explorados e marginalizados, dos quais sete milhões estão totalmente abandonos nas ruas. Temos crianças abandonadas, comercializadas, discriminadas, prostituídas, exploradas reprimidas, marginalizadas e ignoradas. Serão elas as responsáveis pela situação em que vivem? Elas são fruto de todo um contexto familiar, econômico, político e social brasileiro, dos qual também fazemos parte (Até Que..., 1986, p. 07).

Na construção argumentativa, temos a inserção do leitor à narrativa, tanto como agente ativo, que pode exercer uma ação, quanto como agente passivo que sabe do problema e “espera” por uma solução por parte dos responsáveis. Em seguida, temos a apresentação de dados quantitativos da situação, que foram acessados em uma fonte secundária, aqui não mencionada. Estes, tem por finalidade embasar a argumentação construída, demonstrando que a veracidade do problema, através do *ethos* da credibilidade, valida o discurso do emissor, a partir da sua postura discursiva (Charaudeau, 2006).

O questionamento realizado, como uma justificção à importância do tema, estabelece um *ethos* de sensibilidade, que parte para o afetivo do leitor, buscando consentimento e apoio.

Seja através da indagação que esclarece que havia responsáveis pela situação, como pela inserção do sujeitos como parte desses responsáveis, através da expressão “fazemos parte”, que inclui ainda o emissor, novamente em forma de validação do discurso.

Continuando na questão dos problemas sociais, temos em março de 1987, uma abordagem diante da posição da mulher na sociedade brasileira, também como vítima de marginalização e segregação. O texto é assinado por uma leiga, a Professora Lourdes Stefanello Lago – Professora de História e Coordenadora dos Cursos de Extensão e Pós-Graduação das Faculdades de Palmas, sendo intitulado *O papel e o direito da mulher na sociedade*.

Em pleno século XX, assistindo o mundo inteiro e, nele o Brasil, a se preparar para o raiar do século XXI, é difícil, para não dizer humilhante, falar em direitos e papel da mulher na sociedade. À mulher desempenha, economicamente e socialmente um papel de grande relevância que, quase sempre, passa despercebido, desvalorizado por essa sociedade marginalizadora. Para os que acham isso um exagero, basta analisarmos os salários pagos à determinadas profissões, consideradas “femininas”... As mulheres representam 52% da população do Brasil, entretanto quase inexistente, na legislação em vigor no Brasil. [...] Apesar de todos os avanços e progressos, a situação da mulher, em algumas sociedades, pouco se modificou, pouco avançou. Cabe-nos um questionamento: “como revertermos o curso da história da mulher?” Continuando com uma educação para a submissão, para a dependência, para o medo, ou começarmos dentro de nossas casas, uma educação consciente e libertadora (Até Que..., 1987, p. 05)

A narrativa apresenta de início apenas uma narração, cuja organização inicial tem por objetivo denunciar a marginalização da mulher na sociedade. A atualização, se faz por dados técnicos, que fundamentam a enunciação. Enquanto o estado final, evoca um questionamento social, que insere o leitor na narrativa, ao indagar sobre a formação e o tratamento social dado às mulheres na região.

Essa abordagem se coloca como um contraponto em relação ao papel da mulher propagado pelos princípios católicos, que cobram modéstia, feminilidade, obediência, focando em ser mãe e esposa. Entretanto, o jornal traz em suas páginas uma publicação que questiona essa formação, mesmo que não mencione a instituição. Talvez pelo fato de sua produção ter uma postura mais aberta, favorável a emancipação feminina, ou por considerar que algumas leitoras poderiam se agradar com tal posicionamento, de fato não sabemos, mas que é um ato inédito por parte da emissora em relação ao tempo-espaço e ao local de publicação, certamente é.

Assim, temos uma formação discursiva que vai além do cunho religioso, respeitando a posição e a opinião da emissora, que possui uma base formativa, fora o fato de ser mulher com ensino superior em uma região em que o acesso era restrito. O que nos remete em como o *ethos*

da sensibilidade pode ser acionado pelo afetivo, sendo no social que ele se faz mais presente, pois age no campo pessoal dos leitores, a partir de suas vivências e ideias, sendo mais palpável para reflexões (Charaudeau, 2010).

Em relação à outra problemática social, teremos uma abordagem em relação ao negro, constituída pelo Pe. Leopoldo Melz, sob a comemoração dos *Cem Anos de Abolição*.

Inúmeras são as comemorações programadas com referência ao centenário da abolição da escravidão no Brail, mas acreditamos que, sobretudo, devemos ter momentos de reflexão e avaliação do que tem sido feito nesse século, em favor da liberdade e da justiça aos negros. Por um lado devemos ressaltar sua contribuição a cultura brasileira, com música, comida e religião. Mas de outro lado faz-se necessário camuflar a situação atual, onde nossos irmãos negros vivem situações de opressão e sofrimento, com discriminação racial, péssimas condições de vida, marginalização racial, perseguição, desemprego acessos restritos... assim sendo depois de cem anos, a real libertação ainda não se realizou. [...] Você é racista? Lembre-se das palavras de Cristo: “Amai-vos uns aos outros como Eu vos amei” (JO 15,12). 100 anos em liberdade, mas em busca de IGUALDADE (Até Que..., 1988, p. 05)

A partir dos componentes da organização narrativa verificamos que a argumentação se dá por elementos de opinião pessoal do emissor, com base nos princípios religiosos e políticos. Pois, em um primeiro momento, se faz um relato narrativo diante das situações sociais que ainda atingiam os negros, que mesmo após a abolição da escravidão, não conseguiam viver como cidadãos brasileiros, gozando de todos os seus direitos.

Em sequência, se apresenta as contribuições do negro na concepção da sociedade brasileira, em relação a troca cultural. Um destaque é o termo “religião”, considerando que os negros sofreram represálias por suas vivências religiosas, sendo catequizados pela Igreja Católica, sob justificativa de civilizá-los e libertá-los. Entretanto, também é válido destacar, que na Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, vai haver uma atuação voltada ao sincretismo religioso, nas igrejas dentro dos quilombos, havendo participação direta do Bispo Diocesano em celebrações que referenciavam as religiões de matrizes africanas. O que não isenta a instituição da parcela de culpa pelo sofrimento do povo negro (Coletânea De Documentos Históricos Alusivos A Diocese e a Dom Agostinho José Sartori – Tomo I, 2004, p. 143), assim, como também não a coloca como uma “salvadora” por dar voz à situação.

Por estado final, temos o uso do *ethos* da sensibilidade, que como percebemos, no social se faz mais presente, por aproximar o leitor do discurso, pois se fala sobre o que está perto, no cotidiano. Desta forma, a partir da base discursiva religiosa, se condena o preconceito, ao mesmo tempo que busca despertar no leitor um sentido de culpa por atos racistas e de irmandade em relação aos negros, através da base bíblica, partindo dos desejos e ensinamentos divinos.

Diante desta temática, o impresso vai iniciar uma sequência de abordagens nomeadas

Queremos uma educação que liberte, alegando que tanto o “problema do menor, das mulheres, do negro, dos marginalizados, segregados, do drogrado, dos excluídos, só podem ser resolvidos por um meio: EDUCAÇÃO” (Até Que..., 1989, p. 02).

Todas as edições passam a ser compostas por formações discursivas com essa finalidade, podendo ser coluna, box ou matéria informativa, assinada por leigos, padres ou pelo Bispo Diocesano, tendo em comum a defesa por uma estrutura educacional formal e informal no Brasil. Pois, segundo Dom Agostinho, “todo problema social só tem uma causa e uma cura, a educação” (Até Que..., 1990, p. 02), assim, as nossas análises vão se voltar para esse posicionamento, que vai ser elencado e defendido até o final do periódico.

Neste sentido, em junho de 1992, Dom Agostinho aborda a relação *Religião x Educação*, onde vai estabelecer um posicionamento a partir do *ethos* da virtude, apresentando um discurso fechado com os princípios religiosos, afirmando que somente a Igreja poderia fornecer uma educação emancipadora e autêntica, por não estar amarrada com nenhuma ideologia.

Desta forma, catolicismo enquanto agente social, ao mesmo tempo que ignora sua raiz ideológica, pois se fundamenta em doutrinas e valores morais e éticos que moldam as ações e os pensamentos dos indivíduos, assim como qualquer outra religião ou filosofia.

A ignorância é um terreno fértil para as falsas crenças e para a perda da liberdade. A falta de acesso a educação formal e informal aprisiona o indivíduo, que se torna presa fácil aos aproveitadores e aos mais espertos. [...] Por isso, igreja e educação precisam caminhar juntas. Unidas na formação do ser humano integral, inteligente, que é humano, crítico e sensível com o outro. [...] Por isso, esse jornal tem a tarefa árdua e espinhosa de vos libertar da ignorância social. Do mesmo modo, que fomos os pioneiros na oferta do ensino superior nesta região. Porque sabemos reconhecer as necessidades do nosso povo e não vamos aceitar que sigam sendo prisioneiros das privações formativas que lhes foram impostas (Até Que..., 1992, p. 02)

Sendo assim, se vende uma imagem de credibilidade, na qual se coloca a instituição como uma fonte imparcial de formação, que forneceria a oportunidade sem esperar algo em troca. No caso, temos a tentativa de adquirir mais fiéis, a partir da apresentação da Diocese como um agente ativo na promoção educativa dos indivíduos, bem como expansão de sua doutrina e valores.

Nesse sentido, o jornal coloca a Igreja como uma organização íntegra, confiável e que se dedica à promoção dos sujeitos. Ocultando, ou se aproveitando da ignorância de alguns leitores, as reais funções de tais ações. Ora, ao estabelecer escolas e faculdades com princípios católicos, a Igreja expande sua influência regional. Assim como, ao utilizar do jornal como uma ferramenta útil de formação dos indivíduos, a partir de construções discursivas que, direta e indiretamente, influenciam os pensamentos e as ações de seus leitores.

Novamente, temos uma referência a uma ação prática exercida pela Diocese, a partir da expressão: “fomos os pioneiros na oferta do ensino superior nesta região”. Isso, porque, foi responsável pela criação das Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas (FACEPAL), em 1979, com sede em Palmas, respondendo ao objetivo do bispo de expandir o ensino superior na região Sudoeste com bases na doutrina católica.

Alguns anos depois, foram incorporados os cursos de Educação Física, Administração Rural, e Ciências com as habilitações de Matemática, Biologia e Química (Lima, 1997). Nesse sentido, a Faculdade de Palmas agora passava a ser constituída por duas instituições, a FAFI e a FACEPAL, congregadas na mesma administração e direção, e tendo como entidade mantedora o Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA, órgão diocesano.

A demanda cada vez maior por formação profissional em nível de graduação na região de Palmas tornou promissor o plano de concretização e desenvolvimento das Instituições Superiores da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão. Estas faziam parte de um projeto de desenvolvimento educacional em uma região essencialmente agrária, onde não havia indústrias consistentes. Sucesso este, fruto do entendimento de “toda a comunidade local que era preciso voltar-se para o setor educacional” (Até Que..., 1997, p. 04). Nesse sentido, Dom Agostinho estabeleceu relações próximas com a elite palmense, despertando nelas a consciência da importância de se ter uma instituição de nível superior na região.

Historicamente, as Instituições de Ensino Superior do Paraná foram criadas não atendendo às expectativas e demandas da sociedade como um todo, mas, sim, aos apelos oriundos dos segmentos e regiões com maior capacidade política de pressão sobre o Estado. O fato evidenciou a quase total inexistência, ao longo do tempo, de uma política que sistematizasse a educação superior estadual. Isto evidencia as influências políticas no âmbito do Estado para a implantação das faculdades em Palmas, tendo como principal mediadora a Igreja Católica (Schmidt, 1999, p. 97).

Relação esta que rendeu frutos, pois em 1986, iniciaram-se os trabalhos de construção do campus universitário de Palmas, que recebeu ajuda financeira de muitos líderes da cidade. Diante dessa nova oferta de ensino superior regional, o jornal apresenta:

Antes da criação da Faculdade de Palmas, a elite palmense ia até Curitiba/PR, Ijuí/RS e Florianópolis/SC para cursar o nível superior. Com a instalação destas instituições, alguns ainda se deslocam por conta do curso que escolhem, mas a maioria está buscando a formação em nossas instituições que ofertam cursos nas áreas de licenciatura, contábeis e administrativas (empresarial e rural). [...] Garantindo uma educação de qualidade, em casa e com princípios cristãos que valorizam o sujeito (Até Que..., 1992, p. 06).

Assim, a criação do ensino superior na região de Palmas pela Igreja significou uma expansão deste nível de ensino no Estado do Paraná, já que se vivia um momento em que o Estado buscava modernizar o país, iniciando pelo sistema educacional. No início da década de 1990, criou-se a Fundação Universidade Estadual Vale do Iguaçu (UNIVALE), com sede na cidade de Palmas, integrando a FAFI, a Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória (FACE) de União da Vitória, a FACEPAL de Palmas, a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco (FUNESP), de Pato Branco, e a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL), de Francisco Beltrão. Ou seja, as maiores instituições de ensino superior da região pertenciam a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão.

[...] a Igreja desempenhará um importante papel na formação de um tipo de liderança que, no seu entendimento, apta a articular ciência e fé, trabalha na construção de uma sociedade totalmente de acordo com o paradigma neoliberal, para o qual a participação social encaminha-se, não para a contestação e para o conflito e, sim, neste mesmo receituário, para a fraternidade. (Sant'ana, 2002, p. 231)

Nesse sentido, Dom Agostinho liberou verbas diocesanas ao CPEA para adequá-las às determinações da legislação do ensino superior, promoção de pós-graduação *strictu sensu*, sendo ofertados mestrado em Ciências Sociais e Educação, através da parceria com a Pontifícia Universidade Católica – PUC/PR, além de reorganizar as instituições às demandas de formação que a região apresentava. Desta forma, no ano de 2004, Dom Agostinho anunciou a elevação das Faculdades Integradas de Palmas para Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS, credenciada ao MEC pela Portaria nº1274/2004.

É importante ressaltar a articulação que a UNICS estabelece com a comunidade por meio de:

[...] um diálogo mais fecundo, visando a elevação geral de conhecimento das massas populares, o acesso a essa informação e o exercício da cidadania por parte dessa comunidade. Na retrospectiva que se faz da caminhada das Faculdades (UNICS), um dos aspectos mais positivos dessa busca de expansão foi o trabalho integrado e de equipe no desenvolvimento de todas as atividades, (na consecução) das metas institucionais, para que se pudesse falar uma linguagem que traduzisse conceitos e valores consistentes, possibilitando assim a interação de pessoas da comunidade interna e externa, no esforço de legitimar uma Universidade em Palmas. Toda a história da instituição foi sempre permeada de muita luta, uma luta que foi sempre a bandeira maior de toda a sua comunidade que entendeu, desde o início, que uma região essencialmente agropecuária, sem indústrias e sem comércio consistente, precisaria voltar-se para o setor educacional. Uma comunidade que acreditou que seria a criação de uma Instituição de Ensino Superior, que abriria as portas, viabilizando novas alternativas de crescimento e expansão (Lima, 2015, p. 18).

Com o sucesso da UNICS na região de Palmas, Dom Agostinho resolveu ampliar e expandi-la, sendo implantada a Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu – VIZIVALI em 1999, no município de Dois Vizinhos, e a Faculdade da Fronteira – FAF no mesmo ano, no município de Barracão. “Houve uma expansão do UNICS. Por ele estar consolidado, achou que era o momento de expandir fora da sede. Os recursos saíram do UNICS” (Lima, 2015, p. 28).

Assim, conseguimos visualizar a influência social da Igreja Católica na região, que ia além de sua ação pastoral e da circulação de um impresso informativo formativo. Sendo assim, compreendemos que o jornal fazia sua função de informar e formar através de uma educação informal, que se baseava em temáticas que eram apresentadas a partir da ótica do emissor. Enquanto, a educação formal, era repassada nas instituições educacionais de ensino fundamental e superior, estabelecidas pela Igreja.

O que nos permite concluir, nas ocorrências aqui selecionadas, que o jornal, no sentido da problemática educacional, serviu como ferramenta de divulgação e validação das instituições de ensino diocenas. Pois, repassava, por meio das formações discursivas, a importância dessas entidades na região, não só pela oferta dos cursos, mas por irem além da técnica, mantendo os princípios católicos, através dos valores morais e éticos pregados pela Igreja e defendidos pelos textos, como ponto a ser considerado para a escolha.

Sendo assim, o jornal, além de propagar os discursos da igreja diocesana e de seu Bispo, serviu como fonte de justificção social de suas ações, que eram apresentadas e defendidas ao longo das edições. Dando-lhes assim, o *ethos* da credibilidade, a partir das narrativas propagadas, através do *ethos* da sensibilidade, que inseria o leitor dentro desta realidade, estabelecendo uma legitimação das ação e das argumentações feitas.

Em outro ponto de análise, temos a expressão “esse jornal tem a tarefa árdua e espinhosa de vos libertar da ignorância social” (Até Que..., 1992, p. 02), na afirmação anteriormente apresentada. Esta, confirma uma de nossas hipóteses iniciais. O jornal se fundou e se manteve diante do objetivo de ser uma forte formadora dos indivíduos, a partir dos posicionamentos apresentados, indo muito além de uma mera fonte de informação. O que se comprova pelos poucos casos de construções narrativas de cunho jornalístico, que tem por mero intuito repassar um acontecimento.

O que nos comprova, portanto, que todo assunto abordado foi pensado e estabelecido a partir deste objetivo, considerando seus efeitos e seus desdobramentos, visando atingir diretamente seu público alvo. Desta forma, Dom Agostinho, assim como um político, “sabia que deveria jogar com a tendência da mídia de colocar as luzes sobre certos temas e determinadas declarações que ocultarão aquelas que lhes são mais particularmente caras”

(Charaudeau, 2006, p. 289). Ou seja, soube fazer uso da mídia diocesana para seu próprio benefício e da instituição.

Já na edição de setembro de 1998, se retoma a discussão diante das problemáticas sociais. O Pe. Natalício José Weschenfelder escreve sobre a *Eterna Luta*.

Há uma falta de política social no país, agravada nos últimos 40 anos. É preciso olhar para os pobres e marginalizados. Essa luta social precisa ter uma vitória. [...] Os governos continuam prometendo, mas seguimos com populações em condições desumanas, mulheres e menores sendo segregados, salários de fome, injustiças sociais, falta de assistência e de garantias. Até quando nos será necessário gritar e clamar pelo básico? (Até Que..., 1998, p. 06).

A organização narrativa se compõe de opiniões claras do emissor, que mostra uma indignação perante os problemas continuarem sendo os mesmos, ao longo dos anos. Como já mencionado, os problemas sociais se mostraram como um ponto favorável da Igreja e, por conseguinte, do impresso. Tendo um envolvimento mais próximo com o discurso religioso, além de ser mais maleável no *ethos* da sensibilidade, que desperta o emocional do leitor/fiel em troca de uma concordância.

Sendo assim, é um campo de maior conhecimento, interesse e ação para a instituição católica, o que se apresenta nas construções discursivas, que se mostram mais informais e próximas. O que, nos leva a deduzir, que nesse ponto a influência discursiva foi mais elevado, considerando a postura mais estruturada e sem muitas formalidades, falando como de igual para igual com o leitor, já que ambos tinham esse contato em seus ambientes sociais.

Neste sentido, as reclamações apontadas se tornam pautas do emissor e do leitor, por mais que a narrativa se dê exclusivamente por ideais do enunciador. Mas há uma inserção através da expressão “nos”, que mantém essa proximidade. Também, a narrativa se compõem de relatos, diante da problemática, que desde o passado afeta a população brasileira. Assim, a localização espaço-temporal é aberta, estando em progressão, sendo ainda um problema em curso, em um espaço que permite deslocamentos e alterações.

Alguns anos mais tarde, em abril de 2003, o jornal passa a debater a pena de morte, que entrou em pauta nacional como uma solução para o problema de crimes bárbaros. Nesta argumentação, temos uma composição de material por Dom Agostinho e o Dr. Elpidio Fachinello, advogado de Palmas. Ambos, debatem o tema sem divisão textual, mas que mantém uma coesão linear ao longo de todo texto.

Se a pena de morte diminui a criminalidade, porque não diminui nos países onde existe há muitos anos? É ilusão esperar que os assaltantes e demais criminosos vão deixar a

criminalidade, por medo de morrer na cadeira elétrica ou por fuzilamento. Eles convivem diariamente com a morte e esta não lhes causa pavor. [...] Se fosse aprovada a pena de morte em nosso país, a notícia de muitas execuções faria com que nosso povo já saturado de notícias cruéis e chocantes, perdesse ainda mais a sensibilidade, o que representaria, aumento da violência. Não estamos sugerindo que se tolere o crime. Pelo contrário, alguma coisa temos que fazer para coibir, para humanizar esta sociedade selvagem. Mas não será de modo algum o assassinato oficializado que o fará. [...] É necessário uma reforma do sistema penal e penitenciário brasileiro. Mas também temos que lembrar que a criminalidade é consequência de muitas outras falhas, e não podemos combater os problemas a partir das consequências, mas sim de suas causas (Até Que..., 2003, p. 02).

Nesta formação narrativa temos um posicionamento com viés religioso, ao passo que a Igreja sempre foi contrária à pena de morte, com base no discurso que defende a vida em todas as suas instâncias. Sendo assim, o enunciado vem de encontro a uma postura já conhecida, que não surpreende, mesmo por vir de um leigo da área jurídica, considerando a produção do impresso.

O ponto de análise aqui vai além do posicionamento contrário e suas justificativas, mas se dá sobre a apresentação e embasamento desta postura como algo correto a ser feito, embasado no *ethos* de credibilidade do emissor e no *ethos* de sensibilidade despertado no leitor, ao mesmo tempo que evoca o *ethos* da virtude como alegação de defesa.

Assim, a ênfase dada na narrativa, elencam duas situações. A primeira, como argumento de sedução, buscando influenciar no leitor a concordância diante dos pontos apresentados, considerando os valores apresentados e as justificativas a serem ponderadas. E por segundo, como argumento de autoridade, expressado pelo advogado como detentor de conhecimento técnico e pelo Bispo Diocesano como liderança político-religiosa, que promove uma credibilidade ao posicionamento em relação ao assunto, a partir de sua declaração, que busca um valor de solidariedade, diante do domínio ético, que emite ao leitor como uma necessidade de “uma escolha moral (em nome do que é preciso agir)” (Charaudeau, 2006, p. 102). Ou seja, era preciso agir em defesa dos princípios católicos e seus valores.

Nesse sentido, percebemos que os discursos destinados à problemática social, mantém um padrão. Pois, abordam a temática a partir de um embasamento religioso, relacionando-a as suas ações pastorais, o que evoca o ego da Igreja, quanto insituição importante nestas questões. Nos casos aqui elencados, fica visível que as formações discursivas publicadas apresentam uma ligação com a instituição religiosa, sem se preocupar em manter uma distância entre o impresso e a Diocese.

Não que nas outras temáticas o religioso estivesse distante, mas as enunciações se estabeleciam a partir de elementos próprios do impresso. O que nestes casos, se mesclam com os interesses diocesanos de forma mais expressiva, ao ponto de conseguirmos visualizar as

narrativas como afirmações públicas do posicionamento defendido pela Diocese e como validação de suas ações.

O que estabelece o *ethos* de identificação, pois o impresso pensa a imagem que quer repassar, tanto de seus ideais como da instituição que representa, e a contrói a partir das narrativas enunciadas e da consideração que recebe por parte dos leitores. Sendo assim, há uma relação triangular, que “o si procura endossar essa imagem ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência” (Charaudeau, 2015, p. 137).

Nesse sentido, a partir das questões sociais e educacionais apresentadas ao longo das edições do impresso, há uma união entre os discursos político e religioso, visando a construção desse *ethos*, pois se fundamenta em quem produz (o impresso/emissor), em quem se volta (leitor/fiel) e nos valores que se estrutura (catolicismo). Deste modo, o leitor passa por um processo de identificação, pois vê nas narrativas uma realidade próxima, que até pode lhe atingir, sendo defendida ou condenada, pelo emissor, que resulta na projeção de uma proximidade entre o sujeito e o religioso, que parte do sentido de reconhecimento e empatia, ou seja, uso do *ethos* de sensibilidade afetiva.

Essas ações, sofrem um acréscimo de sentido, com o *ethos* de caráter, ligado a imagem pública do Bispo, que repassa uma figura de tranquilidade, confiança e seriedade (Charaudeau, 2006). O que torna o jornal diocesano uma extensão de seu organizador, sendo visto como continuidade da “força protetora de quem guia o rebanho, com a serenidade do pastor que sabe aonde vai” (Charaudeau, 2015, p. 143). Assim, o impresso é uma forma do Bispo estar perto de seus fiéis.

Desta forma, concluímos que através do *ethos* de inteligência, o impresso buscou provocar sentimentos de admiração e respeito que, conseqüentemente, levavam à adesão do leitor ao discurso. Sobre isso Charaudeau escreve que “a inteligência é uma característica humana difícil de ser definida, mas aqui se trata de considerá-la um imaginário coletivo que testemunha a maneira como os membros de um grupo social a concebem e a valorizam” (2015, p. 145). Assim, a Igreja soube usar seu impresso para reafirmar sua posição de autoridade regional, através da justificação e validação de suas ações, a partir do uso dos discursos narrativos, que apresentavam as problemáticas, as causas, os agentes envolvidos e, por conseqüência, a Igreja como uma solução, fosse por ações sociais ou por enunciações que evocavam os seus princípios morais como forma de determinar comportamentos e posicionamentos a outrém.

4.1.4 Meios de Comunicação

Como última subcategoria de análise, temos a temática dos meios de comunicação. Esta, ganhou destaque, após percebermos no levantamento do *corpus* documental, como o impresso diocesano buscou sua validação, a partir da condenação de outros meios de comunicação em massa. Assim, se repassa aos leitores, que o *Até Que...* era uma fonte “segura e confiável”, considerando os problemas envolvendo as demais mídias.

Como primeira menção, temos em maio de 1987, uma coluna de Dom Agosinho, intitulada *Todos somos responsáveis pelos meios de comunicação social a serviço da justiça e da paz*, que estabelece uma narrativa de caráter condenatório aos demais meios de comunicação em massa.

Cabe-nos concordar que cada que passa fica mais difícil confiar no que vemos e ouvimos. Isso, porque os jornais, revistas e novelas não tem respeito pelos seus telespectadores e leitores. O que se verifica pela ausência de elementos que permitam aos homens ver a verdade. Mas os dados são apresentados tentando formar a opinião de cada um e torná-los cada mais influenciáveis. [...] As massas não são multidões anônimas, mas representam um desafio de se encontrar como cada um dos indivíduos e de os atingir no seu nível de compreensão e sensibilidade, mediante as tecnologias cada vez mais avançadas e estratégias de comunicação cada vez mais eficazes. [...] É preciso afirmar os direitos inalienáveis da pessoa humana, garantindo o direito de informações verdadeiras e sem interesses (*Até Que...*, 1988, p. 02)

Nesta formação narrativa temos um posicionamento opinativo do emissor, que usou do seu meio de comunicação para atacar os demais, alegando que estes exerciam uma manipulação no leitor. Ora, e qual veículo de imprensa não o faz? Se sua estrutura é feita com base em princípios e opiniões que são defendidas a partir de seus interesses, seja mercadológico ou filosófico. Assim, o *ethos* do julgamento como evocação do *ethos* da virtude, que usa da enunciação para apresentar o jornal em questão como um meio que reconhece os perigos da comunicação e os condena. O que, estabelece, mesmo que indiretamente, uma credibilidade ante o leitor.

Na edição seguinte, temos uma notícia em relação ao encontro nacional dos meios de comunicação católicos no Brasil, ocorrido em Belo Horizonte, contando com a participação de membros da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão. Neste, jornal *Até Que...*, foi apresentado e referenciado. Sendo destacado na capa do periódico este evento.

Reunidos em Belo Horizonte, os comunicadores católicos, que conta com a presença de nosso Padre Leopoldo Melz, nos deram um grande presente. Estamos no caminho certo. O *Até que...*, já faz parte dos impressos reconhecidos pelo projeto da CNBB que tem por objetivo manter uma rede de jornais que atinja todos os dias o povo, crie

de fato opinião e influa na formação da consciência nacional. Um jornal que comente do ponto de vista da Igreja, os acontecimentos, além de passar notícias (Até Que..., 1988, p. 01).

Essa narrativa vem ao encontro de nossas hipóteses. O uso das mídias sempre foi um projeto para a Igreja Católica, mesmo que a passos lentos. Afinal, toda a discussão realizada neste trabalho, tem por finalidade mostrar que o *Até Que...* não foi um caso isolado, assim como não surgiu do nada. Mas, segue uma linha católica que vê nos meios de comunicação a oportunidade de difundir seu discurso e sua doutrina, através da concepção de materiais acessíveis e focados.

Aqui, são expressos os objetivos centrais dessa ação, “crie de fato opinião e influa na formação da consciência nacional”, o que percebemos na análise do impresso diocesano. Sendo assim, temos uma comprovação em relação aos nossos questionamentos, que levaram a esta pesquisa.

Reassumindo a crítica aos demais meios de comunicação e revalidando o *ethos* da credibilidade da comunicação católica, o Pe. Valdemar Munaro vai publicar a seguinte enunciação:

Uma pessoa somente pode se sentir menos ou mais ignorante, de frente a outra pessoa mais ou menos ignorante que ela. [...] Propaganda e informação geram os sistemas políticos e econômicos. Estes, por sua vez, geram a propaganda e e a informação. São um para o outro. [...] Os meios de comunicação são movidos pelo desejo de posse, de domínio e de prazer. É a indústria de mentes e corações insatisfeitos e revoltados. portanto, não estão livres da responsabilidade de propagar a violência na sociedade e jogarem homem contra homem. (Até Que..., 1989, p. 05)

Nesta formação narrativa temos por estado inicial uma metáfora, que desperta o pensamento para o que é ideia e o que é de fato real. Ora, só saberás que é ignorante ao se deparar de frente com o outro, e descobrirá se sabes ou não a respeito de determinado assunto. Por atualização, o emissor afirma que o material dos meios de comunicação são resultados dos interesses políticos e econômicos que os influenciam.

Quanto estado final, se usa do *ethos* de julgamento, para alegar que esses meios de comunicação podem ser responsáveis por despertar nos indivíduos sentimentos que vão contra os valores éticos e morais. Em um espaço-temporal fechado, pois não há espaço para diálogos, o enunciado se estrutura como um posicionamento do emissor, com base em seu ponto de vista.

Diante das mídias serem tema da Campanha da Fraternidade de 1989, o jornal vai trazer uma publicitária vinculada à FACEPAL, para abordar o assunto. Consuelo Marcondes, mesmo sendo leiga, vai construir um discurso amplamente embasado no posicionamento da Igreja

Católica em relação as mídias gerais.

Os meios de comunicação são atualmente as fontes de energia que comandam o mundo, e a preocupação da Igreja neste ano, com a CF, está justamente em questionar, como para que e por que razões estão existindo tantos interesses nesses meios. Em primeiro plano depara-se com os interesses comerciais. Assim, inconscientemente, somos atingidos por mensagens, por ora, sem moral e sem ética, e o pior é que não percebemos. [...] Mas isso não é o pior. Estamos profundamente preocupados com a opinião pública de quem adquire a cultura silenciosa que vem inclusa nas ideologias dominantes dos meios. É bom ressaltar que essa campanha não deseja acabar com os meios, mas estimular a Verdade Evangelizadora entre Cultura Industrial e o Ser Humano. (Até Que..., 1989, p. 08)

A estrutura argumentativa aqui apresentada, elenca três pontos de análise. Primeiro, uma leiga, com formação na área em questão, constrói um discurso amparado no viés religioso, demonstrando a influência das ideologias nos sujeitos, mesmo que inconscientemente (Charaudeau, 2006). Por segundo, temos a justificativa para tal condenação ao meios de comunicação, a propagação de mensagens sem moral e sem ética, que novamente remetem os princípios do catolicismo, pois estes norteiam a moral e a ética defendida pelo emissor e, conseqüentemente, pelo impresso.

Por fim, temos a afirmativa que os meios de comunicação agiam conforme seus interesses, o que é verificável, assim como na questão da comunicação religiosa. Mas que usa do *ethos* da negação, para omitir essa realidade na mídia de cunho religioso, sendo usado como uma acusação de cunho negativo para os demais meios de comunicação comercial e particulares.

Assim, se repassa ao leitor, um posicionamento de que somente os meios de comunicação católicos são confiáveis, pois pregam a “verdade” e “respeitam” os sujeitos. Essa é uma ação que contrapõe o discurso, pois o impresso diocesano coloca em prática aquilo que condena, ao utilizar da mídia como ferramenta de propagação de seus interesses na região.

Nesse sentido, em dezembro de 1990, Dom Agostinho emite uma declaração sobre o objetivo da comunicação na Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, em que afirma:

A comunicação acontece a medida em que o emissor comunica o que é, se abre ao acolhimento do outro a ponto de se identificar com o receptor sem dominá-lo. Para que a comunicação seja eficaz, deve privilegiar o receptor e sua realidade. A mensagem transmitida deve ser adaptada a linguagem do receptor. [...] Essa é nossa missão. Não temos o monopólio da Palavra. Por isso damos voz e vez para que o povo seja também emissor. Assim, a comunicação da Igreja e na Igreja é eficaz. Pois usa dos princípios da justiça e da verdade (Até Que..., 1990, p. 02)

Assim, temos uma narrativa bem maquiada e positiva sobre a confiabilidade e a

credibilidade dos meios de comunicação católicos na sociedade, onde se encaixa o *Até Que...* Pois, o emissor apresenta a comunicação católica como inocente, sem demonstrar ignorância, quando o foco são as demais mídias, repassando assim a culpa, através das circunstâncias ou a responsabilidade coletiva da qual se isenta (Charaudeau, 2010).

Nesse sentido, percebemos a constância do discurso, que segue sem alterar seu posicionamento, nem apresentando contrapontos. O que se dá, possivelmente, pelo fato de ser uma temática que envolve a imagem do impresso e sua legitimação pública. Ou seja, os interesses iam além de só informar e formar os leitores, mas contemplam a predominância/importância do jornal.

Essa temática terá tamanha importância para o periódico, que é elencada como tema de um Roteiro Temático, em julho de 1992, sob a seguinte reflexão: *Vivemos sem os meios de comunicação?*:

Vivemos mergulhados no mundo da comunicação. Somente percebemos o quanto somos dependentes dos meios de comunicação quando eles nos faltam. Estamos acostumados com os meios de comunicação, e mais do que isso, com o modo como eles nos apresentam suas mensagens. Isso significa que não é qualquer um que nos satisfaz. Cada um de nós se acostuma com um determinado “padrão” de mensagens. Nos habituamos com determinados programas. Isso nos leva a fazer comparações e julgar o que é bom ou ruim, melhor ou pior. Mas, no geral, não temos o hábito de questionar a qualidade dos programas e mensagens que recebemos. [...] Precisamos lembrar que há meios de comunicação que são sinais de vida, que constroem relações humanas e merecem espaço em nossos lares. Não há problemas em usar desses meios, mas precisamos cuidar com aqueles que nos induzem ao pecado. (Até Que... 1992, p. 08).

Nessa formação narrativa, temos por estado inicial um relato que insere o leitor na ação. Pois, argumenta como os meios de comunicação fazem parte do cotidiano da sociedade, estando presente no dia a dia dos indivíduos, que ao terem um leque de opções, usam do seu *ethos* de julgamento, para escolher quais lhe agrada e quais não, a partir do conceito da liberdade de escolha garantido a todos.

Por atualização, temos o questionamento dessa liberdade de escolha, quando o emissor, a partir dos valores éticos e morais que defende, estabelece um *ethos* de julgamento sobre as categorias que definem essas escolhas, desqualificando-as a partir da expressão “não temos o hábito de questionar a qualidade dos programas e mensagens que recebemos”. Assim, preconiza pra si o *ethos* da competência, se inserindo na narrativa para anular as ação do outro, que inclui o leitor.

Por estado final, reitera a importância dos meios de comunicação católicos, como fonte de informação e formação. Sugerindo aos leitores, que os acessem, através de um discurso com

viés religioso, ligado ao divino, conforme é visível no trecho: “precisamos cuidar com aqueles que nos induzem ao pecado”. No qual desperta o *ethos* da sensibilidade, ao mexer com o afetivo ligado a fé do leitor, que vê no pecado algo ruim, que agora pode estar envolvido na comunicação à qual tem contato.

Assim o espaço-temporal da narrativa se dá aberto, pois se constrói em forma de auto-reflexão, dedicada ao leitor. Buscando, a partir dessa proximidade, despertar no indivíduo uma vontade de acessar os meios de comunicação católicos, além do impresso, bem como aprovar e repetir o posicionamento expressado pelo emissor.

Em setembro de 1994, a crítica vai ser em relação aos donos dos meios de comunicação brasileiros:

Apenas nove famílias do Brasil detêm o poder dos principais meios de comunicação. Isso é inadmissível. Estamos como marionetes nas mãos desses homens, que definem o que vamos ver, ouvir e pensar. [...] É urgente a democratização e a justiça nesse campo. A Igreja precisa investir mais. Estamos nos deixando nas mãos dos interesses pessoais desses grupos. É hora de mudanças ou perderemos nossa liberdade (Até Que..., 1994, p. 03)

Nessa construção discursiva, Dom Agostinho, estabelece uma argumentação baseada em seu ponto de vista, ao mesmo tempo que inclui o leitor como vítima da ação denunciada. O que se destaca é a recorrência da defesa dos meios de comunicação católicos como “salvação”, a partir da expressão “a Igreja precisa investir mais”. O que realça a ideia de que a instituição ainda não conseguiu garantir seu espaço nesse campo, tendo que disputar com as demais provedoras de comunicação, que apresentam um leque maior de opções, mas que contrariam os ensinamentos católicos. Assim como, diminuíram as oportunidades de a Igreja se mercantilizar nesse campo.

O *ethos* de chefe, que dá ao emissor a imagem de liderança, aqui se utiliza do *ethos* da sensibilidade em busca de apoio, diante de sua “revolta”. Como que na tentativa de extrair dos leitores, o *ethos* da solidariedade, em forma de uma manifestação em prol de suas opiniões, partindo de sua comunidade ou grupo social (Charaudeau, 2010).

Reafirmando esses posicionamentos, nas edições de 1995, teremos uma cobertura exclusiva sobre o lançamento da Rede Vida de Televisão, emissora católica em nível nacional. Sobre a qual, a capa da edição de fevereiro, vai afirmar:

Está quase tudo pronto para a Rede Vida de Televisão ir ao ar. [...] Com uma vasta programação voltada aos católicos, teremos opções de filmes, programas, novelas e jornalismo sério e voltado a promoção da verdade. [...] Apoiemos esse grande passo de evangelização. Deixe seu lar ser espaço de evangelização. (Até Que..., 1995, p. 01)

Assim, temos por estado inicial a divulgação informativa sobre a primeira emissora de televisão de cunho católico a ir ao ar em nível nacional. Em atualização, temos as opções que serão vinculadas, sendo sugeridas ao leitor, a partir do viés religioso, por serem amparadas nos princípios da seriedade e “promoção da verdade”. Desta forma, temos novamente um *ethos* de julgamento, que estabelece o que é correto ou não, a partir dos valores defendidos pelo emissor.

Por estado final, temos o *ethos* da sensibilidade, que visa despertar no leitor um sentimento de apoio a causa. Sugerindo que este acesse esse novo meio de comunicação, seja por viés religioso, seja por viés de solidariedade ao emissor e a Igreja.

Enquanto espaço-temporal temos um espaço aberto, permitindo deslocamentos enunciativos, pois envolve uma resposta do leitor. Quanto à cronologia, está em progressão, pois era uma ação ainda em curso.

Um exemplo disso, é que nas demais edições seguintes, vão manter em sua composição, a programação atualizada da Rede Vida, além de destacar algumas programações especiais, como filmes ou santas missas em datas solenes. Essas inserções seguem até 2005, se findando com a reformulação do impresso.

O que merece destaque de análise, é que a inauguração e a programação de outras redes de televisão católicas, como a Canção Nova ou TV Aparecida, não vão ser mencionados em nenhuma das edições. Não havendo indícios de porquê essa omissão ocorrer.

Em todo caso, após analisarmos esses trechos que compõem nosso *corpus* dentro dessa temática, conseguimos visualizar a forma como o impresso diocesano usou do debate sobre os meios de comunicação, para validar sua atuação, ao mesmo tempo que buscou combater as demais mídias, mesmo que sem muitos resultados. Até porque, os embates não se darão em nível regional, com oponentes que disputassem o mesmo público. Mas sim, são críticas às grandes redes de comunicação, que se fazem presentes nos lares e no cotidianos de seus leitores/fiéis.

Essa pesquisa considera a relação do político com o âmbito religioso, partindo do princípio que “[...] estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta” (Rémond, 1996, p. 444). Pois, “assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim, os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros, como motivação, chegar ao poder” (Rémond, 1996, p. 444).

Sendo assim, os envolvidos na discussão eram somente seus leitores, que recebiam o

posicionamento emitido pelo autor e, a partir dele, adotariam ou não a postura de combate ao que era veiculado. Tendo por opção, continuar ou não, interagindo com certas programações. Ou seja, era uma briga fria, onde o impresso condenava, sem ter resposta do acusado, e esperando uma possível mudança do leitor.

Essa ação, segundo Charaudeau, “denota um saber jogar com o ser e o parecer: saber dissimular certas intenções, fazer crer que se têm certos objetivos para melhor atingir seus fins” (Charaudeau, 2015, p. 146). Ao mesmo tempo, que denota uma “conduta, um comportamento particular que pode não só servir para fundamentar ou ilustrar uma regra geral, como para estimular a uma ação nela inspirada” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 413).

Assim sendo, esse posicionamento do impresso diocesano com relação aos demais meios de comunicação, campo em que faz parte, pode ser considerado um modelo a ser seguido, mas também algo a ser refutado. Podemos afirmar que a partir desse posicionamento e legitimando sua fala através das enunciações, o jornal quer ser reconhecido como um modelo e levar as pessoas a pensarem como ele. Isso pode ser considerado como verificável, se levarmos em consideração que o *Até Que...* possui um grande percentual de leitores em relação à população regional, e a Diocese, mantedora do jornal, tem muitos fiéis e apoiadores que acreditavam e apoiavam seus posicionamentos.

Contudo, não é garantido que havia uma oposição aos meios de comunicação em massa, por parte dos leitores/fiéis. O que coloca em questionamento se houve uma adesão a posição defendida neste quesito, mas os resultados em relação à expansão do jornal embasam que pelo menos, o objetivo pessoal do impresso diocesano foi alcançado. Aumentando sua propagação regional, através do crescimento do número de assinaturas, e consolidação como único jornal a circular em toda a extensão territorial da região Sudoeste do Paraná até o presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender como a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, através do Bispo Dom Agostinho José Sartori, utilizou do jornal *Até Que...*, para propagar seu posicionamento e as suas ideologias com o intuito de influenciar a construção do pensamento dos fiéis sudoestino, através da análise das abordagens políticas e socioeconômicas presentes nos discursos proferidos no impresso. Lembrando que este teve abrangência regional e um número significativo de assinantes.

Conforme o produto final demonstra, a pesquisa lançou luz sobre um universo muito rico, tanto de descobertas quanto de possibilidades a serem exploradas. A Igreja Católica presente no Sudoeste do Paraná e as práticas ali desenvolvidas evidenciaram o quanto tal região é singular. Assim, constitui-se devido aos múltiplos embates que compuseram a complexidade sociocultural que atualmente se observa. Desde o primeiro contato com as fontes, tais elementos eram evidentes.

A partir de tal prisma, espacialidades e relações foram sendo redefinidas e recriadas. Na realidade em questão, a Igreja utilizou de seu jornal para transmitir seu lado político e seu ideário social. Nesse sentido, a Igreja diocesana de Palmas buscou manter sua hegemonia na região Sudoeste, visando construir uma sociedade embasada nos valores cristãos e em sua doutrina, a partir da divulgação de seus ideais e posicionamentos através de um impresso de ampla abrangência regional.

Essas questões foram exploradas no decorrer deste trabalho. A partir delas, se redigiu quatro capítulos que evidenciaram a relação Igreja Católica e Comunicação, que amparou a ação de Dom Agostinho na Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, quanto proprietária de suas próprias mídias e norteou sua utilização a partir de seus interesses. Sendo este um campo de ação pastoral e política, onde a Igreja atuou como moldadora e propagadora de opiniões e posicionamentos pessoais e institucionais do Bispo e da Igreja.

Deve-se destacar que a análise discursiva é pertinente para este tipo de investigação, pois ela não procura apenas a simples interpretação, não está atrás de um sentido verdadeiro, pela simples razão de que não existe uma verdade oculta atrás do texto. É preciso entender os gestos de interpretação, como os diversos verificados no discurso central do impresso, e como estes acabam se constituindo. Os discursos não estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo. Havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do aparato simbólico e da história. Dessa forma, os discursos que compõem as edições não representam uma verdade absoluta, mas eles estão inseridos nas disputas políticas e sociais no contexto que estão

inseridos, adquirindo diferentes sentidos que podem variar, dependendo do campo discursivo em que é mencionado.

Respondendo à problemática desta pesquisa, a forma como esse impresso atuou na região Sudoeste do Paraná, contribuiu para moldar uma nova forma de atuação da Igreja na sociedade. Atentos aos tramites discursivos, nos momentos de sustentação de seus posicionamentos, o Bispo Diocesano, e os demais escritores do jornal, não poupam argumentos que buscam mesclar assuntos de conotação religiosa, com elementos provenientes de outros campos, tais como, o político, o social e o econômico.

Nesta tese, o objeto de pesquisa foram os discursos provenientes do Bispo Diocesano e demais membros da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, publicados no jornal *Até Que...* Nestes, foram verificadas as relações conflituosas, as formações discursivas, incongruências e hesitações, priorizando as relações que estabelecem com seus outros no discurso pela via do antagonismo ou do agonismo. As análises empreendidas nos últimos capítulos revelaram a ação discursiva voltadas a temáticas políticas e socioeconômicas, que vão além do teológico, demonstrando suas particularidades e as semelhanças com as estratégias e interesses do Bispo e da Igreja Católica. A Análise do Discurso aplicada no desenvolvimento desta pesquisa representou um importante método para compreender as diferentes formas como os temas foram tratados pelo jornal e também as composições ideológicas e as práticas adotadas pela equipe editorial.

Nesse sentido, fica claro, a importância do jornal *Até Que...*, para a atuação política da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, como forma de Dom Agostinho expressar e transmitir suas ideias para os seus fiéis, como o “bom pastor” que orienta suas “ovelhas”, seja no âmbito religioso, mas também em questões políticas e sociais, assim como os demais autores. Obviamente que ele tinha plena consciência do uso desses meios para tais fins, afinal, ao longo de toda a sua caminhada a frente destes se mostrou firme em suas palavras e ações. Assim, mesmo que inconscientemente, os fiéis acabam sendo influenciados pelas opiniões, através do contato com um discurso moldado para esta finalidade.

Sendo assim, podemos afirmar que o jornal *Até Que...* foi uma idealização pessoal do Bispo Dom Agostinho Sartori, sendo constituído a partir de seus ideais pessoais, se tornando um instrumento de manutenção e construção de uma determinada hegemonia da Igreja Católica no Sudoeste do Paraná. Afinal, foi utilizado para fins de poder regional tanto do Bispo quanto da Diocese, em relação a sociedade sudoestina, a partir de objetivos traçados e ideologias fundamentadas em seus discursos, sendo uma extensão pública de Dom Agostinho, que se manteve a frente deste projeto até o “fim”. Demonstrando sua autoridade e seus objetivos diante

deste instrumento, que foi seu foco por longos anos, e trazendo resultados almejados, como podemos visualizar após as análises.

O que deixa nítido o discurso no qual o impresso e o bispo se vinculam: o movimento progressista católico. Esse movimento é caracterizado pelos adeptos da Teologia da Libertação, assim como Dom Agostinho era assumidamente, que foi um dos movimentos sociais mais significativos da Igreja pregando “a transformação social como salvação” (Serbin, 2001, p. 107). Pois, aderiu a ações além da pastoral, assumindo características políticas, ao dialogar a partir dos problemas sociais, como a pobreza, a exclusão e a exploração, assumindo um discurso protagonista de possível solução para estes.

As características estilísticas que constituem o discurso político estão cada vez mais presentes no estilo argumentativo presente no impresso, propagado pelo líder religioso e demais membros da Igreja, ou seja, as diferentes estratégias de persuasão, os procedimentos expressivos que distinguem a vocalidade, como o “falar forte”, o “falar bem” e o “falar regional”, assim como os procedimentos enunciativos elocutivos, alocutivos e delocutivos (Charaudeau, 2013). Esses elementos reforçam a tese de que as narrativas provenientes destas lideranças católicas na imprensa, pouco diferem dos discursos de políticos que estão nos púlpitos e da imprensa em geral, já que o universo sócio discursivo é o mesmo e, conseqüentemente, as estratégias retóricas utilizadas passam a identificar semelhanças, sendo ambas parciais conforme seus interesses.

Ainda sobre este aspecto do discurso confessional e político, se observa que diversos recursos do “fazer político” originam-se no campo religioso. Os símbolos religiosos, quando utilizados de forma instrumental, são inseridos nas discussões promovidas sobre questões humanas e, também, são mobilizados para fins políticos. Tanto na política quanto na religião, estão presentes razões, certezas, normas morais e sentidos para a vida, pois, ambas são capazes de despertar o entusiasmo, a paixão, que tanto a crença religiosa quanto a representação e participação na política pressupõem.

O crescimento da força das religiões no espaço midiático público perpassa por esse processo de politização das questões que são debatidas no meio teológico. Trata-se de um cenário de metamorfoses, de (re)configurações que expõem um segmento religioso maleável, sujeito a influências de diferentes formas de atuação provenientes de outros grupos de interesse que atuam na política e na imprensa.

Recapitulando sinteticamente as considerações parciais apresentadas ao longo dos dois últimos capítulos desta tese, momentos destinados à discussão dos eixos temáticos mais recorrentes submetidas à análise discursiva, verificou-se que o impresso buscou ampliar a

influência política em torno das discussões que também mobilizam valores que são abordados no interior das igrejas.

Desta forma, após o levantamento do *corpus* documental, seleção dos trechos que seriam destacados e da análise destas formações argumentativas, podemos visualizar, que independentemente da temática, o jornal manteve um discurso linear, não apresentando reviravoltas em seu posicionamento e nem contrapontos, que colocassem seus ideais em questionamento. Isso, demonstra uma organização de produção, traçando objetivos a serem atingidos.

Ressaltamos que, o nexos dos discursos selecionados das matérias analisadas estão na sua ligação com os campos da política e da religiosidade, pautadas em moralidades e valores hegemônicos do catolicismo e que se sustentam na visão defendida pelo jornal.

Por isso, abordamos o *corpus* a partir de dois eixos temáticos: política e socioeconômica, que correspondem às temáticas predominantes e que refletem esse nexos. Os quais dividimos em cinco categorias: Políticas públicas; Política internacional; Política Nacional; Economia e Sociedade.

As cinco categorias foram escolhidas pela frequência com que aparecem nas edições do impresso diocesano, e pelo fato de serem abordagens com finalidade formativa e informativa, que vão além do esperado por um meio de comunicação de propriedade católica. Pois, se tem em mente, que esses veículos teriam por foco principal e maior volumagem de produção, materiais a respeito de assuntos teológicos e espirituais, o que não é o caso do *Até Que...*, sendo motivo de este ser nosso objeto de pesquisa.

Nesse sentido, para uma análise mais detalhada, elencamos ainda subcategorias, que permitiram identificar com mais precisão o posicionamento contínuo do impresso, pois todos os temas se complementam, diante da postura discursiva assumida. Considerando, que, como percebemos ao longo dessas análises, as narrativas se cruzam e se distanciam, a partir da forma como são enunciadas. Ao mesmo tempo, que ambas são estruturadas no viés do discurso político e no viés do discurso religioso, evocando todos os *ethos* das formações discursivas determinadas pela Análise de Discurso.

Desta forma, utilizamos em nossas análises, a organização argumentativa das narrativas, destacando como o impresso usou este espaço para expor seus ideais, valores e concepções. O que se materializa com a publicação dos comentários dos emissores, autorizados e apoiados pelo impresso, que não se limitaram em apenas informar ao leitor, o que pode influenciar na sua interpretação.

Na categoria Política, temos narrativas que envolvem o leitor, ao apresentar situações

na qual está envolvido, seja por seus direitos e deveres quanto cidadão, ou por questões de terra ou do trabalho. Nestas, o jornal se dedica a questionar e traduzir, conforme seu ponto de vista, os discursos relatados pelo Estado ou pela sociedade em geral, valorizando e/ou ironizando as declarações, usando da estratégia de patemização como forma de convencer o leitor da sua visão, como quando argumenta sobre as eleições ou a problemática social do trabalho. Os comentários ainda consideram sobre os sentimentos e sentidos que podem ser elencados no leitor, a partir da inserção dele no texto, tanto como agente de ação quanto como vítima da situação em questão. Há ainda argumentos religiosos, que expressam o poder da instituição, que se torna inquestionável em seu campo divino, ao falar em nome de Deus.

Já nas análises da organização enunciativa da categoria Economia, também fica nítido o posicionamento pessoal do jornal. Pois, constrói suas narrativas a partir de informações, dando a essas comentários próprios como complemento do enunciado. Unindo assim, a finalidade de informar e formar, em uma formação discursiva só. Entre elogios e críticas, se formulam as argumentações que analisam os planos econômicos, estabelecendo uma posição favorável ou contrária ao governo, ao mesmo tempo que insere o leitor no posicionamento, como que numa convivência garantida.

Por fim, temos as questões Sociais, que torna mais visível a influência das ideologias religiosas na construção do posicionamento do jornal, considerando que neste campo a Igreja Católica tem maior dominância discursiva. Tanto por seu discurso embasado na doutrina e da Bíblia em prol dos marginalizados e excluídos, como por ser uma realidade em que exerce inúmeras atividades práticas que servem como estruturas para se manter quanto instituição de poder na sociedade.

Sendo assim, ao longo das edições, alheio à temática abordada, o enunciador desperta um *ethos* prévio que remete a sua finalidade política discursiva, que ligam a imagem do jornal a imagem do seu idealizador, destacando o *ethé* de sério e de virtude. Pelo fato de possibilitarem a constatação da coerência entre o pensamento e a ação exibidos no decorrer da circulação do jornal, esses *ethé* são dirigidos pelo enunciador aos leitores para demonstrar que fala de acordo com seu propósito e com seu comportamento sócio-político (Charaudeau, 2006).

Outro *ethos* predominante nas formações discursivas apresentadas pelo Bispo Diocesano é o de chefe soberano. Para construí-lo, Dom Agostinho precisou despertar e apresentar o comprometimento de todo o seu corpo editorial aos seus posicionamentos, encarnando, dessa maneira, os valores de compromisso e responsabilidade que permitem ligar sua imagem à de homem que domina o discurso.

No corpo dos textos, independentemente do emissor, percebe-se um esclarecimento das

estratégias discursivas utilizadas com a finalidade de fazer com que os leitores apoiassem seus direcionamentos. Bem como, em vários casos, os inserem na narrativa a partir de expressões plurais.

Desta forma, a partir das dimensões argumentativas selecionadas, nas sobreasserções dos emissores, levamos em conta em nossas análises os valores supostamente partilhados pelas instâncias política e religiosa, assim como os domínios nos quais se inscrevem esses valores.

Vale lembrar que, acerca deste último, Charaudeau afirma que no discurso político assim como no midiático “os valores de *ethos* e de *pathos* terminam por assumir o lugar de valores de verdade” (2006, p. 46). Assim, através das análises efetuadas, foi possível identificar na maior parte das sobreasserções valores relacionados ao domínio ético, talvez porque neste se situam os imaginários do discurso político. Registramos também várias associações com o pragmático e algumas com o domínio da verdade. Ao proceder a uma escolha moral, ou seja, em nome do que é preciso agir, o emissor busca os valores do domínio ético; enquanto ao se colocar diante de uma responsabilidade para agir, ele se vale do domínio pragmático; e ao tentar provar que diz a verdade, ele recorre aos valores de Verdade. Usando destes, para interagir e influenciar o seu público.

Nesta perspectiva, é válido destacar, então, que o jornal diocesano, ao longo de suas edições, por meio de estratégias discursivas e procedimentos linguístico, buscou atingir seu leitor, expondo suas ideias quanto verdades absolutas a serem incorporadas pelo público. Provalvemente, uma pesquisa voltada a recepção do público nos trouxesse uma noção maior da influência destes discursos nos fiéis sudoestino, entretanto, conforme já salientamos, não tivemos como objetivo nesse trabalho um estudo sobre a recepção.

Todavia, conseguimos, a partir dessas análises efetuadas, através de temáticas, visualizar e compreender o discurso repassado pelo jornal diocesano durante seu período de circulação. Sendo visível a forma como foi estruturado para ser uma mídia afins de informação e formação dos leitores, a partir de uma postura política e religiosa, amparada nos princípios e valores do catolicismo. O que demonstra como as ideologias presentes na produção de um meio de comunicação interferem em suas narrativas, composição e objetivos, sendo sentidas até no seu foco final, no caso os leitores.

Diante dessas afirmações, é possível verificar que a contingência é um elemento constitutivo do discurso político religioso, já que o mesmo possui a capacidade de mudar, adquirir novos contornos, transitando de um lado para o outro diante das fronteiras antagônicas que são estabelecidas no processo de produção dos sentidos discursivos. A ação política e o discurso político estão inerentemente vinculados (Charaudeau, 2013). A política depende da

ação discursiva e se manifesta nos espaços de circulação das narrativas, lugar onde as mesmas adquirem sentidos.

A presente pesquisa foi extremamente gratificante por conseguirmos aprofundar em um campo pouco explorado que é o discurso político-religioso na mídia de posse religiosa. Na qual utilizamos metodologias que nos permitiram analisar e compreender o jornal além da sua função estritamente informativa, visualizando seu posicionamento a respeito de diversas temáticas.

São essas múltiplas tensões e ações os elementos que conduziram esse trabalho como um todo, através de muitos diálogos e trocas que se estabeleceram entre o pesquisador e o objeto pesquisado. O vasto potencial das fontes investigadas permitiu a restituição de um passado que sobrevive de modo pujante. Afinal, quando se explora questões que abarcam a religião e a religiosidade, mesmo que correlacionada a outros aspectos como a política, se adentra num universo que toca os sujeitos não só do ponto de vista político, econômico ou social, mas também existencial.

Por fim, esta pesquisa se finda tendo seu objetivo alcançado, mas permeado por indagações ainda em aberto, que abrirão questionamentos para outras abordagens. Essas poderão ampliar a visão da ação da Igreja, do próprio Dom Agostinho e da composição do jornal *Até Que...* em muitos aspectos. Se esta pesquisa proporcionar esse impulso, cumprirá uma importante compromisso neste vasto campo da pesquisa historiográfica, pois a abordagem da história do Sudoeste do Paraná através da análise da imprensa religiosa, no viés político, cultural e social, ainda é um campo a ser explorado em uma diversidade de sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AETATIS NOVAE. Instrução pastoral sobre as comunicações sociais no XX aniversário da *Communio et progressio* (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS – 22. fev. 1992). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 183 - 208.
- ALMEIDA, Antônio José de. **Lumen Gentium: a transição necessária**. São Paulo: Paulus, 2005
- ALOCUÇÃO NA RÁDIO VATICANO (PAPA PIO XI – 12. fev. 1931). In: DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1973, p. 96 – 100.
- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- AUDIÊNCIA A UM GRUPO DE JORNALISTAS (PAPA LEÃO XIII – 22. fev. 1879). In: DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1973, p. 75 – 77.
- AURAS, Marli. **A guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- AZZI, R. **Mito e Cristandade Colonial**. Petrópolis, Vozes, 1981.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BACZKO, Bronislaw. **A Imaginação social**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2007.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Os concílios ecumênicos e a Questão Religiosa no Brasil**. Dores de Indaiá: Revista Luzes, 1989.
- BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e uso do passado: temporalidades, rastros e vestígios entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (orgs). **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: MauadX: Globo Universidade, 2008, p. 83-96.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo: edição revista e ampliada**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, Raimundo Caramuru. Gênese e consolidação da cnbb no contexto de uma igreja em plena renovação. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). **Presença Pública da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 13 – 69.
- BASTOS, C.; KELLER, V. **Introdução à metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BATTISTI, E. **As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos**

anos 50 e 80 do século XX. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, n.2, p.65-91, 2006.

BEOZZO, José Oscar. **Igreja do Brasil** – de João XXIII a João Paulo II de Medellin a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1993.

BIGO, Pierre. **A Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1969.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder: Ensaio de Eclesiologia Militante**. Petrópolis: Vozes, 1967.

BONI PASTORIS (PAPA JOÃO XXIII – 22. fev. 1959). In: DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1973, p. 154 – 157.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Poder, derecho y classes sociales**. 2ª Ed. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996

BOURDIEU, Pierre. **Uma interpretação da Teoria da Religião de Max Weber**. Ed. Perspectiva: São Paulo, 2004

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Ser católico – dimensões brasileiras: um estudo sobre a atribuição de identidade através da religião”. In: SACHS, Viola [et. al.]. **Brasil e EUA: religião e identidade regional**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal, 1988. pp. 27-58.

BUHRER-THIERRY, Genevieve. Fronteiras, Sociedades de fronteira e identidades na Europa da Alta Idade Média. In: Campos, Adriana Pereira et all. **Territórios, Poderes, Identidades: A ocupação do espaço entre a política e a cultura**. Vitória: GM Editora; Paris: Université de Paris; Braga: Universidade do Minho, 2012, p.193-212.

BURITY, J. A. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In: BURITY, J. A; MACHADO, M. D. C (Org.). **Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006, p. 173-213.

BURITY, J. A. Religião e Cidadania: alguns problemas de mudança sociocultural e de intervenção política. In: **Religião e cidadania**. ANDRADE, P.; BURITY, J. (Orgs.). São Cristovão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011, p.113-144

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História** – Novas Perspectivas. São Paulo, UNESP, 1992.

BURKE, Peter. A comunicação na História. In: ABREU, Alzira Alves de et all. **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: MauadX: Globo Universidade, 2008, p. 61-82.

BURKET, T. **Communications**. The Documents of Vatican II. New York: Association Press, 1966.

C.N.B.B. **III Encontro Nacional de Opinião Pública**. Rio de Janeiro. 1968.

CÂMARA, Dom Helder. A CNBB nasceu assim. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). **Presença Pública da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 9 – 11.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. **O bravo Matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARTA PASTORAL (D. JOSÉ DE CAMARGO BARROS BISPO DE CURITIBA – 10. abr. 1898). In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (Org). **Os Bispos do Brasil e a Imprensa**. São Paulo: Loyola, 1983, p. 31 – 40.

Cattelan, Carla., & Castanha, André. Paulo. A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e o processo de escolarização no Sudoeste do Paraná: 1948 – 1957. **Oficina Do Historiador**, 9(1), 2016, 285–304.

CAVA, Ralph Della; MONTEIRO, Paula. **E o verbo se faz imagem** – Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil: 1962-1989. Petrópolis: Vozes, 1991.

CELAM. **Documento de Aparecida**: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulus, 2007.

CELAM. **Puebla**: Conclusões: III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. A evangelização no presente e no futuro da América Latina. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1979.

CELAM. **Santo Domingo**: Conclusões. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

CÉSAR, Elben M. Lenz. **História da evangelização do Brasil; dos jesuítas aos neopentecostais**. Viçosa: Ultimato, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela S.M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. *Eléments de sémiolinguistique d'une théorie du langage à une analyse du discours*. Connexions, n° 38, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. Gênero de discurso. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (Org.). **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *Gramaire du Sens et de expression*. Paris: Hachette, 1992

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: Carneiro, Agostinho Dias

- (org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. (org.). **Análise de Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CHIQUIM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção a Vida, 2005.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.
- CHRISTIANAE REIPUBLICAE (PAPA CLEMENTE XIII – 1766). In: ALVARENGA, Ricardo Costa. **Novos rumos da comunicação católica brasileira: o processo de construção do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil**. 2014. 118 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) – Faculdade Estácio de São Luís, São Luís, p.19.
- CNBB. **Comunicação e Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1994.
- CNBB. **Documento 99: Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- CNBB. **Estudo 72: Comunicação e Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1994.
- CNBB. **O secretariado N. de Opinião Pública e sua problemática**. Rio de Janeiro. 1969.
- Código de Direito Canônico**, promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987.
- Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori**. Tomo I, 2004. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.
- COMBLIN, José. **O Povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002.
- COMMUNIO ET PROGRESSIO. Instrução pastoral sobre os meios de comunicação social (COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS – 27. mai. 1971). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja** – Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 81 – 135.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Pastoral Gaudium et Spes**. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Boletim especial nº 1**. Rio de Janeiro, 1972.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunicado Mensal** – fevereiro/março de 1971. Rio de Janeiro, 1971.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretório de Comunicação da**

Igreja no Brasil. Brasília: Edições CNBB, 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Notícia e evangelização.** Brasília, 2000.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Plano de Pastoral de Conjunto - 1966 – 1970** (1966). Brasília, 2004.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil. Planalto, Brasília, s.d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 20 out.2021.

CORAZZA, Helena. **Educomunicação** – formação pastoral na cultura digital. São Paulo: Paulinas, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Cidade e Região no Sudoeste Paranaense.** Revista Brasileira de Geografia. v. 32, n. 2, p. 3-155, 1970.

CORRÊA, Lobato Roberto. **O Sudoeste paranaense antes da colonização.** Revista Brasileira de Geografia, ano 32, n.01, jan-mar., 1970.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1970

CORSO, João Carlos. **A mística da Terra:** um estudo sobre a Romaria da Terra (Rio Bonito do Iguaçu – PR- 1997). Dissertação de Mestrado, Guarapuava, Unicentro-Unesp, 1999.

CPT. **A luta pela terra na Bíblia.** Goiânia: CPT, 1981

COSTA, Iraneidson Santos. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. **Interações** – cultura e comunidade: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 9, n. 15, p 109 – 143, 2014.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003

CRITÉRIOS DE COLABORAÇÃO ECUMÊNICA E INTER-RELIGIOSA NO CAMPO DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS – 4. out. 1989). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja** – Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 161 - 172.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Na oficina do historiador:** conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270.

CUNHA, Magali. Paz: construção e desconstrução pela mídia. **Revista da Arquidiocese de Vitória,** Vitória, n.125, p.29-31, jan.2016.

DALE, Romeu; **Igreja e Comunicação Social.** 1ª Edição, São Paulo: Paulinas, 1973

DALE, Romeu. Os meios de comunicação social e a Igreja no Brasil, que se renova. **Revista de Cultura Vozes,** Petrópolis , n.1, p.5-10, jan.1969.

DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja** – Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003.

DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). **Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

DELLA CAVA, Ralph. **E o Verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

DICIONÁRIO AURÉLIO – Século XXI, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

DIEL, Paulo Fernando. **Em nome de Deus: a reforma católica e o catolicismo popular caboclo no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná (1903-1958)**. São Paulo – SP, 1995. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Universidade Nossa Senhora da Assunção.

DIEL, Paulo Fernando. **Religião e Religiosidades**. Palmas/PR: CPEA, 2004.

DIVINI ILLIUS MAGISTRI (PAPA PIO XI – 31. dez. 1929). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja** – Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 21.

DOCUMENTO DE APARECIDA. **Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (CELAM – 2007)**. São Paulo: Edições CNBB, Paulus, Paulinas, 2007.

DOMINICI GREGIS. (PAPA PIO IV – 24. mar. 1564). In: DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1973, p. 43 – 44.

DUCROT, Oswald. **Enciclopédia einaudi**. Linguagem – enunciação. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v. 2

DUSSEL, Enrique (org). **Historia liberationis – 500 anos de história da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 297 – 317.

ENTREVISTA À RADIOTELEVISÃO FRANCESA (PAPA PIO XII – 17. abr. 1949). In: DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1973, p. 117 – 119.

ESTATUTO da Secretaria de Comunicação. Vatican, Vaticano, s.d. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/it/motu_proprio/documents/papafrancesco_20160906_statuto-segreteria-comunicazione.html>. Acesso em: 19 jun. 2021.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 24, n. 2, 1998. ÉTICA NA INTERNET (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS – 22. fev. 2002). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja** – Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 269 - 283.

ÉTICA NA PUBLICIDADE (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS – 22. fev. 1997). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja** –

Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 209 - 227.

ÉTICA NAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS – 4. jun. 2000). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja** – Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 229 - 251.

EXCURSOS: TRANSFERÊNCIA DA SEDE DA CNBB PARA BRASÍLIA (DIMAS LARA BARBOSA – 2003). In: Instituto Nacional de Pastoral (org). **Presença Pública da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 275– 288.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST(1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI: dicionário eletrônico**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lexicon Informática, 1999

FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: 2009.

FOGOLARI, Élide Maria; BORGES, Rosane da Silva. **Pascom** – A ação evangelizadora na Igreja à luz do Diretório de Comunicação. São Paulo: Paulinas, 2016.

FORTE, Bruno. **A Missão dos Leigos**. São Paulo: Paulinas, 1993.

FORTES, Adílio. **A proto história do município de Chapecó oeste de Santa Catarina (1641 a 1917)**. São Paulo: Carthago Editora Limitada: 1990

FOLEY, John. **Ética nas comunicações sociais**. Vaticano: Santa Sé, 2000.

FONSECA, Silvia C, p. de Brito; CORRÊA, Maria Letícia (org.) **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Contracapa, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 13ª ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GOBBI, Maria Cristina; PIRES, Paulo Vítor Giraldi. **Comunicação midiática nas (arqui)dioceses do Brasil: possibilidades para ser igreja virtual**. 2011. 101 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, 2011.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005

GOMES, Pedro G.; BULIK, Linda; PIVA, Marcia C. (Orgs). **Comunicação memória & resistência**. São Paulo: Paulinas, 1989.

GOMÉZ, Carlos Arturo Quintero. **A comunicação**. A luz de Aparecida. Edições CNBB, Brasília, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraliz, 2004.

GUIMARÃES, S, p. **Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil**. Brasília: IPRI, FUNAG, 1999.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas de Modernidade”. In: **Modernização dos Sentidos**. Tradução de Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Editora 34, 1998. pp. 09-32

HALL, Stuart. **The problem of ideology: Marxism without Guarantees**. In: DAVID, Morley; CHEN, Kuan-Hsing. **Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies**. Routledge: London; New York, 1996.

HERVIEU-LÉGER, Daniele. Catolicismo: a configuração da memória. **Revista de Estudos de Religião (REVER)**. v. 6. n. 2, p. 87-107. 2006.

HOORNAERT, Eduardo. O centenário da posse de D. vital. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32. n. 126. Junho, p. 365-373. 1972.

I Encontro Nacional de Agências Católicas realizado na sede da CNBB em Brasília (DF). Comissão Nacional. **Pascom Brasil**, Brasília, 2016.

IBGE. Censo Demográfico do Paraná de 1959 e 1990.

IGREJA E INTERNET (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS – 22. fev. 2002). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 253 - 267.

INSTRUÇÃO PASTORAL. **COMMUNIO ET PROGRESSIO**. Encíclica sobre os meios de comunicação social. São Paulo: Paulinas, 1971.

INTER MIRIFICA. Decreto do Concílio Vaticano II sobre os Meios de Comunicação Social. (PAPA PAULO VI – 4. Dez. 1963). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 67 – 79.

INTER MULTIPLICES. (PAPA INOCÊNCIO VIII – 17. nov. 1487). In: DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1973, p. 34 – 38.

INTER SOLLICITUDINES. (PAPA LEÃO X – 04. mai. 1515). In: DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1973, p. 39 – 41.

JUNIOR, James G Willian. **Cidades de Papel: imprensa, progresso e tradição**. Diamantina e Juiz de Fora /MG (1884-1914). Tese de doutorado. Universidade Federal de São Paulo, 2007,

KEEGAN, John. **Guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Bibliex Ed., 2005.

KEHL, Medard. **A Igreja: uma Eclesiologia Católica**. São Paulo: Loyola, 1997.

- KLERING, José Ronaldo. **As conferências gerais do episcopado latino-americano, de Medellín a Aparecida e a comunicação.** Telecomunicação, Porto Alegre. v. 42. n. 2, p. 343-358. 2012.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: **História e Memória.** 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- LIBÂNIO, João Batista. **Lumen Gentium: Mina Inesgotável.** São Paulo: Loyola, 2004
- LIBÂNIO, João Batista. **Vinte anos de teologia da libertação na América Latina e no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1993.
- LIBANIO, João Batista. **A volta à grande disciplina.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1984.
- LIMA, Delcio Monteiro. **Os demônios descem do Norte.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- LIMA, Madalena Margarida Mergen. Contextualização das faculdades de Palmas: uma retrospectiva de sua caminhada. **Consciência.** v. 11. n. 1, p. 09-38. Palmas/PR: Jan./Jun. 1997
- LINDBERG, C. **Uma breve história do cristianismo.** São Paulo: Loyola, 2008
- LOWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.
- LUNEAU, René. “Quando se aproxima o terceiro milênio”. In: LUNEAU, René ; MICHEL, Patrick (orgs.). **Nem todos os caminhos levam a Roma: as mutações atuais do Catolicismo.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 07-25
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (Org). **Os Bispos do Brasil e a Imprensa.** São Paulo: Loyola, 1983.
- LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja Católica no Brasil República.** São Paulo: Paulinas, 1991.
- LUZ, Aujor Ávila. **Os fanáticos – crimes e aberrações da religiosidade de nossos caboclos: contribuição para o estudo da antropologia, sociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina.** Florianópolis: Edição do autor, 1952
- MACIEL, Pe. J. R. Igreja, comunicação e comunidade: antes e depois do Vaticano. In: MELO, M. M. (coord.). **Igreja, empresa e comunicação.** São Bernardo do Campo: IMS, 1987.
- MAGALHÃES, Marisa Valle. **O Paraná e as migrações - 1940 a 1991.** Belo Horizonte,

1996. Dissertação (Mestrado), UFMG/ CEDEPLAR.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANZATTO, Antônio. As primeiras conferencias do CELAM. **Revista Vida Pastoral**. São Paulo: n. 249, p. 3-8. Jul-Ago. 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1988.

MARIANI, Bethania. Imprensa, produção de sentido e ética. In: RIBEIRO, Ana Paula G.; FERREIRA, Lucia M. A. (Org.). **Mídia e memória: a produção de sentido nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 119-218.

MARITAIN, Jaques. **Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã**. Paris: Aubier, 1936.

MARIN, Jerri Roberto. “História e historiografia da Romanização: reflexões provisórias”. In: **Revista de Ciências Humanas** (Dossiê Religiosidade e Cultura). Florianópolis: UFSC. n. 30. outubro de 2001, p. 321-342.

MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização**. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARTINE, George. **A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80**. Texto para Discussão. Janeiro de 1994.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia, religião e sociedade: das palavras às redes digitais**. São Paulo: Paulus, 2016.

MATTEI, Roberto. **O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita**. São Paulo: Ambientes e Costumes Editora, 2013.

MEIRELES, Magali Rezende Gouvêas; CENDÓN, Beatriz Valadares. **Aplicação prática dos processos de análise de conteúdo e de análise de citações em artigos relacionados às redes neurais artificiais**. Revista Informação & Informação. Londrina: UEL. v. 15. n. 2, p. 77-93. jul./dez. 2010

MELO, José Marques. **Comunicação eclesial: utopia e realidade**. São Paulo: Paulinas, 2005.

MELZ, Leopoldo. **Palmas e Francisco Beltrão: 60 anos de Diocese**. CPEA, 1993.

MENDES, A. M.; RODRIGUES, E. R.; FILHO, J. p. R. **Dom Carlos Eduardo Sabóia de**

Mello: biografia documental. CPEA, 2002.

MENDONÇA, Kleber. **Discurso e mídia:** de tramas, imagens e sentidos – um estudo do Linha Direta. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

MIRANDA PRORSUS (PAPA PIO XII – 8. set. 1957). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja** – Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 33 – 65.

MIRANDA, Mário. **A Igreja numa Sociedade Fragmentada.** Escritos Eclesiológicos. São Paulo: Loyola, 2006.

MOIOLI, Carlos. **Orani pastor da Amazônia** – vida e missão em Belém do Pará. Belém: 2009.

MONTE, Tânia Maria de Carvalho Câmara. A religiosidade e sua função social. **Revista Inter-Legere:** Reflexões. n. 5. 2009.

NAZARO, Lucy Salete Bortolini. **Dom Agostinho José Sartori:** uma história singular na história de Palmas e do Sudoeste do Paraná. Palmas/PR: Kaygangue, 2011.

NEOTTI, Clarêncio (Org.). **Comunicação e consciência crítica.** São Paulo: Loyola, 1979.

NEVES, Audálio. **O Povo de Deus** – Renovação do Direito na Igreja. São Paulo: Loyola, 1987

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Considerações sobre o modelo de análise do discurso de Patrick Charaudeau. **Revista Ensaio.** Belo Horizonte: v. 6. n. 1, p. 66-71. Jan-Jun. 2004

O RÁPIDO DESENVOLVIMENTO (PAPA JOÃO PAULO II – 24. jan. 2005). In: PUNTEL, J. T. **Inter Mirifica:** texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 24 – 30.

OBSERVAÇÕES À REGRA X. (PAPA ALEXANDRE VII – 1655 - 1667). In: DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social.** São Paulo: Paulinas, 1973, p. 53.

OBSERVAÇÕES SOBRE A QUARTA E A NONA REGRA (PAPA CLEMENTE VIII – 9. jan. 1585). In: DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social.** São Paulo: Paulinas, 1973, p. 51-52.

OLIVEIRA, A. G. C. Sebastian Tromp. In: PASSOS, J. D, p.; SANCHEZ, W. L. (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulus, 1985.

ORIENTAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOS FUTUROS SACERDOTES SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA – 19. mar. 1986). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja** – Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 137 - 159.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes

Editores, 2013.

ORLANDI, E, p. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E, p. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PEREIRA, J. C. **Religião e poder**: Os símbolos do poder sagrado. In: Revista Eletrônica de Ciências Social. v. 3. ano 2, 2008.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação** – A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. O processo de participação na comunicação popular e comunitária. In: THORNTON, Ricardo D. (Edit). **Uso y abusos del participare**. Buenos Aires: INTA, 2010, p. 229-246.

PESSINATTI, Nivaldo Luiz. **Políticas de comunicação da Igreja Católica no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PIERUTTI, A.; PRANDI, R. **Um sopro no espírito**: a renovação conservadora do catolicismo carismático. São Paulo: Fapesp, 1997.

PONGAN, Pâmela. **A política sob o Báculo**: Dom Agostinho no comando da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão (1970-2005). 2019. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

PORTA, Frederico. **Dicionário de Artes Gráficas**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (RIO DE JANEIRO – 1955). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja** – Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 483 – 486.

PUBLICADO estatuto da Secretaria para as Comunicações do Vaticano. **Rádio Vaticano**, Cidade do Vaticano, 22 set. 2016. Disponível em: <
http://br.radiovaticana.va/news/2016/09/22/estatuto_da_secretaria_para_as_comunica%C3%A7%C3%B5es_do_vaticano/1260088>. Acesso em 10 mai. 2021.

PUNTEL, Joana. A Igreja a caminho na Comunicação. **Teocomunicação**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: v. 41. n. 2, p. 221-242. 2011.

PUNTEL, Joana. **Comunicação**: diálogo dos saberes na cultura midiática. São Paulo: Paulinas, 2010.

PUNTEL, Joana. **Cultura Midiática e Igreja**: uma nova ambiência. São Paulo: Paulinas,

2008.

PUNTEL, Joana. **Igreja e Sociedade** – método de trabalho com a comunicação. São Paulo: Paulinas, 2015.

PUNTEL, Joana. **Inter Mirifica**: texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012.

PUNTEL, Joana. União Cristã Brasileira de Comunicação Social – uma memória que não se extingue. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ECLESIAL - ECLESIOCOM, 08, 2012, São Bernardo do Campo. **Anais da VII Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial**. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco de Comunicação e Desenvolvimento Regional, 2016.

QUARTA CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (SANTO DOMINGO – 1992). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja** – Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 507 – 511.

REDEMPTORIS MISSIO. CARTA ENCÍCLICA SOBRE A VALIDADE PERMANENTE DO MANDATO MISSIONÁRIO (PAPA JOÃO PAULO II – 7. dez. 1990). In: PUNTEL, J. T. **Cultura Midiática e Igreja**: uma nova ambiência. São Paulo: Paulinas, 2008.

REGRAS DO ÍNDICE. (SACRO CONCÍLIO TRIDENTINO – 24. mar. 1564). In: DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1973, p. 45 – 50.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RENK, Arlene. **A luta da erva**. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, Arlene. **Cadernos do Centro de organização da memória sócio cultural do oeste de Santa Catarina**. ano 5. n. 7. Abril, 1991

RENNO, Lucio; SPANAKOS, Anthony P. Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenção de voto: as eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002. **Dados**. Rio de Janeiro: v. 49. n. 1. 2006.

RESENDE, B. T. N. Uma Guerra Quente no Líbano? O início da Guerra Civil Libanesa sob a perspectiva da revista *Veja* (1975). **Revista Hydra: Revista Discente De História Da UNIFESP**. v. 1. n. 1, p. 207–225. 2016.

RICHARD, Pablo. **Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1990.

RICOEUR, P. **Teoria da interpretação**: o Discurso e o Excesso de Significação. Lisboa: Edições 70, 2013.

ROSADO-NUNES, Maria José. “O catolicismo sob o escrutínio da modernidade”. In: MARTINO, Luís Mauro Sá & SOUZA, Beatriz Muniz (org.) **Sociologia da Religião e**

Mudança Social. São Paulo: Paulus, 2004. pp. 22-36.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entrem em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANT'ANNA, Ronaldo. “Novos” passos da mesma caminhada. In NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.** São Paulo/SP: Xamã, 2002, p. 221-234.

SANTOS, Geraldo Mattos Gomes dos. **Dicionário júnior da língua portuguesa.** São Paulo: FTD, 2001.

SANTOS, Jael dos. **De José Benito a Dom Agostinho: um religioso entre conflitos, negociações e tensões sociais no Paraná.** 2019. 264 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

SARTORI, Agostinho José. **Voz escrita de Dom Agostinho.** Francisco Beltrão: Berzon, 2008.

SBARDELOTTO, Moises. **E o Verbo se fez rede: Uma análise da circulação do “católico” em redes comunicacionais online.** 2017. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

SCHMIDT, Leide Mara. **O ensino superior no contexto das políticas públicas: uma experiência de gestão no Estado do Paraná.** 1999. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais.** 2002. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEGUNDA CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (MEDELLÍN – 1968). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais.** São Paulo: Paulinas, 2003, p. 487 – 496.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

SILVA, Fábio Gleiser Vieira. **A Igreja Católica e a Comunicação na Sociedade Midiatizada: Formação e Competência.** 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós- Graduação em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2010.

SILVA, Gabriel Machado Rodrigues da. **Os meios de comunicação na Igreja Católica: novos rumos e uma Canção Nova.** 2009. Monografia (Graduação em Comunicação). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Edvaldo. **Pensamento católico brasileiro: influências e tendências**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SOARES, Ismar de O.; PUNTEL, Joana T. (Orgs.). **Comunicação Igreja e Estado na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1985.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Do santo ofício à libertação – o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1988.

SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOLLICITA AC PROVIDA (PAPA BENTO XIV – 25. mar. 1753). In: DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1973, p. 55 – 71.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

SOUZA, L. A. G. As várias faces da Igreja Católica. **Estudos Avançados**. v. 18. n. 52, p.77-95. 2004.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TERCEIRA CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (PUEBLA – 1979). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 497 – 505.

TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. **Pedagogia e comunicação no registro da liberdade**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007.

VALENTIM, M. L. p. **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. Tradução Vanise Dresch. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

VIGILANTI CURA (PAPA PIO XI – 29. jun. 1936). In: DARIVA, Noemi (Org.). **Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 19 – 32.

VINCENT, Gerard. “Os católicos: o imaginário e o pecado”. In: PROST, Antoine & VINCENT, Gerard (org.). **História da Vida Privada 5: da Primeira Guerra aos nossos dias**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 393-426.

VOLÓCHINOV, V. N. (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VOLOCHÍNOV, V. N. (1925-1930). **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João, 2013.

VOLOSHINOV, V. N. (1930). **El signo ideológico y la filosofía del lenguaje**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Movimento popular, político e religião**. São Paulo: Loyola, 1985.

XAVIER, Ubiran. Lula paz e amor: a estratégia da elite para manter-se hegemônica. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 32. Janeiro. 2004.

ZICMAN, René Barata. História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP**. São Paulo: PUCSP. n. 4. 1985.

FONTES E LOCAIS DE PESQUISA

Atas da Diocese de Palmas. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão. Palmas – PR.

Boletim Eclesiástico da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão (1970-2005). Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori. **Tomo I**, 2004. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori. **Tomo II**, 2004. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori. **Tomo III**, 2005. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori. **Tomo IV**, 2005. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori. **Tomo V**, 2006. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

Compilado de Decretos e Portarias da Diocese de Palmas. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão. Palmas – PR.

Informativo Diocesano (1974-1976). Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Jornal Até Que... (1985-2017). Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Jornal de Beltrão. Notícias relacionadas a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão de 1990 a 2005. Arquivo Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão-PR.

SARTORI, Agostinho José. **Diário Pessoal.** Arquivo familiar.

SARTORI, Agostinho José. **Cartas Pastorais:** 1970 a 2004. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR

LIVRO de **Tombo da Catedral** do Senhor Bom Jesus da Diocese de Palmas. Livro I 1879-1887. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão. Palmas – PR.

LIVRO de **Tombo da Catedral** do Senhor Bom Jesus da Diocese de Palmas. Livro II 1886-1918. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão. Palmas – PR.

LIVRO de **Tombo da Catedral** do Senhor Bom Jesus da Diocese de Palmas. Livro III 1917-1957. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão. Palmas – PR.

MELLO, Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de. **Manuscritos com anotações de Dom**

Carlos (1936-1945). Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

MELLO, Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de. **Sobre a administração apostólica em Palmas. (Cartas Circulares).** Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Regulamento EISPAL. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Regulamento Lar do Velinhos Nossa Senhora das Graças. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.